

ENERGIA, ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE

**LUIZ ALEX SILVA SARRIVA
ADRIANA VINHOLI RAMPAZO**
Organizadores



Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

ENERGIA,
ORGANIZAÇÕES
E SOCIEDADE

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Luiz Otavio Cavalcanti

COORDENADORA GERAL DA EDITORA MASSANGANA

Joana cavalcanti

Ana Elyzabeth de Araujo Farache

Anco Márcio Tenório Vieira

Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

Patrícia Maria Uchoa Simões

Rita de Cássia Barbosa de Araújo

ORGANIZADORES

Luiz Alex Silva Saraiva

Adriana Vinholi Rampazo

COLABORADORES

Alexandre Cosme José Jeronymo

Alexandre de Pádua Carrieri

Alexandre do Nascimento Souza

Célio Bermann

Elisa Yoshie Ichikawa

Elisângela Domingues Michelatto Natt

Jucilene Galvão

Marcos Cristiano Zucarelli

Miguel Etinger de Araujo Junior

Norma Valêncio

Pedro Roberto Jacobi

Vera Lúcia dos Santos Placido

Wagner Roberto do Amaral

Wendell Ficher Teixeira Assis

ENERGIA, ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE

**LUIZ ALEX SILVA SARRIVA
ADRIANA VINHOLI RAMPAZO**

Organizadores



**Fundação
Joaquim Nabuco**
Editora Massangana

ISBN 978-85-7019-667-5
@ 2016 Dos organizadores

Reservados todos os direitos desta edição.
Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização
da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

Fundação Joaquim Nabuco | www.fundaj.gov.br
Av. 17 de Agosto, 2187 – Ed. Paulo Guerra – Casa Forte
Recife, PE – CEP 52061-540 | Telefone (81) 3073.6363
Editora Massangana | Telefone (81) 3073.6321 | Telefax (81) 3073.6319

MINISTRO DA EDUCAÇÃO | GOVERNO FEDERAL DO BRASIL

José Mendonça Bezerra Filho

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Luiz Otavio Cavalcanti

COORDENADORA GERAL DA EDITORA MASSANGANA

Joana Cavalcanti

CHEFE DE SERVIÇOS EDITORIAIS

Rosângela Mesquita

PROJETO GRÁFICO / CAPA

Antonio Laurentino

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Débora Prazim

REVISÃO

Estagiários: Izabela J. S. Silva e Lizzie Campos

Foi feito depósito legal. Impresso no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco)

S243e Saraiva, Luiz Alex Silva; Rampazo, Adriana Vinholi (Org.)
Energia, organizações e sociedade/ Luiz Alex Silva Saraiva e Adriana Vinholi Rampazo. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017.

284 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7019-667-5

1. Energia, geração. II. Sociedade, Brasil I. Título

CDU 620.91:316.3 (81)

Sumário

Energia, Organizações e Sociedade: Um Debate Necessário

Luiz Alex Silva Saraiva e Adriana Vinholi Rampazo | 9

Reformas Do Setor Elétrico Brasileiro: Afinal, O Que Mudou?

Adriana Vinholi Rampazo e Elisa Yoshie Ichikawa | 17

Entre O Planejamento Ufanista E A Crise Imprevista: Armadilhas Do Tecnocentrismo Hídrico/Hidrelétrico

Norma Valencio | 47

Energia Hidrelétrica: A Retórica da Energia Limpa

Elisângela Domingues Michelatto Natt

e Alexandre de Pádua Carrieri | 79

Conflitos Socioambientais e a Geração Hidrelétrica no Brasil

Alexandre do Nascimento Souza e Pedro Roberto Jacobi | 113

Democracia, Licenciamento Ambiental e o Dinheiro Irrigando as Disputas Eleitorais

Alexandre Cosme José Jeronymo | 137

Assimetrias Sociopolíticas e Conflitos Ambientais: a Construção da Hidrelétrica de Irapé e sua Conexão aos Fluxos da Economia Global

Marcos Cristiano Zucarelli e Wendell Ficher Teixeira Assis | 157

Grandes Projetos Hidrelétricos e Comunidades Atingidas: dos Territórios de Resistência Para os Territórios de Coexistência

Vera Lúcia dos Santos Plácido | 185

**Grandes Empreendimentos Hidrelétricos
e Conflitos Sociais: Estratégias de Empresas e Governo
na Negação de Direitos e das Formas de Resistência**

Jucilene Galvão e Célio Bermann | 209

**Mobilização de Camponeses e Indígenas Ameaçados
Pela Uhe São Jerônimo, no Vale do Rio Tibagi, Região
de Londrina-Pr: Memória de Lutas, Resistências e de Conquistas**

Wagner Roberto do Amaral

e Miguel Etinguer de Araujo Junior | 247

Apresentação

Energia, Organizações e Sociedade: Um Debate Necessário

Luiz Alex Silva Saraiva
Adriana Vinholi Rampazo

Temos assistido, nos últimos anos, o aumento de investimentos na geração de energia hidroelétrica no Brasil. Informações do Ministério do Planejamento sobre a segunda fase do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, dão conta de que em três anos foram colocadas em operação quatro novas usinas hidrelétricas (GOMES, 2014). Entre elas, as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, em Rondônia, em plena bacia Amazônica.

A partir de uma lógica desenvolvimentista, o crescimento econômico está estreitamente ligado ao aumento na oferta de energia elétrica. Do ponto de vista estritamente econômico, a geração de energia por meio de hidrelétricas no Brasil possui uma ótima relação custo/benefício, já que, para isso, é utilizada a água dos rios, fonte renovável abundante no país. O resultado dessa equação é a manutenção do “paradigma” da hidroeletricidade, em detrimento de alternativas energéticas que gerem menos impactos socioambientais.

O problema é que esses investimentos dão ênfase a questões econômicas e deixam em segundo plano desdobramentos socioambientais que a construção e operação desses empreendimentos hidrelétricos causam na localidade em que se situam. É assim que tem crescido o número de denúncias de comunidades afetadas por projetos

hidrelétricos que, ao prometerem o progresso, desencadeiam, na verdade, efeitos perversos que comprometem o futuro dessas populações.

É por meio do discurso do progresso que os empreendedores conseguem legitimar e, assim, viabilizar o empreendimento perante a população, afirma Parmigiani (2006). Essa estratégia é utilizada há muito tempo: basta lembrar que nos anos de 1980 já se fazia referência ao progresso para convencer a população para a construção da usina Kararaô no rio Xingu, hoje conhecida como Belo Monte.

Em nome de um pretenso desenvolvimento, há uma expansão de uma única racionalidade, passando por cima de distintas formas de conceber o território, forçando o reconhecimento de outros modos de vida (CASTILHO, 2010). As comunidades se convertem em recursos, os quais, em uma lógica gerencialista, passam a ser alvo da gestão. Nesse sentido, são interessantes à medida que se resignem com o sentido único do progresso que lhes é apresentado, o progresso calcado em grandes empreendimentos que serão instalados nos seus territórios. Devem, assim, agradecer pela “dádiva” que é o progresso que os afasta do “atraso” em que viviam.

Os conflitos, então, decorrem não só da disputa pelo uso dos recursos naturais, mas, principalmente, pela incompatibilidade de visões de mundo (FLEURY, 2013; FLEURY; ALMEIDA, 2013), uma vez que progresso não tem um mesmo significado para os empreendedores da usina, para o governo e para a população local, que por si só já é diversificada. Enquanto os outsiders desenham projetos “racionais” de desenvolvimento e progresso conforme seu modo de ver o mundo, perfeitamente alinhado ao capitalismo e como se nada de importante existisse no território, os insiders, por vezes, não compartilham dessa mesma lógica de vida.

Nesse contexto, as comunidades locais são vistas ou como entraves ao progresso ou como sujeitos a serem necessariamente inseridos nos projetos de futuro. Nunca, no entanto, como atores autônomos do processo. Apesar de não negarem que a instalação das usinas hidrelétricas causa impactos negativos à região, tais efeitos são tratados como algo possível de serem mitigado a partir de um planejamento eficiente que inclui o uso de instrumentos de avaliação ambiental. Em outras palavras, se for feito um planejamento racional e eficiente de todo o processo, os desdobramentos ocasionados pelas usinas hidrelétricas podem ser devidamente mitigados.

Essa lógica cartesiana, perfeitamente aceitável se concebida e discutida em escritórios de empresas e governos em grandes cidades, é amplamente insuficiente, irresponsavelmente econômica e francamente não humana, pois desconsidera a riqueza e as particularidades da dinâmica social e simbólica presentes em qualquer lugar, mesmo que ele pareça “desabitado” ou “desimportante” aos olhos do capitalista e de seus representantes.

É com essa preocupação que nasceu a ideia deste livro. Nesta obra, nos propomos a debater a confluência entre energia, organizações e sociedade de uma forma interdisciplinar e, necessariamente, crítica. Para isso, convidamos especialistas de diversas áreas do conhecimento para propor problematizações em torno da questão energética, tão associada ao modelo hegemônico de vida ocidental, e tão pouco examinada de perto, particularmente quanto às suas relações entre organizações e sociedade.

O setor elétrico brasileiro é majoritariamente formado por hidrelétricas, modelo escolhido para o país meramente por motivos de ordem econômica, conforme pode ser visto no capítulo 1, de Adriana Vinholi Rampazo e Elisa Yoshie Ichikawa, sobre a organização do sistema elétrico

brasileiro. Mesmo reduzindo a sua participação na matriz elétrica brasileira, as hidrelétricas ainda compõem mais de 70% do parque gerador, constituindo a primeira opção no que se refere ao planejamento no setor, apesar dos comprovados problemas socioambientais atrelados a sua instalação, denunciados há anos tanto por estudiosos sobre o assunto quanto por militantes de movimentos sociais.

Discussões acaloradas sempre irrompem quando o assunto é energia elétrica. De um lado, aqueles que defendem a necessidade de maiores investimentos em hidroeletricidade, considerada por eles mais barata e limpa quando comparada às termoelétricas, para sustentar o crescimento do país. De um lado, para a maioria da população fica a sensação de que não há outras formas de geração de energia além das hidrelétricas e termoelétricas, sendo as alternativas, como eólica e biomassa, apresentadas somente como “enfeites”, impossíveis de darem conta da demanda nacional. De outro, os “do contra”, os que “trabalham contra o desenvolvimento do país”, gente “pessimista” que não consegue enxergar o óbvio, como aponta Norma Valêncio no capítulo 2, sobre as armadilhas do tecnocentrismo hídrico/hidrelétrico, que, desqualificando as razões do outro como não racionais, possibilita aos grupos de poder decidirem sobre os rumos do setor a partir dos seus interesses de classe.

Na mesma linha, temos a análise feita por Elisângela Domingues Michelatto Natt e Alexandre de Pádua Carrieri sobre o discurso que sustenta a ideia de hidroeletricidade como energia limpa no capítulo 3. As vantagens da energia elétrica, cuja propagação é importante para quem detém o poder de falar, são cotejadas com inúmeros evidentes prejuízos de ordem socioambiental para grande parte da população local, silenciada pelo poder econômico das grandes empresas envolvidas nesse tipo de empreendimento.

Alexandre do Nascimento Souza e Pedro Roberto Jacobi discutem, no capítulo 4, as premissas do planejamento do setor elétrico brasileiro até 2030. A expansão da matriz elétrica brasileira esbarra em uma série de restrições socioambientais que só enfatizam a mobilização de movimentos sociais diversos e do Ministério Público. Os autores discutem as práticas de governança como um meio de lidar com os embates e fomentar acordos associados tanto à garantia do suprimento da energia quanto a questões socioambientais.

O capítulo 5, de Alexandre Cosme José Jeronymo, põe em foco o licenciamento ambiental como um dos instrumentos da política nacional de meio ambiente brasileira. Este mecanismo, imerso em um quadro de antagonismos no qual o poder econômico conta com a conivência do poder político, é alvo de críticas tanto dos agentes econômicos, que o apontam como retardador de processos de desenvolvimento, quanto da sociedade, que se ressentida da ausência de espaços efetivos para a participação popular e interesses das comunidades atingidas.

Com um olhar voltado para o caso do licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Irapé, Marcos Cristiano Zucarelli e Wendell Ficher Teixeira Assis denunciam, no capítulo 6, uma assimetria na apropriação do território e na utilização de seus recursos, ao mesmo tempo em que traduzem a imposição de um tipo de desenvolvimento unilinear que desrespeita o modo de vida das populações ribeirinhas. O processo é chamado por eles de “concentrador” por resultar na dor dos ribeirinhos que perderam a disputa pelo uso do território e, ao mesmo tempo, exprimir um único modelo de desenvolvimento baseado em uma racionalidade econômico-instrumental universal contrário ao modo de vida das populações locais.

A construção de usinas hidrelétricas aniquila deliberadamente um determinado lugar, gerando um topocí-

dio, lembra Vera Lúcia dos Santos Placido no capítulo 7. Quando a hidrelétrica se instala o espaço se altera substantivamente, o modificando ou extinguindo suas características anteriores. Além das alterações hidrológicas, que resultam na modificação da qualidade da água, e biológicas, com a extinção da fauna local, o fechamento das comportas para a formação do reservatório da usina provoca o deslocamento compulsório de centenas de ribeirinhos, forçando a (des)territorialização, já que eles não se reconhecem mais naquele território.

A partir do caso de Belo Monte, Jucilene Galvão e Célio Bermann problematizam algumas estratégias jurídico-administrativas presentes ao longo do processo decisório para a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos que procuram impossibilitar qualquer contestação e alteração do que está previamente definido. Este capítulo 8 traz, a rigor, uma reflexão sobre a produção capitalista do espaço levando em consideração a produção de hidroeletricidade em um contexto marcado pelo ideário desenvolvimentista.

Produzido a partir de análise documental que tratam da experiência de camponeses e indígenas ameaçados pela UHE São Jerônimo, no vale do rio Tibagi, no Paraná, o capítulo 9, Wagner Roberto do Amaral e Miguel Etinguer de Araujo Junior discorrem acerca da mobilização desses grupos após a divulgação da proposta de construção de sete usinas hidrelétricas na bacia do rio Tibagi pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), culminando no arquivamento de um dos empreendimentos projetados por meio da pressão e mobilização popular. Diante das progressivas iniciativas dessa natureza no país e que continuam ameaçando populações ribeirinhas, povos indígenas, agricultores familiares, comunidades tradicionais, trata-se de uma discussão relevante e imprescindível.

Grandes obras de engenharia, as hidrelétricas impressionam pela imponência, principalmente por se destacarem em paisagens distantes dos grandes centros urbanos, o que levou Oswaldo Sevá a nomeá-las como “estranhas catedrais”. Objetos estranhos ao local, mas que, de uma hora para a outra, passam a ditar regras, costumes, valores e, portanto, a modificar a vida da sociedade envolvente. Apesar de diretamente envolvidos na questão, não é incomum, entretanto, que os ribeirinhos e os moradores da região em que será instalada a hidrelétrica sejam reduzidos a números, cálculos dos custos da obra, “baixas necessárias”, utilizando um jargão militar. Em conjunto, os capítulos dessa obra se posicionam contra esta perspectiva de economicização do mundo, proporcionando uma rica e variada tessitura na interface entre energia, organizações e sociedade.

Boa leitura!

Referências

CASTILHO, D. Os sentidos da modernização. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 30, n. 2, pp.125-140, jul./dez. 2010.

FLEURY, L. C. Disputas cosmopolíticas e conflito ambiental na Amazônia brasileira, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 4, Campinas, 2013. Anais... Campinas: REACT, 2013.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 4, pp. 141-158, out./dez. 2013.

GOMES, R. Investimentos do PAC 2 garantem segurança energética do país. 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/217fb-dd4>>. Acesso em 05 fev. 2016.

PARMIGIANI, J. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR. *Tempo da Ciência*, Toledo, v. 26, n. 13, pp. 107-123, 2. sem. 2006.

SEVÁ, O. Estranhas catedrais: notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 60, n. 3, pp. 44-50, set. 2008.

Capítulo 1

Reformas do Setor Elétrico Brasileiro: Afim, o Que Mudou?

Adriana Vinholi Rampazo

Elisa Yoshie Ichikawa

Introdução

A primeira grande hidrelétrica brasileira começou a ser construída em 1949 no Rio São Francisco, a Hidrelétrica Paulo Afonso I. Em 1950, de acordo com Soares, Froehlich e Marques (2007), o país já contava com vinte e uma hidrelétricas. Os governos militares, principalmente a partir dos anos 1970, deram prioridade à construção de grandes obras, entre elas as hidrelétricas, consideradas como de interesse estratégico nacional. Assim, entre 1960 e 1980, foram construídos mais de sessenta e seis empreendimentos hidrelétricos no Brasil (SOARES; FROEHLICH; MARQUES, 2007).

Uma usina hidrelétrica utiliza a água dos rios como matéria-prima para gerar energia. Desta forma, obtém “[...] energia elétrica a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio, normalmente assegurado pela construção de uma barragem e pela consequente formação de um reservatório” (BERMANN, 2007, p.139).

O Brasil possui aproximadamente “13,7% de toda água doce do mundo” (ARAÚJO, 2007, p.13). No entanto, apesar de abundante, atualmente somente os recursos hídricos provenientes de rios com acentuado desnível ou grande vazão são utilizados para a geração de energia elétrica.

Além disso, devido ao relevo brasileiro, os seus rios são majoritariamente de planalto, tendo o leito com “rupturas de declive” e “vales encaixados”, que são propícios à geração desse tipo de energia (ARAÚJO, 2007, p.13).

Logo, “em todo o mundo, o Brasil é o país com maior potencial hidrelétrico: um total de 260 mil MW (Megawatt), segundo o Plano 2015 da ELETROBRAS¹, último inventário produzido no país em 1992” (ANEEL, 2008, p.57). Deste potencial, conforme defende a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (2008), foram aproveitados 30%, restando ainda cerca de 126 mil MW² a ser transformado pelas usinas hidrelétricas.

De acordo com a Aneel (2009a, s/p, grifo no original):

O Brasil possui no total 2.034 empreendimentos em operação, gerando 102.953.553 kW de potência. Está prevista para os próximos anos uma adição de 37.628.970 kW na capacidade de geração do País, proveniente dos 135 empreendimentos atualmente em construção e mais 449 outorgadas.

Ao mesmo tempo em que os recursos hídricos para a geração de energia elétrica são abundantes, o Brasil ainda detém tecnologia e mão de obra especializada disponível para a geração de hidroeletricidade, tendo, portanto, mais dificuldades técnicas quando se trata de outras fontes, entre elas as renováveis alternativas. Matz e Szklo (2007, p.7) afirmam que:

As principais barreiras para a disseminação de fontes renováveis alternativas na geração de energia elétrica

¹ Centrais Elétricas Brasileiras S/A.

² “Deste total, mais de 70% estão nas bacias do Amazonas e do Tocantins/Araguaia”, visto que a capacidade hidrelétrica do sul, sudeste e nordeste do Brasil já foi quase toda explorada, principalmente nas bacias do São Francisco – no nordeste – do Paraná, Grande e Iguaçu – no sul (ANEEL, 2008, p. 57).

do Brasil é o seu custo tecnológico mais elevado, quando comparado ao das fontes convencionais, assim como a dificuldade de financiamento. O estágio de desenvolvimento em que ainda se encontram algumas tecnologias de aproveitamento das fontes renováveis alternativas e as produções em escala não industrial ainda não as tornam atrativas sob o ponto de vista estritamente econômico.

Desta forma, ainda hoje, no Brasil, prefere-se a construção de hidrelétricas à busca por novas alternativas energéticas, que necessitam de maiores investimentos financeiros, não obstante as restrições socioambientais relacionadas aos empreendimentos hidrelétricos, como apontados, entre outros, por Sevá e Pinheiro (2006), Jeronymo (2007), Zhouri e Oliveira (2007), Zhouri (2012), Bermann (2012), Pinto (2012) e Fleury e Almeida (2013).

Assim, embora a construção de novas usinas hidrelétricas provoque debates acalorados, essa foi a solução encontrada pelo país para a consecução do seu modelo do setor elétrico. É sobre isso que este capítulo discute, mostrando como se deu a organização do setor elétrico brasileiro durante grande parte do século XX, a reforma no sistema elétrico na década de 1990 e início da década de 2000 que, segundo especialistas, reduziu investimentos no setor e culminou na redução do fornecimento de energia elétrica no país, e, por fim, a reforma da reforma empreendida a partir de 2004, com o objetivo principal de incentivar o planejamento e as pesquisas no setor, mantendo, no entanto, grande parte do modelo anterior intocado.

A organização do setor elétrico brasileiro

A política energética do Brasil sempre foi pautada pela construção de hidrelétricas, consideradas mais baratas³

³ Segundo a ANEEL (2008), 1 Megawatt/hora (MWh) de energia hidrelé-

do que a maioria das outras formas de geração de energia (COSTA, 2008). Se até meados do século XX era a iniciativa privada, a maioria estrangeira, que detinha a maior participação na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica⁴, a partir dos anos de 1950 é o Estado que começa a adotar posição dominante como fornecedor de energia elétrica no país (BAER; MCDONALD, 1997). A estatização era em parte incentivada pela queda dos investimentos no setor pelas empresas privadas, nos anos de 1930 e 1940, resultando em escassez de energia elétrica e grande racionamento em todo o país.

Nesse período da história econômica brasileira, conhecida como desenvolvimentista, se inicia o que Bresser-Pereira (2008, p. 26) chama de “Revolução Industrial brasileira”. “Nesse ciclo, o governo lidera com êxito uma estratégia nacional de desenvolvimento voltada para a industrialização substitutiva de importações, e o Brasil alcança as taxas de crescimento mais elevadas do mundo” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 7), sustentada pela nascente classe industrial no país. Segundo Baer e McDonald (1997), o setor elétrico, então, era o gargalo que restringia o crescimento do Brasil e tornava-se imprescindível investir na ampliação do setor:

Nos anos 50, com a ênfase na industrialização por substituição de importações como a principal estratégia de crescimento, o governo adotou a posição de que os enormes investimentos em geração e transmissão de energia,

trica tem um custo de produção de R\$118,40, contra os R\$197,95 da energia eólica e os R\$491,61 do óleo diesel, por exemplo. Somente o custo de produção da biomassa (bagaço da cana), R\$101,95, e das pequenas centrais elétricas (PCH), R\$116,55, são menores do que das hidrelétricas.

⁴ Baer e McDonald (1997, p. 11) afirmam que as empresas estrangeiras do setor elétrico foram atraídas para o Brasil pelos incentivos que o governo lhes oferecia, como a garantia legal de “uma taxa de retorno mínima, que variava de 6% a 7%, por um período de sessenta anos”.

necessários para acompanhar o crescimento urbano-industrial do país, ocorreriam por meio de empresas estatais (tanto federais quanto estaduais), ao passo que a distribuição ficaria a cargo do setor privado. Em 1953, foi proposto um Fundo Federal de Eletrificação com o objetivo de financiar investimentos no setor (BAER; MCDONALD, 1997, p.13).

“A geração de energia elétrica no Brasil foi constituindo-se a partir da produção hidrelétrica, consolidando com isso um parque gerador que aproveitou as grandes quantidades de águas interiores (bacias e rios) que o país possuía” (LEME, 2009, p.99). Para o governo, a energia gerada pelas hidrelétricas traria desenvolvimento econômico e social para o país, principalmente para a região onde estes empreendimentos estavam localizados. Desta forma, o setor – formado pela geração, transmissão e distribuição, numa estrutura hierarquizada –, somente faria este papel se estivesse sob controle do Estado⁵. Na década de 1970, o setor elétrico está, “para todos os efeitos práticos, encampado pelo Estado e, nas décadas subsequentes, foram feitos investimentos gigantescos na expansão da capacidade de geração” (BAER; MCDONALD, 1997, p.21). Goldenberg e Prado (2003, p.220), afirmam que:

As empresas públicas federais e estaduais assumiram um papel fundamental na geração, transmissão e integração de sistemas isolados e mesmo na distribuição de energia. A centralização e a coordenação permitiram o planejamento e a construção de obras hidráulicas de porte, de grandes sistemas de transmissão e da interconexão dos sistemas hidrelétricos que produziram uma melhora substancial dos serviços de eletricidade e a redução nos custos de fornecimento, pelos efeitos de economia de escala.

⁵ O planejamento da expansão do sistema elétrico brasileiro ficou a cargo da Eletrobrás, segundo Goldemberg e Prado (2003).

Neste momento, a consolidação da hidroeletricidade se dá a partir da articulação dos segmentos “de estudos e projetos, de construção civil e de equipamentos elétricos”, lembra Pase (2012, p.120). É assim que se fortalecem as grandes empresas envolvidas com a construção dos empreendimentos hidrelétricos no país, como a Engevix, a Camargo Correa, a Voith-Siemens e a Alston, que foram bastante beneficiadas pelas políticas de expansão do setor elétrico brasileiro.

No entanto, a segunda crise do petróleo, em 1979, trouxe dificuldades ao Brasil, que não conseguiu controlar sua balança de pagamentos. A necessidade de investimento para continuar o plano de desenvolvimento iniciado na década de 1970 ajudou a agravar a situação do país, levando a “uma grave crise de nossa dívida externa e afetou fortemente o financiamento do setor elétrico”, paralisando novos empreendimentos e atrasando os que estavam em andamento (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p.221). De acordo com Goldenberg e Prado (2003, p.221), o contexto macroeconômico não sustentava os investimentos no setor:

De um lado, como o país apresentava um crescimento econômico débil, os mercados elétricos planejados não se realizavam, ocasionando sobras de energia e receitas menores que as previstas. Por outro lado, nos anos de 1980, no plano interno de funcionamento do setor, a política tarifária constituiu-se no mais grave dos problemas, visto que os preços da eletricidade eram sistematicamente contidos em nome do combate à inflação. Como consequência, houve a queda da remuneração média do setor, que ficou muito abaixo da remuneração legal permitida pelo “serviço pelo custo”. A essa situação juntou-se o uso das empresas elétricas estatais como instrumento de cobertura de deficits da balança de pagamentos, obrigando-as a captar recursos no exte-

rior para a cobertura das altas faturas da “conta petróleo”, provocadas pela crise de 1979.

De acordo com Bresser-Pereira (2008, p.7), a estratégia desenvolvimentista no Brasil foi mantida até a crise dos anos de 1980⁶, quando o Pacto Nacional-Desenvolvimentista, “que contava com a participação dos empresários industriais, de setores não exportadores da velha oligarquia de origens patriarcais, dos técnicos ou burocratas do Estado e dos trabalhadores organizados”, começa a ser rejeitado, primeiro pelos intelectuais de esquerda e, num segundo momento, por grande parte da população. “Em seu lugar, um novo consenso vai se formar, não mais baseado nas ideias de Nação e desenvolvimento econômico, mas na reivindicação de democracia e justiça social”, culminando no movimento das Diretas Já⁷ e na democratização, em 1985 (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.8).

Desta forma, há, nas palavras de Bresser-Pereira (2008, p.9), um “abandono das ideias nacionais” em prol da democracia e da justiça. A democracia já fora alcançada, faltava, portanto, a justiça. E isto se daria com o “aumento da despesa pública na área social” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 9). Os recursos governamentais deveriam ser transferidos dos gastos com infraestrutura para áreas sociais.

No setor elétrico, após a promulgação da Constituição de 1988, foram retirados recursos que o financiavam internamente, como o Imposto Único sobre a Energia Elé-

⁶ Bresser-Pereira (2008, p.83) deixa claro que “a grande crise dos anos 1980 não foi apenas uma crise econômica – uma crise da dívida externa, uma crise fiscal do estado, e uma crise de alta inflação. Foi também, senão principalmente, uma crise política. No seu final, já no início dos anos 1990, depois de um vácuo de poder que durou quatro anos desde o colapso do Plano Cruzado, ela marcou o fim da hegemonia da burguesia industrial e da burocracia pública, e o início de uma nova coalizão política”.

⁷ Movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil, ocorrido em 1984.

trica (IUEE) e os empréstimos compulsórios. Às empresas do setor, restou, então, recorrer ao financiamento externo para a sua manutenção. Com isso, “um elevado serviço da dívida [...] levou [o setor] à inadimplência, tanto entre as empresas como em relação a fornecedores e empreiteiros” (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p.222) e, com o tempo, dificultou a obtenção de novos empréstimos para a expansão da área.

Esta situação perdurou até o início da década de 1990, quando o presidente Fernando Collor de Mello toma posse. Nesse momento, “o nacional-desenvolvimentismo estava morto; o país se rendia aos interesses dos países ricos”, fundando o Pacto Liberal-Dependente que, por meio de uma administração chamada de gerencial, rentistas e agentes financeiros eram beneficiados (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 84). O pano de fundo do governo Collor foi o liberalismo econômico, “promovido especialmente por agências multilaterais (BIRD⁸, BID⁹, FMI¹⁰). Essa visão pregava [...] a liberalização dos preços, do comércio e do investimento estrangeiro, a desregulamentação e a privatização em grande escala, como medidas a serem adotadas em países como o Brasil” (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p. 223).

Nesse contexto, em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso começa um programa de reformas do Estado, tomando por base as ocorridas nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), principalmente a do Reino Unido. Bresser-Pereira (1998, p. 49), que foi ministro da reforma durante o governo de Fernando Henrique Cardoso

⁸ BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (mais conhecido como Banco Mundial).

⁹ BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

¹⁰ FMI – Fundo Monetário Internacional.

(FHC), afirma que “a grande tarefa política dos anos 90 é a reforma ou reconstrução do Estado”, visto que a crise mundial ocorrida nos anos de 1970 foi uma crise de Estado, “face a seu crescimento distorcido e ao processo de globalização”. Essa crise fez surgir altas taxas de desemprego e inflação, além da redução do crescimento econômico dos países em todo o mundo.

Desta forma, Bresser-Pereira (1998, p. 50) defende que foi necessário atacar três problemas principais, que estão presentes no Estado burocrático: a) “a delimitação do tamanho do Estado”; b) “a redefinição do papel regulador do Estado”; e c) a “recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo”. Todos eles são problemas independentes, mas interligados.

Para o primeiro problema, a delimitação do tamanho do Estado, as medidas tomadas foram a privatização e a terceirização. Para isto, tornou-se necessário pensar no segundo problema, ou seja, redefinir o papel regulador do Estado, visto que, ao contrário do que pensam os adeptos do liberalismo conservador, “a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo é, de fato, realizada não apenas pelo mercado [...], mas também pelo Estado” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 51). Quando só o mercado é responsável pela alocação de recursos, corre-se o risco de formação de monopólios e o aumento descontrolado de preços. Foi nesse contexto de ideias que foram criadas as agências reguladoras, no caso do setor elétrico, a Aneel.

O terceiro elemento fundamental para a reforma foi corrigir o problema de governança, ou seja, a capacidade gerencial do Estado. Desta forma, buscou-se livrar o Estado da administração burocrática, instalada na administração pública brasileira nos anos de 1930, e implantar uma admi-

nistração gerencialista. Neste novo tipo de administração pública, se busca aplicar as mesmas ferramentas de gestão utilizadas nas organizações privadas, como as avaliações de desempenho, novas formas de controle do orçamento e serviços públicos e foco no cliente (ABRUCIO, 1997).

Reforma no sistema elétrico

A partir dos anos de 1990, acompanhando as ideias da reforma do Estado, teve início no Brasil uma grande onda de privatizações em diversos setores do serviço público. O impulso para as privatizações foi a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), como parte das reformas econômicas promovidas pelo Estado brasileiro (BNDES, 2002). De acordo com Goldenberg e Prado (2003, p.223), especificamente no que tange ao setor elétrico:

A reforma e a introdução da concorrência na indústria elétrica proposta pelo governo FHC consistiu numa tentativa de redefinição [...] do papel do Estado na área. Classicamente, esse papel consistia de três funções exercidas pela administração pública: regulamentar a operação do monopólio; definir e encaminhar políticas de interesse geral; e funcionar como proprietária quando se tratavam de empresas públicas. No Brasil, tais funções eram exercidas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), Ministério de Minas e Energia (MME) e empresas estatais elétricas. A reforma teve por objetivo principal criar um mercado livre, por meio de incentivos à eficiência, e limitar, ao mínimo, a imposição de objetivos e intervenções governamentais.

Paiva (1994) afirma que, no período, houve um processo de desestatização sem controle e sem “[...] qualquer preocupação com a questão do aumento do grau de concentração e com a consequente redução da competição na indústria em processo de privatização” (PAIVA, 1994, p.107).

No setor de energia elétrica não foi diferente. Até 2001, foram privatizadas três empresas federais do setor elétrico brasileiro e outras vinte estaduais¹¹. Desta forma, de acordo com Pinheiro (2007, p.21), mais de 80% do setor de distribuição, e cerca de 20% do setor de geração de energia elétrica passaram para as mãos do capital privado, entre eles, grupos estrangeiros. Pires (2000, p. 15) complementa ainda que, devido aos calotes na década de 1980, que devastou a credibilidade das empresas brasileiras do setor de energia elétrica,

o governo priorizou a venda das empresas do segmento de distribuição, por entender que dificilmente conseguiria atrair interessados para os ativos de geração caso não houvesse a perspectiva de um mercado atacadista privado de energia, no qual estariam eliminados os riscos de calote nas transações de venda de energia.

Como precisava de investimentos no setor, o governo buscou, nesse período inicial de desestatização, “elaborar e interpretar contratos de concessão de modo favorável ao investidor” (BAER; MCDONALD, 1997, p.34). Assim, ainda de acordo com Baer e McDonald (1997, p. 34):

Os grupos privados nacionais e estrangeiros evidentemente sentir-se-ão atraídos por um arranjo concessionário, se entenderem que o governo está disposto a interpretar o contrato de modo a permitir que se obtenha uma taxa de retorno suficientemente alta para recuperar todo o capital investido na empresa durante o período da concessão e auferir um lucro considerável, em termos internacionais.

Na opinião de Camargo (2005) e D’Araújo (2009), um dos equívocos da privatização no Brasil foi ela ter se ini-

¹¹ Aqui não estão incluídas as companhias que foram parcialmente privatizadas, como a Cemig em Minas Gerais, em que 1/3 foi repassado à iniciativa privada.

ciado antes mesmo da regulação do setor. O governo assumia, então, o papel de mero expectador frente às ações de empresas privadas:

Uma das críticas mais comuns do malogro do quadro institucional desenvolvido e implantado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso diz respeito à perda de capacidade de planejamento a longo prazo do setor elétrico, uma vez que as decisões de novas gerações de energia estariam a cargo das dinâmicas próprias do mercado (CAMARGO, 2005, p.5).

D'Araújo (2009, p.145) lembra que houve um “‘desmonte’ de equipes e processos de planejamento nas empresas federais e, principalmente na Eletrobrás, que perdeu suas funções organizadoras do setor”. Sem a liderança do poder público nas funções de planejamento de novos empreendimentos, o setor privado acabou desenvolvendo, sem qualquer experiência, projetos “inconsistentes e incoerentes entre si” (D'ARAÚJO, 2009, p.145) que acabaram, como veremos adiante, comprometendo todo o sistema de distribuição, gerando racionamento de energia em 2001.

Goldenberg e Prado (2003) complementam dizendo que as reformas do sistema elétrico brasileiro, neste período, não foram desenvolvidas tendo em vista as suas características, mas sim “induzidas pela adoção de uma reforma calcada em experiências de outros países¹² e

¹² Principalmente do Inglês, bastante diferente do brasileiro. Historicamente, a matriz energética britânica é carbonífera. Nas décadas de 1970 e 1980, a então primeira-ministra, Margareth Thatcher, resolve reduzir a dependência do carvão na Grã-Bretanha. “Para isso, seria necessária uma profunda alteração tecnológica da matriz energética inglesa. O gás natural despontava como a opção mais promissora e eficiente para substituir as poluentes, ineficientes e caras térmicas a carvão, principais responsáveis pelo fog londrino. Portanto, a reforma do setor elétrico inglês tinha um objetivo tecnológico, além do objetivo econômico e político” (D'ARAÚJO, 2009, p.122).

inadequada às características brasileiras e ao nosso sistema predominantemente hidrelétrico” (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p. 233).

O projeto da reforma do setor elétrico foi desenvolvido por uma empresa de consultoria internacional, contratada pelo governo federal. A partir desse estudo, foram definidos os objetivos principais da reforma: desverticalização, privatização, competição e livre acesso às redes de transmissão e distribuição (GOLDENBERG; PRADO, 2003). O primeiro deles, a desverticalização, separou as empresas pelas atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização, numa integração horizontal¹³. Isso foi necessário devido ao segundo objetivo da reforma, a privatização. A competição entre as empresas iria proporcionar dinamismo ao setor, favorecendo a eficiência, a inovação e a redução nos preços. Finalmente, o último objetivo, o livre acesso às redes de transmissão e distribuição, garantiria a competição no setor.

“A privatização [...] no setor elétrico do Brasil e a implementação de um novo modelo para esse setor são parte da transição econômica do Brasil, do modelo de crescimento impulsionado pelo Estado, para o crescimento impulsionado pelo mercado”, defende Ferreira (2000, p. 181). É com esta esperança que o governo tornou o mercado propício aos investidores, que Baer e McDonald (1997, p. 31) chamam de “clima amigável ao investidor privado”, principalmente ao estrangeiro, tomando medidas como: a abolição do Sistema Tarifário

¹³ Como vimos aqui, no modelo anterior havia uma estrutura hierarquizada no setor, sendo o Estado o controlador. “Porém, com os novos arranjos político-institucionais da década de 1990 para o setor elétrico, essa estrutura começou a mudar para um modelo de integração horizontal, ou seja, houve uma mudança da estrutura estatal hierarquizada para outra estrutura baseada em empresas privadas e na livre concorrência do mercado de energia elétrica”, informa Leme (2009, p.99).

Nacional Uniforme; a criação de uma rede de transmissão de livre acesso; e a Lei de Concessões, que estabelece as normas para outorga dos serviços públicos e cria a figura do produtor independente de energia.

Antes de 1993, os preços cobrados pela energia elétrica eram iguais em todo o Brasil “e o governo garantia um retorno sobre os ativos de 10% a 12% ao ano” (BAER; MC-DONALD, 1997, p. 31). A empresa do sistema que lucrava mais do que garantia o governo repassava a diferença às que não tinham conseguido um retorno de no mínimo 10%. É importante lembrar que estas empresas eram todas estatais. Com a abolição do Sistema Tarifário Nacional Uniforme, as empresas, muitas já privatizadas, passam a estabelecer suas próprias tarifas¹⁴, conforme seus custos e sua política de lucratividade e risco.

Ao mesmo tempo, a criação da rede básica possibilitou a entrada de novos empreendimentos no setor. O transporte da energia elétrica é feita utilizando-se a rede de linhas de transmissão e subestações, denominada rede básica, que pode ser utilizada por qualquer agente do setor, conforme informa a ANEEL (2009b). Desta forma, fica assegurado o transporte da energia elétrica de qualquer empresa pelas linhas de transmissão existentes no país.

Este ambiente fez com que a concepção da energia elétrica mudasse no Brasil de bem social passa a ser considerada uma mercadoria e, portanto, dependente do lucro. Esta mudança “criou as condições para uma nova modelagem do sistema elétrico” brasileiro (ETCHEVERRY, 2006, p. 4). Machado (2000, p.205) ainda lembra que:

O processo de privatização do sistema e de suas instalações foi realizado com base em um estudo global produzi-

¹⁴ Com a criação da ANEEL, em 1996, as tarifas definidas pelas empresas do setor de energia elétrica têm que ser aprovadas por ela.

do por uma comissão constituída por membros das diferentes utilidades públicas, com o apoio de um consultor internacional. Como resultado disso, a legislação foi modificada para permitir que particulares investissem em usinas novas e existentes. Foi criada a figura do produtor de energia independente, foram calculados os direitos legais das utilidades regionais e estaduais construir usinas nas regiões sob sua jurisdição. Qualquer empresa produtora de energia, seja pública ou privada, podia tentar buscar um projeto, em qualquer lugar do país, desde que obtivesse uma concessão da Aneel, a agência criada pelo Governo Federal, em substituição ao DNAEE, para controlar as concessões e a implementação de projetos.

Assim, após mais de cinquenta anos de controle estatal, em 1996¹⁵ o sistema elétrico brasileiro se abriu para o mercado livre, tornando a energia hidrelétrica um setor interessante para a iniciativa privada, principalmente para os investidores estrangeiros, que adquiriam empreendimentos em pleno funcionamento e não eram obrigados, por contrato, a fazer nenhum investimento e nem repassar ganhos de produtividade aos consumidores por oito anos (BENJAMIN, 2001).

Uma vez iniciada a venda das empresas públicas do setor energético, as empresas privadas adquiriam empreendimentos altamente lucrativos, que necessitavam de pouco investimento. Como não precisavam investir nada por oito anos e ainda foram financiadas¹⁶ e capita-

¹⁵ A Lei nº 9.427, de dezembro de 1996, determinou que “[...] a exploração dos potenciais hidráulicos fosse concedida por meio de concorrência ou leilão, em que o maior valor oferecido pela outorga (uso do bem público) determinaria o vencedor” (ANEEL, 2008, p.18). Em 2004 esta sistemática foi mudada e o vencedor da licitação seria aquele que oferecesse o menor preço para a venda da produção das usinas.

¹⁶ O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), através do BNDES, “repassou US\$5 bilhões para financiar os grupos privados que compraram estatais do setor elétrico”, afirma Benjamim (2001). Segundo d’Araújo (2009, p.128), “em

lizadas¹⁷ pelo próprio governo brasileiro, conseguiam gerar energia a R\$5 o kWh, comercializando com altas taxas de lucro. Em 2001, de acordo com Rosa (2001, p.30):

[...] a geração em usina, especificamente em Furnas, tem custo de geração pouco acima de R\$5,00 por megawatt/hora. Furnas vende essa energia, no mix de todas as suas usinas, por R\$40,00 megawatt/hora. A concessionária de serviço de energia elétrica e distribuição, no setor residencial, atinge mais de R\$200 megawatt/hora.

No entanto, apesar dos baixos custos de produção, a energia elétrica no Brasil é uma das mais caras do mundo. Em 2009, por exemplo, o Brasil ocupava a segunda posição no *ranking* mundial de tarifa industrial de energia elétrica, ficando atrás apenas da Itália, e, na tarifa residencial, possuía a sexta tarifa mais cara (D'ARAÚJO, 2009). Segundo Santos *et al.* (2008, p.438), “desde 1995, o valor das tarifas energéticas quintuplicou”. Se comparada à inflação do período¹⁸, a tarifa de energia elétrica brasileira subiu bem mais, cerca de 500%.

É claro que, devido a problemas cambiais, comparações deste tipo são sempre complicadas. “Se a mesma lista fosse obtida para o ano de 2003, as tarifas brasileiras seriam razoáveis, já que, nesse ano, 1 US\$ chegou a valer quase R\$ 4. Na data de validade desses dados, o dólar vale menos da metade disso” (D'ARAÚJO, 2009, p.179).

No entanto, mesmo com o problema cambial, é possível,

função da queda de mercado verificada após o racionamento [de energia em 2001], ocorreram problemas na quitação desses empréstimos”.

¹⁷ “Em 2003, na contramão do processo que deveria liberar o estado de despesas com as atividades do setor, as autoridades foram obrigadas a lançar um ‘programa de capitalização de distribuidoras de energia elétrica’. Cerca de R\$ 3 bilhões foram alocados a esse programa” (D'ARAÚJO, 2009, p.128).

¹⁸ A inflação acumulada entre 1994 a 2006 foram de 164% (IPCA) e 236% (IGP-M), informa Santos *et al.* (2008).

ao se fazer comparações entre as tarifas brasileiras e de países com matrizes energéticas concentradas em fontes mais caras, chegar facilmente a conclusão de que a tarifa brasileira é muito alta, afirma D'Araújo (2009). A título de exemplo, podemos citar a tarifa industrial praticada pelo Japão (já com os impostos) – “país que não dispõe de fontes baratas de energia”, chama a atenção D'Araújo (2009, p.179) –, que é somente US\$ 5 maior que a brasileira sem os impostos¹⁹. Em 2011, quando a tarifa industrial de energia elétrica no Brasil era de R\$329,0 R\$/MWh, um estudo da FIRJAN (2011, p.12) chamava a atenção para o fato de que, “quando comparada a dos demais países dos BRICs, a tarifa de energia elétrica industrial no Brasil é 134% maior do que a média das tarifas de China, Índia e Rússia (140,7 R\$/MWh)”, em que a produção de energia elétrica é predominantemente termoeleétrica.

E isto se deu com a privatização do setor, que pouco investiu na melhoria do serviço e na eficiência, segundo afirma Rosa (2001). Como a energia passou a ser vista como simples mercadoria, os investimentos tecnológicos e de inovação²⁰ ficaram à mercê do mercado. Como o mercado é controlado por poucas empresas, quase não há concorrência. Com isso, há um investimento mínimo necessário para que o sistema continue funcionando, pois não há necessidade de brigar pelo mercado com outras empresas²¹.

¹⁹ Santos et al. (2008, p.439) afirmam que “apesar do sensível aumento da energia no primeiro governo FHC, em 1998, o Brasil ainda possuía uma das tarifas mais baixas na comparação internacional, mesmo com uma taxa de câmbio mantida artificialmente apreciada. Já em 2006, o Brasil despontava como uma das mais caras tarifas energéticas, à frente de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, incluindo até países com matrizes energéticas concentradas em energias caras”.

²⁰ No setor elétrico, as privatizações e o mercado livre não favoreceram a inovação tecnológica, como era esperado pelos planejadores do novo modelo energético (DEFEUILLEY; FURTADO, 2000).

²¹ Além disso, como já discutido aqui, os compradores das usinas não eram obrigados a fazer investimentos – e em regra, não o faziam – para manterem altas taxas de lucro, já que as usinas eram adquiridas em funcionamento e

Para D'Araújo (2009), a ideia da concorrência, definitivamente, não resulta em redução dos preços das tarifas²². Nos Estados Unidos, por exemplo, onde as regras de livre mercado foram aplicadas no setor elétrico em 14 dos 55 Estados, verifica-se que as menores tarifas de energia são em Estados onde se aplicam rígidas regras de controle estatal do serviço pelo custo, sejam as empresas públicas ou privadas.

Com a privatização, o governo esperava atrair capitais com a compra dos ativos já existentes e a construção de novas usinas, lembra D'Araújo (2009). No entanto, isto não ocorreu, pois “[...] pode-se dizer que o ‘mercado’ preferia aguardar a venda das empresas estatais, já constituídas, do que arriscar a novos empreendimentos num quadro institucional incompleto e mutante” (D’ARAÚJO, 2009, p.145).

Sem investimento, o sistema elétrico brasileiro entrou em colapso, resultando no racionamento ocorrido em 2001, popularmente conhecido como “apagão”. Nesse ano, o fornecimento de energia elétrica caiu cerca de 20%, de 45.000 MW_{med}²³ para 35.000 MW_{med'} afirma

qualquer ineficiência não comprometia os ganhos.

²² Tanto é assim que, em 2013, o governo de Dilma Rousseff resolveu enfrentar a questão das altas tarifas. A medida tomada por ela foi renovar as concessões das usinas hidrelétricas que estavam prestes a vencer, em troca da redução nas tarifas. Para Rosa (2013), a ideia foi boa, uma vez que os valores das tarifas de energia no Brasil estavam em patamares bastante elevados e poderiam comprometer o crescimento econômico do país. No entanto, a forma como foi feita onerou as companhias estatais de geração, principalmente as do grupo ELETROBRAS, as únicas de grande porte que aceitaram a proposta do governo. Assim, longe de atacar o problema pela raiz, o governo impôs as medidas que, para alguns especialistas do setor, como o professor Ildo Sauer (2014), podem resultar, em médio prazo, no desmantelamento das companhias estatais de energia elétrica, impondo maiores custos à população. Já as empresas privadas e as estaduais – como a COPEL, do Paraná, e a CEMIG, de Minas Gerais – que não aderiram ao acordo continuam a se valer das leis de mercado para formar suas tarifas, agora bem acima das estatais que aceitaram a renovação das concessões.

²³ Megawatts médios.

D'Araújo (2009). Além disso, o consumo também caiu cerca de 5.000 MW_{med}.

Se inicialmente a falta de chuvas foi considerada culpada pela queda no fornecimento de energia elétrica no Brasil, o relatório Kelman, resultado da análise feita por uma comissão de especialistas sobre as razões do racionamento, nega essa hipótese (D'ARAÚJO, 2009). Para estes especialistas, o racionamento teria ocorrido devido à falta de expansão do sistema de distribuição de energia, que naquele momento estava sob responsabilidade de empresas regidas pelas leis de mercado, que, portanto, não acharam vantajoso investir. Segundo D'Araújo (2009, p.144), “num país de dimensões continentais, repleto de desigualdades, com amplos espaços a serem incorporados ao sistema interligado, atribuir à vontade dos novos capitais que recém adquiriam as empresas distribuidoras foi, no mínimo, temerário”.

O novo modelo do sistema elétrico brasileiro: a reforma da reforma

Com a crise energética de 2001, conhecida como “apagão”, foi necessário se pensar em reformulações no setor. E isso foi feito com a edição da Medida Provisória 144, posteriormente transformada em lei pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva em 2004. Além de outras mudanças no sistema, duas foram bastante importantes, segundo D'Araújo (2009): a) a adoção da licitação pelo menor custo ao invés do preço por uso de bem público; b) criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que, a partir daquela data, passa a ser responsável pelo planejamento e as pesquisas do setor.

Esposito (2010, p.244) explica que com vistas à modicidade das tarifas de energia elétrica:

Os leilões de concessão de hidrelétricas não são mais realizados pela maior oferta de pagamento do uso do bem público (UBP), sendo executados no esquema de leilão reverso (holandês), no qual obtém a concessão o empreendedor que oferece a menor tarifa de eletricidade a ser contratada por um período de 30 anos [...].

Desta forma, “[...] uma parte importante do modelo anterior permaneceu intocada” (D’ARAÚJO, 2009, p.149). A liberdade de mercado é uma destas partes. Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, as privatizações no setor elétrico foram interrompidas. No entanto, o modelo do setor continuou o mesmo. Assim, através dos leilões e de outorgas mantêm-se a sistemática da energia elétrica como mercadoria, principalmente na geração.

Como visto, a crise energética de 2001 foi justamente a falta de investimentos no setor. Esposito (2010) afirma que a queda nas taxas de investimento no sistema elétrico brasileiro se deu por falta de coordenação e planejamento. Com a reforma da década de 1990, a Eletrobrás perde suas funções de coordenadora de investimentos no setor e não é substituída por nenhuma outra instituição pública, privada ou pelo mercado.

Com a reforma empreendida em 2004, é criada uma nova estatal, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), “instituição técnica especializada, com o objetivo principal de desenvolver os estudos necessários ao exercício, pelo MME²⁴, da função de efetuar o planejamento energético” (CAMARGO, 2005, p.10).

Para Esposito (2010, p.246), “em decorrência das modificações do marco regulatório em 2004, houve retomada dos investimentos no segmento de geração de eletricidade num ritmo não observado no período

²⁴ Ministério de Minas e Energia.

pós-reformas (iniciado em 1996)”. Os maiores investimentos são, como tradicionalmente ocorre, na geração, que desencadeia novos empreendimentos nos outros setores do sistema.

Com a revitalização da função de planejamento, os investimentos no setor são retomados e, consequentemente, a produção de energia elétrica no Brasil aumentou consideravelmente de 2002 a 2013, devido, principalmente, ao investimento público, uma vez que o Estado está presente como financiador ou investidor (total ou parcialmente). Em grande parte dos empreendimentos no setor de energia elétrica, as centrais elétricas de serviço público representam quase 85% da geração total (EPE, 2014).

Neste modelo, o Estado volta a ter posição ativa no planejamento e financiamento dos empreendimentos no setor energético, posto que a energia é novamente vista como de fundamental importância para o crescimento econômico do país. Essa é uma orientação bastante clara dos governos petistas de Lula e Dilma. O governo do presidente Lula, por exemplo, tendo ao seu lado a ministra da Casa-Civil, Dilma Rousseff, futura presidente do Brasil, fincou as bases do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na ampliação da geração de energia elétrica. Neste programa, lançado pelo governo em 2007, foram previstos R\$274,8 bilhões para a área energética²⁵, tendo como justificativa que “a expansão do investimento em infraestrutura é condição fundamental para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil” (BRASIL, 2009).

Neste contexto, o governo assume o financiamento e os riscos dos projetos das novas usinas hidrelétricas no país, além de facilitar a aprovação desses empreendimentos

²⁵ Segundo o balanço do PAC (BRASIL, 2009), são 53 projetos de usinas hidrelétricas espalhadas por todo território nacional.

por meio de estratégias legislativas e administrativas, fortalecendo o setor em detrimento das questões ambientais. Para Pase (2012, p.123):

Na prática, o que ocorre é que a gestão dos negócios e administração dos lucros é transferida para a esfera privada, no entanto o Estado permanece viabilizando os empreendimentos intensivos em capital e tecnologia através da liberação ambiental e financiamento das obras.

O que significa a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos, afirma Pinto (2012, p.781), a partir do caso de Belo Monte:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se comprometeu a entrar com 80% do custo de Belo Monte. Como é uma despesa gigantesca, o dinheiro sairá do caixa do Tesouro Nacional, fonte de R\$ 200 bilhões incorporados ao banco nos últimos dois anos (recorde em todos os tempos). Se o equilíbrio financeiro ficar ameaçado ou for comprometido, sabe-se de onde virá a salvação.

No entanto, segundo a Aneel (2008, p.52), a expansão do setor elétrico programada para os últimos anos “[...] não ocorreu na velocidade prevista”. Na perspectiva da Aneel (2008, p. 52), o problema foi, principalmente, a “[...] pressão de caráter ambiental contra as usinas hidrelétricas de grande porte”, principal componente da matriz energética do Brasil. Sevá Filho e Pinheiro (2006, p. 2) complementam:

De fato, dentre dezenas de projetos de usinas hidrelétricas cuja concessão foi contratada desde 1996, muitos estão paralisados em função de: 1) problemas judiciais, 2) negativa ou cancelamento de licença ambiental, 3) desentendimentos financeiros e comerciais envolvendo os vendedores dos leilões e, 4) problemas regulatórios do mercado de eletricidade.

Grande parte das usinas planejadas no PAC está localizada na bacia Amazônica, uma vez que o potencial hidroelétrico das regiões sul, sudeste e nordeste já foi quase todo explorado (ANEEL, 2008). Entre elas, as usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e Belo Monte no Pará, envolvidas, antes mesmo do início da construção, em processos controversos. Por um lado o governo e uma parcela da sociedade brasileira está justificando a instalação dessas usinas na bacia Amazônica a partir da ideia de progresso, abstraindo todas as outras questões socioculturais e ambientais. De outro, os que denunciam os interesses econômicos sobre os direitos das comunidades vizinhas ao empreendimento e os impactos negativos que ela causará ao meio ambiente.

É devido a isso que o parque gerador de energia elétrica no Brasil, historicamente concentrado na produção hidráulica, vem se alterando nos últimos tempos. A matriz energética brasileira ainda é em grande parte dependente da hidroeletricidade. No entanto, a participação das hidrelétricas na geração de energia elétrica no Brasil vem se reduzindo nos últimos anos, passando de cerca de 90% há alguns anos para um pouco mais de 70% hoje, segundo a Aneel (2008).

O problema é que essa diversificação não está se dando devido à busca por alternativas que gerem menos impactos socioambientais, mas porque as usinas térmicas são mais fáceis de serem autorizadas do que as hidrelétricas, sempre envolvidas em difíceis processos populares contrários à sua construção. Depois do apagão de 2001, se desenvolveu no Brasil o que é chamado por Bermann (2007) de “Síndrome do Blecaute”: um medo generalizado do *déficit* de energia elétrica. Esta síndrome, defende Bermann (2007), força a legitimação de empreendimentos absolutamente incoerentes, permitindo sua implantação sem grandes questionamentos por uma parte da população.

Considerações finais

Nesse capítulo, discutimos como se deu a organização do setor elétrico brasileiro. Vimos que de bem social, financiada pelo Estado, a energia passou, na década de 1990, a ser considerada uma mercadoria, o que permitiu a busca do lucro como objetivo principal. Ancorado pelas ideias de reformas do Estado, grande parte do sistema elétrico brasileiro passou para as mãos do capital privado. Esperava-se que, assim, o Estado poderia se concentrar em resolver as questões mais urgentes da sociedade brasileira, como a justiça social e a desigualdade, deixando outras atividades a cargo dos empresários.

O que parecia ser uma boa ideia resultou em um projeto com diversos problemas. Os erros cometidos – redução da capacidade de planejamento do Estado, reforma feita com base em um modelo importado, crença demasiada na capacidade do mercado de regular o setor – acabaram, segundo D’Araújo (2009), comprometendo todo o sistema de distribuição, gerando racionamento de energia, o “apagão”, em grande parte do país.

Após essa crise energética, ficou claro que o setor não poderia ficar totalmente sob responsabilidade da iniciativa privada. Era preciso que o planejamento e a coordenação fosse feita pelo Estado. E é esse o pilar da reforma da reforma, empreendida a partir de 2004 no Brasil, uma vez que as privatizações no setor elétrico foram interrompidas. No entanto, o modelo do setor continuou o mesmo, ou seja, nos leilões e nas outorgas mantêm-se a sistemática da energia elétrica como mercadoria, principalmente na geração.

Com o tempo, a presença do Estado se amplia no setor que, além de planejador e coordenador, passa a ser o principal financiador dos empreendimentos. Seu papel agora não é mais como em meados do século passado, em que o

Estado atuava como planejador, executor e gestor dos empreendimentos hidrelétricos. Agora, seu papel é apenas de investidor, que corre todos os riscos sem, no entanto, opinar na gestão do empreendimento.

É interessante notar como, desde o início, a mesma lógica se impõe: há uma forte ligação entre as empresas privadas e o Estado no setor elétrico brasileiro. Em todos os períodos, muda-se a sistemática, mas as empresas privadas sempre se beneficiam dos negócios que rondam o setor. Seja como beneficiárias dos financiamentos, seja como prestadoras de serviço para a instalação dos empreendimentos ou seja como adquirentes das companhias estatais em pleno funcionamento.

Para isso, as outras variáveis que não estejam diretamente alinhadas ao econômico são vistas como empecilho e, portanto, devem ser derrubadas. É por isso que a população vizinha aos empreendimentos é desconsiderada na sua forma de vida e a legislação ambiental é flexibilizada. Depois de 2001, o governo e o setor privado ainda contam com a “Síndrome do Blecaute” para legitimar qualquer empreendimento da área de energia, por mais inconsistente que seja seu projeto (BERMANN, 2007). No fim, a única variável que é verdadeiramente levada em consideração é a econômica.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, Brasília, n.10, 1997.

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **BIG: Banco de Informações de Geração**: capacidade de geração do Brasil. 2009a. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2009.

_____. **Informações técnicas**: tarifas: agentes do setor elétrico. Brasília: Aneel, 2009b.

_____. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3 ed. Brasília: Aneel, 2008.

ARAÚJO, Ligia M. Nascimento de. Recursos hídricos. In: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; CETEM – CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL. **Tendências tecnológicas**: geociências e tecnologia mineral: Brasil 2015. Brasília: CETEM, 2007.

BAER, Werner; MCDONALD, Curt. Um retorno ao passado? A privatização de empresas de serviços públicos no Brasil: o caso do setor de energia elétrica. **Políticas Públicas e Planejamento**, n.16, pp.5-38, 1997.

BENJAMIM, Cesar. Foi loucura, mas houve método nela: gênese, dinâmica e sentido da crise energética brasileira. **Caros amigos**, São Paulo, n.51, jun. 2001.

BERMANN, Célio. Os projetos das mega-obras hidrelétricas na Amazônia: sociedade e ambiente frente à ação governamental. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília: ABA, 2012.

_____. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.21, n.59, pp.139-153, jan./abr. 2007.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Privatização**: histórico. BNDES: Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/historico/history.asp>>. Acesso em 4 de março de 2009.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. **PAC 8º Balanço**: maio a agosto de 2009: parte 3A. 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/balancos/copy_of_copy_of_5balanco/>. Acesso em: 22 dez. 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Burocracia pública na construção do Brasil**. [S.l.; s.n], 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Books/Livro-BurocraciaConstruçãoBrasil.6.pdf>>. Acesso em 06 de janeiro de 2009.

_____. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova – Revista de Cultura Política**, n. 45, pp.49-95, 1998.

CAMARGO, Ricardo Luiz. Reformas no setor elétrico: a burocracia nos processos de mudança. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., Santiago, Chile, 2005. **Anais Eletrônicos...** 2005.

COSTA, Heitor Scalabrini. Energia limpa e barata? **Revista Ambiente Já**, Abr. 2008.

D'ARAÚJO, Roberto Pereira. **Setor elétrico brasileiro**: uma aventura mercantil. Brasília: Confea, 2009.

DEFUILLÉY, Christophe; FURTADO, André Tosi. Impacts de l'ouverture à la concurrence sur la R&D dans le secteur électrique. **Annals of Public and Cooperative Economics**, [s.l], n.1, v.71, pp.5-28, 2000.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanco Energético Nacional 2014**: ano base 2013. Rio de Janeiro: EPE, 2014.

ETCHEVERRY, Maria Soledad. Privatização do setor elétrico brasileiro: impactos sobre o trabalho. In: ENCONTRO INTERNACIONAL TRABALHO E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES – LABOR/UFC, 1, **Anais...** Fortaleza, 2006.

ESPOSITO, Alexandre Siciliano. Contexto e panorama dos investimentos no setor elétrico brasileiro. In: TORRES, Ernani; PUGA, Fernando; MEIRELLES, Beatriz (Org.). **Perspectivas do investimento**: 2010-2013. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

FERREIRA, Carlos Kawall Leal. Privatizações do setor elétrico no Brasil. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro. **A privatização no Brasil**: o caso dos serviços de utilidade pública. Brasília: BNDES, 2000.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Quanto custa a energia elétrica para a indústria no Brasil?** Rio de Janeiro: FIRJAN, 2011. Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro nº8.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.16, n.4, pp.141-158, Out./Dez. 2013.

GOLDENBERG, José; PRADO, Luiz Tadeu Siqueira. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. **Tempo Social – USP**, nov. 2003.

JERONYMO, Alexandre Cosme José. **Deslocamento das populações ribeirinhas e passivos sociais e econômicos decorrentes de projetos de aproveitamentos hidrelétricos**: a Usina Hidrelétrica de Tijucu Alto/SP-PR. 2007. Dissertação (Mestrado em Energia) – Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Eletrotécnica e Energia e Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LEME, Alessandro André. A reforma do setor elétrico no Brasil, Argentina e México: contrastes e perspectivas em debate. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.17, n.33, pp.97-121, jun. 2009.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Algumas observações sobre o setor privado e o desenvolvimento de projetos de recursos hídricos na América do Sul. In: WORKSHOP BARRAGENS, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 2000, São Paulo. **Anais...**, 2000.

MATZ, Marcello; SZKLO, Alexandre. Problemas no financiamento de geração distribuída de energia elétrica a partir de fontes renováveis. In: JORNADA AB3E – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS EM ENERGIA. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

PAIVA, Silvia Maria C. A privatização no Brasil: breve avaliação e perspectivas. **Indicadores Econômicos FEE**, v.22, n.2, jul. 1994.

PASE, Hemerson Luiz. Políticas públicas e infraestrutura: a agenda do setor elétrico brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.2, pp.107-127, Maio/Ago. 2012.

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. **Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas**: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PINTO, Lúcio Flávio. De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, v.7, n.3, pp.777-782, Set./Dez. 2012.

PIRES, José Claudio Linhares. **Desafios da reestruturação do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Texto para discussão nº. 76.

ROSA, Luiz Pinguelli. Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma. In: SADER, Emir. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLAC-SO Brasil, 2013.

_____. Privatização provocou retração dos investimentos. **Revista do Legislativo**, n.31, pp.28-32, 2001.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; BARBOSA, Eduardo Kaplan; SILVA, José Francisco Sanches da; ABREU, Ronaldo da Silva de. Por que as tarifas foram para os céus?: propostas para o setor elétrico brasileiro. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.14, n.29, p.435-474, Jun. 2008.

SAUER, Ildo. “O setor elétrico virou o SUS: bem concebido e sem recursos”. **Carta Capital**, São Paulo, 09 fev. 2014. Entrevista concedida a Mariana Melo. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/o-acionamento-nao-e-iminente-mas-a-situacao-energetica-e-desconfortavel-811.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SEVÁ FILHO, Arsênio; PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. Conflitos sociais e institucionais na concretização recente de algumas concessões de aproveitamentos hidrelétricos assinadas entre 1997 e 2000. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA, 11., 2006, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** 2006.

SOARES, Nádia Bolzan; FROELICH, José Marcos; MARQUES, Maria Madalena S. A identidade água abaixo: os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF) – RS. In: SOBER - CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Anais Eletrônicos...** 2007.

ZHOURI, Andréa. Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília: ABA, 2012.

_____; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.10, n.2, pp.119-135, jul./dez. 2007.

Capítulo 2

Entre o Planejamento Ufanista e a Crise Imprevista: Armadilhas do Tecnocentrismo Hídrico/Hidrelétrico

Norma Valencio

A ampliação das capacidades instaladas nas usinas se tornou um dos maiores negócios do mundo e, em função disto, praticamente se criou uma “ciência barrageira”, ou seja, o tipo de conhecimento sistemático necessário para movimentar essa poderosa dam industry (...) agora os rios, a água e as terras ribeirinhas também vão sendo conquistadas pela indústria barrageira, para serem “geridos” em função de critérios da mercadoria eletricidade (...) Quando analisamos um conjunto de obras, num certo período da história do país, feitas ao mesmo tempo em diversas regiões, fica a certeza de que elas expressam métodos de conquista política e de colonização cultural (SEVÁ, 2008, p. 45).

Introdução

No ano de 2005, sob os auspícios da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ocorreu o I Encontro Ciências Sociais e Barragens, um espaço inédito nesse tema específico. A repercussão desse encontro foi considerável entre as ciências sociais, que se fizeram presentes através do grande número de pesquisadores oriundos de diversas partes do país. Além do intercâmbio de ideias entre os pares, que é algo usual neste tipo de atividade, dois foram os efeitos adicionais que observei naquela iniciativa: em primeiro lugar, o de visibilizar o contributo desta área de conhecimento para o entendimento, sob os diferentes prismas disciplinares (sociologia, antropologia, ciência política) e de diferentes casos, além das consequências e dos rumos da política hídrica e hidrelétrica dependente de grandes barragens;

em segundo, o de acolher atores técnicos e o do meio político institucional para que os mesmos interagissem e debatessem com essa área, cuja visão é comumente estranha à sua formação original e prática profissional.

Como parte das atividades previstas desse segundo efeito, um diretor de uma agência reguladora, um engenheiro, havia sido convidado a fazer uma exposição sobre os avanços e desafios do setor e o papel de sua instituição frente a isso. Então, o mesmo fez uma explanação que, sob o ponto de vista das ciências sociais, pareceu padronizada e suscitou polêmicas. Em seguida, ele escusou-se pela necessidade de ter que sair de imediato, antes dos debates, alegando ter outros compromissos. Pegou a sua pasta de couro e rumou pelo corredor principal do auditório lotado. O professor Oswaldo Sevá, do Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com sua longa trajetória de estudos no tema, conhecida militância por justiça ambiental e sempre sem medias medidas, indignou-se com aquilo que julgou ser uma falta de consideração para com o público diferenciado e mais ávido por debate do que o convencional. Quando o convidado já estava à beira da porta do auditório, Sevá esbravejou algo como “se fôssemos empresários, capitalistas, o senhor não abandonaria esse auditório!”. O fato é que, com aquelas palavras incisivas, que surpreenderam o próprio público, o convidado, visivelmente enfurecido, retornou à mesa e enfrentou o debate por algum tempo. Nesse dia, os empresários tiveram que esperar.

Lá se vai uma década desde que assisti a esta cena no auditório do campus da Praia Vermelha da UFRJ e, a meu ver, a mesma esteve à altura da história daquele magistral recinto. Dela, não pude esquecer, pois continua emblemática da tensão profunda que atravessa a relação entre cientistas sociais críticos e o meio político institucional e técnico que comanda o destino das águas doces deste país. De lá para cá, dois fatos relacionados ocorreram: um deles foi o precoce falecimento do Professor Sevá, uma voz que faz falta em nossos tempos e sem

substitutos à altura; o outro, o ziguezague daquele palestrante por entre agências reguladoras e direção de empresas privadas que estavam, pouco antes, sob seu âmbito de regulação.

A referida cena aglutinou-se a outras tantas, em minha memória e trajetória de pesquisa, nas quais personalidades investidas de poder em instituições públicas ou privadas, direta ou indiretamente ligadas ao binômio água-energia, se sentiam à vontade para adotar certas atitudes que sinalizavam seu pouco apreço para com os requerimentos de diálogo com o meio social em cuja vida interferiam. Quanto maior o raio de ação da instituição que representavam, menor a necessidade que viam para abrir espaço para compreender o ponto de vista daqueles que se sentiam, de algum modo, incomodados ou lesados por sua ação. A contrário da disposição para o diálogo, para através dele fazer avançar a compreensão sobre o assunto ou dar nova orientação ao mesmo, tornou-se usual a tais grupos de poder rebaterem os divergentes rotulando-os de encenqueiros, pessimistas, desinformados, gente que é do contra e outros qualificativos depreciativos que os levam a serem retirados de cena. Essa reação sistemática tem provocado o esvaziamento efetivo do direito à divergência e um território público de comunicação e ação onde só são validados os pontos de vista e as práticas dos que estão encadeados numa mesma corrente de pensamento. Por usual, esse tipo de reação, indubitavelmente, compromete a oxigenação das ideias em torno da resolução de problemas coletivos em torno da água, pois aqueles que se proclamaram como os únicos condutores válidos demarcam o seu ponto de vista num approach autoritário.

Em outra ocasião (VALENCIO e GONÇALVES, 2014), lembramos que assim agiu a presidente Dilma Rousseff em seu pronunciamento, em cadeia nacional, no início do ano de 2013, quando do anúncio de uma redução de tarifas de energia. Tratou o assunto como um marco da visão estratégica e de longo alcance de seu governo – mas que, na realidade, mostrou-se ser um ganho fugaz –, e apontou os que anunciavam um cenário de crise do setor elétrico como pessimistas, gente que era do contra. Ao apontá-los não como indivíduos

ou grupos divergentes da visão do governo – e aproveitar o ensejo para a discussão pública do conteúdo da divergência –, mas como sujeitos que, ao pensar diferente, pareciam atentar contra os interesses do próprio povo, o discurso da maior autoridade pública do país atentou duplamente contra a saúde de nossa democracia. Essa depende de debate e que estes provoquem mudanças.

Ainda que seu nome não tivesse sido proferido no referido pronunciamento presidencial, um dos que estavam sendo repreendidos naquela ocasião era o professor Célio Bermann, do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulos (USP). Professor Célio, balizado não apenas por sua sólida trajetória científica, mas por ter sido assessor de Dilma quando era ministra de Minas e Energia, pouco dias antes havia dado entrevistas alertando para o risco de desabastecimento elétrico. Isso teve repercussão entre os estudiosos no tema e, muito provavelmente, encolerizou setores que circulam com desenvoltura no Planalto e cujas convicções não têm sido elásticas o suficiente para fazer ecoar palavras de mudança contra o ufanismo repaginado.

A literatura contemporânea das ciências sociais brasileira tem se mantido dedicada e atenta em relação a essas tensões no plano das ideias que refletem um tipo de atuação político-econômica de grande peso e escudada numa razão hermética. E, assim, vimos trazer uma síntese de elementos que julgamos relevantes no debate em curso.

Raízes da negação do outro

No Brasil, nas altas esferas do poder, que entremeiam a ação estatal e empresarial em projetos ditos de desenvolvimento, não é circunstancial a dificuldade em ter-se em conta as razões do outro, especialmente a do homem comum, cuja perturbação de sua vida prática por esses projetos seria um motivo a mais para que recebesse a devida satisfação. As raízes históricas dessa indiferença são profundas e remontam ao tempo em que, no imaginário das elites, sequer havia um outro, dotado de pensamento próprio e ação autônoma; a maioria era peças, algo

menos que gente. Durante o período escravocrata, a depender da idade dos negros africanos que aqui eram desembarcados, era preciso agregar dois seres para constituir uma peça comercializável, vista como um mero meio de produção a quem não cabia retrucar. Foi menos pela força do humanismo subjacente às ideias abolicionistas que esta prática econômica foi oficialmente eliminada do Brasil. Teriam sido as novas configurações do mercado internacional, induzidas pelos avanços tecnológicos e produtivos da Revolução Industrial, o apelo mais incisivo. Nas sucessivas alianças que, desde então, foram estabelecidas entre as oligarquias e a burguesia emergente nacional, a fim de fazer avançar o complexo cafeeiro, a industrialização tardia e afins, a posição de satelitismo em relação ao capital internacional nunca foi rejeitada e, nisso tudo, o povo foi alienado, como mero espectador (Cardoso e Faletto, 1981; Mello, 1984). A lamentável existência de casos de exercício de trabalho análogo à escravidão ainda nos dias de hoje, e com os quais os órgãos de fiscalização se deparam no campo e na cidade, demonstra que a integração empresarial a um amplo mercado não elimina, por si mesmo, o uso de trabalho degradante. Em carvoarias e plantações de cana de açúcar, essa degradação humana ainda abunda, apontando que soluções de energia tidas como mais sujas ou limpas podem conter abusos sociais. A partir da análise de reportagens jornalísticas regionais, Paula (2013) identificou que havia canteiros de obras de megaempreendimentos hidroelétricos no norte do país que absorviam mão de obra de migrantes haitianos baseando-se em critérios físicos similares ao que se fazia no tempo a escravidão, como a grossura das canelas dos candidatos aos postos de trabalho. Outro exemplo é a do empresariado que, em peso, vem exigindo do Estado providências para viabilizar uma paulatina redução de direitos trabalhistas. Isso, mesmo com a desigualdade social invencível ou aproveitando por estar no estrato superior da mesma. Enfim, a perda de direitos sociais tende a ser considerada como um mecanismo aceitável de enfrentamento de empresários diante as sucessivas crises do mercado.

Em tempos mais recentes da República, a sucessão de governos populistas e ditatoriais tornou prescindível tolerar e con-

viver com a divergência ao pensamento dominante e muitos foram os episódios em que o combate aos desafetos os levou à morte física ou social. Nesse ambiente de múltiplas formas de cerceamento dos recursos de voz dos divergentes, desabrochou um empresariado disposto a produzir obras icônicas da nova Era de progresso, como assim cada novo governante, sucessivamente, designou a sua gestão. No final dos anos de 1950, Florestan Fernandes proferiu uma palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), mais tarde publicada (Fernandes, 1979), na qual se debruçou sobre esse escoramento da elite empresarial nacional no Estado para expandir os seus negócios e obter vantagens adicionais as quais, num ambiente genuinamente competitivo, não lograriam conseguir. Essa questão também foi também tratada por Cardoso (1964; 1975), que problematizou a constituição de um círculo de poder, no qual o clientelismo se tornou a referência de sociabilidade. Dentro da burocracia tecnocrática, isso gerou laços duradouros entre funcionários públicos, militares, empresários nacionais e o capital multinacional, difíceis de serem desmantelados.

As considerações supramencionadas de Fernandes e Cardoso – os quais, tempos depois, estarão em lados político-partidários distintos – são atualíssimas e dão pistas para explicar a manutenção de uma mentalidade empresarial nacional direcionada, recorrentemente, para pressionar o Estado a adotar medidas que ampliem as suas margens de ganhos. Conforme analisou Mattos (2006), em sua revisão sobre a burocracia estatal e o pensamento autoritário por detrás do desenvolvimentismo, há uma “enorme centralização do poder decisório na figura do presidente da República, na burocracia ministerial e nas autarquias e empresas estatais a estas subordinadas”.

O conjunto de pressões sociais que logrou reagir à ditadura e induzir um processo de redemocratização no país, que culminou no retorno de civis ao comando do Executivo federal a partir de meados nos anos de 1980, não tem tido força suficiente para escapar do neopopulismo que se disseminou desde então. Essa prática política tem sido pernóstica à consolidação das instituições públicas, pois naturaliza a invisibilidade do ci-

dadão na produção de políticas e programas que lhe dizem respeito. Não raro, os canais de interlocução direta do cidadão com diversos órgãos públicos, nos três níveis de governo, carecem de autenticidade na comunicação bidirecional. Ao invés de responder ao que é demandado, o cidadão depara-se com respostas sintéticas, padronizadas e insuficientes ao seu caso. A sensação de que não esteja sendo ouvido é inevitável.

Também nos três níveis de governo, a profusão de iniciativas de democracia participativa, a partir dos anos de 1990 – como conselhos, comitês, orçamento participativo, grupos de trabalho e afins –, visou dar espaço direto à sociedade civil organizada para subsidiar a deliberação do gestor público. Porém, tais iniciativas foram sendo esvaziadas em seu processo de legitimação, tanto em decorrência do desequilíbrio numérico entre membros representantes dos setores emergentes e aqueles que representam as forças há muito dominantes, o que obnubila os debates e torna as recomendações de avanço muito tímidas, quanto pela captura recorrente desses espaços por grupos profissionais e políticos conservadores que se escondem por detrás de um sem número de instituições da sociedade civil (universidades, ongs, movimentos etc) e colorem, por assim dizer, as atas das reuniões com uma falsa diversidade de atores e pontos de vista. Um exemplo disso, no estado de São Paulo, foi a paulatina perda da crença que se tinha, nos anos 2000, que os comitês de bacia pudessem trabalhar integradamente para reverter a tendência iníqua de acesso e uso da água doce e planejar a atividade econômica de modo a diminuir as cargas de poluentes. Diagnósticos e planejamentos hídricos passaram a ser dominados pela ótica de uma instituição, focada numa perspectiva das ciências duras, na qual as peculiaridades das dimensões sociais e políticas pertinentes – que passam, dentre outros, pela análise de conflitos de uso e direitos sobrepujados – sumiram de vista. Outro exemplo é o que se observa na tônica do discurso e de práticas de candidatos aos principais postos do executivo e legislativo a cada novo período de campanhas eleitorais. No mercado das imagens, os marqueteiros e assessorias ardilosas orientam o discurso dos candidatos ao

que é palatável aos que são vistos apenas como massas votantes, sem que haja preocupação com qualquer nexos com uma linha programática clara, tampouco com os desafios reais que os espera na função pública. Enfim, no país, o descrédito do homem comum no meio político e na ação empresarial associada tem uma longa trajetória, que se confirma a cada episódio de escândalos que vem à tona. Conforme salienta Martins (2011: 37), há uma enormidade de grupos que ficam à margem dos processos dominantes – dos indígenas aos caipiras, dos sertanejos aos descendentes de escravos –, “abandonados, descartados por falta de um projeto político do Estado, abrangente, integrativo e participativo”.

Para os propósitos dessa análise, convém salientar que, por mais deterioradas, distantes ou ameaçadas que estejam as conquistas de cidadania para tais grupos e similares, ou exatamente em razão disso, tem perdurado um ambiente de relativa incontestabilidade do discurso ufanista em torno das grandes obras, especialmente no que diz respeito à água e energia. As colossais dimensões econômico-espaciais das obras civis de cada empreendimento e o espraiamento dos mesmos por todas as regiões do país, de meados do século XX a esse início do século XXI, ocorre como parte integrante com planos macroeconômicos dos governos civis e militares. Mas seus condutores tornaram-se, por assim dizer, gigantes surdos. O modelo atitudinal que referencia as lideranças, públicas e privadas, à frente dessas iniciativas alimenta uma cultura organizacional soberba, distanciada do ponto de vista daqueles em nome de quem essas alianças público-privado são feitas e perduram.

Santos e Silveira (2008) explicam que os empreendimentos de grande porte, particularmente aqueles para fins hidrelétricos, se materializaram devido ao considerável empenho do Estado para viabilizá-los. Os autores identificaram que, desde os anos de 1950, formou-se um sistema unificado para a padronização e o aperfeiçoamento das técnicas de geração e transmissão de energia, que se tornou um subprojeto explícito no âmbito do desenvolvimentismo. Isso significou uma permissão política a priori para a difusão desses gigantescos objetos

técnicos no território. Assim, houve uma predisposição política para aceitar como algo natural a prática econômica de se fraturar fisicamente os lugares, a começar pela obstrução de importantes rios (ou trechos) caudalosos que o integram. Com o fluxo hídrico normal interrompido e reorientado, a configuração territorial do lugar já não pode ser a mesma e os seus usos também não. A retenção de volumes hídricos consideráveis, em terras que antes não alagavam, e os cálculos preditivos de subidas excepcionais (*maximum maximorum*) passaram a nortear a decisão técnica sobre a expulsão de pessoas, a destruição de seus meios de vida e de sua sociabilidade cotidiana, bem como sobre a parcela ecossistêmica faunística e florística, condenada ao perecimento (ainda que com o resgate e reabilitação de alguns exemplares).

No concernente às interações sociais que permitem a consolidação desse processo, convém, de partida, ter em mente as considerações de Ribeiro (2012) de que há um tecido social dominante que envolve funcionários públicos, escritórios de engenharias, o meio científico e o meio empresarial da construção civil, unidos entre si e articulados com os grandes meios de comunicação de massa para produzir um imaginário social, nutrido pelas instituições do Estado, que tomam essas obras como um dos mais importantes ícones do desenvolvimento nacional. Conforme o autor, essa presença icônica sombreia eficazmente os direitos das comunidades afetadas, impondo-lhes um ônus desproporcional de múltiplas renúncias. Tais renúncias são vistas como imprescindíveis, segundo o discurso governamental, para viabilizar os benefícios da modernização para a maioria da população, que viveria nas imediações, mas também algures. Como parte da retórica em prol da maioria da população, ataca-se os movimentos sociais de resistência, que buscam garantir os direitos locais. Esses passam ser vistos como forças a serem combatidas porque atrasam o desenvolvimento.

Ainda que sejam contínuos os apelos midiáticos de caráter ufanista que nos bombardeiam, por décadas a fio, intentando fazer a opinião pública confundir esses empreendimentos colossais com o presente e o futuro do bem-estar coletivo, a

insistência dessa abordagem tem colhido seu inverso. Isto é, tem gerado desconfiança social, chamando a atenção da opinião pública para a diferença abissal entre a mensagem propagandeada e a sucessão de acontecimentos que comprovam descompassos da ação estatal-empresarial redentora com os anseios frustrados de cidadania de comunidades que convivem com os empreendimentos; com os efeitos ambientais danosos que os mesmos provocam ao redor; com os domicílios que estão incapacitados a acompanhar a curva de preços praticados pelos serviços; com os consumidores regulares que sofrem com as falhas na prestação de serviço e assim por diante. Enfim, a disjunção entre o pensamento exultante e os direitos socioambientais, simplesmente, não pode ser resolvida com mais propaganda. Precisa ser enfrentada no campo político, pois toca no cerne da democracia.

Dissensos escamoteados

Diferentemente da forma como se apresentam nos grandes veículos de comunicação, as grandes obras hídricas/hidrelétricas são objetos socialmente muito controversos no Brasil. Isso é tão evidente para a opinião pública nacional que, quanto mais as autoridades públicas e as empresas envolvidas relutam em reconhecer a existência de polêmicas em torno disso, que é uma reação típica de formas autoritárias de gestão, mais especulações são levantadas a esse respeito.

Em relação a isso, o caso que, contemporaneamente, adquire maior visibilidade é o da construção da UHE Belo Monte e não foi de admirar que, num espaço de tempo curto, três telejornais nacionais, em horário nobre e em distintas emissoras, tivessem dedicado matéria especial. Num deles, a cada aspecto enfatizado sobre a obra, ficou claro que o repórter adotou uma visão mais conciliada à perspectiva empresarial (na geração de empregos locais temporários e investimentos em outras áreas, por exemplo); noutros dois, os problemas sociais e ambientais agravados pelas obras civis, a partir do ponto de vista de comunidades ribeirinhas, foi o que se destacou. Tanto nesse quanto em outros casos, os técnicos costumam ver o empreendimento

em que atuam como uma espécie de redenção para uma localidade esquecida, historicamente, pelo poder público. Já as comunidades queixam-se de terem sido surpreendidas com essa intervenção em seus lugares e, ainda, de não terem sido devidamente ouvidas em relação ao processo decisório sobre a instalação do empreendimento; questionam desde a legitimidade das audiências públicas até o fato de que os benefícios como escola, postos de saúde e saneamento serem os seus direitos incondicionais como cidadãos, isto é, não terem que estar vinculados à implantação de grandes projetos hídricos-hidrelétricos. Em certa medida, mais relevante do que o que as partes dizem é o direito de dizê-lo e as controvérsias virem a público em importantes veículos de comunicação. A história recente ensinou que, quando as autoridades dizem que as coisas andam bem, à custa da eliminação dos críticos e da crítica, nada, de fato, está bem.

Contudo, o contexto de redemocratização do país, de per si, não garantiu que as forças reacionárias tivessem sido extirpadas do interior do aparato estatal. Uma sobrevida do ranço autoritário no trato da coisa pública perdurou e, por intermédio de obras gigantescas, o mesmo fica bem visível. Das hipóteses que, porventura, poderiam ser lançadas em relação a esse resquício de sociabilidade reacionária, apontamos duas. Uma delas, a de que os megaempreendimentos que marcam o modelo desenvolvimentista já nascem com a marca de questões de segurança nacional, portanto, sujeitos a formas reservadas de discussão e encaminhamento, envoltos na cultura do silêncio, própria do meio militar. Ademais, conforme salientou Dreyfuss (1981), era de praxe que quadros da reserva das forças militares migrassem para posições deliberativas ou assessoras desses empreendimentos (estatais, mistos ou privados). Outra é a de que, além da influência militar nas deliberações sobre o assunto, haja um interesse oligárquico para controlar ou se beneficiar, de algum modo, de fatias desse grande negócio, blindando-o, a seu modo, das tentativas de ampliação do controle social.

No que concerne ao binômio água-energia, a definição técnica de barragem não dá pistas, sequer minimamente, da im-

portância crescente que esse tipo de objeto técnico adquiriu ao longo das últimas décadas. Corrêa (2007), muito apropriadamente, define barragens como formas simbólicas espaciais, isto é, objetos espacialmente localizados que remetem à força da representação de uma dada realidade na perspectiva do grupo social que a materializa; isto é, são formas simbólicas espaciais que, inerentemente, impedem uma polivocalidade sobre o conteúdo do território.

O gigantismo das barragens nos principais rios brasileiros, e de seus respectivos reservatórios e usinas, redundam numa obrigatoria reorganização e readequação dos demais fluxos e fixos locais, tais como estradas, pontes, ferrovias, áreas residenciais e comerciais, plantações, pastagens, formas de lazer, dentre outras, além de ocasionar metamorfoses profundas na estrutura e dinâmica do ecossistema aquático, quando da passagem do ambiente lótico para o lântico. Se entendermos ambiente como uma unidade que compreende o meio natural e o meio sociocultural (Vieira, 1995), a política hídrica e hidroenergética nacional, cuja estratégia central são os barramentos de grandes rios, tem agido, indubitavelmente, como fator de perturbação dessa unidade. Isso porque a fratura causada tanto nas dinâmicas ecossistêmicas prévias quanto nos meios e modos de vidas das comunidades ali localizadas as torna algo, consideravelmente, diferente do que originalmente eram.

Esses megaempreendimentos têm sido parte constitutiva do que Vainer e Araújo (1992) designaram como Grandes Projetos de Investimento (GPIs), os quais são movidos por uma lógica estritamente econômica voltada para a maximização de seus ganhos; isto é, centram-se na proteção/otimização do próprio negócio. Vainer (1990) já havia advertido que, historicamente, os atores sociais que decidem e implantam esse tipo de GPI são externos aos lugares onde os mesmos passam a intervir; portanto, não sofrem os efeitos negativos que suas decisões provocam no desmantelamento da vida social local. O mesmo se pode dizer em relação à gravidade da perturbação causada por esse GPI na dinâmica ecossistêmica precedente.

Tal fratura só é possível de ocorrer no plano concreto porque, por um lado, no âmbito do discurso institucional que o ampara, são construídas novas teias de significados que imbricam a apologia à intervenção territorial com a desqualificação social do meio social que sofre a sua interferência direta; por outro, porque a fragmentação ecossistêmica feita no ambiente natural é vista como algo reparável, através de medidas pontuais de proteção a certos espécimes da fauna e flora. Em ambos os casos, tudo se passa como se a referida intervenção não fosse localmente traumática. A medida em que uma grande barragem, um reservatório imenso e turbinas de tamanho fenomenal se impõem como objetos técnicos na paisagem, não há como ficar indiferente a esta perturbação. Outros efeitos se fazem notar, especialmente, em termos demográficos, com o da repulsão de velhos moradores e atração de trabalhadores urbanos para os canteiros de obras, o da especulação imobiliária ao redor e assim por diante. Essa perturbação causa intranquilidade aos lugares ao redor devido ao seu descolamento material e social da história precedente ali forjada, a imponência de tais projetos e os novos e estranhos comandos que interferem em suas rotinas. O montante do capital investido, o tamanho das máquinas e volume dos materiais que para ali são destinados para reconfigurá-lo, a quantidade de gente que ali se põe a trabalhar, os veículos com logotipos empresariais que transitam e os técnicos que se tornam prioridade na agenda das autoridades locais, tudo é assustador, sobretudo, por que vem para aniquilá-lo.

Zhourí e Oliveira (2010) chamam a atenção para o conceito de lugar, que é um contraponto a esse novo ambiente que emerge sob o ordenamento do capital. Para as autoras, o empresariado barrageiro está à procura de um espaço qualquer e, portanto, mantém-se des-identificado com o lugar para, assim, melhor solapá-lo em prol de seu projeto independente. O lugar diz respeito à ruptura da base que integra as vivências intersubjetivas daquela coletividade, suas experiências e, enfim, a sua história. Enquanto isso, para o capital, o lugar é sempre visto como um vazio, uma mera paisagem à espera de sua in-

tervenção, salientam as autoras, o que faz com que a decisão técnica lastreada nas referências do mercado ganhe legitimidade na medida da invisibilidade da dinâmica socioambiental preexistente, o que o caso da implantação da UHE Murta (em Minas Gerais) demonstrou fartamente, concluem as autoras. Zhouri (2012) retoma essa reflexão para atualizá-la em vista do caso da implantação da UHE Belo Monte, em relação ao qual chega a conclusões similares, descortinando criticamente o apanágio em torno das audiências públicas e da mercadorização dos EIAs-RIMAs.

Assim, os lugares ou o território vivido – para utilizar uma expressão de Santos (1996) – têm sido reféns desses portentosos objetos técnicos e convocados a aceitar docilmente a novas práticas sociais derivadas do controle empresarial sobre a água doce/terra. Conforme ponderou Ribeiro (2012), não é mais o lugar quem dirige o curso da ação ou dos eventos ali materializados. Ou, conforme asseveram Acseirad e Bezerra (2010), é como se os sentidos atribuídos pela parte forte fossem os únicos tidos como válidos para alterar ou manter os vários objetos e ações na paisagem.

Tais alterações profundas reorientam a memória e a identidade coletiva, sobretudo quando se trata de identidades sociais territorializadas, isto é, cuja trajetória e a experiência são enraizadas num chão. Assim, a implantação desses megaempreendimentos é parte do que Michel (2010) denomina de uma política de antimemória para naturalizar a ordem social. E é essa a razão pela qual, na narrativa das comunidades afetadas, sua vida está, irremediavelmente, cindida em duas temporalidades distintas: a que remete ao tempo do antes da barragem e ao tempo do depois da barragem. A temporalidade do antes da barragem remete a uma memória recorrentemente profícua, porque reporta à profundidade dos vínculos do sujeito, que o situa, o explica e o ativa no mundo vivido. Já a temporalidade do depois da barragem tem sido evocada, em muitos casos, com certo amargor por parte daqueles que foram mais diretamente requisitados a abrir mão de seu lugar e submeter-se no processo de deslegitimação de seus direitos e, ainda, pela nítida

da sobreposição das prioridades dos novos atores gestados direta ou indiretamente pela megaobra hídrica ou hidrelétrica. Essa cisão entre o tempo do antes da barragem e o de depois da barragem é mais do que o mero efeito de alterações sócio espaciais profundas, pois reporta à mudança das relações sociais que decidem o destino do lugar (Zhouiri e Oliveira, 2010). Ou, como explica Corrêa (2007), a grande obra sugere, com sua inserção, que o futuro já chegou, que ela é a portadora simbólica de uma concepção universalmente válida sobre o destino (melhor) de todos. Entre o antes e o depois, há o durante a implantação da obra, marcado pelo “deslocamento para o desenvolvimento” (Balozote et al, 1991), compelindo as famílias a aceitar a redutibilidade de suas vidas a valores monetários e a assistir passivamente à destruturação de suas comunidades (Zhouiri e Oliveira, 2010).

Ocorre que tais comunidades, quando referenciam a sua identidade coletiva no território compartilhado, não vivem apenas do presente, ruminando memórias e compensações materiais insuficientes. Claval (2006) salienta que a vida comunitária também aspira traçar conjuntamente os planos para o futuro através de representações específicas que esse coletivo tem acerca do que seja uma sociedade melhor, segundo os seus próprios princípios, ideais e valores. Essa aspiração tem sido continuamente subtraída pelo empresariado hídrico e de energia elétrica, que segue no topo de uma nova hierarquia de usos.

Por outro lado, no referente ao sistema de objetos componentes do espaço vivido, as grandes barragens induzem alguns sistemas novos e destroem, abandonam ou modificam outros tantos. Essas tessituras de continuidades e descontinuidades costumam ser rápidas. Santos e Silveira (2008) as descrevem como uma espécie de palimpsesto, isto é, “representativas de épocas, cujos traços tanto podem mostrar-se na atualidade como haver sido já substituídos por novas adições” (p.260).

Santos (2007) já salientava que a prática de deslocamentos compulsórios, que acabam sendo inevitáveis nesses megaempreendimentos, revelaria algo inquietante sobre as conexões do fazer ciência com o desenvolvimento. Um discurso domi-

nante de atores politicamente influentes aludiria à existência de crises para justificar uma confluência de certos ramos da ciência com as decisões públicas. Dessas conexões, surgiriam categorias preocupantes, como a de reassentamento involuntário, nas quais subjaz um conteúdo político que passa ao largo da garantia dos direitos humanos ou, mais propriamente, os violam. Ao analisar as controvérsias em torno de deslocamentos compulsórios no caso da implantação da barragem/UHE de Tucuruí, mas também se apoiando em outros casos, a autora conclui que a submissão dos sujeitos do lugar à racionalidade urbano-industrial, através de uma incisiva ruptura objetiva e subjetiva em sua vida cotidiana, lhes causa um sofrimento social multidimensional e irreparável. Magalhães e Magalhães (2012) têm essa referência para ir em direção de uma análise crítica similar sobre o caso da UHE Belo Monte e sua relação com comunidades indígenas da região de Altamira, também no Pará.

Assim, enquanto alianças persistentes, nos bastidores do poder, ganham a conotação de desenvolvimento nacional, impedindo e tolhendo projetos alternativos para o país, os lugares seguiriam a sua sina de desaparecimento em prostração, não fosse o começo de uma ação em rede desses lugares, através, dentre outros, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Essa foi uma das principais iniciativas que permitiu que os casos de violação de direitos territoriais e afins, antes vistos como problemas pontuais, pudessem ser examinados a partir de suas regularidades.

Por isso é que Bermann (2014) adverte sobre a necessidade do olhar crítico distanciar-se do exame pontual de um caso para açambarcar o movimento mais geral dessa dominação hídrica. Por exemplo, diz ele, é importante observar a intensificação dos esforços técnicos para a descoberta de novos potenciais fluviais para a exploração hidroelétrica no país, especialmente na Amazônia brasileira, que ameaçam todos os demais usos e funções, sociais e ecológicas, das águas doces naquela região. Dito de outra forma, essa hierarquização de usos não se manifesta inicialmente no terreno, mas no campo das relações polí-

ticas que anunciam a megaobra hídrica ou hidrelétrica. Assim, o avanço do setor elétrico por sobre a rede fluvial brasileira, assim como grandes barragens para outros usos, não apenas tem posto a reboque a autonomia relativa dos lugares para pensar o curso de sua vida cotidiana e de seu modo de vida, mas os recodifica. Ou, ainda, nas palavras de Santos e Silveira (2008), exige dos mesmos a sua submissão a uma lógica de integração a qual não propende a confluir com as necessidades locais ou regionais; sobretudo, os megaempreendedores evitam essa confluência se isso trouxer riscos à eficiência de suas funções principais. Por isso, a manutenção atitudinal de um certo distanciamento dos técnicos da face humana das mazelas com as quais se deparam, e que suas ações coordenadamente provocam, assim como de seu papel na disseminação de certas interpretações estigmatizantes dos problemas e das soluções sociais que emergem unicamente do senso comum dos grupos profissionais a que pertencem e que representa a mentalidade da elite de um país estruturalmente desigual.

O conjunto constituído pela mentalidade política arcaica e o new extractivism econômico, num ethos exclusivista que concentra poder através da aliança da máquina pública e da riqueza privada, é o que caracteriza as principais barreiras para o desenvolvimento efetivo do povo nos seus próprios termos (Acemoglu e Robinson, 2012). No Brasil, a mais nova faceta de exclusão das classes populares nas decisões políticas está no neodesenvolvimentismo, prática política de cunho populista que marca os anos recentes e a qual, segundo Boito Jr (2012), não torna as instituições públicas mais sólidas. Ao contrário, as leva a uma rápida corrosão devido à naturalização de alianças espúrias do meio decisório como um meio empresarial sedento por condições privilegiadas de atuação. No referente às grandes barragens, a robustez destes objetos técnicos facilita que seus empreendedores sejam colocados no topo de uma nova hierarquia social, devido sua capacidade de condicionar a vida prática de milhões de pessoas. Isso lhes dá acesso franqueado ao topo das arenas deliberativas públicas assim como o inverso, isto é, essas arenas são aquilo que, podendo inibir,

escolhem por dinamizar essa lógica de dominação econômico-espacial por entender que isso aumenta o controle da máquina burocrática sobre a sociedade, uma antítese ao controle social sobre a máquina.

Sob o prisma ecológico, há autores que discordam do argumento de que os megaprojetos hidrelétricos sejam sinônimos de energia limpa, não poluente. Fearnside (2009) é um deles, e demonstra que a emissão de gases de efeito estufa (GEEs) pelo Brasil estaria relacionado, dentre outros, à decomposição do material orgânico nos grandes reservatórios da Amazônia brasileira. Acserald et al (2009), por sua vez, destacam que a natureza tecnicista do levantamento de informações sobre os impactos ambientais dos empreendimentos limita a identificação das múltiplas implicações do mesmo e, ademais, é desconsiderado o tempo histórico necessário para que a sociedade reflita e decida sobre as soluções para os seus problemas. Os interesses por trás dos projetos sobressaem e os ecossistemas empresariais se impõem, destacam os referidos autores, no que Bermann (2014) atenta: o ritmo dessa imposição está se acelerando devido a novas simplificações em curso no processo de avaliação de impactos e à constituição de um ambiente decisório cada vez mais centralizado, após ter havido uma breve fase de participação social nos subsídios às decisões na esfera federal de governo. A busca por meios legais para amparar um processo simplificador referente às exigências socioambientais de licenciamento de grandes obras visaria dar maior celeridade ao processo de implantação das mesmas.

Enfim, apesar de vozes dissonantes ainda serem ouvidas, não se pode deixar de advertir que está se ampliando o ambiente político e cultural de constrangimento aos detratores desse tipo de empreendimento, como através da criminalização de liderança comunitárias, de movimentos sociais e de cientistas, processados, em termos gerais, por atrapalharem o progresso. Isso é ainda mais preocupante quando, no ambiente jurídico, há quem veja a interrupção de obras, devido à contestação comunitária, como um risco de “grave lesão à economia pública”, conforme salientou Bermann (2014:105) em relação à posição

do então presidente do STF sobre a UHE Belo Monte. Assim, é de notar que há uma insistência política para que os lugares visados pelos mercados hídrico e hidrelétrico acatem as mudanças radicais provocadas pelos novos ecossistemas empresariais sobre o seu destino.

Em meio a isso, os riscos relacionados à introdução e acomodação desses gigantescos objetos técnicos na nova configuração territorial são tratados dentro de uma cultura de segurança inviolável, que não admite discussão pública sobre eventuais falhas (de construção, operação, manutenção) e seus desdobramentos socioambientais nefastos.

Porém é de indagar: o enredamento de cada megaobra num sistema gigante não seria também o enredamento sinérgico dos riscos, quando algo falha?

O que de imprevisto há nas crises?

Embora sejam identificáveis os três diferentes nascedouros dos principais sujeitos que, política e tecnicamente, dominam por décadas a esfera de ação no binômio água-energia – provindos do meio acadêmico das áreas duras de grandes escolas, do meio militar que se enreda tanto na ciência e tecnologia quanto na gestão empresarial e de oligarquias regionais que cobram um alto preço nas alianças para a governabilidade –, os mesmo compartilham uma mentalidade que alia constância no poder (no palco ou nos bastidores) e a sucessão de grandes obras nesse setores. Ilustrativo disso foi quando, durante a crise hídrica do ano de 2014, na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em que os reservatórios do Sistema Cantareira estavam à míngua, com volumes inexpressivos de água como nunca se havia visto, em sucessivas entrevistas um importante engenheiro, que atua e representa a escola no tema respondia que a culpa do problema era de São Pedro, que não cooperou, mas a solução para o problema, segundo ele, era construir mais barragens. Ficou incompreensível, ao público leigo, conjuminar como mais obras de contenção hídrica poderiam convencer São Pedro a fazer a parte dele. Fazer mais megaobras, com a esperança de que elas resolvam os

problemas de um desenvolvimento contestável pode ser um caminho que salvam circunstancialmente, as alianças em torno dos negócios hídricos, mas continuam a desviar do principal problema, que é pô-los em xeque.

Ao mesmo tempo em que as informações sobre a disponibilidade hídrica do Sistema Cantareira demonstravam uma importante queda do volume reservado, cujo patamar por mais de um ano (2014-2015) manteve-se na cota emergencial (o chamado “volume morto”) – tendo havido a necessidade de intervenção do Ministério Público para que os critérios de medição adotados fossem revisados para exprimir a situação hídrica com maior fidedignidade –, a autoridade estadual insistiu que a situação estava sob controle:

A Agência Nacional de Águas – ANA, por seu turno, tem se manifestado diante da crise hídrica envolvendo o Sistema Cantareira, dizendo que continua a cumprir a sua atribuição de definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos (...) Entre outubro de 2013 e março de 2014, foram observadas vazões naturais afluentes excepcionalmente baixas para essa época, o que contribuiu para que os reservatórios não recebessem o volume de água esperado. Em virtude desta excepcionalidade (...) foi emitido o Comunicado Conjunto ANA/DAEE - Sistema Cantareira nº 233 autorizando a Sabesp a realizar o bombeamento de volumes do reservatório de Jaguari-Jacareí situados em cotas inferiores à correspondente ao N.A. mínimo operacional de 820,80m, descrito na Portaria DAEE nº 1213/04, até a cota 815,00m. Da mesma forma, foi autorizado o bombeamento em cotas inferiores ao N.A. mínimo operacional de 781,88m, no reservatório de Atibainha, até a cota 777,00m. O volume adicional total corresponde à Reserva Técnica I. Considerando que as vazões médias observadas nos meses do primeiro semestre de 2014 foram inferiores às mínimas já registradas anteriormente desde 1930 e para permitir considerar este cenário hidrológico excepcional nos estudos de revisão da outorga, a ANA e o DAEE emitiram a resolução Conjunta ANA/DAEE nº 910, de 07 de Julho de 2014, prorrogando até 31 de outubro de 2015 a outor-

ga de direito de uso de recursos hídricos do Sistema Cantareira concedida à SABESP. Esta resolução também ratificou a autorização de retiradas dos volumes situados em cotas inferiores aos níveis operacionais mínimos indicados na Portaria DAEE nº 1213/04 (BRASIL, 2015: 10).

Apesar de os cidadãos ficarem sem uma explicação plausível das autoridades diante a constatável desproteção que sentem diante crise hídrica – pois as imagens de esgotamento dos estoques se multiplicavam – e de os consumidores passarem a viver alarmados com a possibilidade de desabastecimento de seus domicílios e estabelecimentos – o que, de fato, vinha ocorrendo em várias localidades, apesar do governador Geraldo Alckmin negar a existência de racionamento –, os investidores da SABESP colheram lucros no 1º trimestre de 2015 (ainda que menores, em 33,4%, do que o mesmo período do ano anterior) (SABESP, 2015) e a direção da empresa se sentiu à vontade para colher bônus, mesmo sem atingir as metas (UOL, 2015).

Isso denota que a relação umbilical entre o Estado e o empresariado alimenta progressivamente o divórcio ético entre os ditames da democracia e do capital, o que fica mais evidente em países de instituições públicas ainda frágeis, como o Brasil. Enquanto a democracia exige prestação de contas continuada ao amplo conjunto da sociedade, o capital se sente comprometido apenas com suas próprias regras de acumulação. Quanto mais o Estado adira à lógica e aos argumentos dos negócios privados, menos os valores democráticos são exercitados em prol do interesse público.

Ao insistirem que a crise hídrica paulista é uma situação excepcional e por culpa das chuvas – como se não houvesse nenhum problema de gestão associado às soluções de abastecimento em curso –, as autoridades públicas não apenas solapam a verdade sobre o presente, mas escamoteiam as perspectivas nada alvissareiras sobre o futuro próximo. Carmo et al (2014:106) advertem que “mesmo com o conhecimento sobre a situação eminente de escassez, não foi construído um plano de contingenciamento para enfrentar as situações de

seca. Ou seja, não há um plano emergencial para enfrentar o desastre eminente da falta de água em duas das principais regiões metropolitanas do Brasil [as regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas]”.

Um aspecto das formas de comunicação regidas pelos sujeitos formatados por um pensamento autoritário e uma mentalidade tecnocêntrica é entender a sociedade civil como uma massa obtusa de consumidores. Para ela, são anunciadas o que se julga serem boas notícias, associando as boas novas do setor como o equivalente à prosperidade de toda a nação, mas massa da qual se deva esquivar ao máximo, num discurso hermético, quando as notícias a serem dadas são contrárias às expectativas sociais.

Por exemplo, após a grande repercussão dada à redução das tarifas de energia em 2012, veio um incômodo silêncio frente o aumento vertiginoso das mesmas. O mesmo ocorreu na correção de tarifas de água pelo país afora. Em ambos os casos, são preços que, quando liberados, evoluem numa curva ascendente e superior à inflação, retroalimentando-a, e às reposições salariais porque aliam os equívocos ou insuficiências de planejamento e de gestão, que precisam ser monetariamente compensados, com sua propensão a ganhos num mercado sem concorrentes. O consumidor vive sobressaltado porque, se crê na redução desses custos, amplia seu consumo de equipamentos e, no momento seguinte, não os pode mais utilizar, porque a conta a pagar fica impraticável. Mas não se trata apenas de consumidores frustrados e das cirandas de preços. Há, de fato, um gigante que, além de surdo, tem pés de barro.

Os apagões e crises similares, envolvendo água e energia, precisam ser melhor compreendidos porque, de um lado, parecem sinalizar para um esgotamento do modelo de megaobra; de outro, parecem ser o argumento que faltava para empurrá-lo para um novo ciclo de expansão.

Em apagões, quando muito pressionados a se manifestarem, as autoridades frequentemente lançam mão de argumentos nos quais os sujeitos socialmente imputáveis somem de vista. As condições climáticas (como estiagens prolongadas) e certos

fenômenos atmosféricos (tornados, raios) são uma espécie de coringa nas alegações técnicas de falha do sistema.

Na década de 1990, houve vários episódios de apagões no país, mas o blecaute ocorrido no ano de 1999, a partir de um problema na subestação de energia elétrica em Bauru (SP), foi o mais expressivo até então, deixando milhões de pessoas sem energia em dez estados do país e em parte do Paraguai. Foi difícil, à época, a empresa (Cia Energética de São Paulo, CESP) trazer a público as verdadeiras razões sobre este apagão. Para as autoridades, pareceu suficiente pôr a culpa num raio, o “raio de Bauru”, pois isso eximiria o setor perante a opinião pública. No entanto, ao invés de afastar o problema, o trouxe para mais próximo de si, quando um senso comum um pouco mais perspicaz passou a fazer outras indagações, tais como: “como esse sistema pode torna-se imenso, sem saber lidar adequadamente com uma ameaça usual?”; “quão grande é o risco em que fomos postos, na medida de nossa dependência desse sistema?”; “como a formação técnica e a produção desses objetos técnicos deixou escapar medidas expeditas de proteção?” e assim por diante.

Desde então, a Era dos Apagões deu novas mostras de sua vitalidade e, na última década, inúmeras foram as ocorrências nas quais milhões de pessoas em diferentes unidades federativas do país ficam às escuras por várias horas. Numa dessas circunstâncias, no ano de 2009, recordo-me de estar em Brasília, vendo a Esplanada dos Ministérios sendo pega de surpresa, incluso a Secretaria Nacional de Defesa Civil, onde eu estava numa atividade. Foram 18 unidades federativas afetadas nesse episódio. As justificativas que vieram a público nos dias subsequentes, explicando uma cadeia de eventos (descarga elétrica, curto circuito, desligamento automático de parte do sistema etc.), trouxeram maior intranquilidade em torno do gigante vulnerável.

Numa vertente do discurso do Estado, os apagões são sempre justificados como sendo uma fatalidade, dificilmente ocasionado por falha humana ou técnica, e são pequenas turbulências num sistema tido como robusto, que deve ser poupado de crítica.

Noutra vertente, tem havido uma difusão do medo do apagão, justificado pelos gargalos na oferta de energia, o que é um argumento que permeia novas estratégias antidemocráticas em torno das decisões nesse setor. Uma delas, alerta Bermann (2014), é a da possibilidade de criação de Reservas para a Exploração de Potenciais Hidrelétricos que, sendo discutidas em círculos reservados de poder, viriam a passar por cima de Áreas de Proteção Ambientais e afins. Para além dos apagões, esses colossais objetos técnicos podem induzir outras crises, de maior gravidade.

No seu estudo sobre os riscos relacionado à UHE de Itaipu Binacional, Soriano e Valencio (2012) constataram que a cultura de segurança adotada pelo meio técnico operacional de barragem e de defesa civil deixa muitas lacunas quanto ao que fazer quando um risco é significativamente alto e propenso a se materializar na forma de um desastre de grande magnitude. No Brasil, há uma profusão de decretos de situação de emergência ou de estado de calamidade pública que mencionam chuvas intensas e seus efeitos em alagamentos, inundações, enxurradas e afins, mas não mencionam o colapso de barragem, o qual está centralmente associado ao desastre acontecido, como, ilustrativamente, foi o caso ocorrido no município de Mulungu, no interior do estado da Paraíba, afetado pelo colapso da barragem de Camará, no ano de 2004 (Valencio, 2005) ou o da UHE de Orós e da UHE Armando Ribeiro Gonçalves, respectivamente, no Ceará e no Rio Grande do Norte (Valencio e Gonçalves, 2006). Em média, para cada evento de rompimento de barragem, 2,5 municípios (o da barragem e outros imediatamente à jusante) são impactados, no meio rural e urbano, com danos e perdas humanas, materiais e ambientais, devido à enxurrada ou inundações bruscas decorrentes (Valencio e Valencio, 2010). A repetição dessas ocorrências é ainda mais intranquilizadora para as comunidades vulnerabilizadas porque as redes hidrotécnicas e de defesa civil envolvidas mantêm um ambiente discursivo em que ninguém é responsabilizado, posto a adoção da retórica de fatalidade. Isso alivia as responsabilidades públicas e privadas frente aos efeitos socioambien-

tais deletérios e, como salienta Dombrowsky (1998), dá-se prosseguimento às práticas técnicas na falsificação das certezas acerca do mundo visível e vivido.

Menescal (2009), por seu turno, reconhece que barragens não resolvem, apenas, os problemas de, segundo ele, (falta de) desenvolvimento, mas são passíveis de ameaçar o próprio desenvolvimento que induziram, caso se concretizem os riscos de que as obras civis colapsem, por variadas razões, dentre as quais: falhas de engenharia, falhas de operação, problemas de manutenção, entre outras.

Todavia, a existência desses riscos tem sido colocada fora do alcance do debate público para que isso não mine a confiança social nas certezas que o empresariado de energia difunde em relação ao que fazer com o potencial hidrelétrico do país. Bermann (2014) adverte que são inúmeros os empreendimentos hidrelétricos previstos para implantação na bacia amazônica nos próximos anos, sendo o complexo do Madeira e Belo Monte apenas a ponta do iceberg.

Para concluir

Apesar dos efeitos socioambientais vultosos e preocupantes associados aos megaempreendimentos hídricos e hidrelétricos, o debate público no tema encontra-se cada vez mais acuado pela eficaz tessitura de atores, públicos e privados, que compõe e recompõem alianças para viabilizar a aprovação e execução dos mesmos. A continuar o mesmo padrão discursivo estatal alienante, o esgarçamento da confiança social na visão pública sobre o binômio água-energia ficará mais evidente e, em torno desse tema vital, se iluminará o quanto a democracia tem estado na berlinda.

A lógica operativa que embasa os enredamentos tecnocráticos, e que solidifica certos sujeitos em sua posição de poder, na esfera do planejamento e da gestão hídrica e hidrelétrica, é o que define a relativa despreocupação dos mesmos com as pressões sociais e com a opinião pública frente a crises de abastecimento e cenários ambientais e econômicos de maior incerteza.

A causa de conflitos sociais incessantes é a predominância de visão economicista dentro do Estado, que aceita como su-

ficiente os filtros utilitários e de precificação tanto para eleger os elementos componentes do ecossistema que devem entrar no hidronegócio, como o custo aceitável de todos os demais que devam sair da sua frente. O conceito de lugar, que reporta à esfera de pertencimento social, é vilipendiado a cada novo assédio promovido pelas deslocalizações compulsórias de comunidades, pois se trata de um problema muito além do âmbito econômico, da esfera do monetizável (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010).

Mesmo no contexto de redemocratização, a apologia aos novos ecossistemas empresariais do hidronegócio ainda se impõe como algo não passível a críticas públicas. Gerido burocraticamente, esse feixe de territórios hídricos repele a legitimidade do dissenso que fundamenta a ordem democrática, salienta Vainer (2011).

Particularmente, no que se refere à função de geração de energia, as grandes barragens acompanhadas de usinas hidrelétricas integradas num sistema nacional impuseram-se como a solução ideal para uma demanda energética sabida ou presumida. A presença de tais objetos técnicos de grande escala altera o conteúdo do lugar, o fragmenta, o dissolve, para, em seguida, integra o espaço no ambiente de negócios, num novo enodoar do cá com o lá, que ressignifica a base geográfica nacional. Ao longo das últimas décadas, além de cada barragem/UHE se impor fisicamente na localidade de sua inserção, isto é, apresentar-se como um objeto técnico materialmente imponente e autorreferenciado, o conjunto delas foi sendo paulatinamente integrado de modo a constituir, através de sua megaescala de enredamento econômico, uma fala única em torno do progresso, que restringe a potência da reivindicação por direitos sociais daqueles que se encontram fracamente atrelados ao mercado.

Nesse enredamento, a ação do Estado (no financiamento, na regulação, na implantação direta, na formação de uma opinião pública a respeito) se mostra impiedosa frente às forças sociais locais de resistência. No campo de forças atuantes na discussão sobre a legitimidade de proteção social ao lugar, a voz do empresariado de energia tomou decisiva precedência,

sufocando os recursos de voz das comunidades pulverizadas que se sentem prejudicadas com tais megaobras. Com a criminalização de seus enredamentos contestatórios, que são tratados equivocada e autoritariamente pelos órgãos de inteligência como ameaça aos interesses nacionais, fecha-se o cerco contra a própria democracia.

Por fim, mas não menos importante, não há como ignorar os elementos sociopolíticos corrosivos referentes ao desvelamento recente, na Operação Lava-Jato, do que há por detrás desses interesses nacionais. A cada novo depoimento, oriundo de acordo judicial de delação premiada, mais uma peça tem sido desvelada na engrenagem econômico-política desenvolvimentista, vindo a ultrapassar o âmbito dos negócios do petróleo e esbarrar, por via indireta, em restrições para a continuidade de outros grandes projetos governamentais federais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), dentre os quais, de grandes obras hídricas e hidrelétricas.

As sucessivas denúncias de participação em atos de corrupção e licitações fraudulentas acabaram por retirar das grandes empresas de construção civil, que porventura teriam se envolvido comprovadamente em tais atos, a possibilidade de serem remuneradas e firmarem novos contratos com a União. Ocorre que o gigantismo dos negócios traçados pelas mesmas, junto às forças políticas operantes no círculo tecnocrático, inviabiliza que, na referida circunstância de cerceamento de suas atividades, empresas de menor porte tenham condições de atender os requerimentos da oferta inesperada de oportunidades. O país acaba parando devido a dependência social que foi criada em torno desses gigantes.

Por mais meritória, histórica e depuradora que seja a iniciativa do Ministério Público Federal, em conjunto com a Polícia Federal, para lembrar ao grande capital, enfiado nos megacanteiros de obras, até onde se pode ir em sua articulação com os grupos de poder que se sucedem no sequestro do Estado – e que, ao torná-lo refém de seus interesses particularistas, cobram o resgate do restante da sociedade brasileira –, há que se ter em mente que, para além de indivíduos

circunstancialmente encurralados, forças modernizantes e tradicionalistas, unidas em sua mentalidade tecnocêntrica, intuem as novas formas de convergência, das quais terão que lançar mão. Como diz o ditado, os entendedores entenderão e, assim, não serão surpreendidos diante das recauchutagens relâmpago de aparências, que muito provavelmente darão novas feições ao velho patrimonialismo.

Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J.A. Why nations fail – the origins of power, prosperity and poverty. London: Profile Books Ltd, 2012.
- ACSELRAD, H; MELLO, C. C.A; BEZERRA, G. N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009
- ACSELRAD, H; BEZERRA, G. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. IN: A. Zhouri e K. Laschefski (orgs). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. pp. 34-62.
- BALOZOTE, O.; ALEJANDRO, O.; RADOVICH, J.L. Piedra del Aguilla y el impacto ambiental social de las grandes represas. Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1991.
- BERMANN, C. A desconstrução do licenciamento ambiental e a invisibilização do social nos projetos de usinas hidrelétricas. In: Andréa Zhouri: Norma Valencio. (Org.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. 1ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014, v. 1, pp. 95-109
- BOITO JR., A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV/São Paulo. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf> Acessado em: 14 de janeiro de 2013.
- BRASIL, Agência Nacional das Águas - ANA Boletim de Monitoramento dos reservatórios do Sistema Cantareira, v.10, n.06, jun. 2015. Brasília: ANA, 2015. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/sala-desituacao/BoletinsMensais/Cantareira/Boletim_Monitoramento_Reservatorios_Cantareira_2015_06.pdf. Acesso em 12 de junho de 2015.
- CARDOSO, F.H. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1964.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de Interpretação Sociológica. 6.a ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1981.
- CARMO, R.; ANAZAWA, T.M.; JAHANSEN, I.C. Seca nas metrópoles: materialização de um desastre anunciado. Série Água e Desastres. Cadernos de Trabalho da Rede Waterlat, v. 91-109, v.1 n.1, 2014.

CLAVAL, P. La geographie humaine face a la culture. *Aurora Geography Journal*, ano 0, ago 2006, pp. 9-28.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço – algumas considerações. *Aurora Geography Journal*, ano 1, dez 2007, pp. 11-19.

DOMBROWSKY, W. R. (1998). Again and again: is a disaster what we call a 'disaster'? In: QUARANTELLI, E. L. (ed). *What is a disaster? Perspectives on the question*. London/New York: Routledge, 1998. pp.19-30.

DREYFUSS, R.A. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis; Vozes, 1981.

FEARNSIDE, P.M. O Novo EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte: justificativas goela abaixo. IN: S. M. S.B. M. Santos e F. M. Hernandez (eds.) *Painel de especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, Pará, 2009. pp. 108-117.

FERNANDES, F. Mudanças sociais no Brasil. São Paulo e Rio de Janeiro: DIFEL, 3ª. Edição, 1979.

MAGALHÃES, A.C; MAGALHÃES, S.B. Um canto fúnebre em Altamira: os povos indígenas e alguns dos primeiros efeitos da barragem de Belo Monte. In: Andrea Zhouiri. (Org.). *Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais*. 1ed. Brasília: ABA, 2012, v. 1, pp.18-44.

MARTINS, J.S. A política do Brasil lúmpen e místico. São Paulo: Editor Contexto, 2011.

MATTOS, P. T.L. A formação do estado regulador. *Novos estud. - CEBRAP*, n. 76, p. 139-156, Nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-330020060003000007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

MELLO, J.M.C. O capitalismo tardio. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

MENESCAL, R. A. Gestão da segurança de barragens no Brasil: proposta de um sistema integrado, descentralizado, transparente e participativo. Universidade Federal do Ceará, Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental. Fortaleza, 2009.

MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*, v.2, n.3, ago-nov 2010, 14-26. Disponível em: www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede Acessado em: 11 de dezembro de 2012.

PAULA, E.A. Entre desastres e transgressões. A chegada dos imigrantes haitianos no “Reino deste mundo Amazônico”. *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 2, p. 187-206, dez. 2013. Disponível em: [http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view File/ 1124/1871](http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/File/1124/1871). Acesso em: 17 de novembro de 2014.

RIBEIRO, G.L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. IN: A. Zhouri (org). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília; ABA Publicações, 2012, pp.196-233.

SABESP - CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SABESP anuncia resultado do 1T15. Disponível em: [http://www.sabesp.com.br/Sabesp/filesmng.nsf/811156010085A43083257E-4600044CBA/\\$File/SBSP3_1T15.pdf](http://www.sabesp.com.br/Sabesp/filesmng.nsf/811156010085A43083257E-4600044CBA/$File/SBSP3_1T15.pdf). Acesso em: 16 de junho de 2015.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 11ª. edição, Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, S. M.S.B.M. *Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragem*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Université Paris 13 (Paris Nord), Doctorat en Sociologie. Belém do Pará e Paris, 2007.

SEVA, Oswaldo. *Estranhas catedrais*. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 60, n. 3, Sept. 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-72520080000300014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 junho 2012.

SORIANO, E.; VALENCIO, N. *Convergências e divergências acerca das interpretações do caso da UHE Itaipu Binacional*. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 24, 2012, pp. 208-236.

UOL, Sabesp diz que remuneração a diretores é inferior à de outras companhias. Brasília: UOL, 215. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/14/sabesp-nao-atinge-metas-mas-paga-bonus-a-diretores.htm>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

VAINER, C. B. *Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional*. In: MARGULIS, S. (Ed.) *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Brasília: Ipea, 1990. pp.179-211.

VAINER, C.B.; ARAÚJO, F.G.B. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro, CEDEI, 1992.

VAINER, C. Utopias urbanas e conflitos sociais: a polis ameaçada. Palestra de encerramento proferida na VII Semana de Geografia “Para onde vão nossas cidades?”, UNICAMP, 2011, mimeo.

VALENCIO, N. Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB): limitações da resposta da Defesa Civil ao rompimento de barragens. Anais do Primeiro Encontro Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: IPPRU/UFRJ, 2005. 20 p.

VALENCIO, N.; GONÇALVES, J.C. A convivência com os riscos relacionados às barragens no semiárido nordestino: conflitos entre representações e práticas sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.8, n. 1, maio 2006, pp. 79-87.

VALENCIO, N.; GONÇALVES, J.C. Do alarde desenvolvimentista ao silêncio inoportuno sobre os riscos: limites da convivência social com uma grande barragem. In: Raoul Henry. (Org.). Represa de Juruimir: ecologia, modelagem e aspectos sociais. 1ed. Ribeirão Preto: Holos, Editora, 2014, v. 1, pp. 343-366.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. O processo de vulnerabilização de populações inseridas à jusante de barragens no Brasil: apontamentos sociológicos para catástrofes anunciadas. In: V Encontro da ANPPAS, 2010, Florianópolis. V ENANPPAS. Florianópolis: ANPPAS, 2010. v. 1. pp. 1-15.

VIEIRA, P. H. F. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento. In: Paulo H. F. Vieira; Eduardo J. Viola; Hector R. Leis; Ilse Scherrer-Warren; Julia S. Guivant. (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1995, pp. 45-98.

ZHOURI, A. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. IN: A. Zhouri e K. Laschefski (orgs). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. pp. 439-462.

ZHOURI, A. 2012. Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia. In: Andrea Zhouri. (Org.). Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais. 1ed. Brasília: ABA, 2012, v. 1, pp. 45-65.

Capítulo 3

Energia Hidrelétrica: a Retórica da Energia Limpa

Elisângela Domingues Michelatto Natt

Alexandre de Pádua Carrieri

Introdução

O discurso propagado sobre a geração de energia hidrelétrica, bem como as vantagens tecnológicas, os retornos econômicos e o potencial estratégico para o país, vem sendo um argumento amplamente explorado pelas companhias hidrelétricas, governos e toda uma gama de defensores da ideia de que a hidroenergia é um tipo de energia limpa. Em contrapartida, informações que vão ao encontro dessas afirmações também vêm sendo disseminadas, por parte de cientistas, ativistas e especialistas em ambiente e impactos socioambientais. O que perpassa esses discursos são ideologias, interesses econômicos e políticos. Mas é importante notar que a propagação de informações imprecisas ou superficiais é elementar para a manutenção do poder, mais especificamente do poder de falar publicamente sobre o tema.

Há muito vem se discutindo a cerca da geração de hidroe-nergia no Brasil. Em 1978, Magalhães fez alguns apontamentos interessantes sobre esse tipo de energia, a começar por alguns aspectos técnico-econômicos e ambientais. Para o autor, as vantagens se desdobrariam em algumas desvantagens. Se por um lado haveria o aspecto positivo no aproveitamento das regiões hidrográficas de relevo favorável cujo custo de geração seria baixo, por outro haveria o problema de que as usinas devem ser construídas junto às fontes de geração e não à carga, gerando custos de transmissão.

Além disso, Magalhães alerta que os países em desenvolvimento não teriam capital disponível suficiente para o investi-

mento exigido para a construção da usina, do reservatório, das linhas de transmissão e de toda a infraestrutura como estradas, comunicações, acampamentos provisórios, vilas de operadores e outras possíveis despesas decorrentes do empreendimento. Em suma, se o custo de produção de energia em uma usina pronta é baixo, o custo para a instalação de uma usina é extremamente alto, considerando as condições econômicas de países menos abastados. Outro aspecto negativo apontado pelo autor é a dependência das condições climáticas, pois não seria possível prever com precisão o potencial produtivo, já que há a dependência do ambiente físico, cujas alterações provocadas pela construção de usinas também provoca sérios danos sistêmicos, que devem ser sempre minimizados ou evitados.

Atualmente, o conceito de energia limpa vem sendo bastante explorado em defesa da construção de usinas hidrelétricas. No site da Eletrobrás (2015), por exemplo, encontramos a alegação de que as instalações hidrelétricas proporcionam energia, infraestrutura, estimulam a economia e melhoram a qualidade de vida da população, além de ser um tipo de energia limpa e barata, cujo tempo médio de vida dos empreendimentos pode chegar a 100 anos e beneficiar várias gerações. Entretanto, muitas pesquisas vêm demonstrando aspectos que destoam dessas afirmativas, como o fato de que muitas famílias são desalojadas e que os ecossistemas ficam completamente danificados (SUASSUNA, 2007; RAMPAZO; ICHIKAWA, 2013; SANTOS, 2013; DERROSSO; ICHIKAWA, 2014; MASSOLI; BORGES, 2014; PEREIRA; RIBEIRO, 2014).

Ao conceito de energia limpa é inerente o caráter renovável e alternativo, isto é, são limpos os tipos de energia que são produzidos a partir de fontes que se repetem na natureza e tendem a não impactar significativamente o ambiente. São consideradas nesse construto as energias de tipo hídrica, eólica, geotérmica, biomassa, solar e marítima. Sendo a energia solar a fonte mais abundante no planeta (MOREIRA; GIOMETTI, 2008). Interessante notar que não impactar significativamente o ambiente não parece algo intrínseco à construção de usinas hidrelétricas, por mais que se trate de exploração de fonte re-

renovável, é imprescindível que se considere os impactos ambientais. Mas é de suma importância que se leve em conta o fato de que o ambiente é complexo, composto por uma gama de sistemas, como fauna, flora e a própria humanidade. Se essa complexidade for considerada, é preciso rever o conceito de energia limpa, não o atrelando exclusivamente à física, ou seja, não é porque não polui diretamente o ambiente que um tipo de energia deve ser considerado limpo.

Sob esse argumento, considera-se necessário uma crítica aos discursos disseminados em torno da falácia da energia limpa, no tocante à instalação de hidrelétricas. Para isso, algumas pesquisas foram consideradas, bem como alguns documentos relacionados à produção desse tipo de energia. No tocante às análises realizadas, recorreu-se a abordagem de Foucault (2011) sobre o conceito de *parresía*. Para o autor, o termo representa o tudo dizer, o franco falar, o dizer a verdade sem mascará-la ou ornamentá-la diante das instâncias de poder. Na *parresía* se pode apreender a relação entre sujeito e verdade, no momento em que é proferida a palavra sobre algo. Nesse conceito, está implícito um aspecto social e político, cuja forma requer um sujeito paradigmático e disposto ao perigo que falar a verdade implica, posicionando-se frente ao tirano e colocando-se em posição delicada de defender a verdade frente àquele que não a quer ouvi-la (SQUVERER, 2013).

Para esclarecer o ponto de partida adotado, serão apresentados os argumentos sobre as vantagens da energia hidrelétrica, bem como os impactos observados por pesquisadores imersos no campo de investigação sobre a construção das usinas hidrelétricas no Brasil, não só em relação aos impactos socioambientais, mas também em torno das relações de poder que perpassam a geração de energia no país. O principal argumento é que se trata de um processo que envolve muitas variáveis, e a água, fonte renovável, não é o único elemento que deve ser considerado. A complexidade da questão está em torno de algo que é extremamente danoso ao ambiente e a uma parcela da população, geralmente a mais pobre e distante dos centros de poder. A governamentalidade que envolve esse processo

traz uma série de interesses políticos e econômicos, que ultrapassam e acobertam os danos causados por esse tipo de empreendimento, tais como as mortes de cidadãos ribeirinhos, os processos de desocupação, os desabrigados, a destruição ambiental e a corrupção – fator altamente impactante nos custos de construção das usinas que, segundo Magalhães (1978), já eram demasiado onerosos para um país em desenvolvimento, sem considerar, naquela época, o fator corrupção.

Sob esses meandros, e no intuito de promover mais debates em torno desse tema, nos deparamos com a necessidade de mais alguns esclarecimentos sobre os empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Não se trata de abordar uma verdade absoluta ou ideológica sobre o assunto, mas trazer à tona algumas possibilidades para a compreensão dos interesses imersos no jogo da geração de energia. Mais especificamente, em relação à produção de energia hidrelétrica. Ao pensar sobre a gestão desses negócios – desde os projetos iniciais até a implantação – entende-se que é necessária uma perspectiva para além dos estudos pautados na racionalidade econômica e na estratégia competitiva. Pretende-se um argumento mais profundo em torno das falácias que surgem em prol desses investimentos. Se a energia gerada é limpa, então a questão que se coloca é: para quem?

Nesse sentido, é interessante apontar que a sociedade não parece estar sendo considerada de forma ampla, e os princípios do management parecem suprimir questões sociais mais profundas, em termos de territorialidade, direito e relações de poder. Em sentido teórico pretende-se contribuir com um olhar mais profundo, crítico e, longe de estabelecer uma verdade, que possa, pelo menos, incitar mais e mais discussões. Discussões que sejam menos instrumentalistas e que permitam construir um corpus que nos possibilite reflexões profícuas. Com esse intuito, serão apresentados a seguir, alguns aspectos caros à geração de hidroenergia no Brasil.

A matriz energética brasileira e a energia hidrelétrica

Começamos por tentar entender um pouco sobre o processo de geração de energia no país, que é altamente dependente do

petróleo e que tem o desafio de diminuir o uso de fontes poluidoras. Nossa matriz energética, embora renovável em parte (36%), precisa ter reduzida a dependência em relação ao petróleo e também ao carvão mineral, visando diminuir problemas como a poluição do ar e o aquecimento global. Estima-se que houve significativo avanço nas últimas seis décadas, pois, em 1940, a energia proveniente da queima de lenha alcançava os 80% da produção total de energia, o que atualmente corresponde a 9,5%. Hoje, a maior fonte de energia elétrica no Brasil é a água, e a energia resultante dela, produzida em hidrelétricas, tem sido considerada uma opção sustentável e capaz de garantir o consumo necessário para o crescimento do país (ELETROBRAS, 2015a).

No Brasil, a política hidrelétrica vem sendo implantada e ampliada desde o ano de 1889, quando foi instalada a primeira central hidrelétrica, construída em Juiz de Fora. Nas décadas seguintes, se viu o contínuo desenvolvimento no setor energético, a maior parte através da iniciativa privada – de capital nacional e estrangeiro. A partir da década de 1940, no pós II Guerra Mundial, o ritmo na produção de energia desacelerou, e foi necessário, ao desenvolvimento e à industrialização brasileira, que o setor público tomasse as rédeas da situação. Essa tendência foi sendo ampliada e foram várias as iniciativas federais, como a instalação de Furnas (1957), e a criação da Eletrobrás (1961) (MAGALHÃES, 1978).

Segundo Magalhães (1978), um fator que contribuiu para a expansão dos projetos brasileiros foi a realização de um planejamento global, por parte do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos do Centro Sul, entre os anos de 1962 e 1966, cujo apoio financeiro foi dado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse período, houve uma volta à prioridade hidroenergética, estabelecendo-se os grandes empreendimentos, como as usinas de Paulo Afonso, Três Marias e Furnas. Também se intensificaram os investimentos nas ligações e transmissões do sistema e o abandono das pequenas usinas térmicas. Isso culminou em experiência nacional no segmento de instalações hidrelétricas, seja no tocante às obras civis ou à

montagem eletromecânica, fabricação de equipamentos e desenvolvimento de equipes técnicas de operação da infraestrutura administrativa e de apoio e dos órgãos superiores de decisão, planejamento e controle.

A Agência Internacional de Energia – International Energy Agency (IEA, 2013) apoia a produção de hidroenergia, apontando que, além de ser altamente renovável, provém da fonte mais disponível em todo o mundo. Conforme a IEA, 16% da eletricidade mundial é proveniente de usinas hidrelétricas, que oferecem preços competitivos e estão presentes em vários países nos mais variados estágios de desenvolvimento econômico, sejam eles desenvolvidos, emergentes ou ainda em desenvolvimento. Atualmente, os maiores produtores de energia do mundo são a China, os Estados Unidos, a Rússia, a Arábia Saudita e a Índia, que juntos correspondem a 50% da produção global de energia (IEA, 2014b).

Contudo, mesmo sendo os maiores produtores de energia, os países citados acima não estão entre os mais eficientes em termos de consumo, sendo a Islândia – pequeno produtor – o 3º colocado nesse quesito – mais eficiente. Isso ocorre porque simplesmente produzir em grande escala não representa eficiência energética, pois um país só pode ser considerado eficiente a partir da capacidade que tem para viabilizar programas para a economia no consumo de energia e elaborar planos alternativos de produção. De acordo com a IEA (2014b), a oferta total de energia primária de um país deve ser dividida por sua produção de energia geral, como uma indicação sobre o nível de autossuficiência ou dependência energética de um país. Também devem ser considerados dados socioeconômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) e a população, considerando consumo e produção de energia. Quanto à hidroenergia, a agência informa que não há dados precisos sobre o balanço energético, mas que há várias combinações entre informações socioeconômicas e indicadores, que vão além das questões de fluxo energético.

O Brasil, que não figura entre os maiores produtores e nem entre os mais eficientes, tem, de sua energia consumida em ambientes residenciais, 80% provenientes de grandes usinas

hidrelétricas, e 45% da demanda por energia primária é atendida por energia proveniente de fonte renovável. De acordo com a IEA (2014a), a demanda total de energia primária no Brasil dobrou desde a década de 1990. Isso ocorreu em função do aumento no consumo de energia elétrica e também do aumento na demanda por combustíveis para o transporte, decorrente do crescimento econômico e consequente avanço no potencial de consumo das classes baixas e a expansão da classe média. Todo esse cenário exigiu algumas medidas políticas em relação à geração de energia no país, culminando em desafios urgentes, tais como um esforço para que o acesso à eletricidade fosse estendido para todas as classes sociais (IEA, 2013).

De acordo com as informações emitidas pela IEA (2013) ,é interessante observar que, além das questões hidroenergéticas, o Brasil ascendeu nos últimos anos no quesito “potencial energético”, já que descobertas de petróleo e gás offshore deram ao país um status significativo entre os produtores de petróleo e gás. A descoberta sobre o pré-sal fez com que a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) assumisse um papel importante em áreas estratégicas, mesmo assim, a produção dos campos do pré-sal em águas profundas ainda não representam força suficiente para compensar o declínio da produção petrolífera do país. Mas, obviamente, a exploração do pré-sal será essencial para que o país se torne autossuficiente em termos de produção energética no futuro, inclusive sendo capaz de tornar-se um importante exportador de petróleo.

Em paralelo, são vários os projetos do Brasil para expandir seu potencial energético global, dentre os quais está o aumento da produção de energia hidroelétrica. Essa expansão, contudo, tem enfrentado alguns obstáculos, tais como a restrição espacial – afastamento das regiões potenciais para a exploração hidroenergética em relação aos centros industrializados – e questões ambientais e econômicas. De acordo com a IEA (2013), esses fatores fazem com que o Brasil, embora apresente um potencial de 20 GW de capacidade de energia hidrelétrica, em construção na região amazônica, ainda precise se dedicar à exploração de outras fontes para geração de energia, que

também devem crescer nos próximos anos, como é o caso do gás natural, da energia eólica e da bioenergia. A agência traz ainda, que há um sistema de leilões sendo viabilizado para que sejam angariados recursos para a criação de uma capacidade de transmissão mais efetiva, algo importante, visto que hoje, esse é um dos principais problemas do país.

Para apoiar esse processo, a IEA (2013) aponta que estabeleceu cooperação com o Brasil a fim de que algumas realizações conjuntas possam ser realizadas. Entre os projetos conjuntos, estão a publicação do Global Hydropower Technology Roadmap e a seção especial sobre o Brasil no World Energy Outlook 2013. Em termos estratégicos, isso parece importante, já que a IEA tem como seus pilares de atuação a segurança energética (para promover diversidade, eficiência e flexibilidade nos setores energéticos), o desenvolvimento econômico (para assegurar fornecimento estável de energia aos países membros, promovendo mercados livres para fomentar o crescimento econômico e eliminar a pobreza energética), a sensibilização ambiental (para reforçar o conhecimento internacional das opções para o combate dos problemas climáticos) e o chamado compromisso mundial (para trabalhar com os países não membros, em especial grandes produtores e consumidores), para que sejam solucionados os problemas ambientais relacionados à geração de energia (IEA).

Em 2014, o Brasil foi considerado o 23º país em eficiência energética no mundo. Especificamente em relação à hidroe-nergia, o Brasil produz 14,1% do total produzido no mundo, sendo este o setor responsável por 75% da produção de energia elétrica. Essa preferência pela adoção do sistema hidrelétrico vem sendo reforçada pelo fato de que o país possui um alto potencial fluvial, o que é de suma relevância para esse tipo de produção energética, já que a geração de energia se dá através de turbinas movidas por correntes de água provenientes dos rios, seja de forma direta ou a partir de instalações feitas pelo homem, como reservatórios e represas. De acordo com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS, 2015b), entre as principais vantagens das usinas hidrelétricas estão: a utilização de fonte renovável de energia, a viabilização do

uso de outras fontes renováveis (podem servir de suporte ao emprego de outras fontes de energia como a eólica e a solar), a contribuição para a não poluição do ar, a ajuda no combate às mudanças climáticas, o armazenamento de água potável, a promoção de segurança energética, a redução de preços para o consumidor final, o aumento na confiabilidade e estabilidade do sistema elétrico do país, e a significativa contribuição para o desenvolvimento. Todos considerados instrumentos vitais para o desenvolvimento sustentável de um país.

Para a empresa (Eletrobrás), as usinas hidrelétricas representam desenvolvimento sustentável, desde que sejam desenvolvidas e operadas de forma economicamente viável, sensata e socialmente responsável. De acordo com a Eletrobrás (2015b), a operação das usinas é considerada uma das soluções mais econômicas para o aproveitamento da força das águas, que, após movimentarem as turbinas, voltam para o leito dos rios sem sofrer qualquer degeneração, sendo, por isso, considerada uma fonte de energia limpa e renovável. Hoje, a usina mais notável no Brasil é a Itaipu, localizada no rio Paraná e considerada a segunda maior do mundo em potência instalada (14 mil megawatts), atrás apenas de Três Gargantas, na China. Ainda segundo a empresa (que é estatal), além de ser proprietária de metade da Itaipu, a companhia também detém a posse de algumas das principais hidrelétricas em operação no país, como Tucuruí, no rio Tocantins, e as usinas do Complexo Paulo Afonso, no rio São Francisco.

Atualmente, o Brasil tem na energia hidráulica sua maior fonte de energia elétrica, seguida pela energia gerada nas termelétricas e, por último, nas usinas nucleares, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Matriz Energética Brasileira

Fontes de Energia	Produção	%
Lenha	Termelétricas	9,5
Biomassa (exceto lenha)	Biocombustíveis	21,2
Hidráulica	Usinas Hidrelétricas	14,1
Petróleo*	Extração Mineral	37,7
Carvão Mineral	Extração Mineral	5,2%
Gás Natural	Extração Mineral	10,3
Nuclear**	Usinas Nucleares	1,4
Eólica***	Turbinas de Vento	0,5
Solar	Painéis Solares	0,1

Fonte – Adaptado de Eletrobrás (2015b) – dados de 2010.

*Principal combustível para veículos automotores; não renovável e altamente poluente.

**Angra 1 e Angra 2, localizadas no estado do Rio de Janeiro.

***Energia limpa e renovável; grande potencial, pouca exploração.

Apresentada a matriz energética brasileira e tendo em vista todas as vantagens da geração de energia hidroelétrica, elencadas pelos órgãos e empresas responsáveis pela energia, parece importante mencionar algumas das desvantagens, nunca ou raramente apresentadas pelas instituições interessadas na proliferação das hidrelétricas. Nesse sentido, são mencionados a seguir, alguns dos aspectos mais relevantes sobre a implantação das UHEs no Brasil.

Alguns aspectos relevantes

Com o aumento no consumo de energia elétrica no Brasil, em especial entre os anos de 2002 e 2012, em torno de 52,87%, aliado à perspectiva de crescimento de 52% até o ano de 2023, e considerando que as Usinas Hidrelétricas (UHEs) são nossa principal fonte de geração de energia elétrica, parece justificável que tanto se discuta sobre o uso do potencial hidroelétrico e da consequente expansão dos grandes projetos. Os impactos são muitos, a começar pela alteração do ciclo hidrológico e do meio ambiente em geral. Massoli e Borges (2014) apontam

alguns dos impactos possíveis e os chamam de externalidades ocasionadas pela instalação de hidrelétricas. Os autores apontam aspectos como o desenvolvimento regional, no entorno das barragens, e também alguns aspectos negativos, relacionados ao custo benefício não incluído nos preços (mas que devem ser considerados como externos, já que pagos pela sociedade, ainda que de forma indireta, seja pela degradação ambiental – custos ambientais – ou por problemas de saúde, dentre tantos outros possíveis).

Ainda de acordo com os mesmos autores, esse tipo de empreendimento contribui para alterações climáticas como chuvas ácidas, efeito estufa, degradação da qualidade do ar e outras questões não mensuradas nos custos finais dos projetos. Entre os possíveis prejuízos para as populações, há a falta de compensação para a região, a ausência de desenvolvimento local, a avaliação inadequada das terras, a morte e o deslocamento de vários animais, o sentimento de impotência diante da política de geração energética, o deslocamento de famílias das áreas urbanas e rurais, em especial da população ribeirinha (para a construção de barragem), o aumento no custo de vida, a diminuição da tranquilidade municipal e a mudança de cenário (social e ambiental), os impactos diversos de ordem econômica, social, ambiental e cultural, o deslocamento compulsório de pessoas por fatores culturais, a inundação de grandes áreas, a impossibilidade de uso do rio para travessia de boiadas por parte de produtores rurais e as dificuldades de tráfego de embarcação.

Quanto aos aspectos positivos, Massoli e Borges (2014) apontam que os empreendimentos hidrelétricos – além da geração de energia – poderiam promover a melhoria das vias públicas das regiões em que são instaladas as UHEs, a elaboração de políticas alternativas para a geração de renda, o apoio aos municípios, a instalação de parques ecológicos, a conservação da fauna e flora locais, a redução do impacto social (por meio de programas de qualificação), a mudança de cenário paisagístico (potencializando aspectos turísticos ou estruturais), a expectativa de mais oportunidades de trabalho, a criação de lagos e a

reforma de imóveis. Em suma, os aspectos considerados positivos seriam todos aqueles velhos conhecidos, relacionados ao tão aclamado progresso. Mas o fato é que, desde a concepção de um projeto para construção de uma usina hidrelétrica até o seu pleno funcionamento, sérios problemas ambientais e sociais vem sendo verificados, a começar pela própria inundação, que em muitos casos se dá sobre terras produtivas.

O alagamento não poupa o ecossistema e nem o ambiente social. O meio ecológico é destruído para sempre e populações inteiras de animais são até mesmo extintas. O ecossistema é completamente alterado, causando sério desequilíbrio. Populações locais são compulsoriamente deslocadas, seus hábitos, a dependência da terra e sua identidade são gravemente feridos, fazendo com que suas rotinas e funções produtivas na comunidade também se alterem, modificando, por vez, as relações sociais em seu meio. Derrosso e Ichikawa (2013) são enfáticos ao ressaltar que o enchimento de reservatórios tem ocasionado o esvaziamento das vidas de milhares de sujeitos. De acordo com os autores, as ações compensatórias são frequentemente insuficientes e mesmo equivocadas. A drástica mudança causada pelas instalações de hidrelétricas, não se restringe ao espaço físico, altera também as relações sociais, as formas de trabalho, as rotinas, as representações simbólicas e os vínculos mais profundos, estabelecidos durante toda a trajetória dos sujeitos.

Conforme trazem Pereira e Ribeiro (2014), os empreendimentos hidrelétricos no Brasil já foram responsáveis pelo desalojamento de mais de 200 mil famílias, integrantes dos níveis mais vulneráveis da sociedade, como indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas. Para os autores, há um movimento de consubstanciação entre pessoas e objetos, não havendo distinção entre ambos, movendo-os conforme a necessidade e os interesses políticos e econômicos. Esse processo se sustenta em um modelo de desenvolvimento que não é para todos. É direcionado, focado, e não alcança as populações mais carentes (ACSELRAD, 1991). O próprio fortalecimento da matriz energética não parece voltado a qualquer melhoria de vida dessas populações, aliás, nem mesmo a própria energia elétrica chega

à parte dessa população, pois no Brasil ainda há muitos sertanejos que nem mesmo experimentaram a vida com energia elétrica. E mesmo que discursos desenvolvimentistas sustentem que a melhoria econômica de um país propicie avanço na qualidade de vida dos menos abastados, dificilmente esses não são os únicos sacrificados em prol desse desenvolvimento.

Mas uma verdade é inquestionável, nossa matriz energética está pautada na lógica mercantil e tecnicista. Nessa lógica não cabem preocupações com a degeneração social ou ambiental. Atesta-se que em nome de um bem maior se pode destruir para reconstruir depois, se for o caso, por meio de medidas compensatórias e de mitigação dos impactos. Nesse sentido, homem e meio são meros provedores de recursos. As singularidades entre os grupos afetados, a produção material ou simbólica no cerne das comunidades, o meio ambiente onde elas se fizeram existir e significar, são simplesmente subjugados, e o bem maior segue sendo esse invisível e tão esmagador “mercado econômico”. O que ele significa? Pois bem, não parece haver consenso sobre o assunto, mas o fato é que questões insubstituíveis são ignoradas e a desterritorialização é apenas uma face da reterritorialização, não menos árdua para muitas famílias, transplantadas para novos territórios, que não os seus, enfrentando novas possibilidades que não as suas. Ao serem impingidos à mudança, mesmo aquilo que outrora poderia ser bom, nessa circunstância se torna sombrio. Como sabiamente apontam Pereira e Ribeiro (2014), aqueles que compulsoriamente saem são também os que chegam. Que partem deixando suas histórias, sendo exigidos a reinvenções que nem sempre lhes são agradáveis. Que reinventam sua capacidade de trabalho, os seus saberes, as suas memórias, as suas histórias e tudo aquilo que se perde na mudança.

Mas, como destacam Rampazo e Ichikawa (2013), muitos dos problemas imbricados na geração da hidroenergia não são apenas econômicos. Nesse sentido, nem sempre as formas de mitigação dos danos ou ressarcimento econômico podem apagar as marcas deixadas por um processo tão drástico de defor-

mação do ambiente e das vidas. Certas marcas não podem ser apagadas ou mesmo atenuadas. As amizades, os códigos estabelecidos numa comunidade, a identificação com o território, o reconhecimento perante seus semelhantes e a clivagem na sua própria identidade não são passíveis de compensação. A perda das referências ocasionam mudanças objetivas nas vidas dos sujeitos, que têm a condição econômica e de subsistência alterada, quando não a própria percepção, resultando em conflitos diversos.

Para Suassuna (2007), há uma espécie de dano moral e ambiental coletivo, cujo sofrimento dos sujeitos também advém de uma coletividade, em decorrência do dano ao patrimônio ambiental, causando ainda um dano moral, decorrente desses mesmos impactos ambientais, que, por sua vez, causam à população atingida perdas irreparáveis. Os conflitos entre os que detêm o poder frente ao empreendimento e a população atingida se dão, muitas vezes, por causa do sentimento de desconsideração de suas necessidades, da ausência de estudos ambientais sérios e de toda a desconsideração de qualquer aspecto imaterial relacionado ao patrimônio ambiental. Os sujeitos à frente das construções das UHEs não consideram que o ambiente, social e ecológico, é de suma importância para as populações locais. Esse desrespeito, segundo a autora, muitas vezes é a principal fonte dos conflitos.

Para Santos (2013), os motivos principais para os conflitos são decorrentes de reivindicações emocionais, que são contrárias aos empreendimentos hidrelétricos, mas fundadas em dimensões psicossociais. De acordo com o autor, esse movimento de “contra versus a favor” à construção das usinas não ocasiona discussões objetivas, impedindo avanços para o desenvolvimento local e evitando articulações por parte da sociedade civil, que, para ele, deveria viabilizar alguma forma de controle social e político para algo que constitui um fato: a construção das UHEs. Afirma, ainda, que é necessário fortalecer outra dimensão, uma que seja mais participativa para o controle e para as ações em direção ao desenvolvimento local, em que a sociedade civil fosse envolvida, influenciando novos atores e movimentos que se fizessem válidos em face à construção desses empreendimentos.

Poder-se-ia inferir que os argumentos contrários à Instalação das UHEs constituiriam um movimento afetivo que leva em conta a possibilidade de não construção das usinas. Mas pouco se pensou mediante a construção concreta e inevitável dessas instalações (SANTOS, 2013). Essa relação de forças parece infundável, e, ao mesmo tempo, fatídica. Tentativas apaixonadas não têm evitado esse processo. Mas, então, o que fazer? As infundáveis tentativas de não se conceder licença para a construção desses empreendimentos só têm feito protelar por algum tempo que eles sejam efetivados. E nesse sentido, Santos (2013) aponta ser inevitável qualquer afirmação sobre os desdobramentos futuros dos movimentos que vemos hoje. Essa nova dinâmica e o processo histórico, cuja relevância parece sempre esbarrar nos aspectos econômicos e utilitaristas, parece requerer posições mais complexas do que o tradicional contra “versus a favor”. Para o autor, esse movimento na história, no território e nas singularidades irão requisitar caminhos múltiplos, nos quais os interesses são infundáveis, mas prevalece a saída do território, que continua em movimento.

Mas esses não foram os únicos percalços ignorados ao longo dos últimos 40 anos. Já na década de 1970 Magalhães (1978) apontava que embora a geração de energia mais barata fosse imprescindível para o desenvolvimento econômico do país, e que a energia hidrelétrica fosse o melhor caminho para o aumento da produtividade interna, algumas variáveis precisavam ser levadas em consideração. Para o autor, embora o baixo custo da energia e a confiabilidade técnica fossem atrativos importantes, ainda cabia considerar alguns aspectos problemáticos, como a necessidade de melhorar a capacidade de distribuição da energia gerada, o que era – e continua sendo – um grande problema, devido às grandes distâncias entre o local de produção e o consumo final. Não bastassem esses desafios, ainda havia o problema dos altos investimentos requeridos para a realização dos projetos, construção e instalação das usinas e reservatórios, e o longo tempo exigido para a maturação do investimento em uma UHE, visto que um projeto desse porte tende a se estender por mais de 12 anos. Outra variável im-

portante é a dependência em relação à natureza – períodos de chuvas e estiagem – e o alto custo inicial para a instalação de uma usina hidrelétrica, extremamente caro para um país ainda em desenvolvimento.

Mas frente às problemáticas fontes, como a lenha e o carvão mineral, cujos processos de geração de energia são extremamente danosos ao ambiente, as justificativas a favor das construções das UHEs até hoje vêm colorindo os discursos em prol da construção desse tipo de empreendimento. Problemas com acidentes de transporte, emissão de gases e destruição paisagística também eram fatores preocupantes em relação às termelétricas, assim como os riscos relativos à energia nuclear e os altos investimentos econômicos em tecnologia e segurança. Esses foram argumentos largamente explorados em prol dos investimentos em geração de energia hidrelétrica (MAGALHÃES, 1978). Argumentava-se que essa seria a solução para os problemas relacionados às termelétricas, o que não se confirmou ao longo desses anos, pois vimos que a construção de barragens e usinas tem interferido gravemente no sistema ecológico e na estrutura socioeconômica das regiões onde são instaladas.

Na ânsia de convencer sobre a importância da construção das hidrelétricas para o país, se preconizava, nos anos setenta, que, junto aos empreendimentos, fossem realizadas modificações benéficas ao ambiente, no sentido de evitar ou minimizar as modificações negativas. Magalhães (1978) aponta que naquele tempo, a experiência brasileira se demonstrava satisfatória, com saldo positivo na maior parte dos casos. Para o autor, em regiões pouco desenvolvidas, a construção de uma usina, embora desorganizasse o antigo sistema socioeconômico, acabava sendo um elemento de inovação para a economia e a cultura locais. Argumenta-se ainda que, embora um reservatório faça desaparecer riquezas naturais, como uma queda de água, o lago artificial pode oferecer outras possibilidades para práticas esportivas e recreativas, tornando a região um pólo de atração turística.

Outra falácia é a afirmação de que nem sempre há perda irreversível quanto às terras agrícolas inundadas, que podem

tornar-se reservatórios adequados ao povoamento de peixes, proporcionando a uma produção pesqueira que compense ou supere as perdas com o alagamento. Os raros riscos de tremores, decorrentes da acomodação do solo sob a água, a proliferação de insetos transmissores de doenças são considerados ínfimos mediante benefícios como a regularização das vazões dos rios, que evitaria enchentes ou secas prolongadas, acarretando benefícios para as populações ecossistemas. Para Magalhães (1978), as alterações são significativas, mas poderiam ser controladas a partir de análises criteriosas que pudessem avaliar caso a caso os possíveis impactos, considerando, ao final, viabilidade ou não para o empreendimento. Essa viabilidade seria confirmada caso o resultado global fosse positivo, levando-se em conta os custos e benefícios – diretos e indiretos.

Vistos todos esses argumentos em torno da geração de energia hidrelétrica – favoráveis e desfavoráveis –, parece necessário que todos nós, pesquisadores, educadores e cidadãos em geral, tomemos uma postura: a de buscar compreender quais são, de fato, os interesses envolvidos nessa temática. Não parece ser simples estabelecer motivos reais ou precisos, nem mesmo possível, mas promover a discussão e reflexão é parte de um processo caro ao avanço socioeconômico de um país e a busca por informação e conhecimento. Nesse sentido, é apresentado, a seguir, um possível percurso para a análise dos discursos vigentes em torno do tema energia hidrelétrica.

Foucault e o conceito de parresía

São muitos os estudos envolvendo as discussões realizadas por Foucault no âmbito dos estudos organizacionais (Barros et al, 2011; Antunes et al, 2012; Costa e Leão, 2012; Gonçalves et al, 2012; Pereira et al, 2012; Silva et al, 2012; Stassun e Prado Filho, 2012; Costa et al, 2013; Paim, 2013; Souza e Pereira, 2013; Walter et al, 2013; Villadsen, 2014). Desde seu conceito sobre tecnologia, governamentalidade, poder disciplinar e tantos outros, são muitas as contribuições de seu trabalho para os avanços da área. Especificamente nesse texto, recorre-se ao conceito de parresía, não cunhado por ele, mas retomado em

seu trabalho de forma esclarecedora quanto ao seu caráter público. Antes de apresentar suas elucubrações a esse respeito, no entanto, parece importante retratar algumas das contribuições absorvidas por alguns pesquisadores.

A adoção do conceito de tecnologia disciplinar vem contribuindo amplamente para o processo analítico sobre as complexidades do poder na vida organizacional (VILLADSEN, 2014). As premissas da teoria sobre o poder, em Foucault, contribuem para o desvelar de mecanismos de vigilância que abrigam interesses muito além dos meramente econômicos (PAIM, 2013). Os trabalhos de Foucault (2014a; 2014b; 2014c) sobre a história da sexualidade colaborou com pesquisas (Souza e Pereira, 2013) que revelaram a existência de discriminação praticada por homossexuais contra homossexuais no ambiente de trabalho. A forma como Foucault analisou os discursos também foram de grande importância para alguns estudos (Costa e Leão, 2012; Costa et al, 2013; Souza; Pereira, 2013; Walter et al, 2013), revelando como o poder se manifesta nos processos de configuração de verdades a respeito de determinados assuntos, e mostrando as ordens que emanam da realidade e de alguns avanços tecnológicos que delineiam a experiência concreta e a percepção dos sujeitos.

Como apontam Stassun e Prado Filho (2012), no mercado de informações e no acesso ilimitado aos dados, bem como em virtude do aumento da precisão em alguns processos, e mais, nas práticas de regulação das populações e das subjetividades dos sujeitos, a própria gestão possibilita vigilância e controle do saber e poder, buscando conhecer a vida dos indivíduos para seguir criando novos mecanismos de controle. Costa e Leão (2012) apontam que por meio dos trabalhos arqueológicos de Foucault é possível delinear um percurso para a compreensão de emaranhados culturais, estabelecimento de valores universais em meios locais, marcas e símbolos culturais, práticas cotidianas e formações discursivas.

Embora tenha sido amplamente criticado, Foucault contribuiu para que fosse possível compreender a ação dos atores humanos (Villadsen, 2014), os ambientes de controle social dis-

ciplinar (Paim, 2013), a discriminação (Souza e Pereira, 2013), o ideário taylorista e o poder pastoral da disciplina, que incide sobre o corpo e a alma do indivíduo (Walter et al, 2013), o processo de construção e planejamento de políticas públicas como dispositivos biopolíticos (Stassun e Prado Filho, 2012), as relações de poder em ambientes perpassados por princípios da Economia Solidária (Gonçalves et al, 2012), as práticas organizacionais em empresas familiares (Pereira et al, 2012), a estratégia como prática social nas organizações — considerando os aspectos micro e macro do fazer estratégia (Silva et al, 2012)—, e proporcionou, ainda, visões alternativas sobre o estabelecimento dos saberes gerenciais, considerando os sujeitos e as práticas que permitem a circulação e legitimação de saberes (Barros et al, 2011).

O fato é que a crise paradigmática contemporânea, apontada por Costa et al(2013), colaborou para os avanços de estudos que se mostraram mais críticos em relações aos discursos utilitaristas que tratavam dos assuntos organizacionais. Assim, pesquisadores que atuam no campo da Administração debruçaram-se sobre os trabalhos de teóricos que pudessem corroborar com essa postura, entre os quais, Michel Foucault. Esse olhar crítico se revelou campo fértil para o entendimento de fenômenos do campo econômico, no qual se insere o presente objeto de análise – a geração de energia hidrelétrica. Aspectos éticos também foram analisados a partir das propostas foucaultianas, como o estudo realizado sobre a atitude ética dos profissionais brasileiros de contabilidade e a parresía sobre a atuação dos contadores, em um momento no qual se permite aos profissionais a prática de juízos de valor frente às escolhas contábeis (ANTUNES et al, 2012).

Tudo isso mostra o quanto os estudos críticos que se pautam em Foucault tem sido relevantes para a compreensão das práticas organizacionais nos mais variados cenários, corroborando nossa proposta analítica sobre a produção de energia hidrelétrica. Compreendido isto, é importante esclarecer alguns dos aspectos do conceito que é utilizado aqui: a parresía. Foucault (2011) alerta que o falar com liberdade, mesmo se tratando de

uma expressão comum, não tem sentido estrito, mas, ainda assim, traz um problema político, o da liberdade de expressão, que desdobra em um problema técnico. Para o autor, compreender a parresía é uma forma de compreender essa problemática. Não é difícil, para quem quer que seja, compreender que o falar a verdade é, em muitas ocasiões, algo incômodo, para si mesmo e para os outros. Abster-se de falar a verdade pode ser bem mais confortável e seguro, já que a manifestação de nossas crenças reais, nossos valores nem sempre são desejáveis para o público que nos ouve. E o próprio convívio, comumente, requer o silêncio (SQUVERER, 2013). Mais à frente, serão realizadas as análises baseadas no conceito de parresía, mas já é possível notar aqui, o quanto a proposta parresíasta tem relação com as falácias em torno da energia hidrelétrica.

A parresía, termo grego orientado para designar a coragem de dizer a verdade, expor a realidade e falar com franqueza, é também usada em sentido corrente e óbvio, mas ainda em sentido técnico e preciso, no qual Foucault (2011) se demorou mais em esclarecer. Para o autor, a parresía é mais do que a liberdade que todo cidadão comum teria de pronunciar a palavra num sistema democrático, independente de ser esse cidadão rico ou pobre. Mas a própria definição de democracia comprometeria o claro entendimento do que vem a ser a parresía, que conforme orienta, é distinta do conceito de isegoria, já que esta traduz-se no direito constitucional, institucionalizado juridicamente e concedido todo cidadão, garantindo-lhe legalmente a liberdade para se expressar, seja politicamente ou na manifestação de qualquer interesse ou perspectiva sobre a vida comum.

A parresía é algo relacionado à própria prática política, a uma parte do jogo democrático, mas ao contrário da isegoria, onde qualquer um pode ter o direito à palavra, na parresía há um problema técnico e político, pois quem deve tomar a palavra pode exercer sua influência sobre a decisão dos outros, persuadindo sobre o que estima ser a verdade, servindo de guia aos demais sujeitos vai depender da distribuição do direito à palavra, que não é mais dado a todos os cidadãos, mas aos que falarem e ascenderem sobre os outros em nome da verdade e a

partir da verdade, para o ato de governar. Assim, teríamos, na parresía, um jogo do poder autocrático, no qual os problemas políticos e técnicos seriam direcionados ao como se dirigir aos governantes ou detentores do poder, com a verdade. Como garantir a igual distribuição do direito de palavra se o jogo político é muito mais do que um jogo da verdade ou do direito? Pois bem, esse seria o problema caro à parresía (FOUCAULT, 2011).

A palavra certa, medida para o momento adequado, poderia revelar injustiças, promover a lucidez e, claro, ferir certos interesses – como ocorre nos casos de denúncias envolvendo os desmandos que perpassam o campo da construção de UHEs. O dizer a verdade adotaria o status de tiro certo, capaz de aniquilar ideologias e derrubar poderosos, mas seria imprescindível haver convicção, não havendo espaço para simples atrevimento ou irresponsabilidade, já que os danos poderiam ser irreversíveis, principalmente dependendo da plateia. Não há espaço para remediações ou retrocessos na parresía, essa virtude cujo emprego pode ocorrer na esfera pública ou privada, mas que requer coragem para o confronto do poder com a verdade, por um subalterno (SQUVERER, 2013). De acordo com Foucault (2011), é a confrontação que entoa o problema político, histórico e filosófico. A parresía que começa num espaço político constituído, em que certa palavra é pronunciada, pretendendo dizer a verdade, também encontra naquele que diz a verdade a profissão de dizê-la identificando o enunciador, cuja proposição ou proposições verdadeiras implicam em assumir riscos, podendo ser o enunciador responsabilizado – recompensado ou sancionado. Essa dinâmica envolvendo todos os cidadãos com direito a fala e que podem dar opinião, mesmo que seja através do voto constitui a boa parresía. Mas há também má parresía, aquela que não funciona como deveria, na qual aquele que diz a verdade não consegue ser ouvido – mais uma vez os denunciante e pesquisadores contrários às hidrelétricas. Isso ocorre em benefício dos aduladores, daqueles que preferem repetir as opiniões dos detentores do poder ao invés de dizer a verdade.

Vê-se que a parresía é imprescindível à democracia, ao mesmo tempo em que é sumariamente perigosa e, às vezes, até impotente, quando não é capaz de funcionar efetivamente, como deveria, não atingindo nenhum resultado contrário ao problema ao qual é destinada (FOUCAULT, 2011). Diferente da isegoria, há aqui um grau de intimidade e confiança para que a verdade seja proferida. Como aponta Squverer (2013), há que se ter cuidado para ser um parresiasta, evitando sempre a ironia, a crítica infundada a simples persuasão ou desafio, ofensas e insultos gratuitos. Para o autor, isso é simples opinião, não necessariamente verdadeira. Mas a parresía é mais do que a recusa à mentira ou à bajulação, é também um preço a pagar, já que ao optar por dizer a verdade em espaços públicos, pode acarretar retaliações, exílios e mesmo a morte. Mas é no espaço público que a parresía é mais parresía. É onde Foucault (2011) a considera a mais diferente das maneiras para dizer a verdade, mais que uma estratégia de demonstração, de persuasão, de ensino ou discussão, mais que simples retórica, a parresía é essencialmente o como se dizer a verdade.

Para Foucault (2011) não é à toa termos visto os filósofos ocuparem a posição de parresiastas, como os que podiam dizer a verdade na cena política, guiando as próprias cidades. A prática da parresía se problematiza como algo para todos os regimes políticos, desdobrando-se nos temas políticos e nas técnicas psicagógicas. Após as oligarquias, as cidades seguiram sendo fundadas na relação com a verdade, ao contrário dos tempos atuais, em que voltamos às más parresías ou às falsas verdades, onde a retórica parece uma arte ou técnica mais conveniente para a disposição de elementos do discurso com finalidade de persuadir – como, por exemplo, os discursos sobre energia limpa. Mas é importante compreender que a retórica não se ocupa com a verdade e nem com a falsidade dos discursos (Squverer, 2013) e, embora na parresía se utilize da retórica, como procedimento e maneira de dizer, a retórica é apenas uma maneira de ensinar, uma pedagogia, cuja brutalidade e violência nada têm de relação com a parresía, que vai muito além de um procedimento pedagógico. Não é papel

do parresiasta a discussão, mas o dizer, o lançar a verdade (FOUCAULT, 2011).

Tendo esclarecido os significados de parresía e retórica, vejamos a seguir o que há de retórica e de parresía – se é que há alguma parresía – na complexidade em torno da temática da geração de energia hidrelétrica no Brasil.

A geração de energia hidrelétrica: razão para quem?

Eis aqui mais um aspecto do trabalho de Foucault que poderá nos auxiliar nos estudos sobre as organizações e toda a complexidade discursiva que as envolve, o conceito de parresía. Provavelmente, ao longo da leitura algumas questões já foram esclarecidas, mas notem como o caráter político da parresía está relacionado a algumas questões da gestão pública ou de interesse público, como o caso da construção das UHEs. Entender os discursos para além da retórica pode revelar manifestações do poder em processos de desenvolvimento tecnológico, nos quais as manifestações das verdades seguem às margens das determinações vigentes. As percepções dos indivíduos num processo de desapropriação recebe pouca ou nenhuma atenção, e àqueles – geralmente pesquisadores – que se arriscam à parresía, resta o descaso dos poderosos ou, quando muito, a apropriação dos discursos verdadeiros por retóricas eleitoreiras ou a mercê de um modelo capitalista em que o custo benefício considerado positivo é aquele que maximiza a produtividade industrial em detrimento de populações inteiras afetadas por empreendimentos deste porte.

Não é difícil encontrar discursos tão ambíguos ou opostos em torno do tema hidroenergia. Uma breve pesquisa em periódicos científicos nos permite rapidamente deparar-nos com opiniões – ou perspectivas – completamente distintas sobre o mesmo cenário. Se por um lado há os defensores dos avanços tecnológicos oriundos da construção de usinas hidrelétricas e respectivas barragens, por outro, há aqueles que discursam em prol dos direitos e da dignidade de minorias afetadas por esses empreendimentos. E quais seriam os verdadeiros discursos? Há uma verdade que se sobrepõe ou exclui a outra? Não

parece ser adequado tentar dar uma resposta. Entretanto, soa interessante levantar alguns pontos de análise, por exemplo, as informações, sejam elas de ordem científica ou midiática, não estão isentas de interesses e ideologias.

Na luta por deter alguma verdade, diferentes lados ceram a mesma batalha. Os interesses do capital, ou daqueles que detêm o poder, requerem vigilância e controle dos saberes, das tecnologias e da vida dos indivíduos, e talvez esse seja o espaço que permite a entrada de áreas distintas em cenas tão complexas. É nesse ponto que pesquisas tão distintas invadem os mesmos ambientes ou problemas. Conhecer o inimigo pode representar a segurança necessária para a manutenção das relações de força, permitindo que discursos sejam apropriados num movimento retórico de apropriação de causas reais para ganhos interessados de grupos específicos. Ao lançar um olhar crítico para as possibilidades de verdades em torno do tema hidroenergia, é possível observar que as posições paralelas não são excludentes, e que revelam a trama necessária aos fenômenos do campo econômico, o principal requerente de inovação tecnológica de tamanho impacto. Em nome de uma industrialização cega, aspectos éticos não são inerentes aos avanços requeridos, e desvelar posições contrárias a essa perspectiva significa conhecer aquilo que é reprovável ou indesejável.

O fato é que tanto as pesquisas favoráveis à instalação das UHEs quanto aquelas que são contrárias a esses empreendimentos acabem por servir, ainda que indiretamente, ao ideário da propagação de instalações desse porte. Obviamente, os estudos defensores dos avanços propagados pelos progressos tecnológicos oriundos das instalações hidrelétricas corroboram amplamente para a continuidade e expansão de projetos dessa ordem, mas aqueles que são realizados em oposição, no intuito de desvelar alguma verdade, esses não escapam aos interesses em questão, pois dão munição aos jogadores mais fortes, que ao conhecer seus opositores ou questionadores, ganham munição para se estabelecerem ou transfigurarem suas ações e intenções.

Ao debruçar sobre o conceito de parresía, (FOUCAULT 2011), observou-se que, no cenário da produção de hidroenergia, o falar com liberdade é mesmo um problema político, onde a liberdade de expressão se desdobra em problemas técnicos, como bem salienta o autor. Nesse sentido, ao buscar compreender a parresía no âmbito dos discursos sobre a geração de hidroenergia, mais especificamente no que se refere às usinas hidrelétricas, deparou-se com o fato de que falar a verdade é o que menos importa, seja para qual for o lado. A abstenção em torno da verdade também se mostra mais confortável nessa dinâmica, já que são muitos os interesses envolvidos em empreendimentos tão custosos e que propiciam tantas vantagens a grupos tão poderosos, sejam eles compostos por políticos, empresários ou quaisquer sujeitos que possam lucrar com um projeto dessa magnitude.

Essa parresía, apontada por Foucault (2011), esse ato corajoso de dizer a verdade, expondo a realidade tal como ela é, deveria ser isenta de interesses ou causas próprias, deveria pautar-se num posicionamento político em que as práticas dos sujeitos, pautadas no jogo democrático, resultassem no falar a verdade e fazê-la ser ouvida, ou seja, não bastaria falar a verdade, seria preciso que ela fosse ouvida. É nesse aspecto que as pesquisas sobre as UHEs e a hidroenergia remetem à parresía. Mesmo que o lado contrário à construção de usinas e barragens seja portador de verdades inquestionáveis, essas verdades têm sido ouvidas? Elas são lançadas com força suficiente para emitir algum som? Parece que não tanto quanto poderiam ou deveriam, mas, por outro lado, discursos ideológicos sobre energia limpa e avanços tecnológicos têm ocupado não apenas páginas de artigos provenientes de pesquisas acadêmicas, mas também discursos midiáticos sobre as vantagens da hidroenergia e da relação custo benefício.

Ao deparar com pesquisas apontando as maravilhas da indústria hidrelétrica no Brasil, vem à tona a questão sobre a importância dos ganhos econômicos em relação às vidas humanas e às perdas ecológicas, em função dos alagamentos. É ingenuidade pensar em qualquer possibilidade que não a

prevalência dos interesses econômicos em relação a quaisquer formas de vida. Essa quase sempre será a posição dos especialistas em tecnologia. A indústria, essa entidade falaciosa é a verdade absoluta, não aquela da parresía, mas a que interessa aos que detêm o poder. Esse problema técnico e político em torno das hidrelétricas não permite a parresía. Toma a palavra o que tiver mais poder de exercer sua influência em benefício próprio e não da coletividade. Não há persuasão pautada na verdade nesse caso, apenas a persuasão pautada no interesse de uns poucos. O direito a palavra pode até ser dado aos adversários ou destoantes, mas apenas a título de retórica e não alcança a parresía.

Mesmo o conceito de energia limpa e renovável, em parte real e verdadeiro, afinal, as águas se renovam com as chuvas e armazená-las em reservatórios não polui o ambiente, não passa de retórica. Pois serve para exaltar as vantagens do processo em detrimento dos problemas. Ao falar em energia limpa, são descartados todos os problemas envolvidos na construção de uma UHE. Se é limpa do ponto de vista químico, se é barata quanto a geração propriamente dita, quanto custa ao ambiente e à sociedade um projeto desses? Quanto vale a vida? Pois bem, isso também vai depender de que vida se está falando. O fato é que há, sim, vantagens e desvantagens, mas a questão é: quais são os beneficiados por tamanha destruição? Não interessa. O resultado final deve ser o avanço tecnológico, a industrialização e o mercado econômico. Não parece haver, no cenário de construção das hidrelétricas, espaço para a parresía. Não há a possibilidade para um jogo de poder autocrático, não há espaço para verdades que não interessem aos poderosos, e — porque não — aos tiranos.

Se na parresía a palavra certa pode desvelar as injustiças e promover a lucidez, na retórica pura as ideologias são privilegiadas. Poderosos são bajulados e mantidos no poder, algumas verdades — geralmente ditas por acadêmicos — ficam no âmbito do atrevimento. A coragem para o confronto do poder com a verdade talvez fique restrita aos ativistas e pesquisadores, por um lado, legitimados à fala, por outro,

limitados aos círculos em que vivem. Temos, então, no cenário das hidrelétricas no Brasil, no máximo, a má parresía (Foucault, 2011), que não funciona como deveria, e onde os que dizem alguma verdade não são ouvidos. Seguem mandando os déspotas, adulados por aqueles que optam pelas repetições dos anseios dos dominantes.

Mediante esse caos em que se transformou a construção de hidrelétricas no país, a democracia, resultante da boa parresía, nada mais é do que outra falácia, onde a impotência dos que tentam alguma verdade não permite que sejam atingidos resultados contrários aos interesses econômicos das minorias dominantes. A intimidade e confiança necessárias para que se produza alguma verdade até existe no caso em questão, mas a ironia, a crítica infundada, a simples persuasão, as ofensas e os insultos gratuitos ganham, seguem marcando pontos e liderando o placar das lutas políticas que envolvem os governos e a iniciativa privada de um lado, e as populações ribeirinhas e todos os impactados com as grandes obras de outro.

As opiniões em prol de um melhor posicionando estratégico para o país, a partir da otimização da matriz energética, podem não ser de todo falaciosas, mas representam apenas uma parcela de toda a população. Talvez grande parte dos brasileiros seja beneficiada de alguma forma, mas e quanto aos desvalidos que não têm qualquer interesse preservado ou protegido? Bem, esses não são de grande valia para o mercado e para aqueles que se beneficiam dele, que requerem também a bajulação e a mentira para continuarem no topo. Assim, essa distinta maneira de se dizer verdades – parresía – segue às margens da trama política que perpassa a problemática da geração de energia. Não se desenvolve a autocracia e os governos seguem não tão democráticos quanto se dizem. O sujeito comum não tem vez e mentiras psicagógicas, como bem sinaliza Foucault (2011) acabam por conduzir as práticas nos ambientes onde a luta pela manutenção do poder é mais acirrada.

Talvez os filósofos de hoje fossem os ativistas, os cientistas. Entretanto, a parresía não tem mais espaço na sociedade, ao menos não em grande escala, mas quem sabe ela ainda fun-

cione para as micro revoluções. Se outrora as cidades foram fundadas em sua relação com a verdade, agora, as mesmas seguem em função das mentiras, de algumas retóricas, de más parresías, pela arte da conveniência e da persuasão. Se a retórica não tem o compromisso com a verdade ou com a falsidade dos discursos (Squverer, 2013), ela soa melhor ao cenário dos grandes empreendimentos hidrelétricos do que a parresía, que, embora possa se utilizar da retórica, tem o compromisso unilateral com a verdade. E se ao parresiasta não cabe a discussão, mas o dizer e lançar a verdade (Foucault, 2011), então entendemos que há certa ilusão em considerar qualquer possibilidade de parresía plena no tocante a geração de hidroenergia.

Lembremos que a parresía não está nas estratégias discursivas, nos dizeres sobre as vantagens e desvantagens da hidroeletricidade, mas no risco de pronunciar verdades, sejam elas favoráveis ou contrárias aos ideais proliferados por quem detém o poder de decisão sobre esses empreendimentos. Está na postura política — de coragem — do locutor, que, ao se expor, acata o perigo em prol da liberdade não apenas sua, mas de todo um grupo de impactados pelos projetos hidrelétricos, num jogo onde a verdade, necessária para a condução das almas para o bem comum, é subjugada. As mitigações e minimizações propostas em projetos desse tipo só vêm reforçar a retórica e a incorporação de problemas reais que são desfigurados e transformados em discursos interessados, onde o conhecimento da realidade serve a retórica para inculcar ideologias e dissimular interesses.

A fim de esclarecer alguns pontos do texto que talvez tenham ficado obscuros, são apresentadas a seguir algumas considerações sobre o caminho percorrido até aqui, incluindo o tema energia hidrelétrica e as reflexões propostas.

Conclusão

Não cabe aqui negar que a energia elétrica é de suma importância não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para a manutenção da vida moderna. Entretanto, os meios utilizados precisam ser repensados. Primeiro é impor-

tante que haja crítica para que haja movimento. É preciso que os discursos não se limitem mais à retórica. A simples incorporação das opiniões contrárias e das reivindicações sociais em torno dos empreendimentos hidrelétricos não traz respostas nem soluções para os problemas decorrentes das instalações das UHEs. Ao contrário, a apropriação desses discursos só revela o quanto os gestores e demais responsáveis pelas organizações estão aptos para o aproveitamento de tudo que lhes possa resultar em algum obstáculo.

A intenção aqui não é diminuir a importância que a energia elétrica tem para o desenvolvimento do país, nem mesmo fechar os olhos para o fato de que, de alguma forma, quase todos nós nos beneficiamos dela. Não há tanta ingenuidade aqui. Mas é preciso rever alguns conceitos, como a questão do resultado final, que, sendo positivo, faz tudo valer a pena. Será? Pois bem, em primeiro lugar, para quem o resultado é positivo? Quem decide isso? Quem ganha alguma coisa, seja economicamente ou não. Os diretamente atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos não têm tido muitas alternativas. O fato é que vidas são vidas e as organizações e os interesses econômicos não devem prevalecer em relação a isso. Mas não é o que temos visto. E ainda, quando vidas são perdidas em empreendimentos que poderiam ser realizados de outras formas, ou quando se tem outras opções para atingir certos resultados, tirar vidas não é nada menos que assassinato.

Mas o que isso tudo tem de relação com a parresia? Bem, parece que ultrapassamos todos os limites em relação às mentiras e ideologias que perpassam o tema da geração de energia. Então não teria chegado a hora de um pouco de verdade? Não seria importante que mais pessoas se envolvessem no assunto e promovessem reflexões sobre ele? Não seria importante que os pesquisadores e militantes fizessem seus argumentos chegarem a mais ouvidos? Entende-se que sim, esse é o caminho. Falar, e falar como parresistas. Por trás desse texto, não se pretende o caráter científico e muito menos absoluto; só há uma intenção: falar sobre a geração de energia hidrelétrica, narrando algumas de suas características econômicas, técnicas e

ambientais, e propor pensar as discussões que decorrem desse emaranhado de evolução tecnológica, a partir da perspectiva da parresia ou da simples retórica.

É preciso considerar que por trás de discussões ideológicas, como as que envolvem o conceito de energia limpa, há interesses e bajulações. Não se reconhecem, em um discurso como esse, os valores imateriais que perpassam as relações desiguais que emergem dos processos de construção das usinas. Propor que a temática da geração envolvendo as hidrelétricas tem sido tratada com retórica e não com parresia é propor que busquemos por caminhos mais sérios e responsáveis, caminhos da verdade, não como forma absoluta de conhecimento, mas de franqueza. De um certo realismo talvez.

Em aproximadamente seis anos tentando entender a complexidade que envolve a construção de UHEs no Brasil e a geração e distribuição de energia elétrica, foi possível observar que os interesses econômicos têm suprimido as subjetividades dos sujeitos. Há quem diga que os pesquisadores que buscam mostrar a realidade desses empreendimentos são hipócritas, já que criticam esses projetos, mas se beneficiam do conforto que eles possibilitam. Entretanto vejamos, meu conforto não deve legitimar abusos, desmandos e tiranias. Se somos tão avançados e eficazes, se nossas tecnologias são tão incríveis, por que não investir em formas alternativas para a geração de energia? É claro que existem projetos nesse sentido, mas, frente aos investimentos feitos em UHEs, esses investimentos são ínfimos. Fica então a questão: por que custa mais, mata mais e ainda assim é a melhor opção?

Quem sabe um dia seja outra vez possível alguma parresia. Aquela, a que não pertence à discussão, à pedagogia, à retórica ou às artes da demonstração. Que não está nas chamadas estratégias discursivas, que nos permite servir da realidade até para emitir lições, aforismos, réplicas, opiniões ou juízos, mas desde que haja verdadeiramente a parresia e, sem dúvida, o risco de pronunciá-la. Que escapemos às estruturas internas dos discursos ou à sua finalidade, mas atentemos aos locutores, ao risco em dizer a verdade, mesmo sabendo que o ato de

proferi-la representa o encontro com a fúria. Tentemos a parresía, mais saibamos que ela abre um espaço para o risco, um perigo onde se expõe pela liberdade, essa liberdade a qual os parresiastas devem estar dispostos a tudo (SQUVERER, 2013). Lembremos que, conforme nos diz Foucault (2011), a parresía constitui o jogo indispensável da verdade na vida pública, na qual se pode conceber, em condições ideais, a verdade necessária para a condução da alma dos cidadãos para o bem comum. Nela, o saber, as técnicas, as teorias e as práticas contêm não só o conhecimento, mas o exercício da verdade, no qual a retórica não é o principal elemento para se compreender alguns desenvolvimentos essenciais à vida em sociedade.

Referências

- ACSELRAD, H. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. *Revista de Administração Pública*, v. 25, n. 4, p. 53-68, 1991.
- ANTUNES, M. T. P.; MENDONÇA NETO, O. R.; YAYLA, H. E.; OKIMURA, R. T. Conduta ética dos profissionais da Contabilidade no Brasil: a prática da Parrhesia. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 5, n. 3, p. 377-404, 2012.
- BARROS, A. N.; CRUZ, R. C.; XAVIER, W. S.; CARRIERI, A. P.; LIMA, G. C. O. Apropriação dos Saberes Administrativos: Um Olhar Alternativo sobre o Desenvolvimento da Área. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 12, n. 5, art. 55, p. 43-67, 2011.
- COSTA, F. Z. N.; LEÃO, A. L. M. S. Formações discursivas de uma marca global num contexto local: um estudo inspirado no método arqueológico de Michel Foucault. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 62, p. 453-469, 2012.
- COSTA, F. Z. N.; GUERRA, J. R. F.; LEÃO, A. L. M. S. O Solo Epistemológico de Michel Foucault: possibilidades de pesquisa no campo da administração. *Revista de Ciências da Administração*, v. 15, n. 35, p. 168-179, 2013.
- DERROSSO, G.; ICHIKAWA, E. Y. O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no estado do Paraná. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 1, p. 133-155, 2013.
- ELETROBRÁS. Na trilha da energia. 2015a. Disponível em <<http://www.eletronbras.com/elb/natrilhadaenergia/main.asp?View=%7BC188A694-4A68-4B73-9C60-2BB973B056D2%7D>> Acessado em 27 de maio de 2015.
- ELETROBRÁS. Como a energia é gerada no Brasil. Na trilha da energia. 2015b. Disponível em <<http://www.eletronbras.com/elb/natrilhadaenergia/energia-eletrica/main.asp?View={61D475A6-BBFC-41CE-98E3-2BA4FD90DB2F}>> Acessado em 27 de maio de 2015.
- FOUCAULT, M. O governo de si e dos outros. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- GONÇALVES, D. M.; SANTOS, L. M. L. D.; CAPELARI, M. G. Relações de poder na economia solidária: um caso de autogestão em

Londrina, Paraná, Brasil. Revista Capital Científico - Eletrônica, v. 10, n. 1, p. 1-17, 2012.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. WEO Special Section on Brazil (2013). 2013. Disponível em <<https://www.iea.org/countries/non-membercountries/brazil/2013>> Acessado em 27 de maio de 2015.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Energy Atlas. Energy Indicators. Overall Energy Self-sufficiency. 2014a. Disponível em <<http://energyatlas.iea.org/?subject=-297203538>> Acessado em 27 de maio de 2015.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Key World Energy Statistics. Paris: IEA, 2014b.

MAGALHÃES, L. C. A. Energia hidrelétrica. Revista de Administração Pública, v. 12, n. 4, p. 17-55, 1978.

MASSOLI, E. C.; BORGES, F. Q. Análise das externalidades geradas pela usina hidrelétrica de estreito (MA) e o processo de desenvolvimento. Desenvolvimento em questão. V. 12, n. 28, p. 251-278, 2014.

MOREIRA, H. M.; GIOMETTI, A. B. R. O Protocolo de Quioto e as possibilidades de inserção do Brasil no mecanismo de desenvolvimento limpo por meio de projetos em energia limpa. Contexto Internacional, v. 30, n. 1, p. 9-47, 2008.

PAIM, N. A.O Google é meu pastor e nada me faltará: a poderosa cibervigilância advinda da Internet. Reuna, v. 18, n. 3, p. 57-74, 2013.

PEREIRA, R. D.; OLIVEIRA, J. L.; CARRIERI, A. P. O poder, a analítica foucaultiana e possíveis (des)caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares. GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 10, n. 3, p. 623-652, 2012.

PEREIRA, V. G.; RIBEIRO, E. M. Novos padrões de migração entre agricultores familiares reassentados do Alto Jequitinhonha, MG. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 16, n. 1, p. 62-76, 2014.

RAMPAZO, A. V.; ICHIKAWA, E. Y. Identidades naufragadas: o impacto das organizações na (re)construção do universo simbólico dos ribeirinhos de Salto Santiago. Cadernos EBAPE.BR, v. 11, n. 1, p. 104-127, 2013.

SANTOS, R. I. Atores sociais e gestão participativa em um território em movimento: o caso de Vitória do Xingu (PA). Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, v. 2, n. 1, p. 23-43, 2013.

SILVA, A. R. L.; CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M. A Constructionist Approach for the Study of Strategy as Social Practice. *Brazilian Administration Review*, v. 9, n. spe, p. 1-18, 2012.

SOUZA, E. M.; PEREIRA, S. J. N. (Re)Produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 14, n. 4, p. 76-105, 2013.

SQUVERER, A. A castração e seus efeitos estilísticos: da parresiafoucaultiana a uma postura psicanalítica. *Ágora*, v. 16, n. 2, p. 313-323, 2013.

STASSUN, C. C. S.; PRADO FILHO, K. Geoprocessamento como prática biopolítica no governo municipal. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 6, p. 1649-1669, 2012.

SUASSUNA, C. C. A. Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos: o caso de Petrolândia - PE. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 2, n. 1, p. 48-61, 2007.

VILLADSEN, K. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, v. 21, n. 71, p. 643-660, 2014.

-WALTER, B. E. P.; WINKLER, C. A. G.; CRUBELLATE, J. M. O ideário taylorista, a gestão da subjetividade e o poder pastoral. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 1, p. 16-29, 2013.

Capítulo 4

Conflitos Socioambientais e a Geração Hidrelétrica no Brasil

Alexandre do Nascimento Souza

Pedro Roberto Jacobi

Introdução

A história recente da construção e implantação de hidrelétricas no Brasil tem sido marcada pelo conflito entre empreendedores e os interesses locais — populações atingidas, o movimento social local e ONGs ambientalistas (SOUZA & JACOBI, 2011; SOUZA, 2009; BERMANN, 2007; ZHOURI et al., 2005; VAINER, 2003). Em algumas situações, o poder público local, aliado da discussão, também tem composto o grupo dos que conflitam com os empreendimentos.

Duas situações concretas têm contribuído para essa característica do conflito:

O primeiro é o fato de a maior parte dos empreendimentos construídos estarem localizados no centro-sul do país, região próxima aos principais centros de consumo de eletricidade e mais antropizada que a região norte, onde está localizada parte significativa do potencial hidrelétrico do país a ser aproveitado¹.

A construção de hidrelétricas tem provocado o deslocamento compulsório de inúmeras famílias de agricultores e ribeirinhos que, esquecidas pelas políticas públicas, normalmente vivem da interação com os rios represados para a operação hidrelétrica (VAINER, 2003; BARROS, 2004).

¹ De acordo com estudo do Banco Mundial (2008), as hidrelétricas respondem por 85% da matriz elétrica brasileira. O potencial hidrelétrico brasileiro é estimado em 260GW, do qual apenas 30% estão em operação ou construção. Cerca de 43% do potencial hidrelétrico e 66% dos projetos potenciais com custos competitivos estão situados na Região Norte, onde apenas 9% do potencial está aproveitado, contra cerca de 40% para as Regiões Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste. Na Região Sul, quase 50% do potencial hidrelétrico está aproveitado.

O processo de abandono da terra nem sempre tem sido acompanhado pelo reconhecimento do direito à indenização. Situação que já foi pior durante a ditadura, mas que ainda hoje é fator gerador de conflito na medida em que empreendedores têm dificuldades de reconhecer o direito de não proprietários e têm feito cadastros que não correspondem à totalidade dos atingidos pelos empreendimentos (BARROS, 2004; MPF, 2004; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL, 2004; SANCHÉZ, 2006; BANCO MUNDIAL, 2008; SWITKES, 2008; MAGALHÃES & HERNADEZ, 2009).

O segundo fato indutor dos atuais conflitos diz respeito à memória viva da sociedade de como as grandes obras de construção civil foram feitas no passado recente do país (BANCO MUNDIAL, 2008).

Durante o regime militar, as ações do setor pautavam-se pelo objetivo de garantir as condições à construção dos empreendimentos, entendidos como necessários à segurança nacional. A aquisição de áreas baseava-se em critérios de avaliação unilaterais, de cuja elaboração os proprietários não participavam. Não havia o reconhecimento dos não proprietários, de maneira que os trabalhadores rurais não obtinham nenhum tipo de reparação pela perda das condições objetivas de seu sustento (CASTRO, 1988; BERMANN, 1993; VAINER, 2003; BANCO MUNDIAL, 2008).

Há um histórico de não reconhecimento do direito de parcelas significativas das populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos no país, que foram e ainda são obrigadas a abandonar o lugar onde vivem e seus modos de vida sem nenhuma reparação destinada a lhes ressarcir as perdas (VAINER, 2003; BARROS, 2004; MPF, 2004; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL, 2004; ZHOURI et al., 2005; BERMANN, 2007; BANCO MUNDIAL, 2008; SOUZA, 2009).

A impossibilidade concreta da reconstituição dos seus modos de vida, uma vez que normalmente se tratam de famílias de trabalhadores com forte ligação com a terra, sem posses e que têm na força de trabalho o único instrumento de sobrevivência, tem levado à organização dessas populações. Organi-

zação que deu origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, um movimento com visibilidade internacional, fruto da luta contra a maneira como as populações atingidas têm sido tratadas pelos empreendimentos.

O movimento social, com destaque às ONGs ambientalistas², tem feito da oposição à construção de hidrelétricas, a qualquer custo, um importante tema de sua agenda. Durante o regime militar ocorreram desastres ambientais significativos, como a UHE Balbina, que alagou 1.580 km² para produzir 225 MW e a construção de Tucuruí, que inundou 2.000 km² de florestas, prejudicando ribeirinhos e indígenas (WCD, 2000; MILARÉ, 2004).

Nos anos 90, a dificuldade do Estado brasileiro financiar a construção de novos empreendimentos hidrelétricos impulsionou mudanças no sistema elétrico (OLIVEIRA, 2005; BRASIL, 2007). A primeira reformulação do setor abriu ao capital privado a possibilidade de participar da expansão do setor elétrico, área até então restrita a investimentos estatais.

A lei 9.074/95, que tratou das concessões e permissões de serviços públicos, e o decreto 2003/96, que regulamentou a produção de energia elétrica por produtor independente e autoprodutor, promoveram uma série de transformações no setor de geração de energia elétrica (BRASIL, 2005).

O novo arranjo permitiu que agentes econômicos privados pudessem participar do incremento do parque gerador de energia elétrica. A abertura ocorrida durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso trouxe a possibilidade de o capital privado investir na geração, mas não conseguiu evitar o apagão de 2001³.

Alguns motivos concorreram para que houvesse o racionamento elétrico, e um deles foi o fato de que muitos dos empreendimentos licitados e concedidos ou não obtiveram a

² O movimento ambientalista reflete a diversidade da sociedade brasileira. Não há posição homogênea contrária às hidrelétricas por princípio, embora existam instituições que se posicionem contrariamente à construção de UHEs.

³ Em 2001, a sociedade brasileira foi compulsoriamente levada a diminuir o consumo de energia fruto de uma crise no sistema ocasionada por mudanças promovidas no setor durante o governo de FHC (SOUZA, 2009; GOLDENBERG & PRADO, 2003; SAUER, 2003;).

licença ambiental ou demoraram a obtê-la, prejudicando a disponibilidade de energia no sistema, que não adicionou novos MW na rede como planejado⁴.

Em 2004, o governo brasileiro, dessa vez sob a gestão do presidente Lula, promoveu novas mudanças no setor elétrico do país. As leis 10.847/2004 e 10.848/2004 trouxeram duas novas situações que tiveram incidência direta sobre o licenciamento de empreendimentos hidrelétricos:

1. Criação da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), incumbida pela lei 10.847 de fazer estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético. Cabe a EPE a realização da avaliação ambiental integrada do conjunto dos empreendimentos hidrelétricos previstos para as bacias hidrográficas⁵;
2. Os empreendimentos hidrelétricos só poderão ir a leilão depois de obtida a licença prévia - LP, a primeira de um conjunto de 3 licenças ambientais necessárias à instalação e operação de empreendimentos hidrelétricos.

As mudanças na legislação do setor elétrico brasileiro nos anos 1990 e 2000 contribuíram para a coexistência de conflitos de origem diversas em relação à construção de hidrelétricas no Brasil. As modificações promovidas nos anos 90, na prática, diminuíram a participação do Estado no planejamento da expansão do setor elétrico. A entrada do capital privado no planejamento e gestão das novas hidrelétricas trouxe de volta uma série de problemas relacionados aos empreendimentos: primazia da racionalidade técnica e econômica, relacionamen-

⁴ Em entrevista ao Caderno Setorial Energia do jornal Valor Econômico (2004), a então ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, afirmou que em 2004 havia 45 hidrelétricas já licitadas pelo governo FHC e que tinham problemas ambientais. Destas, 24 tinham sérios problemas.

⁵ A avaliação ambiental integrada é uma reivindicação antiga dos ambientalistas em relação ao planejamento do setor elétrico que era feito, até então, empreendimento a empreendimento, sem buscar identificar os impactos sinérgicos que um conjunto de hidrelétricas presentes em uma mesma bacia poderiam causar.

to conturbado com as comunidades atingidas, secundarização da agenda ambiental e falta de visão sistêmica sobre os impactos socioambientais dos empreendimentos.

A pressão exercida pelo movimento social na década de 1980 teve como resultado o reconhecimento da necessidade da inclusão de variáveis sociais e ambientais na prática dos organismos estatais planejadores do setor elétrico, que retroagiram com a entrada do capital privado (VAINER, 2007). As mudanças ocorridas em 2004 restabeleceram a maior presença de órgãos estatais no planejamento do setor elétrico e trouxeram de volta o interesse do Estado como importante balizador da expansão hidrelétrica (SOUZA, 2009). No entanto, persiste o clima conflituoso associado à expansão da matriz hidrelétrica no Brasil.

Mesmo depois de o governo brasileiro promover mudanças no processo de planejamento da expansão da matriz hidrelétrica com a criação da Empresa de Pesquisa Energética- EPE (SOUZA, 2009) e de refazer os projetos das hidrelétricas a serem construídas na Amazônia (SOUZA & JACOBI, 2013), ainda persiste o ambiente de conflito em torno da produção de energia hidroelétrica. Diante disso, acreditamos que se fazem necessárias novas reflexões que possam identificar porque persiste o ambiente de conflito e falta de acordos que garantam a expansão da produção de energia, de um lado, e a satisfação das necessidades das comunidades atingidas pelos empreendimentos hidroelétricos, de outro.

Neste texto, pretendemos refletir os conflitos relacionados à construção de hidrelétricas no Brasil, a partir dos referenciais teóricos da governança ambiental e da economia dos bens públicos (OSTROM, V. & OSTROM, 1999; OAKERSON, 1999). Neste sentido, discutiremos o planejamento da produção de energia elétrica tendo como referência a participação social na provisão da produção de bens e serviços públicos.

Governança Ambiental

Tem aumentado a crença de que a formulação e execução de políticas públicas relevantes que dialogam com um amplo conjunto de interesses e perspectivas não devem ser desenvol-

vidas por um único ator social sozinho. O contexto da formulação e implementação destas envolvem múltiplos atores em diferentes níveis, principalmente aqueles que serão alcançados pelas decisões tomadas. O conteúdo, propósitos, instrumentos e metas definidores de políticas públicas realizadas por atores sociais e instituições são chamados de governança (DRIESSEN et al., 2012; PAHL-WOSTL et al., 2008). A governança é um termo cada vez mais frequente nas discussões econômicas, nos debates relacionado às questões de Estado e tem sido recorrentemente reivindicada como referência pela sociedade civil desejosa de se fazer ouvir no ambiente de formulação e tomada de decisão em torno de políticas públicas.

Um aspecto importante da governança, descrito na literatura aqui revisada, é que da mesma forma que se trata de um termo polissêmico em sentido (IVANOVA, 2005; LAFFERTY, 2004; KOOIMAN, 2003; ROGERS & HALL, 2003; LYNN, HEINRICH & HILL, 2000), o é também enquanto produto da interação social, ou seja, não há padrões previamente definidos do que deva ser cada processo de governança, porque cada situação está diretamente associada ao contexto social, econômico, ambiental, político e cultural na qual ocorre (YOUNG, 2009 & 2005; LAFFERTY, 2004; ROGERS & HALL, 2003; KOOIMAN, 2003;).

Os processos de governança se dão menos em função de reivindicações eminentemente políticas no sentido de democratizar o Estado, perspectiva adotada por um sem número de atores sociais no Brasil dos anos 80 e 90, que pressionavam por maior participação social na formulação de políticas públicas, tendo em vista influenciar o conteúdo destas para a inclusão de setores, até então fora do espectro da tomada de decisão e também pouco beneficiado pelas mesmas (SOUZA & JACOBI, 2011; SOUZA 2009; DAGNINO, 2002, 1994; TATAGIBA, 2002; JACOBI, 2000). Aqui, a governança é vista como uma atitude formulada a partir da percepção de que o Estado, ao atuar sozinho, sem suficientes canais de escuta e interação com setores mais amplos da sociedade, tem falhado na solução dos problemas que afeta coletividades, como as questões relacionadas à crise ambiental ou mesmo em relação à mediação entre a necessidade de prover a sociedade de maior infra-estrutura e as garantias de respeito ao meio ambiente

(DRIESSEN et al., 2012; DELMA & YOUNG, 2009; YOUNG, 2009; PAHL-WOSTL et al., 2008; ROGERS & HALL, 2003).

Para Delmas & Young (2009), a governança é uma função social centrada no esforço de levar a sociedade ou grupos sociais de uma situação coletivamente indesejada para uma realidade socialmente desejada. Uma perspectiva funcionalista, na qual o sentido da governança ganha o objetivo claro de proporcionar uma mudança no cenário socioambiental. Esta é apresentada como um ato coletivo que envolve diferentes grupos sociais e com interesses e conhecimentos variados. Os processos podem acontecer sob a perspectiva do mercado, da sociedade civil e mesmo governamental ou conter elementos e atores dos três setores. As ações têm o sentido de envolver partes interessadas para tomada de posição frente a alguma situação.

Um regime de governança é um processo político que envolve barganha e compromisso, vencedores e vencidos, ambiguidade e incerteza. Neste sentido, a governança trata de como os recursos e responsabilidades serão distribuídos, para que determinadas funções e operações sejam realizadas, em acordo com as prioridades e metas definidas pelo conjunto dos atores sociais, que participam do processo de tomada de decisão. As decisões, que ocorrem em um processo de governança, são expressão das crenças dominantes no processo, que pode expressar a força de determinados grupos ou os acordos possíveis em um determinado momento. Por isso há uma tendência constante no processo de disputa em torno da tomada de decisão, e muitas vezes de questionamento dos seus resultados. O que implica que o processo tenha mecanismos para equilibrar distorções referentes ao poder de cada um dos atores no processo, de maneira a tornar o sistema, como um todo, o mais equânime possível na definição das metas e prioridades a serem alcançadas, tendo em vista o interesse comum em detrimento do particular (YOUNG, 2009; LYNN, HEINRICH & HILL, 2000).

A Economia dos bens e serviços públicos – uma abordagem policêntrica da produção e fruição dos bens e serviços públicos.

A economia pública é diferente da economia de mercado. Na economia pública, a unidade básica de provisão são insti-

tuições de interesse público⁶ (OAKERSON, 1999), normalmente governos locais, mas também podem ser interesses privados organizados em torno de uma associação de proprietários de algo, ou mesmo uma comunidade, por exemplo. Por princípio, uma instituição de interesse público pode contratar um produto de qualquer outra instituição de interesse público ou mesmo de empresas privadas, uma vez que tem autonomia para gerir sua produção e ou contratá-la. No primeiro caso, normalmente a produção é gerida a partir de uma estrutura hierarquizada. Contratos realizados neste contexto, embora sejam uma forma de regular trocas econômicas, o fazem sob uma lógica permeada também pela política, uma vez que, de um modo em geral, ao menos uma das partes é governamental e, portanto, comprometida com os cidadãos que representam e lhe dão legitimidade. As regras que orientam as relações em uma economia pública são produzidas no âmbito da política, normalmente por legisladores estatais. A governança de uma economia pública é uma meta política carregada de sentidos políticos (OAKERSON, 1999).

De acordo com Ostrom, V. & Ostrom (1999), a economia pública não precisa necessariamente ser exercida como um monopólio estatal. Neste sentido, a prestação dos serviços públicos poderia também ser feita com a participação do capital privado. No entanto, a participação do capital privado na prestação de serviços públicos adquire uma lógica diferente daquela, na qual o setor privado originalmente atua na comercialização de bens privados.

Em uma economia pública, o cidadão tem poder semelhante ao do consumidor em uma economia de mercado. Neste sentido, a variedade de produtos e serviços requeridos tem um papel importante na satisfação da demanda requerida pelos cidadãos. Sendo assim, o monopólio, seja estatal ou privado, mina o poder cidadão no que diz respeito à satisfação de seus interesses. Oakerson (1999) chama atenção para a necessidade dos cidadãos poderem optar por uma variedade de produtos e serviços, mas também dos arranjos que serão levados a cabo para a produção e provisão.

Para Ostrom (2010), os seres humanos têm desenvolvido complexos sistemas privados, governamentais e comunitários, que, ao mesmo tempo em que são produtivos e inovadores, po-

⁶ Oakerson utiliza o termo “public households”.

dem ser destrutivos e produzir resultados indesejados. Quando indivíduos utilizam recursos naturais comuns, de forma anônima e isolada, tendem a fazer o uso de forma exagerada, acima das suas necessidades ou mesmo da capacidade de uso do recurso. No entanto, quando confrontados com níveis mínimos de informação, mudam o comportamento e passam a utilizar os recursos de maneira mais racional, orientados pela perspectiva de uso mais duradouro. A economista americana apresenta resultados de pesquisas desenvolvidas no Nepal, com sistemas de irrigação, que desafiam a crença de que governos estão melhores capacitados para a gestão de recursos comuns, do que quando os usuários decidem organizar o uso comum e proteger os recursos de uma possível degradação.

A unidade básica de análise em uma economia pública são os cidadãos enquanto membros de uma comunidade. A economia de mercado trata cada família como um consumidor, a economia pública reconhece que em uma instituição de interesse público, os indivíduos são independentes, portanto, mesmo que participem de uma comunidade, continuam por manter seus direitos e liberdades fundamentais. Os cidadãos não são só consumidores, mas também governantes em uma economia pública, pois o exercício da cidadania está além do ato de votar para escolher os governantes, ele se estende ao processo de tomada de decisão de processos e situações de seu interesse. A produtividade tem relação direta com o envolvimento e proximidade do cidadão e um espírito de cidadania em detrimento do de consumidor (OAKERSON, 1999).

Em oposição à ideia de que é necessária uma hierarquia central na provisão de bens e serviços públicos, estudos desenvolvidos na Califórnia, nos anos 1960, constataram que múltiplos agentes públicos e privados, atuando concomitantemente, foram capazes de organizar o suprimento da demanda por água. De acordo com estes estudos, em áreas metropolitanas policêntricas, a produtividade de bens e serviços públicos aumenta, pois: (1) pequenas e médias cidades têm melhores condições para monitorar a performance dos cidadãos e os custos relevantes de provisão dos bens e serviços públicos; (2) cidadãos insatisfeitos com o atendimento de suas demandas, podem op-

tar por jurisdições que estejam mais próximas das suas preferências; (3) comunidades locais podem contratar a prestação de serviços, e, na medida em que não se sintam satisfeitas, podem mudar de fornecedores. Áreas metropolitanas, com um grande número de produtores de bens e serviços públicos, alcançaram altos níveis de eficiência tecnológica (OSTROM, 2010).

Sobre formas de organização e tipos de bens

Na tentativa de conceituar a provisão dos bens e serviços públicos em uma economia policêntrica, Elinor Ostrom (2010) sistematiza princípios que a teoria econômica tem utilizado, para depois propor sua revisão, de acordo com a nova perspectiva adotada.

Por um lado, o mercado é considerado a instituição adequada para a produção e comercialização de bens privados; por outro, o *mainstream* econômico considera que cabe ao governo controlar a produção e provisão de bens e serviços públicos, assim como decidir a maneira como os cidadãos irão usufruir dos mesmos, inclusive definindo as regras e taxas que regulam o acesso destes às suas demandas. Em síntese, cabe ao governo decidir, de forma centralizada e a partir de uma estrutura de comando hierarquizada, a satisfação da demanda por bens e serviços públicos.

Bens públicos são entendidos como os quais a autoridade gestora não consegue impedir que amplas parcelas da sociedade tenham acesso (impossibilidade de excluir alguém), e usufruam coletivamente (um uso não impede o outro, não há competição pelo uso). Uma vez produzidos, independente de os indivíduos estarem dispostos a pagar ou mesmo querer se submeter a regras previamente impostas, todos podem utilizá-los. Essas características dos bens públicos se diferenciam dos bens privados, uma vez que estes podem ter o acesso controlado, ou seja, quem não paga ou não respeita as regras não irá usufruí-los (possibilidade de excluir) e quando um indivíduo utiliza o bem, impossibilita que outros o utilizem (um uso impede o outro, há competição pelo uso) (OSTROM, 2010; OSTROM, V. & OSTROM, 1999).

As características dos bens públicos colocam em cheque presunções da racionalidade econômica e da teoria dos jogos,

que acreditam que toda ação estratégica de um indivíduo é direcionada a maximizar os resultados esperados a partir de: (1) conhecimento de todas as estratégias possíveis em uma situação em particular; (2) quais resultados esperar de cada uma das estratégias possíveis, levando-se em conta o comportamento de outros atores na mesma situação; (3) classificação quanto aos resultados que podem ser melhores, tendo em vista as estratégias possíveis (OSTROM, 2010).

Em oposição à divisão dos bens em públicos e privados, Ostrom (2010) propõe que em uma economia policêntrica os bens sejam classificados em relação às suas características de competição no uso do bem e possibilidade de excluir potenciais beneficiários, em escalas que vão da menor possibilidade até a maior. Comunidades locais estão mais expostas aos movimentos de empresas privadas e indivíduos mais do que uma comunidade nacional, no entanto, governos locais podem ser um elemento dificultador ou facilitador do desenvolvimento econômico local na satisfação das demandas da comunidade à qual está relacionado (OAKERSON, 1999).

A partir da perspectiva do cidadão enquanto um tomador de decisão, a reflexão sobre o contexto no qual o consumidor passa a ter prerrogativas de cidadania torna-se imperativo, pois, a tomada de decisão tem *inputs* diferentes do consumo.

A Matriz Hidrelétrica no Brasil

A presença de hidrelétricas na matriz elétrica brasileira ganhou impulso a partir dos anos 1970, quando o país viveu sob a égide de uma ditadura militar. Entre os anos de 1974 e 2004, a potência instalada em usinas hidrelétricas cresceu mais de 400%, passando de 13.274 MW para 69.000 MW (BRASIL, 2007).

A expansão dos empreendimentos hidrelétricos nos últimos 30 anos do século XX, se por um lado garantiu o suprimento de eletricidade necessária a industrialização e urbanização do Brasil, teve como contrapartida empreendimentos polêmicos e que não se justificam do ponto de vista dos impactos gerados e da quantidade de energia que produzem. As hidrelétricas de Balbina e Tucuruí são questionadas interna-

cionalmente em função dos impactos socioambientais gerados (MILARÉ, 2004; WCD, 2000).

As duas hidrelétricas também são síntese de um comportamento que via no interesse do Estado a justificativa para a falta de discussão com outros setores alheios ao setor elétrico. A visão que orientou o planejamento militar para a expansão da hidroeletricidade no Brasil desabrigou e empobreceu milhares de ribeirinhos, agricultores familiares e trabalhadores da terra, que, deslegitimados de seus direitos e desprovidos de canais democráticos para reivindicar a reparação de seus modos de vida, organizaram-se em torno do movimento dos atingidos por barragem⁷ (VAINER, 2007; BERMAN, 1993; CASTRO, 1988; SIGAUD, 1986).

O processo de democratização da sociedade brasileira também incidiu sobre o setor elétrico, no entanto, os problemas relacionados aos impactos socioambientais, a reparação e mitigação dos mesmos, pouco mudou e parte dos avanços no discurso do setor elétrico retroagiram (BANCO MUNDIAL, 2008; VAINER, 2003).

A consolidação da democracia na Constituição Cidadã de 1988⁸ e a criação de inúmeros canais de participação social (AVRITZER, 2002; DAGNINO, 2002, 1994; TATAGIBA, 2002), assim como a legitimação do Ministério Público como defensor do meio ambiente e dos interesses difusos, ampliou o debate e ofereceu instrumentos concretos para a manifestação dos conflitos relacionados a geração hidrelétrica no Brasil (SOUZA, 2009; CONGRESSO NACIONAL, 1988).

O Brasil tem cerca de 78.000 MW de potência instalada em suas hidrelétricas. O Plano Nacional de Energia (BRASIL, 2007) trabalha com a perspectiva de cerca de 250.000 MW instalados na ma-

⁷ O Movimento dos Atingidos por Barragens existe nacionalmente desde 1980. "A história dos atingidos por barragens no Brasil tem sido marcada pela resistência na terra, luta pela natureza preservada e pela construção de um projeto popular para o Brasil que contemple uma nova Política Energética justa, participativa, democrática e que atenda os anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre o processo de construção de barragens, seu destino e o do meio ambiente" www.mabnacional.org.br/historia.html (Acesso em 13/09/2009).

⁸ A Constituição de 1988 consolidou a normalidade democrática na sociedade brasileira. Embora até hoje não esteja completamente regulamentada, é um marco no processo de redemocratização, sobretudo porque prevê inúmeros canais de participação social.

triz elétrica em 2030. Espera-se que a bacia do Rio Amazonas produza 77% do planejado para ser incorporado ao sistema elétrico. Embora 62% do potencial tenha alguma restrição socioambiental.

Populações atingidas, ONGs, Ministério Público e acadêmicos têm apontado problemas nos Estudos de Impacto Ambiental de UHEs, acusam falta de diálogo e de política compensatória justa para os atingidos, além de desrespeito às interações simbólicas entre o ser humano e o espaço, etc (MAGALHÃES & HERNANDEZ, 2009; SWITKES, 2008; SANCHÉZ, 2006).

Os novos projetos da Amazônia incorporaram preocupações socioambientais inexistentes nos empreendimentos anteriores. Os empreendimentos do Rio Madeira (Jirau e Santo Antonio) preveem menor volume de água acumulada do que previsto anteriormente para os períodos de menor vazão do rio. Em Belo Monte, para conseguir melhor viabilidade ambiental, o governo abriu mão da utilização de outros aproveitamentos hidrelétricos no Rio Xingu, assim como reviu projetos de plantas hidrelétricas a serem construídas nos Rios Tocantins, Tapajós e Araguaia, diminuindo o tamanho dos reservatório, ou tornando-os empreendimentos hidrelétricos a fio d'água, quando não há reservatório para estocar água e toda a produção de hidroeletricidade é feita com o fluxo do rio (TUNDISI et al., 2014).

Apesar dos esforços governamentais empreendidos a partir de 2004 com o estabelecimento de inúmeros fóruns de discussão com os principais atores sociais envolvidos nos conflitos relacionados à construção de hidrelétricas (SOUZA, 2009), os processos de licenciamento das três hidrelétricas demonstram que persistem comportamentos antigos do setor elétrico, apontados no relatório da Comissão Mundial de Barragens (WCD, 2000).

A Expansão Hidrelétrica na Amazônia: as UHEs de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte

A percepção das dificuldades de se construir grandes empreendimentos hidrelétricos na Amazônia tem levado o governo brasileiro a rever os projetos já planejados, na perspectiva de torná-los menos impactantes (TUNDISI et al., 2014).

Os projetos das hidrelétricas do Rio Madeira foram revistos e terão menor volume de regularização da vazão. O aproveita-

mento do Rio Xingú, que previa mais de uma central hidrelétrica anteriormente, foi revisado e, no estudo de impacto ambiental apresentado para o processo de licenciamento ambiental, o governo brasileiro se comprometeu a abrir mão dos demais projetos hidrelétricos previstos para o rio (SOUZA & JACOBI, 2013).

Ao abrir mão de parte do potencial hidrelétrico para que os projetos tenham maior viabilidade socioambiental, os planejadores da expansão do setor esperam compensar a perda com a inclusão de mais termoeletricas e outras fontes- Eólica, PCH e Biomassa na matriz elétrica (TUNDISI et al., 2014; BRASIL, 2007). A previsão é de que em 2030 as hidrelétricas respondam por 78% da matriz elétrica, contra 85% em 2008 (BRASIL, 2007).

Apesar dos esforços do governo brasileiro em rever os projetos hidrelétricos do Rio Madeira e Belo Monte, a observação dos processos de licenciamento da hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira e da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingú, demonstram que ainda persistem muitos comportamentos que datam de quatro décadas atrás.

Algumas das críticas que se fazem aos projetos e à forma como foram apresentados à sociedade têm muita semelhança com problemas identificados pelo relatório da Comissão Mundial de Barragens (WCD, 2000).

Os dois projetos do Rio Madeira foram retomados pelo governo do presidente Lula e sofreram modificações técnicas para diminuir os impactos socioambientais. Em função dessa orientação, os empreendimentos prevêm menor volume de água acumulada do que anteriormente previsto para os períodos de menor vazão do rio.

No caso da UHE Belo Monte, para conseguir melhor viabilidade ambiental, o governo se comprometeu no âmbito dos estudos de impacto ambiental a abrir mão da utilização de outros possíveis aproveitamentos inventariados.

No entanto, a mudança do eixo da barragem proposto pelos estudos ambientais em Jirau depois de aprovado pelo órgão ambiental e o conflituoso licenciamento ambiental da hidrelétrica de Belo Monte suscitam dúvidas quanto ao alcance da melhoria no trato das questões socioambientais que se esperava quando da criação da EPE.

O aproveitamento hidrelétrico de Jirau só foi a leilão depois de emitida a licença prévia a partir dos estudos socioambientais coordenados pela EPE. Contudo, o consórcio vencedor da licitação mudou a localização do eixo da barragem em 7 KM. A situação sugere dois tipos de reflexão:

- I. Os estudos contratados pela EPE não são bons e a alternativa locacional não foi a mais adequada;
- II. Os estudos contratados pela EPE e que orientaram o edital eram bons e corretos, no entanto o consórcio liderado pelo grupo franco-belga Suez seguiu uma lógica muito presente no setor elétrico: orientar a localização dos empreendimentos apenas por critérios econômicos.

A mudança da localização do empreendimento jogou dúvidas sobre a competência da EPE na coordenação dos estudos de impacto que no caso das usinas do Rio Madeira foram realizados por um consórcio entre a Construtora Norberto Odebrecht e uma estatal brasileira do setor elétrico, Furnas.

Antes mesmo das mudanças feitas no projeto pelo consórcio vencedor da licitação, os estudos ambientais das hidrelétricas do Rio Madeira apresentados para obtenção da licença prévia, receberam parecer contrário da equipe de analistas do IBAMA⁹. Durante o trâmite do processo de licenciamento, o órgão de licenciamento ficou sob forte pressão política, que culminou com a reformulação administrativa do órgão e demissão do diretor de licenciamento da instituição (SWITKES, 2008).

Os estudos ambientais do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte foram coordenados pela estatal Eletronorte¹⁰, que contratou algumas das maiores construtoras do país — Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht¹¹ — para a elaboração do EIA.

Os estudos socioambientais apresentados aos órgãos de licenciamento foram contestados por especialistas, ambienta-

⁹ O licenciamento ambiental no Brasil pode ser feito nas esferas federal, estadual e municipal. Os grandes projetos hidrelétricos normalmente são licenciados na esfera federal pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente).

¹⁰ A Eletronorte foi a empresa responsável pelo planejamento das hidrelétricas de Tucuruí e Balbina, ambas questionadas em função dos impactos ambientais causados.

¹¹ As três construtoras estão entre as cinco maiores empresas de construção civil do país.

listas e comunidades indígenas. O processo legal do licenciamento também sofreu contestações, uma vez que as audiências públicas foram realizadas sem que se garantisse a participação de todas as comunidades atingidas, o que motivou a realização de outras plenárias.

Um grupo de 38 especialistas brasileiros entre autores e colaboradores das mais diversas disciplinas: ciências sociais, biologia, zoologia, energia, economia, saúde pública, elaborou um estudo crítico do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte (MAGALHÃES & HERNANDEZ, 2009).

O trabalho intitulado “Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte” levantou uma série de questionamentos em relação ao trabalho entregue pela estatal Eletronorte para conseguir a licença ambiental.

De acordo com o painel, o EIA da hidrelétrica de Belo Monte repete uma série de falhas comuns a inúmeros estudos de impacto ambiental de hidrelétricas construídas no passado: subdimensionamento das populações atingidas, que pode ser o dobro do que apresenta o estudo; invisibilidade das especificidades sócio culturais dos diversos grupos sociais; subdimensionamento do público que se deslocará para a região em função do empreendimento; negligência das perdas imateriais e dos impactos sobre os modos de vida das populações, etc.

Do ponto de vista dos impactos sociais, o painel de especialistas defende que os estudos apresentados pela Eletronorte não são seguros, pois desconhecem bibliografia importante sobre a Amazônia, e falta de clareza dos critérios metodológicos que nortearam os estudos.

Análise

Nos últimos 15 anos, o Estado brasileiro criou um sem número de leis ambientais para regular as relações entre ambiente e sociedade, e todas elas convergem para o que a literatura, na área de ciências ambientais, tem caracterizado como governança ambiental; ou seja, participação social e descentralização da tomada de decisão, com a participação das partes interessadas

ou na tomada de decisão, ou porque serão afetados pela decisão tomada (JACOBI, 2005).

No caso da expansão da matriz hidrelétrica, o licenciamento ambiental (LA) é um importante instrumento da política de gestão ambiental, no entanto, embora haja a percepção de que o LA é algo necessário e que se justifica pelos seus fins, qual seja o de ser um instrumento que faz a mediação entre a atividade econômica e o meio ambiente, existe a percepção de que o LA tem problemas na forma como ocorre (SOUZA, 2009; BANCO MUNDIAL, 2008). O LA no Brasil é um ambiente conflituoso no qual, mesmo entre o corpo técnico dos órgãos ambientais, pairam incertezas relativas às consequências das decisões a serem tomadas; assim como existem questionamentos dos atores em relação à ação do Estado e entre os atores sociais; e que a crescente regulação observada na área ambiental adiciona cada vez mais complexidade aos estudos de impacto ambiental, uma vez que, quanto maior a legislação, mais complexos ficam os estudos, e a própria avaliação de impacto ambiental, que passa a se orientar por padrões mais rígidos de observância das questões socioambientais.

A assunção da governança, sob a perspectiva funcionalista, implica em considerá-la um ato de ação coletiva. Os processos de governança colaboram para estabelecer um sistema de direitos e regras claras, no qual mercado e sociedade podem funcionar de maneira mais estável. A ação coletiva em torno de questões de interesse comum, aliada à cultura, à tecnologia e à demografia, pode se constituir em vetor de mudança social orientada a um cenário desejado coletivamente (YOUNG, 2009). A governança tal como é apresentada por Pahl-Wostl et al (2008) pressupõe a percepção de que os governos não são mais a única fonte de tomada de decisão, a sociedade e principalmente as partes afetadas e interessadas ganham oportunidade concreta de participar da construção da tomada de decisão. O grupo formado por diferentes setores do governo, da sociedade (instituições formais e informais) em rede, buscam solucionar uma questão que afeta a todos. Espera-se que a troca de idéias, percepções e conhecimentos, estimulados no

processo de interação comunicacional, possam construir um processo de tomada de decisão que reflita a contribuição de todos os participantes, legitimando as decisões e criando cumplicidade de todos os envolvidos para a execução e custos sociais requeridos pelo processo (RENN & SCHWEIZER, 2009).

O LA tem sido permanente objeto de conflitos, tanto em relação à legislação e a maneira como está ordenado quanto em relação aos processos de licenciamento dos empreendimentos individualmente. O desequilíbrio de forças em favor dos empresários que são os patrocinadores dos EIAs e têm maior acesso aos órgãos licenciadores, o caráter consultivo das audiências públicas, a falta de prazos definidos para orientar o processo, como um todo, são algumas das críticas feitas à legislação referente ao LA. A pouca qualidade dos estudos de impacto ambiental (EIA), a presença de temas alheios aos empreendimentos que são apresentados nas audiências públicas, o poder do Ministério Público de intervir em matéria de responsabilidade dos organismos técnicos são algumas das críticas feitas em relação ao licenciamento de empreendimentos (SOUZA, 2009; BANCO MUNDIAL, 2008; ZHOURI et al., 2005; MINISTÉRIO PÚBLICO, 2004).

Tendo em vista o fato de que já se passaram 30 anos depois de promulgada a PNMA, e que, depois disso, o sistema de gestão ambiental brasileiro vem continuamente introduzindo inúmeros mecanismos de governança ambiental, e que pela própria natureza, o LA no Brasil envolve uma gama de diferenciados atores sociais, com interesses e perspectivas econômicas e políticas diferenciadas, acreditamos que a introdução de mecanismos de governança, para que seja revista a legislação referente a esta matéria e que sejam adotados mecanismos de governança nos processos de licenciamento dos empreendimentos, dotaria todo o sistema de melhores instrumentos para construção de acordos e solução de conflitos, promovendo maior estabilidade política e previsibilidade econômica para o desenvolvimento da infra-estrutura e da atividade econômica do país. Essa perspectiva guarda sintonia com os pressupostos da economia pública que entende que a participação dos cidadãos na provisão de bens públicos tende a produzir maiores níveis de satisfação dos cidadãos.

Conclusão

Quando tomamos como ponto de partida da análise o ambiente de conflito que tem caracterizado os empreendimentos hidrelétricos, é possível constatar que falta participação social no planejamento do setor e na execução do mesmo. Se por um lado o Estado retomou a prerrogativa de liderar o planejamento a partir de 2004 e o setor privado a incumbência de construir e operar os novos empreendimentos a partir dos anos de 1990, por outro, a sociedade tem tido papel secundário. Ainda que possa se posicionar por meio das audiências públicas durante os processos de licenciamento ambiental, ou mesmo nas consultas públicas realizadas pela EPE, quando do planejamento do setor elétrico, essa participação ocorre sem que se conceda poder suficiente para influenciar os rumos do setor, pois é meramente consultiva. No caso do licenciamento ambiental, a participação ocorre em um momento tardio, quando as principais decisões como a localização e tamanho dos empreendimentos já estão tomadas (SOUZA, 2009).

Outro aspecto relacionado a esta situação diz respeito à forma como são tratadas as comunidades atingidas. Não há um amplo debate com a presença das mesmas a respeito dos programas compensatórios e/ou mitigatórios destinados a reparar os possíveis danos causados às comunidades atingidas pelos empreendimentos. Não existem processos de governança que estimulem a negociação e busquem pactuar o caráter e dimensão dos programas. Dessa forma, os conflitos são consequência de um processo decisório, no qual a sociedade está alijada do planejamento do setor elétrico, e as partes interessadas não participam das definições das ações que irão incidir sobre suas vidas. A maneira como tem ocorrido a expansão da matriz hidrelétrica no Brasil não guarda sintonia com o papel da participação social reivindicado pela economia dos bens públicos, no sentido desta ser partícipe das definições que serão tomadas, tendo em vista a provisão do bem eletricidade, nesse caso. A falta de canais efetivos para que a sociedade manifeste suas preferências em relação à produção e fornecimento da hidroeleticidade são nesse sentido a causa dos conflitos vivenciados pelo setor elétrico, no que diz respeito à construção de hidrelétricas.

Referências

- BANCO MUNDIAL - *Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o Debate*. Volume I: Relatório Síntese, 2008.
- BARROS, J.N., SYLVESTRE, M.E. *Atingidos e Barrados: as violações de direitos humanos na hidrelétrica Candonga*. Rio de Janeiro: Justiça Global; Ed. Ponte Nova, 2004.
- BERMANN, C. Impasses e Controvérsias da Eletricidade. In: *Revista de Estudos Avançados* 59, São Paulo, vol.21-no 59, Janeiro/abril 2007.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Plano Nacional de Energia 2030* / Ministério de Minas e Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética. - Brasília : MME : EPE, 2007.
- CASTRO, E. V. de. Hidrelétricas do Xingu: o Estado Contra as Sociedades Indígenas, In: SANTOS, L. de O., ANDRADE, L. M. M. *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.
- CONGRESSO NACIONAL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90 Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Sociedade Civil, Espaços Públicos e Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: Dagnino, Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DELMAS, M. A. & Young, O. R. Introduction: new perspectives on governance for sustainable development. In Delmas, Magali A. & Young, Oran R. *Governance for the Environment. New perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, 3-11.
- DRIESSEN, P. P. J. et al.. Towards a Conceptual Framework for The Study of Shifts in Modes of Environmental Governance – Experiences From The Netherlands. *Environmental Policy and Governance* 22, 2012, 143–160, DOI: 10.1002/eet.1580.
- GOLDENBERG, J. & PRADO, L. T. S. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. *Tempo Social*. Vol. 15 nº 2. São Paulo. 2003.
- IVANOVA, M.. Environment: The path of global Environmental Governance – Form and Function in Historical Perspective. In Ayre, Geor-

gina and Callway, Rosalie. *Governance for Sustainable Development: a foundation for the future*. London: Earthscan, 2005, 45-72.

JACOBI, P.R. Governança institucional de problemas ambientais. *Política e Sociedade*. Florianópolis Número 7, p. 119-137, outubro de 2005,

_____. *Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

KOOIMAN, J.. *Governing as governance*. London: Sage Publications, 2003.

LAFFERTY, W. M. Introduction: form and function in governance for sustainable development. In Lafferty, William M. (ed) *Governance for sustainable development: the challenge of adapting form to function*. Northampton: Edward Elgar publishing Limited, 2004, 1-31.

LYNN, L. E.; Heinrich, Carolyn J. and Hill, Carolyn J. Studying governance and public management: why? How? In Heinrich, Carolyn J and Lynn, Laurence E. *Governance and Performance: new perspectives*. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2000, 1-33.

MAGALHÃES, S.M.S.B. & HERNANDEZ, F.M. (Orgs.) *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, 2009.

MILARÉ, E. *Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL. *Deficiências em Estudos de Impacto Ambiental: Síntese de uma Experiência*, Brasília, Escola Superior do Ministério Público da União, Maio 2004.

OAKERSON, R. The study of local public economies. In: Oakerson, R. *Governing local public economies: creating the civic metropolis*. Institute for contemporary studies press: Oakland, California, 1999.

OLIVEIRA, A. I. de A. *Introdução à legislação Ambiental Brasileira e Licenciamento Ambiental*. Rio de Janeiro, Editora Lumen Júris, 2005.

OSTROM, E. Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. *American Economic Review* 100 (June 2010): 641-672. <http://www.aeaweb.org/articles.php?doi=10.1257/aer.100.3.641>

OSTROM, V. & OSTROM, E. Public Goods and Public Choices. In: McGinnis, M. *Policentricity and Local public economies: readings from the workshop in Political Theory and Policy Analysis*. The University of Michigan Press, 1999 (pgs. 75-103).

PAHL-WOSTL, C. et al. Governance and the global water system: a theoretical exploration. *Global Governance* 14, 2008, 419-435.

ROGERS, P; HALL, A. Effective Water Governance. *Global Water Partnership*. Sweden: Elanders Novum, 2003.

RENN, O. & SCHWEIZER, P.-J. Inclusive Risk Governance: Concepts and Application to Environmental Policy Making. *Environmental Policy and Governance* 19, 2009, 174–185 DOI: 10.1002/eet.507

SAUER, I. L.(org et al.) *A reconstrução do setor elétrico brasileiro*. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

SÁNCHEZ, L. E. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de Grandes Projetos hidrelétricos, *comunicação n° 9* – Museu Nacional, 1986.

SOUZA, Alexandre do Nascimento. *Licenciamento Ambiental no Brasil sob a perspectiva da modernização ecológica*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-02112010-233044/>>. 2014-04-27.

SOUZA, A. do N.& JACOBI, P. R. Hidrelétricas na Amazônia: entre uma nova esfera pública e a modernização ecológica. In: Ribeiro, Wagner Costa (org). *Conflitos e cooperação pela água na América Latina*. São Paulo: Annablume, PPGH, 2013.

SOUZA, A. N. & JACOBI, P. R. Licenciamento Ambiental no Brasil: A Perspectiva da Modernização Ecológica. In: Pedro Roberto Jacobi. (Org.). *Sustentabilidade socioambiental: diversidade e cooperação*. São Paulo: Annablume, 2011, v. , p. 163-198.

SWITKES, G. *Águas Turvas: Alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas*. Patricia Bonilha, editora – São Paulo: International Rivers, 2008.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TUNDISI, J.G., et al., How many more dams in the Amazon? *Energy Policy*, 2014, <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2014.07.013>

VAINER, C. B. *O conceito de Atingido: Uma revisão do debate e diretrizes*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2003.

_____. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. In: *Revista de Estudos Avançados* 59,. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 21, nº 59. Jan/Abril 2007.

YOUNG, Oran R. Why is there no unified theory of environmental governance?. Dauvergne, Peter. *Handbook of Global environmental politics*. Cheltenham, UK – Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2005. 170- 184.

YOUNG, Oran R. (2009). Governance for sustainable development in a word of rising interdependences. In Delmas, Magali A. & Young, Oran R. *Governance for the Environment. New perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 12-40.

WORLD COMMISSION ON DAMS (WCD). Dams and Development: a new framework for decision-making. *The report of the World Commission on DAMS*. London: Earthscan, 2000.

ZHOURI, A., LACHEFSKI, K, PEREIRA, D. B. (orgs). *A insustentável leveza da política ambiental*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

Capítulo 5

Democracia, Licenciamento Ambiental e o Dinheiro Irrigando as Disputas Eleitorais

Alexandre Cosme José Jeronymo

Apresentação

O licenciamento ambiental (LA) brasileiro é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e uma obrigação prévia para todo e qualquer empreendimento com potencial para impactar o meio ambiente. A situação política do LA envolve o rigor para analisar, deferir e indeferir os empreendimentos hidrelétricos, e os questionamentos e críticas dos agentes econômicos, ambientalistas e pesquisadores direcionados para este instrumento.

A diversidade de interesses que envolvem o licenciamento ambiental é ampla. Por um lado, o Ministério do Meio Ambiente (2008) reconhece no “LA o instrumento para incentivar o diálogo entre os diferentes setores e os seus distintos interesses”, e o IBAMA (2009) “desconhece a frequência do diálogo”. A observação de Godoy (2009) indica que “o problema da legislação ambiental é a sua particularidade estática, anacrônica e que necessita modificações capazes de acompanhar as mudanças dos diferentes setores econômicos”, e o Instituto Acende Brasil (2014) enfatiza que a principal razão para atrasar a implantação de empreendimento é a característica ampla, complexa, incerta, imprevisível e passível de contestação do processo de licenciamento ambiental. Outra interpretação apresenta Zhou-ri, Laschesfiki e Paiva (2005) ao destacarem que “a legislação tem sido reinterpretada, casuisticamente, em especial quando entendida como obstáculo ou quando se apresenta contrária ao modelo de desenvolvimento e aos interesses vorazes do mercado”, concepção compartilhada com Laschefski (2011: 50)

quando aponta as “tendências mais recentes para flexibilizar o licenciamento ambiental, ao invés de atuarem na direção da efetiva democratização do desenvolvimento, estão diminuindo as poucas, embora eficientes, possibilidades de participação das comunidades locais”. São considerações que oferecem abordagens amplas e contrapostas quando identificam as potencialidades e as deficiências do licenciamento ambiental.

No contexto desta disputa, estão o sistema político e a presença do recurso econômico, em ampliação, orientado para financiar campanhas políticas e com a potencialidade para converter a democracia do território de resolução das necessidades da sociedade para o território do acolhimento das demandas dos grupos econômicos e interesses privados. A simbiose entre financiamento de campanhas políticas e interesses privados contribui para o fortalecimento da desconfiança social na classe política, no sistema político e nas instituições democráticas.

A partir da democracia limitada e da democracia acabrunhada, de Richard Reich, o trabalho articula, nos limites do licenciamento ambiental, um dos elementos para responder a irrigação de dinheiro privado, financiando a classe política e as campanhas políticas.

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) no Brasil

Ações correspondentes à política ambiental no Brasil podem ser identificadas desde o período colonial, conforme o trabalho de Sanchez (2008: 70) ao recordar “que a coroa portuguesa, no século XVIII, editou medidas para preservar madeiras de lei utilizadas na construção naval”. Ao longo do século XX, outras políticas ambientais foram desenhadas e implementadas ao longo de quatro fases. Para Sanchez (2008), a primeira fase é a administração de recursos naturais, que apresenta objetivo de regulamentar o uso e a criação ou reorganização das instituições, como, por exemplo, o código florestal de 1934 (71); a segunda fase é a do controle da poluição industrial, na qual o governo federal e os estaduais criavam leis e instituições com objetivos de correção das emissões industriais (74-75). Para Sanchez (2008), a terceira fase está no planejamento territorial

da década de 1970, cuja preocupação consistia na ordenação territorial, nas formas de ocupação do espaço urbano e na resolução dos problemas relativos ao abastecimento de águas nos centros urbanos (76). A quarta fase é a inovadora Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), inaugurada pela lei nº 6.938/1981, e os seus instrumentos de ação, como a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento ambiental (78), entretanto, antecede a lei nº 6.803/80, que dispõe das diretrizes básicas sobre o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição. “Esta lei resultou da emenda apresentada pela Sociedade Brasileira de Meio Ambiente para os parlamentares” (Machado, 1986: 77) e prevê a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para atividades industriais em áreas de elevada poluição e aquelas destinadas para instalações industriais.

Embora a história da política ambiental brasileira remeta ao período colonial e às regulamentações para fazer o uso do recurso, o divisor de águas “é a lei nº 6.938 que institui a Política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente” (Magrini, 2001).

A PNMA dispõe sobre os fins e mecanismos de formulação e aplicação da legislação ambiental, e o artigo 5º da resolução nº1/1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) contempla as diretrizes que o EIA deverá seguir. A resolução nº 237/1997 do CONAMA dispõe que o LA é um procedimento administrativo em que o órgão ambiental competente é o responsável por licenciar a localização, a instalação, a ampliação e operação de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais ou potencialmente poluidores ou causadores degradação ambiental. O art 8º da resolução CONAMA destaca que as licenças (prévia, instalação, operação) são os procedimentos para a requisição do LA.

Durante os processos de licenciamento ambiental, ocorrem as audiências públicas, o principal canal de participação das populações envolvidas e interessadas no e pelo projeto. Para Sanchez (2008:78), a lei nº 88.351/1983 criou um mecanismo que oferece para a sociedade o acesso ao Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que é um direito à informação, e a obrigação do poluidor indenizar ou reparar os danos causados ao meio am-

biente e a terceiros. Conforme a resolução nº 9 do CONAMA (1990), sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública.

A legislação ambiental é rigorosa ao exigir dos empreendimentos o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e o art nº 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) declara que o meio ambiente é “um direito, um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. Embora esses dispositivos legais estejam implementados, isto não significa que sejam respeitados. É necessária a construção da cultura que represente o estado democrático, de consolidação democrática, em contraposição à democracia limitada e à democracia acabrunhada.

A democracia limitada e a democracia acabrunhada

A PNMA está no contexto de finalização da ditadura militar (1964 – 1985) e no processo de redemocratização, de expansão dos direitos civis, políticos e sociais. Embora a democracia objetive ampliar os direitos e construir os espaços que proporcionam para o cidadão a sua inserção nas decisões políticas, a democracia brasileira está em processo de ampliação e consolidação, afinal, a expansão dos direitos não é plena, e a sua limitação alimenta a desconfiança socioinstitucional e interrompe o avanço democrático. A construção da democracia brasileira interage com os processos democráticos e os de exclusão, de confiança e de desconfiança sociais. Simultaneamente, não é incomum encontrar EIA precariamente redigido e mal avaliado pelas instituições competentes, audiência pública cancelada, e as decisões sobre a construção ou não do empreendimento reduzida a determinados grupos, e não entre a sociedade, o Estado e os agentes interessados. Esse conjunto de situações corrobora para ampliação da desconfiança e insatisfação sociais, e coloca a democracia e a política ambiental do país sob questionamento.

Moisés (2005) defende que as instituições nas sociedades democráticas são portadoras de duas funções. A primeira função

envolve a distribuição do poder de tomar decisões que afetam a coletividade, e a segunda assegura a participação dos cidadãos na avaliação e no julgamento que fundamenta o processo de tomada dessas decisões. Entretanto, na democracia brasileira, a participação cidadã é a confiança social depositada na classe política para a própria representação política. Todavia, diante de um histórico de obstruções e limitações das regras e normas democráticas, a percepção da cidadania não é uma autorização para a representação política, mas uma desautorização que configura a desconfiança social e traça cenários de continuidade da erosão da confiança.

Democracia limitada

A democracia é limitada quando os direitos legais dos cidadãos não são cumpridos ou são precarizados, quando a cidadania é restringida, subtraída dos próprios direitos constitucionais. O que pretende-se democrático subtrai a construção do processo democrático a partir da exclusão, do não cumprir, da negligência.

Sendo a democracia limitada, isto significa dizer que existem elementos que corroboram com a construção do processo democrático pleno. Por exemplo, as instâncias que orientam a descentralização dos processos decisórios, como os plebiscitos, as audiências públicas, os conselhos de participação podem contribuir e ampliar o processo de democratização da política. Dentro do conjunto de limites desta limitação democrática subsistem a exclusão dos direitos e a presença dos instrumentos potenciais para ampliar o processo democrático.

Assim, a democracia limitada, quando o assunto envolve projetos de infraestrutura, suprime e abafa os direitos sociais, os direitos das populações atingidas pelos empreendimentos e deslocadas involuntariamente das próprias terras, muitas vezes sem oportunidades de defesa ou mesmo da informação do próprio direito. Existem movimentos sociais e organizações não governamentais, com estrutura e informação (orientação, assessoria jurídica, extensões da democracia), que contribuem com a extensão dos direitos sociais até as populações atingidas por projetos de infraestrutura. Este retrato evidencia que deter-

minado estrato social poderá ter ou não respeitados os próprios direitos. Embora os procedimentos para obter licenças ambientais de empreendimentos sejam uniformes, os processos que os acompanham retratam disputas entre as diferentes formas e usos para apropriação territorial, situação que desnuda os limites do licenciamento ambiental, e os poderes capazes de cooptá-lo.

Sobre os estudos de impactos ambientais incompletos

É obrigação do agente econômico apresentar EIA para licenciar das atividades modificadoras do meio ambiente (estradas, portos, usinas hidrelétricas e termelétricas, linhas de transmissão) e fortalecer esses mecanismos que controlam e punem os agentes econômicos e empreendimentos infratores. Entretanto, em uma democracia limitada, os objetivos econômicos e os interesses privados podem definir as orientações do Estado e o que estará identificado e analisado no EIA, inclusive, conforme Vainer (1996), em um passado recente, os EIA consideravam o “meio ambiente como o meio ambiente do empreendimento, e a população e as suas formas de existência social e as suas relações ambientais eram reduzidas ao meio ambiente da obra”. Ao mesclar, com o intento em confundir, os sujeitos de direitos, histórias, valores e culturas com o meio ambiente, o objetivo pretendido é invisibilizar os direitos e as famílias atingidas. Ainda sobre aos EIA, a contribuição de Sigaud, aparentemente atemporal, “atesta que a maioria dos estudos feitos por encomenda do setor elétrico são pobres, repetitivos e pouco revelam a respeito da vida social real, e a partir desta visão empobrecida do social se procede a avaliação de impactos” (1988: 108), assim, o meio ambiente, as infraestruturas sociais, as culturas, as formas de subsistência integradas e não integradas plenamente às relações econômicas, podem ser ignoradas, e, posteriormente, independente da limitada observação do social e do ignorar ambiental, podem ser iniciadas as construções dos projetos de infraestrutura.

É o caso da Usina Hidrelétrica (UH) de Barra Grande, rio Pelotas, história que gerou o livro “A hidrelétrica que não viu a floresta” (Prochnow, 2005). O livro reúne trabalhos apontando as deficiências de um licenciamento ambiental inconsistente e viciado. A composição da área de influência direta da UH

Barra Grande continha 5.000 hectares de floresta de araucária não identificada no EIA. Independente da relevância ambiental da floresta de araucária e da sua submersão pelo reservatório hidrelétrico, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) emitiu as licenças ambientais (prévia e instalação). Ocorreram ações públicas impetradas por organizações não governamentais e entidades ecologistas para reverter a decisão do IBAMA. Para o juiz Federal Osni Cardoso Filho (Instituto Socioambiental, 2004), é evidente que a concessão das licenças teve por subsídio estudo ambiental que não cumpriu com a sua finalidade e que todo o procedimento está completamente viciado.

O EIA do projeto UH de Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape, negligenciou infraestruturas viárias (pontes e passarelas de madeira e cimento). Enquanto o EIA deste projeto identifica a presença de 4 (quatro) infraestrutura viária (pontes de alvenaria), a pesquisa de Jeronymo (2007) identifica e fotografa 11 infraestruturas viárias (pontes e passarelas de madeira e alvenaria) na AID do EIA.

Os exemplos da UH Barra Grande e da UH Tijuco Alto não são casos isolados. É um método de ação do agente econômico que pretende, em última instância, condenar o instrumento licenciamento ambiental e torná-lo inócuo. Quando esse procedimento metodológico é utilizado, a exigência legal que envolve o mapear da área de influência direta, catalogar espécies de animais e vegetais, identificar os Bairros Rurais, as suas famílias e infraestruturas, bem como as suas formas de subsistência, a legislação pode deixar de ser respeitada. A insistência do não cumprimento da legislação irá necessariamente debilitar a confiança institucional.

Um EIA deficiente, que não cumpre com a sua finalidade, subtrai atividades antrópicas, infraestruturas (sociais e econômicas), espécies animais e vegetais por negligência, ou erros involuntários; porém, não está correto descartar a hipótese que é o erro premeditado, devidamente identificado e invisibilizado.

Sobre as audiências públicas canceladas

Existem audiências públicas estendidas até a madrugada com o objetivo de esvaziá-la. Após cumprir o método, o esvaziamento, as

discussões complexas do empreendimento são iniciadas. Este ambiente foi identificado e descrito no trabalho de Hernandez e Magalhães (2011: 88-89) quando analisam que as audiências públicas do projeto Belo Monte foram extremamente longas, e verificou-se nas três primeiras audiências públicas que o debate substantivo ficou restrito às poucas pessoas que permaneceram no local por pelo menos seis horas, e que na prática reúne pessoas com convicções mais fortes sobre o projeto; e cabe relatar que houve tentativa de manobrar, com o intuito em negar a participação social na audiência pública, a partir da proposta de selecionar os participantes para participar da audiência que é, em essência, pública.

Esse procedimento, usual para a construção de projetos de infraestrutura, foi utilizado para a construção da UH de Itaipu, inaugurada em (1984). Conta Carvalho (1980:81) que a técnica adotada pelo departamento de indenização de Itaipu consistia em convidar “um vereador da Arena que recebia as perguntas por escrito dos colonos e depois fazia a leitura em voz alta, e assim evitavam a má expressão dos colonos, quando falam uma mistura de português com alemão, difícil de entender”. A UH de Belo Monte demonstra preservar os procedimentos utilizados pela UH Itaipu.

As audiências públicas são objetos de disputas entre os grupos sociais que conhecem e se reconhecem na AID e o agente econômico contratante dos grupos sociais forasteiros. Esses forasteiros não conhecem a AID, não a reconhecem enquanto espaço de reprodução social, e quando contatados pelo agente econômico são contratados, instruídos, transportados, alimentados e pagos para ocupar o espaço da audiência pública. A ação forasteira na audiência consiste na defesa intransigente do projeto de infraestrutura, o qual é desconhecido do próprio grupo, mas por ele aceito porque para isto está sendo pago.

Ao ocupar o espaço da audiência pública, o grupo social forasteiro limita a presença das pessoas, famílias e Bairros Rurais no espaço que pretende-se democrático. Quem conhece, reconhece-se e estabelece seus vínculos sociais na área designada para a construção do empreendimento terá o direito à participação na audiência anulado. A realização, por si só, da audiência pública, cumpre com os procedimentos formais e legais, e encaixa na democracia limitada. Não é o suficiente organizar, convocar com antecedência e realizar a audiência, mas é fundamental democratizá-la.

Sobre as indenizações

Na hipótese que é a obtenção das licenças ambientais para a construção do empreendimento, uma das etapas que o agente econômico necessita cumprir é a indenização. No EIA, é necessário identificar os grupos sociais que estão na AID, as infraestruturas (estradas, escolas, casas, postos de saúde, pontes), as formas de subsistência (comércio, cultura agrícola), a existência de animais (suínos, equinos, aves, cães e gatos) e apresentar o plano de deslocamento involuntário.

O reconhecimento dos direitos dos grupos sociais, quando atingidos por projetos de infraestrutura, fortalece a confiança institucional, por um lado, e corrói investimentos por outro lado. No trabalho de Pase, Linhares, Matos (2014), é identificado que os “principais mecanismos compensatórios foram a indenização em dinheiro, carta de crédito, reassentamento e acordo com o empreendedor”. Porém, as negociações individuais entre atingido e agente econômico são frequentes e injustas porque são duas forças desproporcionais. Defende a instrução do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana (2010) que as restituições, indenizações e compensações devem ser objetos de negociação coletiva, envolvendo as representações organizadas das populações atingidas. Esta instrução, quando comparada às mesclas e invisibilizações, é um avanço porque reconhece e visibiliza as populações atingidas.

Outro avanço é o decreto nº 7.342 (Brasil, 2010), que institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia. Está em discussão no Congresso Nacional o projeto de lei do Deputado Federal Nilson Aparecido Leitão, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. O decreto nº 7.342 e o projeto de Deputado Federal representam avanços com relação às populações atingidas em suas formas de vida e reprodução social.

Novamente, no contexto da democracia limitada, a legislação não é o suficiente, ela apenas cumpre papel formal. Famílias atingidas pela construção da UH Belo Monte recorrem ao Ministério Público para fazer os próprios direitos serem validados. O valor das indenizações pagas pelo Consórcio Norte Energia, agente econômico responsável pela construção, segundo o Defensor Público da União,

Francisco Nóbrega, “é tão baixo que, na verdade, as pessoas nem têm essa opção. Ou ficam no reassentamento ou ficam sem nada porque a indenização não vai dar nem para comprar um terreno” (Agência Brasil, 2015). Segundo o Defensor, existem famílias que reclamam da não inclusão no cadastrado socioeconômico e se dizem moradoras do local, e que a qualidade das moradias construídas para o reassentamento é ruim, com paredes rachando e com vazamentos.

No caso da UH Santo Antonio, inaugurada em (2012), o reassentamento construído pelo agente econômico Santo Antonio Energia está esvaziando. A informação (Folha de São Paulo, 2013) é que as famílias que foram deslocadas há dois anos de suas casas, para dar lugar ao lago da usina de Santo Antônio, em Porto Velho (RO), já começam a abandonar as áreas nas quais foram assentadas pela hidrelétrica; e os pescadores relatam que os peixes sumiram, os agricultores se queixam da terra infértil e comerciantes reclamam da falta de movimento.

São histórias que remetem à dificuldade do recebimento das compensações e indenizações, entretanto, no século XXI, à luz do arcabouço legal que determina o pagamento das compensações e indenizações, hipoteticamente, tais problemas não deveriam ocorrer. Como ocorrem, não fica difícil recuperar o que representava as compensações e indenizações em um passado não distante, aproximá-la dos nossos dias e identificar nesta atualidade alguma imobilidade. Carvalho narra a relação entre o lavrador e as indenizações recebidas para a construção da UH de Sobradinho, inaugurada em XXX.

Desacostumado com o dinheiro, ainda preso virtualmente a uma economia de troca, o pequeno lavrador do sertão do São Francisco é capaz de aceitar indenizações ridículas por suas terras, principalmente porque não está acostumado à idéia de que a terra tem um grande valor específico. Sempre a utilizou comunitariamente, sem ter que pagar nada a ninguém. (Carvalho, 1980: 110).

A democracia acabrunhada

Outros elementos que representa a fragilização da democracia e da política ambiental são as ações e posicionamentos que identificam a construção de uma nova categoria democrática, no caso, a democracia acabrunhada. Identificada e questionada no trabalho de Richard

Reich, a democracia acabrunhada tem origem no conflito entre a democracia e o capitalismo nos Estados Unidos da América, e representa as disputas entre duas perspectivas de humanidade. A primeira é o ser humano consumidor, individualista e atento às melhores oportunidades como consumidor; e a segunda perspectiva é o ser humano solidário, que está além da questão material.

A argumentação defendida por Reich (2005) é que o lado do cidadão consumidor foi ampliado quando a oferta de bens e serviços foi multiplicada; e, simultaneamente, o lado do cidadão foi enfraquecido. Um dos resultados, conforme Reich, é que as características democráticas do capitalismo norte americano declinando, perdendo amplos e importantes porque as instituições que negociam, formal e informalmente, a distribuição da riqueza, a estabilização dos empregos e as regras equitativas, se tornaram secundárias. Enquanto a dinâmica econômica é intensificada, a dinâmica democrática é enfraquecida.

O fortalecimento da individualidade do consumidor e a queda na confiança da democracia produz o que Reich (2005) classifica como o supercapitalismo do consumo, em substituição ao capitalismo democrático, as instituições democráticas e a confiança social. No supercapitalismo, a competição empresarial é intensificada, recrudescida pelo objetivo, que é a conquista, a retenção dos consumidores e dos recursos econômicos dos investidores. A dimensão dessa competição transborda para as políticas públicas e agendas governamentais, aproxima as demandas privadas empresariais do Estado, e a competição é incentivada pela “enxurrada de dinheiro das empresas que inundou a política” (144) e as campanhas políticas. “As empresas entraram na política para conquistar ou preservar vantagem competitiva em relação a seus rivais” (145-46), disputando leis e regulamentos que geram ganhos para algumas empresas e perdas para outras, e as pequenas diferenças podem inclinar a balança para um ou outro lado.

Em situação inversa, as necessidades da sociedade e o que representa o potencial para interromper as ações do supercapitalismo contra a democracia são relegados a um plano inferior.

A democracia acabrunhada fortalece as individualidades e o poder do consumidor; e a presença do dinheiro financia a classe política e avança no cenário internacional. No caso brasileiro, as crises institucionais e as enxurradas de dinheiro na política têm pervertido a democracia e chutado a cidadania

para um plano secundário. Esta captura do sistema político, com recursos econômicos para campanhas políticas em período eleitoral, é um empréstimo de dinheiro que retornará para o credor. “É o aprisionamento do Estado pelos interesses corporativos, pelo seu assalto aos recursos e a privatização dos bens comuns” (Grzybowski, ANO), simultâneo ao Estado, que limita os atendimentos das necessidades sociais e amplia as ações para atender aos interesses econômicos de grupos privados.

Dinheiro, financiamento político e confiança institucional

A pesquisa da organização internacional IDEA (International Institute for Democracy and Electoral Assistance) aponta para uma tendência mundial de aumento – ainda que lento – da restrição a doações eleitorais (BBC, 2015). “Em todo o mundo, a política se tornou um negócio caro, em tal magnitude que o dinheiro é hoje uma das maiores ameaças à democracia” (BBC, 2015), e é um dos elementos que contribui para a redução da confiança institucional.

No Brasil, a lei nº 9.504/97 permite o financiamento de candidatos e campanhas eleitorais e, desde então, foi identificado aumento sucessivo de dinheiro, o que é a “captura do sistema político pelo poder econômico” (Bava, 2014), para “conquistar poder de influência sobre os governantes e, principalmente, conquistar mais poder do que suas concorrentes, é assunto de considerável importância estratégica” (Abramo, 2014). A literatura já identifica que os candidatos que mais gastam são os eleitos. A correlação significa: pouco importa o projeto político, o necessário é o quanto de dinheiro o candidato disponibilizará para a campanha.

A irrigação de dinheiro nas disputas eleitorais brasileiras é exponencial e oriunda das fontes públicas e privadas. As doações empresariais são dirigidas para os candidatos, os diretores dos partidos políticos e para os comitês eleitorais. Já a fonte pública é integrada pelo fundo partidário e pelas propagandas políticas gratuitas nas emissoras de rádio e televisão.

Alguns números do Tribunal Superior Eleitoral (2014), das eleições para o cargo de Presidente, Senador(a) e Depu-

tados(as) (Federal e Estadual) de 2002, 2006, 2010 e 2014, mostram o quanto de dinheiro ingressou nas campanhas políticas. O conjunto dos valores das receitas das candidaturas apresentados pelo TSE foram os seguintes.

- Eleição 2002 – Valor total das receitas de R\$678 milhões.
- Eleição 2006 – Valor total das receitas de R\$1,514 bilhão.
- Eleição 2010 – Valor total das receitas de R\$3,223 bilhões.
- Eleição 2014 – Valor total das receitas de R\$4,341 bilhões.

O aumento de R\$678 milhões para R\$4,341 bilhões é representativo para pensar como a irrigação deste volume de recursos econômicos pode influenciar e decidir como e porque deve ser o comportamento do Estado, da política e da democracia.

Os Comitês Financeiros/Diretórios arrecadam recursos econômicos para as campanhas. O conjunto dos valores arrecadados pelos Comitês Financeiros/Diretórios apresentados pelo TSE foram os seguintes.

- Eleição 2002 – Comitê Financeiro/Diretório Nacional arrecadou R\$142 milhões.
- Eleição 2006 – Comitê Financeiro/Diretório Nacional arrecadou R\$370 milhões.
- Eleição 2010 – Comitê Financeiro/Diretório Nacional arrecadou R\$1,631 bilhões.
- Eleição 2014 – Comitê Financeiro/Diretório Nacional arrecadou R\$2,683 bilhões.

No conjunto das receitas dos candidatos e das doações dirigidas para os Comitês/Financeiros Diretórios Nacionais, está uma forte, consistente e estruturada tradição que é o “caixa 2”, o ingresso não declarado de dinheiro nas campanhas políticas.

São muitos os doadores que contribuem economicamente com as candidaturas. Alguns as oferecem por afinidades ideológicas, outros confiam na proposta do candidato, e os pragmáticos não fazem doação mas oferecem empréstimos para os candidatos. A doação empresarial, de modo geral, é pragmática e requer que o empréstimo ofertado recomponha os recursos empresariais.

O pragmático setor da construção civil, através de empreiteiras selecionadas, emprestou “nos últimos sete anos 557 milhões para o PT, PSDB e o PMDB” (Estadão Dados, 2015),

que é o valor equivalente a um cheque em branco, que implica em decisões de Estado, orientadas para a realização exclusiva dos objetivos de determinados grupos econômicos. Dentre os resultados deste procedimento está a desconfiança social nas Instituições. Simultâneo ao período de aumentos sucessivos de recursos econômicos privados no financiamento de campanhas políticas, está a redução da confiança. A pesquisa realizada pelo IBOPE (2013), entre os anos 2009 e 2013, apresenta o índice de confiança social nas instituições¹ declinando de 58% no primeiro ano para 47% no último ano; e quando o assunto é o Partido Político, a queda é de 31% para 25%, a menor confiança social dentre as instituições analisadas.

Pesquisa publicada no Jornal O Estado de São Paulo (Estado Dados, 2015) indica que dois de cada três brasileiros não tem simpatia por nenhuma sigla partidária, e no auge dos protestos de 2013² a taxa dos “Sem Partido” chegara a inéditos 59%. Desde então, a redução da simpatia cresceu e alcançou os 66% em maio de 2015. A ascendente desconfiança nos Partidos Políticos está conectada com a limitada democracia vivenciada, e com os mecanismos que privatizam o Estado com a irrigação do dinheiro privado nas campanhas e disputas políticas.

Segundo Sigaud (1988: 103), não é possível subestimar o papel dos grupos empresariais que exercem forte pressão sobre o governo no sentido da realização dos seus empreendimentos, e o custo da cada hidrelétrica representa bilhões de dólares, contratos fabulosos que garantem a tranquilidade de caixa durante longo tempo, sobretudo para o setor da construção civil.

¹ As Instituições que integram a pesquisa são: Corpo de Bombeiros, Corpo de Bombeiros, Igrejas, Forças Armadas, Meios de Comunicação, Empresas, Organizações da Sociedade Civil, Polícia, Bancos, Escolas Públicas, Poder Judiciário, Justiça, Presidente da República, Governo Federal, Eleições, Sistema Eleitoral, Governo da cidade onde mora, Sindicatos, Sistema Público de Saúde, Congresso Nacional, Partidos Políticos.

² Os Protestos de junho de 2013 foram insatisfações sociais, acumuladas ao longo de anos, que explodiram a partir do anúncio do aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo. Logo, a insatisfação social deixou de ocupar apenas as ruas de São Paulo, e ocupou as ruas das principais capitais estaduais do país. No formato nacional, os manifestantes protestaram contra o aumento dos gastos públicos para a organização de eventos esportivos internacionais (Copa do Mundo de Seleções da FIFA – 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016), a violência policial, a má qualidade dos serviços públicos, contra a corrupção na política e pelo apartidarismo.

A recuperação da doação-empréstimo, no caso das empreiteiras, poderá ocorrer através dos contratos e licitações de projetos de infraestruturas. Para acelerar a recuperação da doação-empréstimo, os assuntos que envolvem sociedade e meio ambiente, audiências públicas, discussões coletivas com os proprietários de terras na área da influência direta do projeto, a identificação das famílias que serão deslocadas, o direito das populações atingidas não aceitarem o projeto e assim inviabilizar a sua construção, são obrigações do agente econômico e as manifestações sociais que podem retardar a recuperação da doação-empréstimo e ampliar o custo do investimento. Dentre os procedimentos utilizados para subtrair esses obstáculos é a invisibilização das populações, do meio ambiente, da legislação e, inclusive, orientar as instituições responsáveis pelas análises das licenças ambientais.

A pressão sofrida pelos técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) para acelerar a concessão de licenças ambientais é frequente. O trabalho de Hernandez e Magalhães (2011: 92) relata que o ex-coordenador geral de infraestrutura de energia elétrica do IBAMA, Leozildo Tabajara da Silva Amorim, e o diretor de Licenciamento, Sebastião Custódio Pires, pediram demissão após uma reunião em que o Ministro³ tentou ensinar os analistas ambientais do Instituto a fazer licenciamento; e a Advocacia Geral da União, intimidando o trabalho de Procuradores e Juízes, quando afirma que tomará providências contra aquelas que disparam ações civis públicas e concede liminares contra projetos e processos governamentais. São diferentes formas de intimidar, amedrontar, interferir politicamente nas análises das licenças ambientais.

A preocupação do Estado, neste caso, é com a recuperação do empréstimo-doação, e isto remete a democracia limitada ao negligenciar direitos; e a democracia acabrunhada porque o volume crescente de dinheiro na política interfere na dinâmica da política, nas políticas públicas, no Estado, com o objetivo exclusivo de proporcionar mais velozmente a recuperação do empréstimo-doação e, fundamentalmente, selecionar

³ O Ministro em questão foi o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (27 de maio 2008 – 31 de março 2010).

as demandas privadas para o atendimento, em detrimento das necessidades da sociedade.

Considerações finais

Os indicadores da Empresa Pesquisa Energética (2007) mostram que mais de 60% do potencial hidrelétrico brasileiro estão na bacia amazônica. O Plano de 2015 estimou o potencial de 260.000 MW para exploração, quando o potencial para exploração é de 126.000 MW. O cenário, ao que tudo indica, é a contínua disputa entre as diferentes formas de usos da água, e a acomodação dos interesses privados na política, nas políticas públicas, no Estado.

O momento atual merece atenção especial para identificar e reverter potenciais retrocessos na política ambiental brasileira, dado o cenário destacado. A existência da aparelhagem jurídica, embora fundamental, em um país onde a cultura democrática não está plenamente introjetada socialmente, a democracia ainda limitada é fortalecida, ampliada e conquista adeptos. Simultaneamente ao avanço do dinheiro privado na política, no financiamento de campanha política, está a ocupação do Estado pelos interesses privados, com o objetivo de recuperação dos recursos econômicos emprestados para a organização das campanhas políticas. Dentre os significados desta recuperação do empréstimo, estão os projetos de infraestruturas que, magicamente, conseguem licenças ambientais, poluem, expulsam e deslocam populações das áreas identificadas como aptas para o empreendimento e pagam indenizações irrisórias para acelerar a recuperação dos empréstimos mais velozmente.

Referências

Abramo, Cláudio Weber. As rotas das doações eleitorais. 2014. Disponível em: www.tranparecia.org.br. Acesso em: mai. 2015.

Agencia Brasil. Famílias que serão removidas por causa de Belo Monte recorrem à defensoria. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-03/familias-que-serao-removidas-por-causa-de-belo-monte-recorrem>. Acesso em: mai. 2015.

Bava, Silvio Caccia. A captura do sistema político. 2015. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=94>. Acesso em: mai. 2015.

BBC. Por que 40 países proíbem a doação de empresas a candidatos. 2015. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/03/150325_doacao_candidatos_ms. Acesso em: mai. 2015.

Brasil. Resolução nº 237, de 19 dez. 1997. Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência [...]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, de 19 dez. 1997.

_____. Resolução nº 1 de 23 de jan. 1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 23 jan. 1986.

_____. Decreto Federal nº 88.351. Regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 [...]. Diário Oficial [da] República Federativa da União, Brasília, DF, de 1 jun. 1983.

_____. Decreto nº 7.342 de 26 de outubro de 2010. Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica [...]. Diário Oficial [da] República Federativa da União, Brasília, DF, de 27 out. 2010.

_____. Brasil (1988). Art nº 225 da Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, 5 de out. 1988.

Carvalho, Murilo. Sangue da terra: a luta armada no campo. Ed. Brasil Debates: São Paulo, 1980.

Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 9 de 3 dezembro de 1987. Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, 5 de jul. 1990.

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH. Comissão especial atingidos por barragens. Brasília, DF, 2010. p. 108.

Empresa de Pesquisa Energética. Plano nacional de energia – 2030. Empresa de Pesquisa Energética: Rio de Janeiro, 2007.

Estadão Dados. Nunca tantos brasileiros rejeitaram os Partidos políticos quanto hoje. 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://blog.estadaodados.com/nunca-tantos-brasileiros-rejeitaram-os-partidos-politicos-quanto-hoje/>>. Acesso em: mai. 2015.

Folha de São Paulo. Famílias do rio Madeira deixam assentamentos com terra infértil. 11 mai. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/05/1277248-familias-do-rio-madeira-deixam-as-entamentos-com-terra-infertil.shtml>>. Acesso em: mai. 2015.

Godoy, P. O Estado contra o presidente do IBAMA. Newsletter Diária CanalEnergia. Disponível em: [www.canalenergia.com.br]. Acesso em: 15 jul. 2009.

Grzybowski, Cândido. Como democratizar a democracia. 6 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/02/como-democratizar-a-democracia/>>. Acesso em: mai. 2015.

Instituto Acende Brasil. Aprimoramentos para o setor elétrico: propostas para os candidatos (mandato: 2015 – 2018). Edição nº 13. São Paulo, 2014.

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA. Histórico do IBAMA. Disponível em: [www.ibama.gov.br/institucional/Historico/]. Acesso em: 8 dez. 2009.

Hernandez, Francisco Del Moral; Magalhães, Sônia Barbosa. Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte. Novos Cadernos NAEA, v 14, nº 1, 2011.

IBOPE, 2013. Após queda acentuada em 2013, índice de confiança social se estabiliza. Índice de confiança social. 2014. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Ap%C3%B3s-queda-acentuada-em-2013,Indice-de-Confianca-Social-se-estabiliza.aspx>. Acesso em: mai. 2015.

Instituto Socioambiental. Justiça paralisa licenciamento da usina de Barra Grande (SC e RS) aprovado irregularmente. Disponível em: <<http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1842>>. 2004. Acesso em: mai./ 2015.

Jeronymo, Alexandre Cosme José. Passivos sociais e econômicos de projeto de aproveitamento hidrelétrico: o caso da UHE de Tijuco Alto. Dissertação. Instituto de Eletrotécnica e Energia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

Laschefski, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In.: As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Org Andrea Zhouri. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2011.

Machado, Paulo Afonso Leme. Regulamentação do Estudo de Impacto Ambiental. In.: As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. Santos, L. A. O., Andrade, L. M. M. (org.). São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

Magrini, Alessandra. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. Campinas, v. 8, nº 2, 2001.

Ministério do Meio Ambiente. Manifestação sobre o estudo elaborado pelo Banco Mundial. Parecer 001/2008. GAIA/DLAA/SMCQ/MMA. Brasília, DF, 2008.

Moisés, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. Opinião Pública, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63 mar. 2005.

Pase, Hemerson Luiz; Linhares, Bianca de Freitas; Matos, Ísis Oliveira Bastos. As políticas compensatórias e a satisfação dos atingidos por hidrelétricas. In.: IX Encontro Associação Brasileira de Ciência Política. Brasília, 2014.

Miriam Prochnow. Barra Grande: a hidrelétrica que não viu a floresta. Org Prochnow Miriam. APREMAVI: Rio do Sul, 2005.

Reich, Robert B. Supercapitalismo: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. Editora Campus: São Paulo, 2008.

Sanchez, L. H. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. Oficina de Textos: São Paulo, 2008.

Sigaud, Ligia. Implicações sociais da política do setor elétrico. In.: As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. Santos, L. A. O., Andrade, L. M. M. (org.). São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

Tribunal Superior Eleitoral. Pesquisa de prestação de contas do candidato – eleição presidencial 2002. 2002. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>>. Acesso em: mai. 2015.

_____. Pesquisa de prestação de contas do candidato – eleição presidencial 2006. 2006. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>>. Acesso em: mai. 2015.

_____. Pesquisa de prestação de contas do candidato – eleição presidencial 2010. 2010. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>>. Acesso em: mai. 2015.

_____. Pesquisa de prestação de contas do candidato – eleição presidencial 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>>. Acesso em: mai. 2015.

Vainer, Carlos. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In.: População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. George Martine (Org). Editora da UNICAMP: Campinas, 1996.

Zhour, Andréa; Pereira, Doralice; Laschesfiki, Klemens. Uma sociologia ambiental do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. Zhour, A. et al (Orgs.). In.: A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos sociais. Belo Horizonte: Autêntica Ed. 2005.

Capítulo 6

Assimetrias Sociopolíticas e Conflitos Ambientais: A Construção da Hidrelétrica de Irapé e Sua Conexão aos Fluxos da Economia Global

Marcos Cristiano Zucarelli
Wendell Ficher Teixeira Assis

Introdução

O Brasil tem experimentado desde o início da década de 1970, um tipo de desenvolvimento que se orienta por investimentos em grandes projetos de infraestrutura. Nessa direção, os governos militares (1964-1984) podem ser vistos como precursores das estratégias desenvolvimentistas que se caracterizaram pelo discurso da segurança nacional, ocupação territorial e crescimento econômico. Durante esse período, os empreendimentos de infraestrutura representavam a possibilidade de controle técnico sobre a natureza, ao mesmo tempo em que eram vistos como sinônimos de progresso, crescimento econômico e bem-estar social. Ademais, as construções de estradas, hidrelétricas, portos e ferrovias se impunham como inexoráveis e descaracterizavam qualquer ocorrência de impactos sociais e/ou ambientais. Não obstante, embora o Brasil tenha transitado para o regime democrático e instituído um marco jurídico-legal de proteção ao meio ambiente, ainda hoje tem sido constante a implantação de grandes projetos que agredem ecossistemas protegidos e populações vulneráveis.

Como tributário desse processo, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado pelo governo brasileiro em janeiro de 2007, reinscreve na política nacional a implantação de megaempreendimentos de infraestrutura. Esse programa previa, inicialmente, aplicar no intervalo de quatro anos um total

de US\$ 242,3 bilhões nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Todavia, diferentemente do período militar, quando a totalidade dos recursos provinha do orçamento da União, nesse novo contexto, os empreendimentos se conectam à economia global capitalista, tendo em vista que 86,5% dos investimentos provêm do setor privado e de empresas estatais. Outro indicativo dessa conexão diz respeito à consolidação do Brasil como exportador de produtos primários e eletrointensivos,¹ uma vez que 54,5% dos recursos serão destinados à construção de empreendimentos de geração de energia. Sobre esse aspecto, pode-se prognosticar um acirramento dos conflitos socioambientais decorrentes da implantação de projetos de infraestrutura para produção de energia. No Brasil, a implantação desses empreendimentos tem se ancorado na possibilidade retórica de coadunar preocupação ambiental e exploração capitalista da natureza. A celebração dessa ideia se entrelaça a um processo de despolitização dos debates em torno da questão ambiental (ZHOURI, LASCHEFSKI & PEREIRA, 2005), ao mesmo tempo em que esvazia o caráter político dos conflitos ambientais. Como veremos adiante, isso se manifesta no próprio planejamento energético do país, uma vez que a produção de hidroeletricidade é encarada a partir de seus aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que obscurecem a relação entre geração de energia e produção de injustiças ambientais (ACSERALD, 2004; SCHERER-WARREN, 1990).

As barragens geradoras de hidroeletricidade surpreendem não apenas pelo volume de capital mobilizado, mas também pelos expressivos impactos socioambientais decorrentes da implantação, tais como: deslocamento compulsório de populações ribeirinhas; perda de grandes extensões de terras produtivas; interrupção das atividades econômicas vigentes no local; supressão da vegetação nativa; alteração em todo ambiente aquático, além dos impactos sobre a saúde humana, a disseminação de vetores transmissores de doenças e a deterioração da qualidade da água. A partir dessa problemática, pode-se consi-

¹ Para os objetivos desse trabalho o setor eletrointensivo é composto por indústrias de cimento, ferro-gusa e aço, ferroligas, não-ferrosos e outros da metalurgia, química, papel e celulose. Assim, caracterizam-se por consumir uma quantidade muito grande de energia por cada unidade física produzida (BERMAN, 2004).

derar a construção de hidrelétricas como um fenômeno socio-político que coloca em pauta formas sociais de intervenção no espaço, distribuição assimétrica dos recursos naturais, divisão desigual dos custos e benefícios das obras, bem como evidencia a existência de visões e significados distintos articulados por atores que disputam poder e legitimidade na apropriação do território (ACSERALD, 2004a). Assim, é somente a partir das mobilizações locais e dos movimentos organizados por populações atingidas que se constata a natureza essencialmente política das ações do setor elétrico.² Percebe-se, através das estratégias e questionamentos engendrados pelas populações atingidas, que as barragens deixam de ser um projeto meramente técnico para se apresentarem como projeto político. É nesse sentido que a presente leitura sobre a produção de hidroeletricidade no Brasil tem como ponto de partida a noção de conflitos ambientais. O recurso a essa perspectiva tem o mérito de realçar dois aspectos importantes: primeiramente, a noção de conflito revela que a interação entre populações atingidas e setor elétrico não se realiza como um processo simétrico de negociação no qual impera a livre comunicação e a construção de consensos. Ao contrário, trata-se do embate entre segmentos sociais distintos que articulam interesses, posicionamentos e visões antagônicas. Em segundo lugar, a associação com o adjetivo “ambiental” exige outro exercício de reflexão, qual seja, o de interrogar o próprio sentido de “meio ambiente” que se institucionaliza nas práticas de licenciamento e nas ações do setor elétrico, uma vez que essa noção hegemônica afasta a ideia de que existem representações diferenciadas do espaço e de seus recursos (OLIVEIRA, 2005).

Na trilha dessa perspectiva, busca-se destacar que os conflitos em torno da construção de empreendimentos hidrelétricos expõem uma pluralidade de significados atribuídos às noções

² Neste trabalho, é utilizada a designação de setor elétrico para aglutinar os atores que atuam no âmbito decisório do sistema brasileiro de produção de eletricidade. Como exemplo, podemos citar agências e representantes governamentais (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, instituições financiadoras e Ministério das Minas e Energia) e setores empresariais envolvidos na execução dos empreendimentos (consultorias ambientais, indústrias eletrointensivas, construtoras e fornecedoras de materiais para a construção e operação das hidrelétricas).

de meio ambiente e sustentabilidade. Em diversas regiões brasileiras afetadas pela construção de barragens hidrelétricas, emergem lutas localizadas, nas quais se identificam questões que ultrapassam o problema imediato da obra. Na oposição entre as práticas e discursos manejados pelo setor elétrico e pelas populações atingidas, é forjada uma luta econômica, política e simbólica na qual se opõem projetos sociais distintos de apropriação e significação do território. Assim sendo, o artigo pretende clarificar a existência de tais conflitos por meio da análise do processo de implantação da usina hidrelétrica de Irapé, que foi erguida no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais - região considerada pelas elites políticas e econômicas como uma das mais pobres do Brasil e denominada “vale da miséria”.

Lógicas e visões em disputa na implantação de hidrelétricas

A hidrelétrica de Irapé possui a barragem mais elevada do Brasil com 208 metros de altura e potência máxima instalada de 360 megawatts. Essa usina está localizada na bacia do rio Jequitinhonha, que abrange uma área de 70.315 km² e banha 63 municípios onde mais de dois terços da população residem na zona rural.

Para realização do empreendimento, foram inundados aproximadamente 137 km², dos quais 90 km² eram de vegetação nativa (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga) e o restante de terras férteis utilizadas para reprodução econômico-social de populações ribeirinhas. O reservatório atingiu um trecho de 101 km do rio Jequitinhonha e 47 km do rio Itacambiruçu e seu enchimento provocou o deslocamento compulsório de cerca de 1.200 famílias de 51 comunidades rurais. Ao todo, foram atingidos sete municípios: Berilo, Botumirim, Cristália, Grão Mogol, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado e Turmalina.³ É importante ressaltar que a população atingida é composta, so-

³ A comunidade negra rural de Porto Corís, primeiro remanescente quilombola de Minas Gerais, oficialmente, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura, também foi deslocada em decorrência da construção da hidrelétrica. Vale ressaltar que a existência dessa comunidade sequer foi mencionada durante a realização dos estudos de viabilidade ambiental do projeto. Esse fato representa uma das estratégias de invisibilização dos impactos socioambientais.

bretudo, por comunidades ribeirinhas com características e especificidades socioculturais no que se refere à forte identidade com o local que habitam, às formas de apropriação e de usos do território e de seus recursos naturais. Estes usos são mediados por códigos morais, relações de parentesco e vizinhança, configurando uma organização social particular, essencialmente relacionada à história das comunidades e ao lugar de moradia. A hidrelétrica de Irapé não impressiona apenas pela magnitude dos impactos socioambientais e das obras de engenharia, mas também pelo volume de recursos financeiros empregados no projeto. Durante a execução da obra, foram gastos cerca de US\$ 544, milhões sendo 89,4% de recursos próprios da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e 10,6% de investimentos do Governo do Estado de Minas Gerais⁴.

Em virtude dos amplos impactos socioambientais e da resistência das populações afetadas, a construção dessa usina foi polêmica e delongada. O processo de exploração do potencial hídrico da Bacia do Rio Jequitinhonha teve início na década 1960 com a realização de um estudo conduzido pelo Consórcio *Canambra Consulting Engineers Limited*.⁵ Todavia, foi apenas em 1987 que a CEMIG, principal investidor e responsável pelo empreendimento, aprofundou essas informações com a concretização do inventário de aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Jequitinhonha. O processo de licenciamento ambiental⁶ da

⁴ Embora a CEMIG se aproveite de uma imagem de empresa pública gestada ao longo do período que esteve sob controle total do Estado, atualmente é uma empresa de economia mista que tem como principais acionistas o Governo de Minas Gerais (50,98%) e o setor privado 49%.

⁵ Este Consórcio surgiu através de uma ação conjunta articulada entre o governo brasileiro e o Banco Mundial. Era composto por empresas canadenses, americanas e brasileiras, e seus estudos contribuíram para o planejamento energético do Brasil, bem como subsidiaram dois planos de desenvolvimento econômico do país: Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964 a 1966 e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) de 1968 a 1970 (GOMES et al., 2003).

⁶ O licenciamento ambiental é concebido em três fases: licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento; licença de instalação, que autoriza o início das obras e licença de operação que permite o enchimento do reservatório e o consequente funcionamento da usina. A participação formal das populações atingidas acontece apenas após a realização dos estudos de viabilidade ambiental apreciados durante a fase de licenciamento prévio e sua interferência institucional se limita à participação em uma audiência pública que visa apresentar os estudos ao conhecimento

hidrelétrica de Irapé se inicia em 1994 quando o empreendedor apresenta os respectivos Estudos de Impacto Ambiental/EIA e Relatório de Impacto Ambiental e formaliza o pedido de licença prévia junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente — FEAM.⁷ Como fruto da mobilização popular, ocorre, durante esse mesmo período, a formação da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé, que era integrada por agricultores, ribeirinhos, sindicatos de trabalhadores rurais, dentre outros movimentos sociais. A criação dessa Comissão visava organizar a mobilização das famílias atingidas, bem como assegurar os direitos das populações ameaçadas pela usina. Não obstante, mesmo havendo essa resistência organizada e pareceres técnicos que recomendavam o indeferimento das licenças de instalação e operação, o empreendedor obteve a Licença Prévia (LP) em 1997; a Licença de Instalação (LI) em 2002 e a Licença de Operação (LO) em 2005.

O licenciamento ambiental da hidrelétrica de Irapé evidencia uma assimetria na apropriação do território e na utilização de seus recursos, ao mesmo tempo em que traduz a imposição de um tipo de desenvolvimento unilinear que desrespeita o modo de vida das populações ribeirinhas. Percebe-se, nos estudos elaborados pelo empreendedor, uma descaracterização dos valores ribeirinhos e do espaço geográfico secularmente ocupado, bem como se erige uma significação que caracteriza a hidrelétrica como redentora da pobreza e como promotora de progresso e crescimento econômico. Assim, constata-se que a designação de “vale da miséria”, atribuída por elites políticas e econômicas à região onde foi construída a usina, contrapõe-se ao discurso dos moradores locais que exaltam a dignidade de suas atividades e salientam a expropriação territorial realizada por modelos de desenvolvimento excludentes e concentrado-

da população. Não obstante, a possibilidade de influenciar na condução do processo é extremamente restrita, haja vista que os moldes de constituição do licenciamento avaliam a realização dos empreendimentos como inexorável. Para uma abordagem mais detalhada, ver contribuições de Zhouri, Laschefski e Paiva (2005).

⁷ A FEAM era o órgão executivo e de assessoramento técnico que subsidiava, com análises técnicas e jurídicas, os estudos realizados pelos empreendedores durante o licenciamento ambiental de atividades “potencialmente poluidoras”. Todavia, era designada à Câmara de Infra-Estrutura do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (CIF/COPAM) a competência de decidir sobre a outorga das licenças ambientais.

res de espaço. A esse respeito, o pronunciamento de uma das lideranças do movimento de resistência pode ser visto como indicativo desse conflito entre visões de mundo distintas:

É lamentável quando se trata aqui o Vale do Jequitinhonha como o lugar dos miseráveis. São miseráveis por falta de competência, por falta de capacidade, de vergonha na cara dos políticos que lá vão e buscam o voto, e não devolve a nós a dignidade, o direito de viver. É importante saber que lá estão as grandes reflorestadoras que expulsaram o povo para umas pequenas glebas de terra dentro das grotas. E agora, se constrói essa hidrelétrica que encobre as terras aonde o povo trabalha e de lá tira o sustento para a família. Isso tudo sem nenhuma proposta, por quê? Se houvesse uma proposta digna, nós estaríamos aqui reivindicando o quê? [...] O Vale do Jequitinhonha não é o lugar de famílias miseráveis, mas de famílias excluídas dos processos e dos investimentos públicos voltados de fato para a região. [...] Nós, trabalhadores rurais ficamos excluídos do processo e não temos ainda conhecimento sobre o destino dessa energia e para quem é esse desenvolvimento (Pronunciamento de uma liderança da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé, durante processo de votação da Licença de Instalação, 26/04/2002 in ZUCARELLI, 2006.).

De fato, a energia gerada pela hidrelétrica de Irapé não foi destinada ao Vale do Jequitinhonha e referências a este fato já eram sinalizadas no Estudo de Impacto Ambiental, que indicava uma carência de outros atrativos para a instalação de indústrias na região, tais como: estradas e mão-de-obra especializada (ENERCONSULT, 1993). Ao contrário de promover um desenvolvimento endógeno e regional, a construção de Irapé visou atender aos objetivos macroeconômicos de expansão do sistema de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil. A eletricidade produzida foi interligada ao parque gerador da CEMIG e destinada ao suprimento do sistema integrado das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, sobretudo, ao incremento de atividades da indústria. Portanto, não se trata de energia para atendimento de um serviço público voltado ao consumo de setores amplos da sociedade e isso fica evidente na categorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regula-

dor do setor elétrico brasileiro, que classifica o empreendimento como um “produtor independente de energia”⁸.

A CEMIG possui capacidade instalada para geração de 7.717 megawatts através das 70 usinas que se encontram em operação, sendo 64 hidrelétricas, três termelétricas e três eólicas (CEMIG, 2015). Dentre os seus clientes, encontram-se o Grupo Votorantim, que possui contrato até 2028 para fornecimento de 670 MW médios de energia elétrica. Outro grande cliente é a Arcelor Mittal, que assinou contrato de 313,5 MW médios até 2020. E também a White Martins, que até 2028 contará com montantes de energia superiores a 235 MW médios.⁹ A partir da análise do Balanço Energético do Estado de Minas Gerais (2014), pode-se vislumbrar qual a principal destinação da produção gerada pela hidrelétrica de Irapé. Do total da energia produzida no estado, 62,9% é destinada ao setor industrial, 5,3% ao consumo residencial, 24,7% ao setor de transportes, 2,5% à agropecuária e 4,6% às outras finalidades e perdas (CEMIG, 2014). Nesse sentido, verifica-se que o setor industrial se apropria de grande parte da energia gerada, o que caracteriza uma distribuição desigual dos custos e benefícios advindos da implantação dos empreendimentos.

A partir desses dados, evidencia-se que a construção de novos empreendimentos, como a hidrelétrica de Irapé, destina-se ao suprimento das demandas de energia do setor industrial. Como o estado de Minas Gerais se destaca na produção dos setores metalúrgico e siderúrgico, constata-se que 53,9% da energia produzida pela CEMIG são empregados na operação desses dois segmentos. Ao se avaliar que a exploração econômica desses setores se vincula ao suprimento do mercado internacional, é possível demonstrar que apropriação assimétrica de espaço ambiental¹⁰ e o deslocamento compulsório das po-

⁸ No Brasil, o Decreto Lei 2.655/1998 estabeleceu as categorias de agentes que operam no mercado de geração de energia elétrica, assim, conforme a destinação dada à energia, os agentes são classificados em: SP (Serviço Público), PIE (Produção Independente de Energia), APE (Autoprodução de Energia), APE-COM (Autoprodução com comercialização do excedente) e COM (Comercialização de Energia).

⁹ Disponível em http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/nossos_negocios/Energia/Paginas/geracao.aspx. Consultado em 28 mai. 2015.

¹⁰ Espaço ambiental é um importante conceito na compreensão da problemática am-

pulações atingidas pela hidrelétrica de Irapé decorrem de uma política de exportação de bens primários. Assim, o quadro a seguir apresenta o percentual de produção metalúrgica que se destina ao mercado externo:

Quadro 1: distribuição por setor industrial da produção para o mercado interno e externo – Brasil 2000

Setores Selecionados	Produção para o Mercado Interno (%)	Produção para o Mercado Externo
Alumínio	28,6	71,4
Ferro-ligas	48,5	51,5
Siderurgia	65,5	34,5

Fonte: Bermann (2004).

Ao suprirem o mercado internacional de bens primários, esses setores desencadeiam uma apropriação assimétrica do território geográfico e uma exportação de recursos naturais. Dessa maneira, a hidrelétrica de Irapé não representa um produto isolado, ao contrário, pode ser vista como integrada ao sistema de produção de mercadorias que visa atender a determinados nichos de mercado, tais como: produção de alumínio, cimento, siderurgia e/ou celulose. Nesta lógica, os projetos hidrelétricos se multiplicam dentro de uma mesma bacia ou rio e revelam uma verdadeira política de ocupação e uso do espaço. Na medida em que se disseminam, convertem os lugares em paisagens industriais, esvaziando e anulando os sentidos que anteriormente faziam do espaço um território de reprodução social das famílias. É sob esta ótica excludente e homogeneizadora que o Governo de Minas Gerais vem definido o significa-

biental. De maneira sintética, significa a busca de um espaço propício à vida humana que requeira entre o mínimo para as necessidades sociais e o máximo que pode ser assimilado pela ecosfera. O cálculo do espaço ambiental é processado a partir de cinco elementos básicos: energia, água, madeira, solos e recursos não renováveis. Utilizando-se dessa quantificação, é possível determinar quanto cada país ou segmento produtivo está consumindo além do que seria aceitável. Aqui reside a fecundidade desse conceito como importante indicador de iniquidades na distribuição do uso do meio ambiente. Há que se ter ressalvas quanto ao uso exagerado de terminações quantitativas sobre um objeto que é eminentemente qualitativo e cultural. Contudo, uma leitura mais substantiva permite-nos extrair vantagens da utilização desse conceito (PÁDUA, 1999).

do oficial do Vale do Jequitinhonha: lugar de miséria destinado à promoção do “desenvolvimento” por meio de projetos hidrelétricos e de monoculturas de eucalipto. Com os vários projetos de construção de hidrelétricas, o leito do rio Jequitinhonha vem se transformando, ao mesmo tempo, no espaço de produção de eletricidade e no mecanismo de perpetuação de desigualdades e injustiças socioambientais. Assim, por meio da realização desses empreendimentos, configura-se uma expropriação do espaço ocupado por agricultores e ribeirinhos, bem como se promove uma exportação de recursos naturais e de energia que visam sustentar o consumo mundial de insumos primários.

A execução desses projetos e a geração de eletricidade da usina de Irapé se conectam à economia global, uma vez que a exportação desses insumos básicos carrega consigo uma grande quantidade de eletricidade. Sendo assim, a partir do quadro disposto a seguir, é possível visualizar a quantidade de eletricidade exportada pelo Brasil na forma de outros produtos:

Quadro 2: energia Incorporada nos Produtos Exportados – Brasil 2000

Setores Selecionados	Energia Elétrica (em mil megawatts)	Energia Total (em mil TEP)
Alumínio	14.245	5.666
Ferroligas	3.277	1.250
Siderurgia	5.362	6.138
Celulose	1.836	1.447 *
Papel	1.145	945 *
Total	25.865	15.446

Fonte: BERMANn (2004).

* Cálculo estimado.

Em termos quantitativos, a energia elétrica incorporada nestes produtos é significativa, pois representou 7,8% do consumo total de eletricidade no ano de 2000. Além disso, essa exportação consumiu 48,3% da eletricidade e 42% da energia total utilizada por esses quatro setores (BERMANN, 2004). Nesse sentido, percebe-se que a construção da hidrelétrica de Irapé representa um dos mecanismos que contribuem para inserção

da produção brasileira no mercado globalizado. Contudo, é flagrante que o Brasil tem se consolidado como mero exportador de produtos básicos de baixo valor agregado e elevado conteúdo energético.

Assimetrias e desigualdades na apropriação do território

A construção da usina hidrelétrica de Irapé inundou as áreas de vazante, dito de outro modo, as porções de terras que se encontram às margens dos rios e que são as mais férteis da região. Como o Vale do Jequitinhonha possui um baixo índice pluviométrico, concentrado entre os meses de novembro e fevereiro, as áreas de vazante surgem no período da seca (março-outubro) quando o rio tem sua vazão diminuída. As variações sazonais do volume de água no leito do rio permitem que essas áreas sejam naturalmente fertilizadas, dispensando a utilização de adubos ou corretivos para o solo. Com isso, a apropriação dessas terras se torna de extrema importância para as comunidades ribeirinhas, pois são nelas que as famílias desempenham a agricultura de base familiar na época de escassez das chuvas. Com o represamento do rio, ocorreram alterações no fluxo de sedimentos orgânicos que, anteriormente, fertilizavam as margens e, conseqüentemente, dotavam as terras de vazante de maior produtividade. Dessa forma, a hidrelétrica de Irapé diminuiu drasticamente a produção de alimentos das populações ribeirinhas, uma vez que as terras férteis à montante da barragem foram inundadas e aquelas à jusante tiveram sua utilização comprometida. Portanto, além das 1.200 famílias deslocadas pela formação do lago, outras centenas, a uma distância de 60 km rio abaixo, foram diretamente prejudicadas em virtude do regime de operação da usina (FEAM, 2002a).

Ao todo, a formação do lago de Irapé deslocou cerca de 5000 pessoas (FEAM, 2005d) que representavam, à época, 13% do total de moradores residentes na zona rural dos sete municípios atingidos (IBGE, 2000). Portanto, um número expressivo de agricultores teve seus modos de vida diretamente alterados em decorrência dessa construção. Apesar de se estabelecer aqui uma quantificação numérica, existem outras implicações que merecem ser avaliadas de forma mais pormenorizada. Primei-

ramente, o uso do termo genérico “população rural” se relaciona ao modo de vida específico dos moradores da região estudada (Alto e Médio Jequitinhonha) e não implica na existência de uma homogeneidade entre os diversos agrupamentos rurais. Outro fator a ser ressaltado é que cada comunidade possui formas diferenciadas de relações sociais, culturais, econômicas e territoriais que dificilmente podem ser replicadas em outro lugar. Essa distinção ganha contornos quando se avalia a existência de um problema muito comum na elaboração de Estudos de Impacto Ambiental - EIA, qual seja, a tentativa de homogeneização da diversidade sociocultural das comunidades deslocadas pela implantação de hidrelétricas (NARDY, 2002; ACSELRAD, 1997, 1991; VAINER, 1993; TEIXEIRA *et al.*, 2002).

Para que se possa ter uma ideia, no EIA da usina de Irapé a Enerconsult Engenharia Ltda, empresa de consultoria contratada pela CEMIG, caracterizou a população atingida como de “baixo grau de diferenciação social” (ENERCONSULT, 1993, p. 52). Contudo, diferentemente dessa concepção homogênea e mercantilista de “baixo grau de diferenciação social”, como se pode notar no fragmento transcrito a seguir, os atingidos ressaltam a elevada diferenciação entre os modos de vidas reinantes em cada uma das comunidades:

[...] Senhores que não conhecem a terra norte mineira, prestem atenção nessa história que ela é toda verdadeira. [...] É tudo lugar sadio, onde nós fomos criados, nascemos e crescemos e estamos desde o avô mais recuado [...] Se engana quem pensa que é tudo igual, em cada banda do rio cada um é cada qual. Cada qual tem seu sistema de plantar e colher, os jeitos são diferentes, não é fácil de entender. [...] Se engana quem pensa que o povo todo é um só. [...] Eles [empreendedor] acabam com as diferenças, juntam os ateus com os religiosos, juntam os fortes com os fracos, os de dentes com os sem dentes [...] (CORDEL DOS ATINGIDOS, 1997) ¹¹.

¹¹ O Cordel dos Atingidos faz parte de um resgate do cotidiano de cada comunidade afetada pela usina de Irapé e integra o estudo intitulado “Romance de Irapé”, realizado no segundo semestre de 1996, por pesquisadores da Universidade Federal de Lavras, juntamente com os atingidos e integrantes da ONG Campo Vale. O objetivo desta pesquisa era retratar e valorizar os modos de vida das comunidades atingidas, como forma de incentivo na luta pela defesa de seus direitos.

A ausência nos estudos de viabilidade técnica e ambiental, produzidos pelo empreendedor de elementos indicativos da diferenciação cultural, que caracteriza os moradores do Vale do Jequitinhonha, também foi motivo de críticas por parte do Ministério Público Federal.¹² Isso pode ser constatado no fragmento a seguir que sinaliza a tentativa do empreendedor de desqualificar o sistema produtivo dos ribeirinhos:

A trama da lavoura de coivara e suas implicações socioeconômicas-ambientais revelou-se complexa demais para o EIA da projetada usina de Irapé, pois ela articula terra, lavoura, cultura, sustento e meio ambiente. Ficou mais fácil chamar de lavoura de subsistência de baixa produtividade, aplicar uma norma geral desqualificadora sobre aquilo que se desconhecia (MINAS GERAIS, 2001, p. 27).

A partir do caso de Irapé, verifica-se que os estudos e debates relacionados ao licenciamento ambiental de hidrelétricas, em sua maioria, promovem a redução da diversidade sociocultural e simplificam sua complexa organização social e territorial. Na visão de Acsegrad (1991, p. 65):

Além de desqualificar os grupos sociais atingidos enquanto sujeitos políticos, o planejamento autoritário, até aqui prevalecente, nos grandes projetos hidrelétricos, tende a equacionar enormes transformações socioambientais como se fossem redutíveis a simples operações patrimoniais com a propriedade jurídica. A área inundável é, assim, concebida como espaço de propriedade privada, e não de relações socioculturais diversificadas: desapropriam-se e indenizam-se os bens, mas não se considera o universo não-mercantil da natureza e dos modos de vida.

Do lado oposto, as comunidades locais tentam através da organização (seja na formação de associações, movimentos sociais, oposições e lutas) não apenas resistir, mas, sobretudo, demonstrar sua existência. É o que Enrique Leff (2003, p. 5)

¹² Ministério Público Federal é uma instituição permanente e autônoma e atua nas causas de competência de quaisquer juízes e tribunais para a defesa de direitos das populações indígenas, quilombolas, do meio ambiente, de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional (BRASIL, 1988). Os seus integrantes são chamados Procuradores da República.

define como movimento de *re-existência*: “estas identidades têm-se configurado através de lutas de resistência, afirmação e reconstrução do ser cultural frente às estratégias de apropriação e transformação da natureza que promovem e impõem a globalização econômica”. A população atingida se mobiliza, portanto, na busca por reconhecimento, legitimação da diferença e dos direitos culturais específicos e localizados.

Estratégias de viabilização de um modelo concentra-dor

Os estudos de impacto ambiental, realizados pela CEMIG, além de serem elaborados em uma linguagem técnica e hermética, pouco apropriada para as comunidades rurais, não contemplaram a participação dos atingidos, que somente externaram sua opinião sobre o projeto durante a Audiência Pública ocorrida em 1997, mais de dez anos depois da realização dos levantamentos iniciais. O grau de transparência do processo e de participação da população afetada pode ser melhor compreendido quando avaliamos o histórico do licenciamento de Irapé.

Em dezembro de 1997, a usina recebeu a primeira licença ambiental, denominada Licença Prévia (LP). Contudo, essa concessão foi atrelada à necessidade de cumprimento de 47 condicionantes estabelecidas no parecer técnico da FEAM. Neste parecer, a apresentação de terras para o reassentamento das famílias atingidas constituía fator de viabilidade ambiental do empreendimento (FEAM, 1997, p. 107). Entretanto, nessa fase do licenciamento, o empreendedor não havia apresentado uma indicação das terras disponíveis para o reassentamento, alegando que, ao fazê-lo, poderia inflacionar o mercado de terras na região, inviabilizando a aquisição *a posteriori*. Com reforço do *lobby* político, desencadeado para construção deste empreendimento, a justificativa de especulação fundiária foi acatada pelos técnicos da FEAM, que concluíram pela viabilidade ambiental do projeto, contrariando o conteúdo exposto em seu próprio parecer. Sem embargo, a FEAM recomendou que o empreendedor deveria equacionar os problemas relativos ao reassentamento na próxima fase do licenciamento (FEAM, 1997).

No final de 2001, após a formalização do pedido da Licença de Instalação (LI), deu-se início a uma ampla movimentação de

bastidores que visava acelerar o licenciamento de Irapé. Apesar de toda a pressão social, técnica e jurídica, para garantir a recomposição dos modos de vida das famílias atingidas, soluções políticas foram articuladas por integrantes do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, Governo do Estado de Minas Gerais e membros da CEMIG. Essas estratégias extraoficiais objetivavam “conciliar” os direitos dos atingidos com os imperativos da exploração do potencial hídrico, bem como possibilitavam a não interrupção do licenciamento ambiental da obra. Isso pode ser evidenciado no trecho transcrito a seguir que foi extraído de uma entrevista realizada com o Diretor do Departamento de Infra-Estrutura e Energia da Fundação Estadual de Meio Ambiente (DIENE/FEAM):

Num primeiro momento, quando a gente estava na etapa de conclusão de elaboração de nosso parecer, foi feito uma consulta a nós, pela Direção da Casa [FEAM], se nós poderíamos sugerir a concessão da Licença. E nós dissemos que não. Que isso, evidentemente, não competia a nós. Nós não temos essa competência. Se se quer estabelecer um acordo, sob esses termos, inclusive com a participação da comunidade, isso se dá no nível do COPAM. Do ponto de vista técnico, nós não recomendávamos e não recomendamos [...] O empreendedor, outros setores do Estado e alguns setores junto da administração entenderam, buscaram pelo menos, um entendimento com o COPAM, a partir do nosso parecer contrário, no sentido de encontrar uma alternativa para isso. Porque havia uma decisão do Governo do Estado, da administração daquela época, de que este empreendimento deveria ser licenciado de qualquer forma (Entrevista gravada em 01/07/2005, Belo Horizonte – MG. ZUCARELLI, 2006).

Este depoimento retrata algumas das estratégias políticas adotadas pelo empreendedor, seja através da pressão para elaboração de um acordo e/ou até mesmo pela proposta de mudança de um parecer técnico contrário à realização da obra. A busca de entendimentos/acordos fora dos espaços formais de decisão visava, mais uma vez, adiar o cumprimento das condicionantes estabelecidas na concessão da primeira licença ambiental que, obrigatoriamente, haveriam de ter sido solucionadas antes do requerimento da segunda licença. Mesmo

não tendo se adequadado às determinações legais exigidas no processo de licenciamento ambiental, a empresa e o governo do estado de Minas Gerais buscaram através da persuasão política obter a concessão da Licença de Instalação. O adiamento do cumprimento das condicionantes significava, para as populações atingidas, uma ansiedade quanto ao efetivo reassentamento das famílias, uma vez que as terras para realocação ainda não haviam sido apresentadas pela empresa. Além do mais, na visão do corpo técnico da FEAM, como se pode notar no fragmento disposto a seguir, o adiamento de condicionantes representava riscos socioambientais:

A postergação para a fase de licença de operação do cumprimento dos compromissos assumidos na etapa de licenciamento prévio é, do ponto de vista técnico, retirar do processo de licenciamento de instalação sua função específica de prevenção de impactos, seu caráter de precaução de danos ambientais; é retirar a possibilidade de uma apreciação dos projetos antes de sua implementação, restringindo a ação do órgão ambiental à verificação dos resultados das ações já implementadas, sem que, para tal, se tenham referências claras de domínio de todas as partes envolvidas no processo de implantação do empreendimento (FEAM, 2002b, p. 10).

Nesse sentido, constata-se a existência de um embate político quanto ao licenciamento de Irapé, já que o Plano de Controle Ambiental, elaborado pela CEMIG, apresentava um conjunto de falhas e não contemplava o cumprimento de todas as exigências da legislação ambiental. Ademais, havia uma decisão do próprio Estado, responsável pelo licenciamento, de que a hidrelétrica deveria ser construída a qualquer custo. Assim, a saída estratégica foi buscar uma intermediação junto ao Ministério Público Federal que, de agente proponente de uma Ação Civil Pública contra os atores governamentais envolvidos no caso, passou a ser um órgão facilitador do licenciamento ambiental de Irapé. Como se pode constatar na entrevista realizada com o assessor do Procurador da República em Minas Gerais:

[...] Essa mediação foi buscada, tanto pelo estado de Minas Gerais, através do sistema de meio ambiente, como pela pró-

pria CEMIG, na expectativa de vencer, de romper aquele impasse no procedimento de licenciamento ambiental. A ideia era evitar uma situação em que eles tivessem que se demorar muito, ou, enfim, ter que refazer uma fase do licenciamento ambiental, ou até mesmo a fase de licença prévia questionada (Entrevista gravada em 12/04/2005, Belo Horizonte – MG. ZUCARELLI, 2006.).

A estratégia do Governo do Estado de Minas Gerais e da CEMIG foi procurar uma intermediação que possibilitasse a obtenção da licença de instalação, pois, somente após a essa concessão, dar-se-ia o início das obras de construção da barragem. Nesse sentido, as advertências técnicas quanto à inviabilidade da obra passaram a ter um caráter “contornável” que era assegurado pela intervenção do Ministério Público Federal, através da formulação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)¹³.

O processo de elaboração do TAC da hidrelétrica de Irapé foi uma tarefa complexa e sua assinatura trouxe duas importantes significações: a primeira se refere ao teor simbólico, que reflete a existência de uma conduta transgressora daquele que descumpriu um direito fundamental da coletividade, nesse caso, a CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais; a segunda é o reconhecimento de que as comunidades rurais do vale do Jequitinhonha teriam seus modos de vida esfacelados pelo projeto hidrelétrico de Irapé. Dessa maneira, eram portadoras de direitos, sobretudo, ao reassentamento coletivo que poderia minimizar os impactos sobre a reprodução social das famílias. Para o assessor do Procurador da República em Minas Gerais, “o processo de negociação é que fez o reconhecimento das comunidades rurais. Até então, a lógica que se apresentava para o reassentamento não reconhecia, sequer, a existência dessas comunidades” (ZUCARELLI, 2006). Apesar de representar um grande avanço

¹³ O TAC é um instrumento jurídico instituído pela lei 7.347/85 com redação dada pela lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. Essa confere aos órgãos públicos o poder de obter um “compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais” daqueles que estejam atuando, ou com possibilidade de atuar, em descompasso com as regras de proteção dos direitos transindividuais. A eficácia do TAC estaria no título executivo extrajudicial que manifesta o reconhecimento do devedor em cumprir o ordenamento. Contudo, a execução deste instrumento tem de ser avaliada por um juiz de instância superior que determina, assim, se o cumprimento das cláusulas acordadas entre as partes envolvidas no processo foi suficientemente atendido ou não.

quanto ao reconhecimento dos modos de vida das populações atingidas, o TAC acabou implicando em uma negociação de direitos e, como tal, trouxe perdas significativas para as famílias atingidas, conforme afirma o assessor do Procurador:

O conflito foi mitigado pela presença do Ministério Público. E, na medida em que ele foi mitigado, talvez, essa população atingida, sem perceber, foi levada a renunciar ou abrir mão de uma série de direitos que ela tinha a serem garantidos nesse processo (Entrevista gravada em 05/08/2005, Belo Horizonte – MG. ZUCARELLI, 2006.).

A proposta da Câmara de Infraestrutura do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (CIF/COPAM) era atrelar a validade da Licença de Instalação à elaboração e aprovação do TAC. Entretanto, esse documento, discutido e redigido no MPF, funcionou como uma nova lista de condicionantes, cujo objetivo era, novamente, adiar para a etapa seguinte a solução das pendências. Sendo assim, tal como a licença prévia, que foi concedida mediante a imposição de 47 condicionantes, a licença de instalação passou a ter vigência a partir da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (05/07/2002). Portanto, a assinatura do TAC deu sequência ao processo de licenciamento ambiental e funcionou como mais um subterfúgio da prática institucional de adequação ambiental, que exclui uma efetiva análise sobre a viabilidade socioambiental dos empreendimentos (ZHOURI, LASCHEFSKI & PEREIRA, 2005). A perpetuação do paradigma da adequação ambiental é garantida através da adoção recorrente de flexibilizações legislativas, como por exemplo, o estabelecimento de condicionantes, medidas mitigadoras e termos de compromisso, através dos quais se transforma a pluralidade do meio ambiente em algo mensurável e passível de “compensações” monetárias (ZUCARELLI, 2006). Estes mecanismos são utilizados em prol de uma suposta “mediação” exercida pelas instâncias deliberativas, que sempre estão “pré-dispostas” a propor uma “conciliação” entre interesses empresariais e direitos sociais, conforme o pronunciamento da presidenta da CIF/COPAM, a seguir:

As condicionantes não foram cumpridas, mas, diante do fato de não terem sido cumpridas que procedimentos vamos ado-

tar, de que maneira nós encontraremos um ponto de equilíbrio nesta questão. [...] Nós não vamos, eu assim desejo, deixar pendências que cheguem à justiça. Essa Câmara assumiu o seu papel de instância deliberativa do sistema ambiental de Minas Gerais e desejo que as questões sejam dirimidas aqui (Transcrição do pronunciamento da presidente da CIF em reunião ordinária. Estava na pauta o processo administrativo para exame da Licença de Instalação da hidrelétrica de Irapé, 26/04/2002. Grifo nosso ZUCARELLI, 2006.).

Ao se analisar os objetivos da institucionalização do Termo de Ajustamento de Conduta, descobrir-se-á importantes mudanças ocorridas no processo de licenciamento de Irapé. Apesar de significar um ajustamento de conduta, o TAC acabou assumindo a forma de um Termo de Acordo. Muitos tópicos fizeram referência às condicionantes impostas pela FEAM (não cumpridas pela CEMIG desde a fase de Licença Prévia) e outros foram compondo o Termo a partir de um intenso processo de negociação. Assim, ao contrário de acertar a conduta do transgressor às exigências legais, o Termo acabou sendo construído a partir de um acordo entre as partes, caracterizando-se como um negócio jurídico bilateral (RODRIGUES, 2002). Ao se pautar por uma lógica de “conciliação” permeada por relações de poder, todo o aparato legal do TAC acabou sendo submetido aos princípios de uma negociação assimétrica que reflete os desníveis de influência de cada uma das partes. Como ressalta Rodrigues (2002), mesmo estando no âmbito jurídico, o processo de construção e de cumprimento dos termos acordados tem de passar por uma:

[...] conflituosa relação entre direito e objetividade, posto que a categoria jurídica é um dado cultural que se constrói a partir de determinadas premissas políticas, que podem variar em função do tempo, do contexto social e até mesmo de posições pessoais do intérprete (RODRIGUES, 2002, p. 140).

Apesar do não cumprimento dos prazos e exigências determinados no Termo, o mesmo não foi executado em tempo hábil, justamente pelo receio de interpretações equivocadas do judiciário. A ideia de um possível “desenvolvimento regional” oriundo de um empreendimento deste porte, numa região tida

como o “vale da miséria”, configurou-se em uma barreira procedimental que anulou a eficácia do referido documento. Em virtude desses argumentos, o Termo de Acordo acabou sendo utilizado como instrumento de barganha, assumindo a forma de um “tigre de papel”¹⁴. As incertezas quanto à interpretação que o judiciário brasileiro faria do caso tiveram ecos no retardamento da execução do Termo, uma vez que os magistrados poderiam decidir pela continuidade do empreendimento em detrimento das demandas apresentadas pelos atingidos. O ritmo lento em que prosseguia as negociações entre Ministério Público Federal, CEMIG e Comissão dos Atingidos, no que tange ao cumprimento do Termo e, conseqüente, apresentação das terras para o reassentamento, se contrastava com o avanço acelerado das obras de engenharia. Desse modo, a construção já estava sendo finalizada e ainda havia comunidades sem terras para o reassentamento. Esse fato trouxe sérias implicações para a vida e destino das famílias atingidas. Dentre os problemas mais graves, destacamos três: 1) Problemas Agrários, 2) Rompimento dos Laços Sociais e 3) Insustentabilidade dos Reassentamentos (ZUCARELLI, 2006).

Apesar de todos os problemas apresentados pela Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé e pelos técnicos da FEAM, referentes aos atrasos no cumprimento do Termo de Acordo, esses não foram percebidos como fatores relevantes para o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, pois foram considerados como “passíveis de mitigação”. Dessa forma, o empreendimento conseguiu obter a última licença ambiental (Licença de Operação concedida em 02/12/2005) atrelada à assinatura de uma caução fiduciária que postergava as exigências assumidas em etapas anteriores do processo de licenciamento. Essa caução fiduciária era uma espécie de contrato de confiança a partir do qual a CEMIG se obrigava a fazer um depósito em valores, como garantia de cumprimento de todas as pendências do

¹⁴ Esta era a imagem utilizada, recorrentemente, pelo Procurador da República em Minas Gerais, para explicar que se ganharia muito mais com a ameaça de execução do Termo de Acordo do que com a própria execução judicial do mesmo. Isto porque, na concepção do Procurador, nenhum juiz acataria o pedido do Ministério Público Federal de execução do Termo, que contemplava a paralisação das obras da hidrelétrica, até que fossem resolvidos todos os problemas relativos ao licenciamento (ZUCARELLI, 2006).

Termo de Acordo. Entretanto, essa decisão colocava os atingidos em situação delicada, uma vez que comprometia a exigibilidade de seus direitos. Assim, no dia 07/12/2005, o Ministério Público Federal, em resposta a demanda dos atingidos e das entidades colaboradoras, executou o Termo de Acordo.

A ação foi ajuizada na 21ª Vara Federal, em Belo Horizonte. O juiz dessa instância deferiu a liminar pleiteada através de uma tutela inibitória, determinando que a CEMIG não procedesse ao fechamento das comportas enquanto não estivessem finalizadas todas as pendências relativas às cláusulas do Termo de Acordo, sob pena de multa diária de US\$240.384,00. Ademais, determinou a citação da CEMIG para o cumprimento de todas as condicionantes do Termo num prazo máximo de 120 dias. Contudo, apesar da existência de uma decisão judicial que impedia o enchimento do reservatório da hidrelétrica, a CEMIG realizou o fechamento do túnel de desvio do rio Jequitinhonha e o reservatório começou a ser formado. Essa atitude se fundamentou em uma autorização concedida no dia anterior (06/12/2005) através da assinatura da caução fiduciária, estipulada pelo presidente da FEAM em US\$1.923.076.

Com o “fato consumado” e diante da impossibilidade de reversão do processo de formação do lago da hidrelétrica, ocorreu, no dia 13/12/2005, uma audiência “conciliatória”, na qual o mesmo juiz da 21ª Vara Federal revogou a tutela inibitória, alterando o item II para:

[...] determinar a citação da CEMIG para cumprimento da obrigação de não iniciar a operação comercial da usina-Irapé, entendida esta iniciação como a geração e distribuição com fins comerciais, enquanto a FEAM não emitir relatório parecer final circunstanciado, atestando o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CEMIG no termo de acordo judicialmente homologado (MINAS GERAIS, 2005, p. 3).

Portanto, mesmo com a execução do Termo de Acordo — documento jurídico cujo objetivo era garantir a “reconstituição dos modos de viver, fazer e criar próprios das comunidades do Vale do Rio Jequitinhonha atingidas pelo empreendimento” (MINAS GERAIS, 2002, p. 1) — não houve equidade no

processo de licenciamento e ressarcimento das famílias. Nesse sentido, o Termo de Acordo, a caução fiduciária, dentre outros instrumentos utilizados no licenciamento ambiental de Irapé, configuraram-se como mecanismos flexibilizantes (ZUCARELLI, 2006), que assumiram um caráter paliativo e fizeram valer interesses econômicos de grandes segmentos da indústria. A imposição desse tipo de empreendimento, destinado ao suprimento de energia elétrica demandada por segmentos industriais, ao mesmo tempo, expropria as riquezas naturais e coloca em risco os diversos modos de apropriação, uso e significação dos espaços ambientais ocupados pelas comunidades atingidas, que:

[...] não só perdem a base material de sua existência, as condições ambientais apropriadas ao seu modo de produção — terras férteis agricultáveis, as beiras dos rios, as nascentes, etc —, como perdem também suas referências culturais e simbólicas, as redes de parentesco estabelecidas no espaço, a memória coletiva assentada no lugar etc. (ZHOURI & OLIVEIRA, 2005).

Breve conclusão

No Brasil, os procedimentos de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas carecem ainda de uma efetiva participação popular daqueles atores atingidos e deslocados compulsoriamente pelos projetos. Assim, a partir da construção da usina de Irapé, se verifica uma dinâmica de assimetrias sociopolíticas, econômicas e culturais, uma vez que se impõem os ditames universalisantes de uma racionalidade econômico-instrumental contrária às múltiplas formas de apropriação da natureza praticados por populações ribeirinhas. Para Zhouri *et al* (2005), o jogo de interesses políticos do licenciamento ambiental ocorre dentro de um paradigma de adequação ambiental que se destina a viabilizar a execução das obras. Dessa forma, as instâncias decisórias atuam referenciadas em uma visão dominante, que atribui usos exclusivos aos recursos naturais, a partir de uma lógica de mercado na qual impera os pressupostos da produção e do consumo desmedidos. Ademais, essa lógica impede que as comunidades atingidas por hidrelétricas sejam reconhecidas como sujeitos ativos e constitutivos do espaço de

discussão e de deliberação das decisões. Como aponta Carneiro (2003), o licenciamento ambiental, sobretudo o de hidrelétricas, ancora-se em uma contradição ainda mais profunda entre a sustentabilidade do capitalismo — que toma o meio ambiente como um fluxo homogêneo de matérias-primas e energias para acumulação — e as sustentabilidades de outras formas de — reprodução material e simbólica não-capitalistas — que tomam o meio ambiente como sistemas específicos, singulares, e, portanto, insubstituíveis.

O conhecimento prévio e aprofundado do processo de licenciamento, bem como o pleno acesso às informações e documentos relativos à implantação dos empreendimentos, constituiria um dos pressupostos da transparência e participação das comunidades atingidas (LEMOS, 1999). Entretanto, o que se constatou no licenciamento da hidrelétrica de Irapé foi uma condução política permeada por vícios procedimentais e estruturais que refletem a composição do licenciamento ambiental em Minas Gerais. No Brasil, os Estudos de Impacto Ambiental — EIA — são elaborados sem qualquer participação das comunidades afetadas, além do mais, são executados por empresas de consultoria ambiental, contratadas pelos próprios empreendedores. Assim, os consultores, financeiramente dependentes dos empreendedores, tendem a elaborar estudos que, de um lado, concluem pela viabilidade ambiental dos projetos e, de outro, descaracterizam a riqueza dos espaços ocupados secularmente pelas populações atingidas. Como os procedimentos de licenciamento são hierarquizados, impositivos e assimétricos, se refletem na construção das hidrelétricas e ocasiona uma apropriação desigual dos benefícios.

A partir da construção de Irapé, se constata a imposição de uma lógica exógena de desenvolvimento, que se direciona a atender aos imperativos do consumo internacional, ao mesmo tempo em que descredencia os valores e atributos consagrados pelas populações ribeirinhas. Ademais, na maioria das vezes, os direitos dos atingidos são interpretados unicamente como interesses passíveis de negociação. Em decorrência disso, geralmente, as populações deslocadas não são indenizadas da forma adequada à manutenção de seus modos de vida. Além

das perdas simbólicas e emocionais, freqüentemente, sofrem danos materiais que configuram uma verdadeira expropriação do território. No caso da hidrelétrica de Irapé, o empreendimento foi licenciado e iniciado, a despeito das negociações para deslocamento ainda estarem em andamento. Nesse contexto, as famílias ameaçadas pararam de produzir seus alimentos, pois temiam perdas em decorrência da inundação e da não indenização dos novos plantios. Do mesmo modo, a implantação dos reassentamentos foi dificultada, haja vista a inexistência de terras de qualidade semelhante na região. Isso acarretou a fragmentação das comunidades e a desagregação dos laços familiares e de vizinhança. A partir da implantação de Irapé, é possível afirmar que não houve um equilíbrio na distribuição dos benefícios, nem tampouco uma equidade entre as possibilidades de desenvolvimento local e regional. Ao contrário, esse caso se caracteriza como um processo de expropriação territorial de recursos naturais, destinado a prover o mercado internacional de bens de baixo valor agregado e alta intensidade de energia.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Planejamento Autoritário e Desordem Socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. In: **Revista Administração Pública**, nº 25 (4), p. 53-68, out/dez de 1991.
- ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e Território nas Ciências Sociais. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, VII, 1997. **Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento**. In: Anais da ANPUR, Recife-PE, 26 a 30 de maio de 1997.
- ACSELRAD, H. Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H; PÁDUA, J. A. et HERCULANO, S., (dir.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, pp.23-39, 2004.
- ACSELRAD, Henri. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004a, p. 13-35.
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Representações da Natureza e Des-figuração dos Conflitos Socioambientais: a publicidade dos setores Elétrico, Químico e Petroquímico entre 1982 e 2002**. 2005. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005.
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira & LASCHEFSKI, Klemens. **Impactos Cumulativos e Tendências Territoriais da Expansão de Cana e Eucalipto para a Produção de Bioenergia**. Disponível em: <www.fboms.org.br>, 2006.
- BERMANN, Célio. Avaliação dos cenários de demanda e oferta de energia elétrica. In: **II Fórum sobre o impacto das hidrelétricas: bacia do rio Uruguai**. Porto Alegre, 08 a 10 de setembro de 2005.
- _____. Exportando a Nossa Natureza Produtos Intensivos em Energia: implicações sociais e ambientais. In: **Cadernos Sobre Comércio e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CEMIG. 28º Balanço Energético do Estado de Minas Gerais - BEEMG 2013: ano base 2012 / Companhia Energética de Minas Gerais. – Belo Horizonte: Cemig, 2014.
- CORDEL DOS ATINGIDOS. **Romance de Irapé**. Vale do Jequitinhonha-MG, 1997.

ENERCONSULT, Engenharia Ltda. **Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental**. Belo Horizonte, dezembro de 1993.

FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente. **Mapa de Acompanhamento do Licenciamento Ambiental**. Belo Horizonte: DIENE/FEAM, 2005d.

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Parecer Técnico - DICAF nº57**, 1997.

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Parecer Técnico - DIENI 035/2002**, 2002b.

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **UHE Irapé: Auto de Fiscalização – DIENE nº1091/2004**. Belo Horizonte: DIENE/FEAM, 2004.

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **UHE Irapé: Fase de Instalação – Relatório de acompanhamento da implementação das medidas ambientais – junho/2005**. Belo Horizonte: DIENI/FEAM, 2005c.

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **UHE Irapé: Licenciamento de Instalação - Plano de Controle Ambiental - Solicitação de Informações Complementares**. DIENE/FEAM, 20/03/2002a.

GALIZONI, Flávia Maria. **A Terra Construída: Família, Trabalho, Ambiente e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2000. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 2000.

GESTA/UFGM – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais. **Relatório técnico sobre a qualidade da água do rio Jequitinhonha em trechos à jusante da usina de Irapé, municípios de Coronel Murta e Virgem da Lapa**. Belo Horizonte-MG: SOA/FAFICH/UFGM, novembro de 2006.

GOMES, Antônio Claret S. et al.. **O Setor Elétrico**. Rio de Janeiro: BNDES, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO 2000**. Brasília, 2000.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Famílias estão sem água e endividadas: comunidades reassentadas pela CEMIG na construção da usina de Irapé não conseguem pagar a conta de energia**. Caderno Gerais, 11 fev. 2007.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. 2ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **La Ecología Política em América Latina. Um campo em construcción**. Ciudad de Panamá: Texto elaborado y presentado en la reunión del Grupo de Ecología Política de CLACSO, 17-19 marzo de 2003.

MINAS GERAIS. 21ª Vara Federal de BH-MG. **Termo de Audiência. Processo nº 2001.38.0043661-9**. Belo Horizonte, 13/12/2005.

MINAS GERAIS. Ministério Público Federal. **Ação Civil Pública. Processo nº 2001.38.0043661-9**. Belo Horizonte/MG: 21ª Vara Federal, 18/12/2001.

MINAS GERAIS. Ministério Público Federal. **Termo de Acordo estabelecido entre o MPF, Estado de Minas Gerais, CEMIG e FEAM com intervenção da Fundação Cultural Palmares, Associação Quilombola Boa Sorte e da Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé**. Belo Horizonte/MG: Procuradoria da República em Minas Gerais, 2002.

NARDY, Afrânio J. Fonseca. **Paisagens culturais e substantivação democrático-participativa do princípio da precaução no procedimento de estudo de impacto ambiental: uma abordagem exploratória da relação transdisciplinar entre geografia e direito**. 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

OLIVEIRA, Raquel. **Conflitos Socioambientais no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta: a luta pelo sentido e destino do território no Médio Jequitinhonha** - MG. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005.

PÁDUA, José Augusto. Produção, Consumo e Sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. In: **Projeto Brasil Sustentável e Democrático**. Rio de Janeiro: Fase, 1999.

RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação Civil Pública e Termo de Ajustamento de Conduta: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SACHS, Wolfgang. **Development. The rise and decline of an ideal**. Wuppertal Papers, nº 108, august 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José & BLOEMER, Neusa Maria. Alto Uruguai: migração forçada e reatulização da identidade

camponesa. In: **Travessia: Revista do Migrante – As Migrações e as Barragens**. CEM – Centro de Estudos Migratórios – São Paulo, p. 29-32, jan/abril, 1990.

TEXEIRA, Maria Gracinda *et al.* Análise dos relatórios de impactos ambientais de grandes hidrelétricas no Brasil. In: AB’SABER, Aziz Nacib & MULLER-PLANTENBERG, Clarita (orgs.). **Previsão de Impactos**. São Paulo: Edusp, 2002.

VAINER, Carlos B. Planejamento e Questão Ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar. In: **Encruzilhadas das Modernidades e Planejamento**. V Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, 24 a 27 de agosto de 1993.

ZHOURI, Andréa & OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Des-territorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p. 49-64.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PAIVA, Angela. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p.89-116.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: FA-FICH/UFGM, 2006.

Capítulo 7

Grandes Projetos Hidrelétricos e Comunidades Atingidas: dos Territórios de Resistência Para os Territórios de Coexistência

Vera Lúcia dos Santos Placido

A gestação do novo, na história, dá-se, frequentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante. É exatamente por isso que a “qualidade” do novo pode passar despercebida. Mas a história se caracteriza como uma sucessão ininterrupta de épocas. Essa ideia de movimento e mudança é inerente à evolução da humanidade. É dessa forma que os períodos nascem, amadurecem e morrem (SANTOS, 2007, p. 141).

Em 1998, ao defender a Dissertação de Mestrado intitulada: *Projetos hidrelétricos de grande porte e efeitos sociais: o exemplo do topocídio provocado pela barragem de Porto Primavera*, afirmava-se que o nosso país fizera uma opção de desenvolvimento econômico, a partir de década de 70, valorizando a territorialização de grandes obras em detrimento dos modos de vida de milhares de pessoas que, durante décadas, sequer foram ouvidas nos seus questionamentos em relação às decisões tomadas que resultavam, muitas vezes, no aniquilamento de seus lugares. Obras, como Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, Balbina, Porto Primavera, Transamazônica, Ferrovia do Aço, Projeto Carajás e muitas outras, inseriram-se nesse contexto.

Partindo desse contraponto, a questão que se coloca nesse momento é a seguinte: passados 17 anos, o que mudou em termos de planejamento desse setor estratégico, que consiste na geração, na produção e na distribuição de energia? Na mesma linha, podemos arguir outra hipótese: será que agora as popu-

lações atingidas por grandes empreendimentos não são tratadas como meros objetos espaciais, deslocadas de um lugar para outro, mas suas vozes são ouvidas e consideradas no planejamento dessas obras?

São questões que, embora aparentemente simples, são complexas, já que todo tema que envolve a sociedade se complexifica em si mesmo, uma vez que não há respostas lineares. A sociedade é viva e, como tal, se organiza em um território que se (re)produz em diversas escalas, que, mediante as relações global/local, se justapõe. Isso significa dizer que, mesmo comunidades tradicionais, aparentemente distantes da lógica desenvolvimentista dos grandes centros urbanos, não estão alheias ao movimento do capital global, que é a-territorial, ou seja, não se limita a uma fronteira física para se territorializar e permanecer.

Com esse pano de fundo, este artigo pretende fazer algumas ponderações iniciais: o que entendemos como territorialidade quando a nossa preocupação é entender impactos sociais causados por grandes empreendimentos e, em seguida, o que entendemos como territórios de coexistência, ou seja, a possibilidade de, mediante os movimentos de resistência cada vez mais notórios na sociedade civil, as populações atingidas conseguirem reconstruir suas vidas nos novos territórios a que são destinadas.

Do ponto de vista geográfico, o território oferece o suporte analítico necessário para explicar as dinâmicas de desenvolvimento, tendo como pressuposto o espaço social e as relações de poder nele operantes. Assim, é dinâmico, móvel e fluido e espelha o desenvolvimento em todas as dimensões, seja concentrado ou fragmentado. É, portanto, nas palavras de Milton Santos, esquizofrênico porque, de um lado, acolhe os vetores da globalização e, por outro, revela uma contraordem, porque evidencia as desigualdades que revelam seu ápice com parcelas significativas da população completamente excluídas, vivendo na miséria absoluta. No chão do território, ou seja, para as pessoas que o vivem cotidianamente, tem-se múltiplas territorialidades, ligadas ao pertencimento, apego e vivências que estabelecem outra ordem – um pragmatismo mesclado com a emoção. A territorialidade, então, se funde com o lugar que é, na lógica global,

determinante para dar sentido ao mundo. Ele não é apenas um quadro que se apresenta separado, distante do mundo e suas inovações; ele é vivido, envolto em esperanças, de experiências diversas. O lugar nos faz perceber e viver a Geografia porque nos faz reavaliar as heranças do passado e, sobre elas, projetar o futuro. Nos diz Milton Santos quanto a esse item,

Globais, os lugares ganham um quinhão (maior ou menor) da racionalidade do mundo. Mas esta se propaga de modo heterogêneo, isto é, deixando coexistirem outras racionalidades, isto é, contra racionalidades, a que, equivocadamente e do ponto de vista da racionalidade dominante, se chamam 'irracionalidades'. Mas a conformidade com a Razão Hegemônica é limitada, enquanto a produção plural de 'irracionalidades' é ilimitada. É somente a partir de tais irracionalidades que é possível a ampliação da consciência. (SANTOS, 2007, pp.114-115)

Isso nos leva a pensar que é nos lugares, no exercício das diferentes territorialidades que somos capazes de exercer a cidadania, no sentido *strictu senso* da palavra.

Se entendemos o lugar como parte e contexto do mundo, ele também é esquizofrênico e essa esquizofrenia se resolve na medida em que cada pessoa, firma, grupos e instituições realizam o mundo a sua maneira. Nesse exercício cotidiano, se comunicam com o mundo através da mediação da técnica e da produção propriamente dita. Ao passo que o mundo se comunica com as pessoas, firmas, instituições e grupos diversos por intermédio da mediação política.

Tem-se, então, territórios e territorialidades que se justapõem, em diferentes escalas mediados pela política – de fora para dentro; pela técnica – de dentro para fora; e ao entorno desse embate, várias camadas de relações de poder que se territorializam, (des)territorializam e se (re)torrrializam, como nos alerta Claude Raffestin (1986,1988). Aqui, entende-se o poder não apenas ligado ao tradicional “poder político”, nos remete tanto ao poder no sentido mais concreto, funcional e do valor de troca, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação, tenebroso pelas marcas do “vivido” e do valor de uso (HAESBAERT, 2004).

O que acontece nos dias atuais, mediante o avanço técnico-científico e informacional, é um incremento na velocidade das transformações territoriais, na maioria das vezes, de fora para dentro, mediadas por interesses políticos que nos dá a sensação que lugares antes lentos, agora se tornam rápidos, viabilizados por uma outra lógica – a do mercado. É muito comum pessoas retornarem aos seus lugares de infância e não identificar a mesma materialidade e, mais que isso, perceber que a territorialidades, antes marca daquele território, se esvaneceu mediante a “modernização” do lugar.

Assim, as relações global/local, território/territorialidade são uma constante e se tornam mais conflituosas quando grandes empreendimentos chegam sem aviso prévio. Imediatamente, a mídia anuncia o progresso e a chegada da modernidade, com a celebração do poder político local, que já comemora de forma antecipada os novos royalties dos quais o município se beneficiará. Esses empreendimentos são verdadeiros enclaves inseridos no território, não-lugares (AUGÉ, 1994), já que não apregoam as forças internas de cunho socioeconômico e não emergem da demanda local/regional (VAINER; ARAUJO, 1992, p. 34).

Trazem consigo uma estrutura de modificações inseridas na organização e produção dos territórios que são, na verdade, ferramentas ativas do (re)ordenamento territorial em uma macro escala. Obviamente, nesta conjectura, os interesses nacional/setorial não reconhecem as especificidades do espaço regional/local e se impõe sobre suas particularidades de forma unilateral.

Ao analisar a questão energética no Brasil, percebe-se uma conexão de fatores que ultrapassam os determinantes técnicos para a opção majoritária pela hidroelétrica: a presença do Estado como ordenador setorial, a política das empresas produtoras e distribuidoras de energia, o discurso ambientalista de energia limpa e renovável, o interesse de grandes empresas construtoras (CALABI, 1983). Somando a esta engrenagem, há os interesses de empresas fornecedoras de equipamentos e suprimentos, bem como as empresas de consultorias que detêm (muitas delas) o domínio da informação necessária à determinação de um empreendimento. Estende-se, ainda, o consumi-

dor de energia, principalmente aquelas indústrias energointensivas que gozam de benefícios tarifários. Tem-se o casamento perfeito, ou seja, o exercício político para a defesa de grandes interesses econômicos.

Distantes do holofote da mídia, temos a população imersa em desencontros, estranhezas e mergulhadas na especulação constante, suscitando crenças produzidas pelos empreendedores (agentes imediatos do capital) ao dispor de recursos (financeiros, midiáticos, estruturais) para demonstrar uma realidade que justifique a construção, isto corroborado, pelos agentes do governo, sob o lema do desenvolvimento regional/local e, mais recentemente, também sustentável.

A partir desse momento, as diversas territorialidades se transformam em números e cifras e toda a prática discursiva é para reiterar a importância do empreendimento – seja na escala nacional traduzidas nos megawatts de energia a ser gerada, seja para a microescala com seu aporte no aumento de número de empregos e melhorias na infraestrutura urbana com novos equipamentos que consolidam novas dinâmicas.

Nesse sentido, Astolphi contribui para a análise reiterando que

(...) o deslocamento compulsório de moradores, parte fundante da concretização destes projetos, conduzirá a uma problemática territorial complexa, que evidencia o volumoso contingente de expropriados das áreas determinadas para o fim projetado. (...) Empreendimentos do porte da construção de usinas hidrelétricas fazem com que o território sofra transformações substanciais, podendo promover o fim do lugar, na medida em que provoca os deslocamentos compulsórios. Este entendido não apenas na ação de tirar as pessoas do lugar em que moram e deslocar para outros lugares, mas sim como uma intervenção abrupta na vida culturalmente vivida entre o território e o modo de vida dos moradores. (ASTOLPHI, 2014, p. 157)

Desfeita as territorialidades existentes, novos arranjos territoriais se instalam e, para a população, se traduzem em impactos negativos, já que não trazem melhorias à qualidade de vida como um todo: a desestruturação das atividades econômicas existentes, o crescimento caótico da população, a geração de

desemprego entre nativos e imigrantes, a potencialização de realidades sociais marginais, tais como: marginalidade, criminalidade, violência, mendicância, prostituição, dentre outras e, sobretudo, a degradação do meio ambiente.

Instala-se um cenário nebuloso e paradoxal: de um lado, uma grande obra produzindo um bem necessário — energia elétrica — de outro, populações desorientadas e um poder público esvaziado na sua condição de decidir algo que possa mudar os rumos impostos. Os sonhados royalties não custeiam esses novos arranjos espaciais, até porque vários benefícios fiscais são oferecidos às empresas que se instalam na área no início da implantação do empreendimento.

Desta forma, os enclaves gerados não se restringem à questão socioeconômica, se estendem à questão política, diminuindo a capacidade gestora e decisória autônoma regional/local, na medida em que se veem capturados pela lógica e estruturas de poder decisório do âmbito setorial/nacional. (ASTOLPHI, 2004, p. 158)

Infelizmente, o que escrevemos nessas linhas não é algo isolado que aconteceu nas nossas primeiras experiências com a implantação de grandes obras. Anos se passaram desde as primeiras usinas e a lógica permanece. Não porque não se conhece seus impactos nefastos, mas, acredita-se, faz-se uma conta simples: o valor do empreendimento e os bilhões envolvidos versus o valor dos lugares e os meios e modos de vida de milhares de pessoas. Para alguns técnicos, é inadmissível o discurso de que não há indenização que pague justamente o valor do lugar, entendido aqui sob a óptica humanista. Desconhecem, talvez, a justificativa para os vários exemplos que conhecemos de pessoas que são retiradas de áreas de risco e, assim que a emergência maior se resolve, elas retornam aos seus lugares, ignorando os apelos do poder público e dos órgãos de defesa. Morar em um lugar é tecer cotidianamente relações de afeição, de apego, de simbologias que, diante da implantação de um projeto, não é possível cotejar com indenizações e obras de compensação.

O aniquilamento deliberado de um lugar também entendido por Porteous (1988) como topocídio, é avassalador e autoritário, já que deixa um rastro de impactos negativos na vida

das pessoas atingidas, mesmo incluindo-as numa participação dialógica com os agentes que conduzem a proposição dos projetos. É avassalador porque o morador, se puder escolher, não deseja sair do lugar que definiu como seu; é autoritário porque não são oferecidas e, muitas vezes, não é possível, outras possibilidades. Desta maneira as pessoas se veem alijadas de seus desejos, expectativas, anseios e escolhas.

Em se tratando de grandes projetos hidrelétricos, pode-se afirmar que o topocídio e a consequente (des)territorialização das pessoas são suas marcas e são vários os exemplos que podem ser destacados em diferentes momentos históricos e econômicos do nosso país. Na década de 70, o caso mais emblemático foi de Sobradinho, localizada no submédio São Francisco, a cerca de 50 quilômetros da cidade de Juazeiro, na Bahia, com um lago de 4.214 km², uma extensão de 350 km e com uma capacidade de armazenar 34 bilhões de m³ de água. Considerada uma mega obra, a relação entre a área inundada e a energia produzida é considerada péssima, já que pesquisadores, como Lygia Sigaud e Luiz Pinguelli Rosa, sempre criticaram o fato de a energia produzida não beneficiar totalmente a região matriz, onde está situado o reservatório. Provocou, além de inúmeros impactos ambientais, alterações na dinâmica econômica e social da região, decorrentes da inundação de quatro sedes de municípios, dezenas de povoados, resultando no deslocamento atabalhado de 70 mil pessoas. Destas, cerca de 4000 famílias foram reassentadas a 700 km de distância da região e, tempos depois, abandonaram os projetos de reassentamento e retornaram para as proximidades do lago, o que levou a CHESF a improvisar uma solução imediata na sua borda, promovendo o reassentamento quase que simultaneamente à subida das águas (SIGAUD, 1988, p. 103).

No sul do país, na década de 80, mais precisamente em 1987, cerca de 5700 camponeses se rebelaram contra o projeto da barragem de Itá, localizada no rio Uva, bacia do Rio Uruguai, divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste projeto, previa-se o reassentamento da população atingida em uma área de colonização no Mato Grosso do Sul. Na ocasião, formou-se um forte movimento de resistência, denominado CRAB — Co-

missão Regional dos Atingidos por Barragens — que, junto à Eletrosul, passou a reivindicar seus direitos, tentando evitar o cataclisma social que os atingidos pelas barragens de Sobradinho, Tucuruí, Balbina, entre outros — todos durante a década de 70 —, sofreram. Interessante destacar ainda que, nesta ocasião, a nova cidade de Itá estava praticamente pronta, sendo que a empresa proponente sequer havia iniciado as negociações com a população envolvida.

Na ocasião, esse projeto ganhou projeção nacional e internacional graças à articulação dos atingidos, que conseguiu negociar seus interesses com a Eletrosul, na medida em que esta reconheceu a representação camponesa através da CRAB e, desde então, abandonou a ideia de reassentar a população atingida a quilômetros de distância da área afetada, sendo praticamente uma política adotada em todos os projetos subsequentes.

Durante os anos 90, destaca-se a Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, localizada no Rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Tal como as outras obras citadas neste artigo, esta usina se caracteriza por ser uma grande obra, atingindo centenas de famílias. Um distrito, conhecido como Porto XV de Novembro, ficou submerso nas águas do Rio Paraná e sua população, composta praticamente por oleiros e pescadores, foi removida para uma cidade planejada — chamada Nova Porto XV de Novembro, localizada no município de Bataguassu, MS. Como principais impactos vividos pela população, destacam-se, além da perda total de suas referências territoriais, a necessidade de encontrar novos meios de sobrevivência, uma vez que os antigos (pesca e produção de cerâmicas) foram desmantelados. Interessante perceber que, para os técnicos da CESP — empresa que à época conduziu o projeto —, o antigo distrito tratava-se de uma área extremamente carente, desprovida de infraestrutura básica para a garantia da qualidade de vida, uma vez que não havia água encanada e asfalto. No EIA (1994), encontra-se a seguinte afirmação:

As edificações e benfeitorias do núcleo apresentam um padrão modesto, sendo frequente o uso de tijolos e telhas cerâmicas, em função da presença das olarias na área, e de piso de cimen-

tado rústico ou queimado. As instalações sanitárias, quando existentes, estão fora do corpo da casa, que não dispõem de forro. Não há atendimento público de rede de água e esgoto. O abastecimento domiciliar é feito por poços e o esgotamento sanitário, por meio de fossas. Pela ausência de coleta, o lixo é disposto em terrenos baldios.

Esse posicionamento se repete com frequência, ou seja, os planejadores veem as horizontalidades vividas através de seus filtros perceptivos e as qualificam de acordo com as suas formações intelectuais, enquanto os moradores as enxergam como um espaço de vida, um lugar no qual se relacionam intimamente. Há um fosso entre o que se planeja como ideal e o que as pessoas atingidas realmente almejam. Acrescente-se a isso o fato de que, na maioria das vezes, esses grandes empreendimentos perduram por anos; no caso da Usina hidrelétrica de Porto Primavera, foram dezoito anos levando as pessoas a criarem diversas expectativas em relação ao futuro, já que, muitas vezes, as informações são desencontradas.

Nesse íterim, chegamos na atualidade e, talvez, o empreendimento de maior debate civil seja a Belo Monte. Seja pelas características naturais da área, seja pelos interesses econômicos envolvidos, sem dúvidas, trata-se de algo emblemático, sendo que o debate acerca de suas vantagens e desvantagens se arrasta por praticamente vinte e cinco anos.

Hoje, é considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e será a terceira maior do mundo, localizada no rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no norte do Pará. A previsão de sua entrega, inicialmente, seria para esse ano, mas, tal como nos outros exemplos citados aqui, ora a obra avança, ora mediante a pressão social, recua e paralisa por meses.

De acordo com os documentos oficiais, a usina deverá gerar 41,6 milhões de megawatts de energia por ano, o suficiente para atender o consumo de 20 milhões de pessoas no Brasil. Assim como os outros empreendimentos, os impactos gerados por essa obra são visíveis: de antemão, prevê-se a inundação de áreas das cidades de Altamira e Vitória do Xingu em consequência da construção de dois canais, que irá desviar o leito

original do rio. Esta intervenção certamente prejudicará os agricultores e a população local, já que o transporte fluvial - única forma de locomoção desta região, será interrompido, além de acarretar na redução da oferta de água para parte da população. Ressalta-se aqui que a travessia de um local ao outro é de grande importância para esta área, garantindo que os moradores tenham acesso a médicos, dentistas e ao comércio em geral, inclusive, para operacionalizar a maior atividade econômica: a venda de peixes e castanhas.

A diminuição da vazão do rio Xingu também afetará as terras indígenas de Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu, prejudicando os índios que vivem exclusivamente da pesca. Além disso, preocupa a ocupação desordenada do território, já perceptível, causando impacto sobre as populações indígenas e ribeirinhas, condenando seus povos e a sua cultura, que sempre residiram ao longo da bacia do rio Xingu.

A cidade de Altamira, desde 2011, de acordo com várias mídias, sente drasticamente as mudanças decorrentes dessa obra. Em uma reportagem recente do jornal Folha de São Paulo, foi destacado que a população da cidade que, de acordo com o Censo de 2010, era de quase 100 mil habitantes, hoje se aproxima a 140 mil. O número total de operários previstos para o pico da obra era de 18 mil, porém chegou a 25 mil no segundo semestre de 2013.

A situação se agrava quando se considera um elemento importante e que tem aparecido de forma muito tímida nos debates públicos, 92% da obra de Belo Monte se localiza no município vizinho de Vitória do Xingu, que possui um décimo da população de Altamira e que nos últimos dois anos recolheu R\$ 121 milhões de ISS, ao passo que Altamira ficou com R\$ 12,7 milhões. O resultado dessa discrepância aparece claramente na opinião dos moradores de Altamira que, de acordo com uma pesquisa do Data Folha (2013), a população reconhece o aumento de empregos como impacto positivo da obra (apontada por 66% dos moradores), mas também identifica que esse benefício pode ser efêmero: 44% dizem acreditar que a cidade ficará pior quando terminar a construção, parcela quase igual à dos que dizem que ficará melhor (43%). Ana-

logamente, o mesmo número (43%) acredita que a Norte Energia só está cumprindo parcialmente as prometidas melhorias e compensações para Altamira. Enquanto isso, os discursos não se coadunam – de um lado, a Norte Energia, afirma que tem contribuído com o desenvolvimento na região através das obras compensatórias, como se percebe na oratória de Molisani (2013), superintendente da área na empresa “(...) é o maior projeto socioambiental em curso no mundo; na história das hidrelétricas no Brasil não existe notícia de uma lista tão extensa e tão detalhada como a que foi feita para Belo Monte”; do outro lado, o poder público local afirma que as obras estão atrasadas e os serviços públicos, saturados. O único hospital de portas abertas na cidade passou a atender também os novos moradores e, de acordo com o secretário municipal de Saúde, Waldecir Maia, ele está 150% lotado o tempo inteiro. Um novo hospital está em construção, com capacidade para cem leitos, mas deveria ter sido entregue em 2012. Dessa forma, a população sofre com uma estrutura urbana que atendia uma população de 100 mil habitantes. São 16 unidades básicas, quatro delas construídas pela Norte Energia, sendo que duas já existiam em outros endereços, (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013)

Em suma, a população está submetida a vários impactos que não acrescentam melhorias à sua qualidade de vida: aumento da violência, esgoto correndo a céu aberto pelas vielas da cidade, aumento da prostituição e uso de drogas, aumento do “custo de vida” e a convivência com um trânsito caótico, já que a malha viária continua praticamente a mesma, dentre outros. O que se assiste é a imposição de uma nova lógica produtiva sob as diversas territorialidades ali existentes, alterando completamente a dinâmica do território.

Não se questiona aqui a necessidade desses empreendimentos. Acredita-se que todo brasileiro é ciente da necessidade de produzirmos energia e, mediante o meio técnico-científico-informacional, essa é, sem dúvida, condição primária para a garantia do desenvolvimento. Mas de que desenvolvimento estamos falando? Se é um desenvolvimento que tenha como prioridade a garantia de uma divisão social do trabalho mais

equânime e, por conseguinte, uma divisão territorial que seja aderente às especificidades dos diferentes lugares, certamente haverá ganhos significativos para todo o território nacional. Porém, se a preocupação primeira é continuarmos com a prática do período militar – obras gigantes para um país grande – calçadas, na maioria das vezes, em um processo sem transparência econômica que não reverbera no cotidiano das pessoas afetadas, pelo contrário, as exclui da rede geográfica que se forma, estamos apenas (re)produzindo um processo secular de marginalização e exclusão social.

Nesse sentido, concordamos com Santos (2007, p. 24) quando afirma que estamos inseridos em um processo de globalização perversa marcada pelos seguintes elementos: “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”. Em relação à unicidade técnica, ele pondera que elas aparecem não de forma isolada; o que se instala são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas. Ao surgir um novo conjunto de técnicas, as antigas não são totalmente descartadas, levando a uma convivência entre os dois conjuntos que, aos poucos, marcam a desigualdade territorial. Há, ainda, um elemento característico do conjunto de técnicas que merece ser sublinhado: o sistema técnico é invasor, ele não se restringe a um ponto do território; ele se espalha na produção e no território, tornando-o denso do ponto de vista técnico, mas fragmentado internamente, principalmente quando se considera as questões sociais.

As técnicas se impondo no território como sistemas técnicos marcam esse momento atual pela unicidade do tempo ou convergência dos momentos, de acordo com Milton Santos. Esta característica reflete na sensação que temos de que toda a sociedade está inserida em um determinado nível de desenvolvimento quando, na verdade, apenas parte é beneficiada. Nesse sentido, o autor questiona:

se a técnica cria, aparentemente para todos, a possibilidade da fluidez, quem, todavia, é fluido realmente? Que empresas são realmente fluidas? Que pessoas? Quem, de fato, utiliza em

seu favor esse tempo real? A quem, realmente, cabe a mais-valia criada a partir dessa nova possibilidade de utilização do tempo? Quem pode e quem não pode? (SANTOS, 2007, p. 29)

Assim, nos deparamos com um motor único que organiza e (re)organiza os territórios – a internacionalização, a mais-valia universal. Ela é possível porque a produção se dá em escala mundial, por intermédio de empresas que atuam em todo o mundo, mundializando produtos, dinheiro, crédito, dívida, consumo, informação, meios e modos de vida. De forma didática, pode-se dizer que deixamos o mundo da competição e entramos no mundo da competitividade. Obviamente, essa competitividade não se restringe apenas ao mercado e negócios, mas, acima de tudo, está presente nos territórios que se tornam, também, especializados. Essas mudanças, no seu conjunto, nos aproximaram do planeta, permitindo o que Milton Santos chama de cognoscibilidade, ou seja, a possibilidade de conhecer o planeta extensa e profundamente. Seja através das fotos de satélite, seja através de documentários nas redes sociais retratando o dilema de populações que sofrem as mazelas desse sistema técnico, temos a oportunidade de conhecer o mundo e suas demandas em diversas escalas. Esse momento atual é, portanto, único, pois se caracteriza por ser um período e uma crise, concomitantemente.

Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Trata-se, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo se novos contornos aparecem, (SANTOS, 2007, p. 34)]

A compreensão dessa discussão é, em nossa opinião, muito importante na questão energética no nosso país, uma vez que é possível perceber as características citadas por Milton Santos — no que tange à globalização perversa — não apenas na implantação, como também na gestão desses empreendimentos.

São obras que representam a territorialização do capital e da técnica, inseridas em uma lógica global, representativas do modelo atual que nos faz acreditar que é através do desenvolvimento econômico que teremos o desenvolvimento social, como se fosse uma via unilateral. O que se assiste em termos globais é que, a depender da política interna adotada, nem sempre um levará ao outro; muito pelo contrário, podemos ter bons índices econômicos e atrair investimentos do capital global, mas não conseguir socializar a riqueza gerada. A riqueza permanece concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população enquanto que, para a maioria, são oferecidos créditos que mascaram a verdadeira socialização da riqueza, pois não lhes permite novos acessos à rede, permanecem, na verdade, prisioneiros do lugar, como diz Milton Santos (1987)

O cenário atual nos faz acreditar que essa lógica não só permanece, mas se torna mais voraz. Em um texto apresentado no Seminário *Políticas públicas e obras de infraestrutura na Amazônia: Cenários e desafios para o fortalecimento da governança socioambiental*, ocorrido em Brasília em 2010, Bermann (et. al) apresentou um cenário para o início do debate nada otimista quando se tem como meta outras possibilidades de desenvolvimento socioeconômico. A política energética atual está centrada nos rios amazônicos, como se sabe, o grande “potencial hidrelétrico” brasileiro está concentrado nos rios Madeira, Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós, que, juntos, detêm em torno de 50,2% da capacidade de produção de hidroeletricidade do país. Clareando esses dados, Bermann (et. al, 2010) nos traz os números:

O Plano Decenal 2008-2017 (EPE, 2008) indica a intenção da construção de 28 usinas, sendo 15 na bacia Amazônica (18.525,5 MW) e 13 na bacia Araguaia-Tocantins (4.353,3 MW), resultando numa potência de 22.878,8 MW, que representa 79,1% do total que o governo pretende instalar no país até 2017. (Nota: O Plano Decenal 2010-2019, recém elaborado e que se encontra em consulta pública, não fornece maiores detalhes dos empreendimentos que estão sendo planejados). Por sua vez, o Plano Nacional de Energia 2030 (EPE, 2007) indica um total de 14.000 MW nestas duas bacias, com

a pretensão de serem instalados até 2015, e mais 66.000 MW até 2030, quando o governo planeja atingir uma potência total instalada de 174.000 MW.

Essa política se iniciou desde o momento em que se definiu o papel do território amazônico no contexto mundial, caracterizado pela apropriação dos recursos naturais. Como sabemos, a Amazônia não se destaca apenas pela maior florista tropical do mundo, mas, fundamentalmente, pela riqueza mineral presente no seu subsolo. Desde os anos 50, organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, foram criados para fomentar um novo padrão de acumulação do capitalismo em escala mundial, baseado em investimentos em infraestrutura em vários países. No continente latino americano, este processo ficou conhecido como “substituição de importação” e foi saudado como indicador do progresso e do desenvolvimento econômico pela elite política desses países. Seus governos foram identificados como agentes deste processo, recebendo os recursos do capital financeiro internacional avalizados pelos organismos multilaterais, (BERMANN, et. al, 2010). Assim, a partir dos anos 50 do século passado, o território amazônico passou a receber investimentos para consolidar este processo, resultando no mapeamento desses minerais por toda a Amazônia.

Na Amazônia brasileira, foram identificados a bauxita, o ferro, o manganês, o níquel, o silício e, em menor reserva, o ouro. Somado a essa riqueza, a bacia hidrográfica amazônica se consolidou pelo seu potencial hidrelétrico. Estavam dadas as pré-condições para a apropriação dos recursos naturais na Amazônia: por um lado, a disponibilidade de minérios e, por outro, os recursos hídricos monopolizados para a produção de energia elétrica.

Dessa forma, a região se insere no sistema de produção internacional como fornecedora de bens primários de origem mineral (notadamente minério de ferro, bauxita, manganês, zinco, cobre, chumbo), exportados na forma bruta ou transformados em metais primários (lingotes de alumínio, ligas de ferro, aço) de alto conteúdo energético, baixo valor agregado e degradadores do meio ambiente. (BERMANN, et. al, 2010)

Isso justifica o olhar do mundo para a Amazônia – de um lado organismos investidores preparando o “terreno” para o capital global; de outro, movimentos sociais e ONGS organizados no debate dessas questões e na elaboração de uma agenda que possibilite um diálogo necessário entre todos os setores envolvidos. Um exemplo disso ocorreu no Fórum Mundial da Água realizado em Istambul, quando o Brasil foi severamente criticado e condenado simbolicamente pelas construções das Usinas Santo Antônio e Jirau, devido aos prejuízos para a vida de populações indígenas, alteração de ciclos fluviais e da biodiversidade. Estas preocupações foram também levantadas pela Bolívia, país vizinho cuja fronteira dista cerca de 100 km da primeira usina e 200 km da segunda.

De lá para cá, o debate político acerca das reais vantagens das usinas localizadas no rio Madeira ganharam projeção nacional e internacional. Porém esse debate foi nebuloso, haja vista os interesses internos a esses projetos. É sabido que as usinas do rio Madeira são hidrelétricas que fazem parte do complexo do Rio Madeira, que é o projeto mais caro de uma iniciativa que visa integrar a “Região Sul Americana”, orçada inicialmente em U\$ 20 bilhões. Os projetos se originaram de um estudo mais amplo de integração da exploração hídrica da região amazônica, entre o Brasil e os países vizinhos que compartilham a região, inclusas tanto a geração como o transporte de energia. O estudo englobou, além destas e outras usinas, um gasoduto, uma ferrovia e uma malha hidroviária de cerca de 4.200 km navegáveis para integração entre Brasil, Bolívia e Peru, com possíveis desdobramentos em direção ao Oceano Pacífico, (BERMANN, et. al, 2010). Estas obras também fazem parte do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e são consideradas fundamentais pelos órgãos governamentais brasileiros para o suprimento de energia elétrica a partir desse ano.

A fase de construção dessas usinas foi marcada por forte oposição de representantes da sociedade civil tanto do Brasil, como da Bolívia, país também atingido pelos impactos ambientais e sociais da usina hidrelétrica de Jirau. Alguns especialistas do IBAMA se posicionaram contrários à construção, gerando

um certo conflito interno no Ministério do Meio Ambiente. Concomitantemente, houve conflito diplomático, atenuado às pressas por reuniões governamentais de cúpula, o que em nada modificou o licenciamento ambiental unilateral, sem a transparência de um amplo debate público. Prevaleceu, mais uma vez, a decisão política.

No entanto, ainda não está claro para a sociedade civil as reais vantagens dessas obras, já que, em fevereiro desse ano, a ANEEL — Agência Nacional de Energia Elétrica —, se viu na condição de julgar o impacto dos constantes atrasos na conclusão das obras para a sociedade no que tange o fornecimento de energia. O problema se tornou ainda mais grave diante da situação de déficit hídrico enfrentado pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que, conseqüentemente, impactou nos reservatórios dessas áreas, colocando-a na iminência de um apagão elétrico.

Há que se destacar que os enfrentamentos decorrentes da implantação dessas obras não são oriundos de uma legislação ambiental frágil. A Legislação Ambiental brasileira é conhecida por representar um avanço no respeito à biodiversidade e às comunidades tradicionais. Desde o Código Florestal de 1965, evoluiu em termos de agenda ambiental, culminando na Constituição de 1988, que dedicou um capítulo ao Meio Ambiente, tratado como direito de todos e essencial à qualidade de vida.

Na Amazônia, um dos primeiros instrumentos que se tem notícia é o Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978 pelo Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Esse documento estabelece premissas importantes na defesa dos povos amazônicos, como, por exemplo: a promoção do desenvolvimento harmônico da Amazônia, visando uma distribuição equitativa da divisão social e técnica do trabalho entre os países envolvidos; a preocupação em manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente; a indicação de que são necessários esforços conjuntos em matéria de conservação ecológica e da cooperação técnico científica; o destaque para o uso racional dos recursos hídricos, tendo em vista a importância dos rios amazônicos; entre outros. Em 1998,

foi acrescida uma emenda a esse Tratado, criando a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), encarregada de implementar os objetivos do Tratado e capaz de celebrar acordos entre os países amazônicos e também com outros Estados e Organizações Internacionais.

Um segundo instrumento de igual relevância apresentado por Bermann (et. al, 2010) é a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), que é uma organização mais ampla, formalizada em 2008, agrupando os países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Nos objetivos da UNASUL (Artigos 2 e 3), encontra-se explicitamente definida a área de integração energética como um dos pilares do bloco, além de também ser mencionada a questão ambiental e a participação civil. Sobre esse último ponto, o Tratado Constitutivo da UNASUL já prevê que existam mecanismos de interação entre a organização e os diversos atores sociais na formulação de políticas de integração sulamericana (Artigos 3 e 18), (BERMANN, et. al, 2010)

Se temos uma Constituição que reza o mesmo direito a todos e dedica capítulos ao meio ambiente e a preservação da cultura das comunidades tradicionais e dos povos da floresta, cabe a indagação do porquê não avançamos nesse processo dialógico e o topocídio tem sido cada vez mais avalassador. É inegável a quantidade de registros dos conflitos que surgem no decorrer da implantação dessas obras que redesenham o território: novas rodovias e viadutos, novos povoados, novas atividades comerciais, novas densidades técnicas e populacionais, entre outros, que, no seu conjunto, mobilizam centenas de milhares de populações. O Movimento do Atingidos por Barragens e a Comissão Pastoral da Terra, que desde os anos 80, vem acompanhando de perto essas questões, apontam para um número de pessoas impactadas que excede um milhão, evidenciando o outro lado da moeda do tão propalado desenvolvimento econômico das regiões periféricas. Os exemplos de Sobradinho, de Balbina, de Itaparica, de Tucuruí, da Porto Primavera, além da grande mobilização de entidades em defesa do rio Madeira,

a luta de décadas contra os barramentos propostos no Xingu, a luta antibarrageira no sul do país, por si só evidenciam uma difusão geográfica dos projetos e das resistências. Nos quatro cantos do país, formam-se territórios de resistência que se contrapõem aos territórios hegemônicos preconizados pela lógica que insiste em coisificar a população atingida direta e indiretamente, tratando-as como objetos espaciais.

As formas de resistência variam no tempo e no espaço, dependendo do avanço ou não da pauta de negociações; no entanto, as estratégias mais utilizadas são: invasão de canteiros de obras e dos acampamentos das empreiteiras, bloqueio de estradas, ocupação de escritórios de engenharia, das Fundações, Institutos e Ministérios envolvidos. Na grande parte das vezes, as formas de resistência se dão no sentido de forçar negociações, na tentativa de ocupação da cena política. Outra forma de resistência se manifesta pela possibilidade de lançar mão da ação do Ministério Público para formular Ações Civis Públicas na defesa das leis vigentes e dos direitos das populações ameaçadas, como a que está ocorrendo em Altamira, nos projetos de reassentamento da Norte Energia.

Esse movimento pelo território representa uma importante forma de expor à opinião pública os problemas não resolvidos e as sequentes violações dos direitos das populações. Tucuruí, por exemplo, mesmo operando há décadas, ainda hoje a população atingida questiona o processo inadequado de indenizações e, claramente, vive a berlinda do *boom* experienciado pela região nesses últimos anos. Este exemplo nos revela o quanto temos que avançar no equilíbrio entre a articulação dos atingidos e a morosidade da vontade política.

Esse embate geográfico entre o território hegemônico que, através da verticalização, territorializa o capital global e os territórios de resistência, formados a partir de estratégias diversas, adotadas pelas populações atingidas, buscando salvaguardar suas horizontalidades, não são considerados como ações políticas “antissistema”. Após os anos 80, é notável que a sociedade civil tem galgado patamares mais elevados na legitimidade dos movimentos sociais, entendendo-os como expressão da de-

mocracia; por outro lado, percebe-se um certo fosso no diálogo com a elite política do nosso país, que, na maioria das vezes, insiste em criminalizar esses movimentos, especialmente através do posicionamento político que não coaduna com as práticas discursivas. Esta constatação nos conduz à identificação do processo de redemocratização no nosso país como inconcluso. Talvez aqui esteja a razão da nossa ação policial ainda ser muito truculenta quando se trata de repressão às ações dos movimentos, ao indiciamento e processos de justiça direcionados às lideranças e, de maneira mais diluída, através de um processo silencioso que busca deslegitimar os posicionamentos antagônicos ao que se defende. Infelizmente, ainda é comum a adjetivação dos opositores às obras hidrelétricas como: “defensores da indústria do apagão”, “porta vozes do atraso”, “ambientalistas radicais”, “xiitas verdes”, “pequena minoria contrária ao progresso e ao desenvolvimento”, dentre outros.

Retomando a tese defendida por Milton Santos de que o momento atual se circunscreve, ao mesmo tempo, um período e uma crise, chegamos a um ponto crucial: nesse embate entre o capital hegemônico e suas verticalidades e as horizontalidades representadas pelos territórios de resistência, pode-se formar um território de coexistência. O que nos faz achar que isso seja possível é que acreditamos, tal como outros autores (ARENDDT, 1981; BACHELARD, 1988, DARDEL, 2011) que estamos em um processo de transição, mesmo que, agora, nos pareça longínquo e utópico. Essa crença se apoia no próprio contexto histórico e, em meio a tantas dúvidas, uma certeza: a evolução temporal é inexorável, ou seja, frente a democratização do nosso país, que certamente se tornará mais madura, não há como negar os direitos das populações atingidas, e um dos principais é a participação nos debates daquilo que interfere diretamente no seu meio e modo de vida. Se antes deslocava-se as pessoas para outras regiões, como o ocorrido com Itaipu e Sobradinho, hoje, as populações reverberam seus gritos usando os meios que a técnica hegemônica lhes impõe – o mundo toma conhecimento de políticas autoritárias e excludentes, manchando a imagem que o nosso país “vende” externamente.

Então os territórios de coexistência poderão ampliar a perspectiva de ser real e se materializar, na medida que o motor que o mobiliza é a tensionalidade e é, portanto, político. Acredita-se que a organização política, e não apenas a participação em uma organização, seja fundamental para esse passo, estabelecendo práticas dialógicas mais consistentes e, realmente democráticas, formando um movimento de massa. Referindo-se à classe social historicamente marginalizada, os “de baixo” – tratados dessa maneira por não dispor de meios (materiais e outros), Santos (2007, p. 144) nos diz:

mas a sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada.

Acreditamos que, até agora, isso não é evidente e até nos parece distante, onírico, porque estamos imersos em uma crise das representações políticas que impossibilita o diálogo entre os diversos saberes, na qual nos parece que cada um dos atores defende unicamente o seu *modus vivendi*. Na contramão, há um movimento, gerado de dentro, envolto em símbolos que ganham visibilidade porque há autenticidade nessa luta: o interesse social e não mais o interesse econômico. Nos dizeres de Santos, é o embate entre a nação ativa e a nação passiva. O alimento da nação ativa — aqui representada pelos interesses que movem os grandes projetos econômicos no país — é o sistema ideológico que se apropria de uma ideia criada quanto à prosperidade e à riqueza que nos carrega para o marasmo da conformidade. A uma primeira vista, esta nação parece fluida, veloz, articulada, entrópica. Ela consegue engolir a todos e a tudo porque não é genuína e é desprovida da teleologia. Na outra ponta, a nação passiva — aqui entendida como os grupos sociais atingidos por essa força exógena — é estatisticamente lenta, colada às rugosidades do seu meio geográfico, localmente enraizada e orgânica. Sua força está nas relações cotidianas

que cria e recria, na territorialidade oriunda daquele que nasceu e mora no lugar e não apenas circula, como a nação ativa. Num primeiro momento, a nação passiva é desarticulada pela nação ativa, não avança em direção a um projeto conjunto.

Mas, num segundo momento, a tomada de consciência trazida pelo seu enraizamento no meio e, sobretudo, pela sua experiência da escassez, torna possível a produção de um projeto, cuja viabilidade provém do fato de que a nação chamada passiva é formada pela maior parte da população, além de ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência. Daí sua veracidade e riqueza. (SANTOS, op. cit, p. 158)

Assim, compactuamos com Milton Santos quando diz que uma outra globalização é possível. Analogamente, acreditamos que um território de coexistência possa tomar forma e se embebedar de conteúdo na medida em que as pessoas se perceberem como sujeitos políticos e, no conjunto, defender seus interesses. Essa defesa de interesse será engrossada pelos arranjos globais – o mundo não é só perverso, também está ansioso por justiça sociais e coerência nas nossas escolhas. Na medida em que a população participar politicamente desse processo, poderá, em seus novos territórios, construir novas relações – coexistindo o “velho território” que levarão nas suas memórias e tentarão reproduzi-lo em alguma medida e o “novo” que se coloca na forma de possibilidades, de arranjos, de diversidades e, também, de desafios.

Referências

ARENDT, H. **Condition de l' homme moderne**. Paris: Calmann-Lévy, 1961.

ASTOLPHI, Joana D'Arc Vieira Couto. "Território: das diferentes acepções à dinâmica do uso pelos grandes empreendimentos e as implicações na saúde coletiva". In: **HYGEIA**, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, 10 (18): pp. 149 - 166, Jun/2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>

AUGÉ, M. **Não-lugares**. Campinas: Papirus, 1994

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BERMANN, Célio, (et. al). Usinas hidrelétricas na Amazônia: o futuro sob águas. Disponível em: www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2010/Trabalhos/bermannusinas.pdf

_____. **Exportando a nossa natureza - produtos intensivos em energia**: implicações sociais e ambientais. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

CALABI, A.S.A. (et al.) **A energia e a economia Brasileira**: interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil. São Paulo: Pioneira: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

CONSÓRCIO THEMAG-ENGEA-UMAH. **Relatório de Impacto ambiental** – RIMA. Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, vol. I, 1994.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011

EPE-Empresa de Pesquisa Energética. Plano Nacional de Energia 2030. Rio de Janeiro, 2007.

Folha de São Paulo. A batalha de Belo Monte: Altamira Invasida. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-3-sociedade.html>

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MOLISANI, Cassandra. UHE de Belo Monte impulsiona a agricultura familiar. Disponível em <http://norteenergiasa.com.br/site/2014/05/16/uhe-belo-monte-impulsiona-agricultura-familiar/>

PORTEOUS, J. Douglas. "Topocide: the annihilation of place", In: EYLES, J.; SMITH, D.M. (ed.) **Methods in humam geography**, Oxford: Polity Press, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROSA, Luiz Pinguelli. "Os grandes projetos e o setor elétrico". In: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. (orgs). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Vera Lúcia dos. **Projetos hidrelétricos de grande porte e efeitos sociais: o exemplo do topocídio provocado pela barragem de Porto Primavera**. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço). IGCE, Rio Claro, UNESP, 1998.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e de Machadinho. In: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. (orgs). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988, pp. 83-166.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

Capítulo 8

Grandes empreendimentos hidrelétricos e conflitos sociais: estratégias de Empresas e Governo na negação de Direitos e das Formas de Resistência

Jucilene Galvão
Célio Bermann

Introdução

O presente capítulo busca responder à seguinte questão: como e por que os direitos das populações atingidas pela construção de usinas hidrelétricas não são respeitados?

Nossa hipótese é que o processo de construção de grandes obras de infraestrutura, e, neste caso, de usinas hidrelétricas, articulam fortes interesses envolvendo as empresas, tanto as construtoras da obra civil e eletromecânica como a empresa que vai gerir a produção de eletricidade e sua comercialização, e as diversas instâncias governamentais, de tal forma que não há espaço para contestações. Para tanto, os empreendimentos hidrelétricos passam por um processo de “midiatização”¹, no qual o que interessa é o controle dos espaços de informação à sociedade.

Entretanto, esse processo de midiatização é apenas uma das ferramentas utilizadas, mas que encontra na opinião pública, ou de uma forma mais ampla, na sociedade brasileira, o apoio a partir da ideia da “segurança energética”, largamente disseminada e utilizada como mote para justificar os empreendimentos que garantiriam uma necessária ampliação da oferta de eletricidade.

¹ Sodré (2002, p.21) conceitua a “midiatização” como “uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de ‘tecno-interação’ –, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível”.

Esta “segurança” é buscada pelo Estado em nome do interesse público, e é subsumida pela sociedade como condição para a manutenção dos benefícios que a disponibilidade da eletricidade traz para os cidadãos, para as empresas e para a economia do país.

Na articulação dos interesses acima mencionada, encontram-se as grandes empreiteiras nacionais e as grandes empresas fabricantes de equipamentos eletromecânicos (turbinas, geradores e equipamentos auxiliares), todas estas internacionais, com várias delas com subsidiárias no país.

Dentre as instâncias governamentais, encontram-se os órgãos executivos federais como, os Ministérios e suas empresas a eles subordinadas — Ministério de Minas e Energia (MME), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os órgãos de licenciamento ambiental como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Há que ressaltar que as instâncias governamentais não formam um bloco sólido e homogêneo. Na medida em que impasses e conflitos surgem no processo de operacionalização, notadamente por ocasião da licitação das obras e na concessão dos licenciamentos, instâncias hierárquicas superiores como a Casa Civil e a própria Presidência da República, intervêm no processo, de forma a garantir a consecução das obras.

No que diz respeito aos Direitos das populações atingidas, o Relatório Final elaborado pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, instituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana — CDDPH — que acompanhou as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens, a partir das Resoluções 15/2006, 21/2006 e 26/2006, do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e Presidente do CDDPH, apresenta-se como substancial referência que comprova a recorrente violação dos direitos destas populações.

Neste documento, a Comissão Especial identificou 16 direitos, assim definidos:

1. Direito à informação e à participação;

2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou Comunitária (CDDPH, 22/11/2011, p.15).

Se analisarmos o passado recente, além desses direitos estarem sendo sistematicamente violados, particularmente no que se refere às últimas obras hidrelétricas na Região Amazônica, com as usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, a usina de Belo Monte, a primeira das usinas previstas no rio Xingu, e com a perspectiva de ao menos duas novas grandes usinas na bacia do rio Tapajós, o que os fatos têm demonstrado é, antes de tudo, um processo de criminalização dos movimentos sociais. Estes não estão sendo apenas expostos à opinião pública como movimentos contrários ao progresso. Eles estão sendo sistematicamente criminalizados².

² A presença de tropas da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), criada em 2004 e subordinada ao Ministério da Justiça, nas manifestações das populações atingidas pelas obras hidrelétricas — como ocupação dos canteiros e interrupção de estradas —, bem como a identificação das populações indígenas como criminosas quando reagem à desconsideração de seus direitos com o “sequestro” de representantes da Funai ou de

O presente capítulo toma como referência o processo de mediação na construção do projeto da usina de Belo Monte, no rio Xingu. O texto traz como principais referências teórico-metodológicas as contribuições de P. Bourdieu (1989), para quem o poder simbólico e os sistemas simbólicos organizam e delimitam o campo de ação das variadas classes ou grupos sociais, e as diferentes classes ou frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social; de D. Harvey (2006), para quem o processo de des(re)territorialização das populações atingidas vem acompanhado de um vigoroso mecanismo de acumulação via espoliação; ainda de N. Bobbio (2007), que identifica o conhecimento técnico como forma de exercício do poder.

As evidências empíricas foram buscadas em autores que tratam da temática social e política face aos empreendimentos hidrelétricos, como O. Sevá Fº (2008), para quem cada usina hidrelétrica se constitui num complexo industrial – financeiro, praticamente oligopolista, conhecido nos primeiros tempos como “o cartel da indústria elétrica” e agora como “*Dam industry*”; como ainda A. Zhouri & N. Valencio (2014), que apontam, nos últimos 20 anos, processos de democratização do país que vêm sendo esvaziados e subsumidos por técnicas de governo que, sob o manto de uma desenfreada modernização que quer se fazer passar por avanço social, proliferam-se e banalizam-se inúmeras formas de violência que acompanham o processo de desenvolvimento; como também F. Hernández & S. Magalhães (2011) que, com base na experiência do Painel de Especialistas constituído para análise crítica dos Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte, constataam a retração do espaço público de discussão e de circulação das ideias e mais, um constrangimento e intimidação daqueles que se posicionam contrários a projetos governamentais, sejam eles cientistas, ativistas, ribeirinhos, analistas ambientais, indígenas, procuradores, juizes.

Por fim, destacam-se as contribuições dos próprios autores, como C. Bermann (2012a), que aponta a autocracia energética como um paradigma para o processo de expansão da hidroeletricidade na região amazônica; como ainda C. Bermann (2013), que

outros órgãos governamentais, são fortes evidências desse processo.

indica o tolhimento da ação do Ministério Público na defesa das populações atingidas e do meio ambiente, quando são negadas as solicitações de interrupção das obras ou a satisfação de condicionantes acordadas e não cumpridas, através da utilização por juízes do STF do instituto da Suspensão de Segurança; como também J. Galvão & C. Bermann (2014), que discutem o desenvolvimento da governança no Brasil e seu papel na produção da hidroeleticidade, a partir do estudo das audiências públicas ocorridas no processo de licenciamento ambiental da usina Belo Monte (PA).

As usinas hidrelétricas no Brasil: a “segurança energética” e o processo de mediação

Considerações sobre a “segurança energética”

A segurança energética é preconizada como condição *sine qua non* para a promoção do crescimento econômico. Nos sistemas produtivistas, nos quais se alinham o modo de produção capitalista, atualmente globalizado, como também as experiências comunistas (ou socialistas) mal sucedidas durante o século XX, a palavra chave é produzir mais para trazer maior segurança.

A Agência Internacional de Energia (IEA em inglês) assim define a segurança energética:

Energy security as the uninterrupted availability of energy sources at an affordable price. Energy security has many aspects: long-term energy security mainly deals with timely investments to supply energy in line with economic developments and environmental needs (IEA, 2014).

Como se pode perceber, a definição reproduz as bases do sistema capitalista, para o qual “os recursos naturais e as forças produtivas são alocados e organizados com vistas à reprodução ampliada e à máxima remuneração do capital” (Marques, 2015, p.50).

No Brasil, os investimentos na ampliação da oferta energética em linha com o desenvolvimento econômico são apresentados anualmente nos PDEs (Planos Decenais de Expansão de Energia) elaborados pela EPE e, posteriormente, sacramentados pelo MME, cujo balizamento da previsão de aumento da demanda se assenta na previsão de crescimento do PIB.

Via-de-regra, as previsões de crescimento do PIB são superdimensionadas, o que também superdimensiona a demanda energética prevista. No caso da eletricidade, a relação crescimento da demanda/crescimento do PIB é da ordem de 1,3 (para cada unidade de crescimento do PIB são necessárias 1,3 unidades de energia elétrica) em função, notadamente, das características do perfil industrial brasileiro, onde cerca de 25% da demanda por eletricidade provém do aumento da capacidade de produção das assim denominadas indústrias eletro-intensivas³.

De acordo com o Balanço Energético Nacional de 2014, com data base 2013, a energia hidráulica representa 70,6% da oferta interna de energia elétrica do país (MME/EPE, 2014a). O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE-2023) indica a produção de energia elétrica em hidrelétricas como sendo importante na ampliação da oferta de eletricidade:

A hidroeletricidade, que já é a maior fonte de geração do SIN, ainda apresenta grande potencial a ser explorado e suficiente para permanecer como a fonte predominante no atendimento à crescente demanda de eletricidade do país. Especialmente nas bacias da região Norte e Centro-Oeste, os inventários hidrelétricos apontam que projetos importantes poderão ser viabilizados nos próximos anos, a despeito da crescente complexidade socioambiental que, normalmente, impõe estágios de desenvolvimento extensos (MME/EPE, 2014b, p.86).

A alegada crescente demanda por eletricidade do país encontra, na opinião pública uma aceitação generalizada. Isto porque ninguém quer que falte luz, que ocorram “apagões”, pois a disponibilidade de energia elétrica é absolutamente vital para que a população brasileira, sem distinção de classes, possa usufruir das benesses que os diferentes serviços energéticos proporcionam (iluminação, refrigeração, força-motriz para os equipamentos eletrodomésticos e máquinas industriais, entre outros). Tal sentimento é corroborado pela percepção de se tratarem de empreendimentos distantes (regiões Norte e Centro-Oeste), para uma população cuja concentração nas regiões

³ Ver a respeito Bermann, C. (2012c). “O Setor de Eletro-intensivos”. In: Milikan, B. and Moreira, P.F. (eds.) O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21: Oportunidades e Desafios. Brasília (DF): International Rivers, p. 28-32.

Sudeste e Sul do país alcança 56,4%, e, se considerarmos a população nos estados litorâneos do Nordeste, 79,2%⁴.

A eletricidade é o marco civilizatório da modernidade. Em qualquer parte do planeta, nos grandes conglomerados urbanos, nas pequenas vilas rurais, a humanidade não pode mais prescindir da eletricidade. Daí, a “segurança energética” aparece como objetivo supremo de qualquer governo, mesmo que para se atingir este objetivo, o meio ambiente e as populações atingidas pelas obras tenham de ser desconsiderados.

*Não podemos salvar a floresta e viver no escuro sem TV. (Sr. Jaime Juaszeck, superintendente de obras da Norte Energia, empresa construtora da usina Belo Monte)*⁵

Tais elementos confirmam o enorme interesse governamental, e seu amálgama com os interesses empresariais, na produção hidrelétrica e na projeção de futuros aproveitamentos hidrelétricos apresentados de forma recorrente em diversos documentos.

Concorre, também, a frequente alegação de que a hidroeletricidade é uma fonte “limpa” e “renovável”, fazendo referência à questão ambiental e os benefícios de sua utilização face às emissões de gases de efeito estufa (GEEs) nas usinas termelétricas que utilizam fontes fósseis como os derivados de petróleo (óleo diesel e óleo combustível), carvão mineral e gás natural. Cabe lembrar que o aumento das emissões de GEES de origem antropogênica é o fundamento central no qual se apoiam os documentos elaborados pelo IPCC (sigla em inglês para o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) e que balizam o debate internacional atual em torno da necessidade de redução destas emissões (incluindo o desflorestamento através das queimadas) decorrentes da ação do homem⁶.

⁴ Cf. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

⁵ Cf. J. Watts, “Belo Monte, Brazil: The tribes living in the shadow of a megadam”. The Guardian, 16.12.2014. Citado por Marques, L. (2015, p.408.)

⁶ Esta percepção, apresentada pelos documentos do IPCC como consensual na comunidade científica internacional, apresenta controvérsias. Sobre esse assunto, ver Bermann, C. (2012b). “A questão energética: impasses e desafios na Rio+20”. In: Ribeiro, W.G.. (org.). Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social. São Paulo: Ed. Annablume, p. 115-142.

Aqui também comparece outro elemento que sensibiliza a opinião pública em favor da hidroeletricidade, que é a alta dos custos de geração com o acionamento das usinas termelétricas para suprir a demanda, o que refletiu numa vigorosa alta nas tarifas de eletricidade no país, em virtude da recente crise hídrica⁷.

Em suma, são estes os elementos que se articulam para apontar a hidroeletricidade como a melhor opção para a garantia da segurança energética. Portanto, para o Governo brasileiro e as empresas com interesses na construção de usinas hidrelétricas, trata-se de aumentar a oferta de eletricidade para garantir o crescimento econômico seguindo o preâmbulo do quanto mais, melhor. E quanto mais hidroeletricidade, melhor ainda.

A esse respeito, e considerando o contexto mais global, Marques (2015, p.51) indica que:

Hoje, começamos a perceber que quanto mais acumulamos excedentes e energia, menos seguros nos tornamos em relação à escassez e às adversidades da natureza. Isso porque, ultrapassado o limite de resiliência dos ecossistemas agredidos, o aumento da acumulação esgota, polui, e degrada as bases da vida no planeta e, portanto, as bases de nossa existência. A capacidade de multiplicar o excedente, supremo bem até o século XVIII, tornou-se com o capitalismo global da segunda metade do século XX num mal que fere de morte a biosfera e, não por último, a espécie humana.

A superação da perspectiva apontada por Marques encontra como um dos obstáculos, foco da presente reflexão, o controle hegemônico da mídia pelo pensamento fundamentado na ampliação do modo de produção e consumo em bases capitalistas. Esta é a temática tratada no item que se segue.

O processo de mediação

Como assinalamos na parte introdutória deste capítulo, os empreendimentos hidrelétricos passam por um processo de “mediação”, como estratégia que reúne fortes interesses envolvendo as empresas construtoras, as empresas que vão produzir e comercializar a eletricidade e o Estado, representado

⁷ Ver a respeito: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/539420-a-crise-etica-e-tecnica-do-setor-energetico-brasileiro-entrevista-especial-com-celio-bermann>.

por suas diversas instâncias de planejamento e de fiscalização, de tal forma que não restam espaços para contestações.

No processo de midiáticação, o que interessa é o controle dos espaços de informação à sociedade. Para tanto, o poder econômico se articula com o poder político, monopolizando os diferentes meios de comunicação, ou mídias, para enaltecer a necessidade das obras e invisibilizar os conflitos sociais e ambientais.

Gomes (2004, p.17) chama de processos midiáticos os diferentes meios de comunicação disponibilizados hoje em dia:

Os processos midiáticos são entendidos como um conjunto de práticas comunicacionais pertencentes ao campo das mídias, que operam segundo diferentes linguagens, por meio de dispositivos como jornal, televisão, rádio, fotografia, publicidade, revista, produção editorial, produção eletrônica, comunicação organizacional, vídeo e outros emergentes.

No entanto, esta diversidade dos processos midiáticos e sua crescente acessibilidade por parte da população brasileira nos dias atuais criam problemas para os interesses expressos pelo poder econômico e político na busca pela hegemonia. Se a hidroeletricidade como alternativa para a expansão da oferta de energia no país parece se constituir num fato com ampla aceitação pela opinião pública, em função dos elementos anteriormente mencionados, a discussão de cada projeto, de cada obra passa a ser objeto de disputa na mídia, em função das dúvidas e desconfiças que elas suscitam.

Tomando como referência a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte para a presente reflexão, temos, por um lado, um processo decisório que alijou as populações atingidas – comunidades ribeirinhas tradicionais e populações indígenas –, bem como juristas, repórteres, além de professores, cientistas e pesquisadores que representam parte da academia do país, que se manifestaram contrários ao projeto, e à obra propriamente dita, por meio de estudos científicos⁸. Mas por outro, a midiáticação

⁸ Conforme Hernandez e Magalhães (2011, p.297), “Os processos de decisão para obras de infraestrutura, que se caracterizam como estruturas de acumulação em si, colocam em evidência e provocam a discussão sobre as condições nas quais as sociedades democráticas enfrentam pelo menos quatro desafios interligados: o primeiro diz respeito à utilização das ciências e das técnicas e da interrelação entre ciência e poder – experts

utilizada pelos movimentos sociais e ONGs alcançou visibilidade e conseguiu levantar desconfiança, receio e dúvidas na opinião pública do país em relação à oportunidade do empreendimento.

Estas dúvidas que mobilizaram a sociedade brasileira tiveram de ser respondidas pelo Governo e pela empresa construtora Norte Energia, transformando os processos midiáticos num terreno privilegiado de disputa⁹. Para avançarmos nesta análise, é necessário recorrer à definição de um referencial teórico-metodológico, conforme se segue.

A midiatização como campo de disputa política

Inicialmente, a delimitação de nosso objeto de estudo se dá por meio do conceito de campo de análise que, de acordo com Bourdieu (1984), se define por meio de objetos de disputas (no caso, empreendimento hidrelétricos) e de pessoas (grupos envolvidos) prontas para disputar o jogo que se cria em meio à disputa central.

De acordo com o autor, é necessário que estas pessoas compreendam, em suas diversas dimensões, a disputa e os objetos que dela fazem parte. Sendo assim, para o caso aqui discutido, as relações que se estabelecem na disputa pela construção de novos grandes empreendimentos hidrelétricos geram um campo específico de ação (material e imaterial) e, conseqüentemente de estudo, campo este permeado pela disputa de interesses conflitantes referentes ao uso da terra e dos recursos que dão base ao empreendimento, além dos demais recursos existentes no entorno do mesmo.

Ainda, é necessária a compreensão de que o campo se estrutura a partir da relação de força estabelecida entre os agentes ou as instituições engajadas na disputa e seus interesses, pois toda a pessoa ou grupo engajado em uma disputa dentro de um campo

e governo; o segundo diz respeito à redefinição e/ou construção de um espaço público, constituído não apenas de técnicos, mas também de homens e mulheres, grupos sociais, comunidades e povos com histórias e conhecimentos diversos; o terceiro de confrontar-se com o aparato legal que rege a tomada de decisão; e, por último, especialmente no caso brasileiro, o desafio de se interrogar sobre a fidelidade dos governantes aos princípios democráticos e os mecanismos que a sociedade dispõe de fiscalização e controle.”

⁹ A respeito desta disputa, Sgorla (2009, p.66) indica que “Ao se apropriarem das lógicas midiáticas (mesmo que não abram mão de suas características específicas), os campos e atores sociais as utilizam para produzir novas estratégias de sobrevivência no “espaço midiatizado”, com a finalidade de obter visibilidade e ganhar relevância no tecido social”.

tem certo número de interesses fundamentais em comum que se interrelacionam na formação dos sistemas simbólicos ou mesmo do poder simbólico que determinará as principais decisões.

Para Bourdieu, o poder simbólico e os sistemas simbólicos organizam e delimitam o campo de ação das variadas classes ou grupos sociais, pois, de acordo com o autor, o “poder simbólico estabelece o sentido imediato do mundo, permitindo a concordância entre as inteligências” (Bourdieu, 1989, p.9). Ou seja, os símbolos são os instrumentos de integração social que levam ao conhecimento do modo de organização e do sentido do mundo social, criando um consenso acerca da ordem social que deve ser estabelecida e, deste modo, reproduzindo a dominação, pois o consenso é atribuído pelo grupo hegemônico dentro do campo que, por sua vez, se define por meio dos “objetos de disputas e aos interesses próprios e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo” (Bourdieu, 1984, p.120).

Para Bourdieu (1989, p.11), “as diferentes classes ou frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social”, luta que pode ser “vista” dentro dos processos decisórios que determinam como o espaço e seus recursos naturais serão utilizados a favor de um ou outro grupo social, em nome do consenso já estabelecido, simbolicamente, não esquecendo que o consenso se dá pelo grupo hegemônico dentro do campo.

Assim, pode-se admitir que dentro do campo de disputas relativo à produção da hidroeletricidade prevalece o símbolo forjado pelo discurso desenvolvimentista e empreendedor, baseado na necessidade de novas tecnologias e, conseqüentemente, de mais energia para permitir o uso final destas. Ou seja, o consenso se dá sobre o símbolo/ideia de que o desenvolvimento nacional depende da disponibilidade energética, no caso aqui estudado da disponibilidade elétrica, que, por sua vez, depende da hidroeletricidade diante da ideia/símbolo, de ser esta uma energia “limpa” e, desta forma, a mais apropriada para o país.

As referências teóricas de Bourdieu nos permitem compreender as disputas dentro de nosso campo de análise por meio do poder simbólico que tem dado força aos interesses capitalistas que se concretizam na negação de fatos, direitos e formas de re-

sistência, tornando consenso para sociedade a importância da produção de hidroeletricidade, mesmo que em detrimento dos interesses de grupos sociais menos desfavorecidos e, inclusive, com menos capital cultural que enfrentam dificuldades de ganhar peso e visibilidade no movimento de resistência.

Ao se referir às possibilidades de resistência das populações expulsas pelas obras hidrelétricas, Sevá F^o (2008, p.47) aponta:

Do lado dominante, são poderosos os meios de execução das ações: como impedir que uma carga de explosivos detone uma laje rochosa se isto já está programado e decidido? Quem resistirá a uma moto-niveladora que está arrasando um pomar e uma casa, cujos donos não tiveram como fazer valer sua recusa? Quem modificará o fechamento ou a abertura de uma comporta cuja operação está secando o rio a jusante ou, ao contrário, está baixando o nível da represa? Nesses dois casos, a operação da usina provoca prejuízos sérios para os agricultores e outras atividades beira-rio e beira-represa, e o que podem eles fazer quando estas manobras técnicas operacionais vêm determinadas por um board de despachantes – vendedores de eletricidade funcionando no Rio de Janeiro ou em Brasília?

Para o autor, “os cidadãos prejudicados e os patrimônios naturais e construídos que serão destruídos pelas obras são vistos, nos estudos e pareceres guiados pela razão hidrelétrica cega, como ‘interferências’ em suas obras. O fato de existirem pessoas com posses e direitos, trabalhando na área, a serem respeitadas, e patrimônios a serem defendidos é estigmatizado como um ‘entreve’ (2008, p.48).

Ao processo de subestimação monetária de propriedades, posses e de negação de direitos, Harvey (2005, p.123-124) chama de “acumulação por espoliação”, via de regra com a utilização da força, fazendo um paralelo ao processo de “*enclosure*” no século XVIII, descrito por K. Marx na sua obra ‘O Capital’, volume 1, capítulo 27 como parte da “acumulação primitiva”:

A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação da natureza

em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e de produção intelectual envolve espoliações em larga escala.

As controvérsias com respeito ao deslocamento compulsório das populações atingidas pela formação dos reservatórios de hidrelétricas, sua forma e o tratamento que a empresa confere a estas populações, são evidências analisadas no item 3.6 deste capítulo.

As dificuldades em ganhar peso e visibilidade dos movimentos de resistência estão relacionadas à debilidade de poder político e econômico que estes movimentos possuem.

Como indica Soster (2006, p.2), “o poder resulta da ação racional dos atores que compõem a sociedade. Ou seja, o poder só existe como tal porque decorre de um movimento de mediação – neste caso dos agentes ao longo da ação social, cuja face mais visível é a transformação de significados”. Para o autor, a compreensão histórica do sentido da existência de diversos atores, onde têm lugar as interpretações simbólicas do mundo, não apenas sofre a influência de um poderoso aparato tecnológico, mas passa a depender dele para existir:

Contribui decisivamente para isso a expansão das grandes redes de comunicação, caso das televisivas, mas também o crescimento da internet em todo o planeta. (...) Assim, a tecnologia e a técnica deixam, gradativamente, de lado a posição de apêndices sociais, própria da prémodernidade, e passam a ter nuances midiáticas, porque mediadas por dispositivos comunicacionais, configurando, assim, o processo de midiatização da sociedade. A midiatização ocorre quando os meios de comunicação começam a interferir com mais força na organização da sociedade e seus agentes, tornam-se, cada um com sua especificidade, vetores de poder (Soster, 2006, p.3).

Nesse sentido, o acesso e o controle hegemônico na mídia, em toda sua atual diversidade, passam a ser um campo de disputa política. Conforme aponta Souza (2014, p.2), “o que diferencia o campo político dos demais campos é o fato de que este se refere ao espaço dos profissionais chamados políticos”, e citando Bourdieu (1998, p.185), sendo ainda o “lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos

profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos”¹⁰.

O conhecimento técnico na área da energia é utilizado nos documentos do Governo e das empresas da *Dam Industry*, com participação de parte substancial da academia no papel de consultores ou beneficiários de apoio financeiro através de contratos de prestadores de serviços especializados, para legitimar os interesses na construção de usinas hidrelétricas como interesses de toda a sociedade. Dessa maneira, faz-se a distinção dos profanos (a sociedade de uma forma geral) daqueles que possuem o saber técnico.

O exercício do poder, através do conhecimento técnico, é discutido por Bobbio (2007) ao identificar as três formas de poder — econômico, ideológico e político, ou seja, da riqueza, do saber e da força. Segundo o autor:

O poder ideológico é aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação. Deste tipo de condicionamento, deriva a importância social daqueles que sabem, sejam eles os sacerdotes nas sociedades tradicionais, ou os literatos, os cientistas, os técnicos, os assim chamados “intelectuais”, nas sociedades secularizadas, porque, através dos conhecimentos por eles difundidos ou dos valores por eles afirmados e inculcados, realiza-se o processo de socialização do qual todo grupo social necessita para poder estar junto. O que têm em comum estas três formas de poder é que elas contribuem conjuntamente para instituir e para manter sociedades de desiguais divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos e pobres com base no poder econômico, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico. Genericamente, em superiores e inferiores (Bobbio, 2007, p.82-83).

Esta distinção tem sido exaustivamente utilizada no processo decisório de empreendimentos hidrelétricos para fazer pre-

¹⁰ Cf. Souza, S. L. B. C. “Política Encenada: reflexões sobre mediatização e poder”. Revista Temática, ano X, n. 2. Belo Horizonte: Ed. FUMEC, fevereiro/2014, p.1-17.

valecer a ótica dos proponentes do projeto¹¹. Da mesma forma, o poder ideológico fundamentado no saber técnico é também utilizado para desqualificar ações midiáticas contrárias às obras hidrelétricas, como é apresentado no item 3.5 deste capítulo.

Outro instrumento importante que está presente no processo de midiaticização como terreno de disputa política é o poder econômico, através do qual as empresas construtoras e órgãos do governo se servem para monopolizar os meios de comunicação tradicionais, como os jornais de grande circulação, rádios e TVs.

Para Souza (2014, p.15), “os veículos de comunicação não possuem linhas editoriais plenamente independentes de propagandas e recursos governamentais. Jornais, revistas, canais de TV, portais e emissoras de rádios são escolhidos como depositários de um volume significativo de dinheiro de fonte governamental. Essa relação de dependência de patrocínios do Estado reflete-se, naturalmente, na linha editorial adotada por cada suporte”.

A estratégia de controle da mídia feito pelos governantes e grupos econômicos, através da desinformação, propaganda e cobertura unilateral, é evidenciada nos itens 3.3 e 3.4 deste capítulo.

Por fim, Rubim (2000) lembra que a relação entre espetáculo e poder político se confunde. O termo espetáculo pode ser definido não apenas como um conjunto de imagens, mas como uma “relação social entre pessoas, mediada por imagens” (Debord, 1997, p.14).

Nessa medida, as técnicas de edição e espetacularização utilizadas notadamente nas reportagens de TV apresentadas com o intuito de “informar” o público, são evidências de controle da mídia como estratégia fundamentada no poder econômico e político. A esse respeito, Szpacenkopf (2003, p.166) indica que “o espetáculo se serve de ameaças ou procura muitas vezes manter um clima de ameaça, subtendida, velada, ou mesmo explicitada para manipular a opinião pública ou mesmo política”.

¹¹ As Audiências Públicas, etapa para o licenciamento ambiental das obras hidrelétricas, são realizadas apenas como maneira de cumprir exigências legais, sem se preocupar efetivamente com seus resultados. De um lado estão engenheiros, economistas, e mesmo sociólogos e antropólogos, a dar sustentação às empresas e aos órgãos de governo, e do outro estão as populações atingidas desprovidas do conhecimento técnico, mesmo quando amparadas pela presença de acadêmicos. Ver a respeito Hernandez e Magalhães (2011).

O “fantasma do apagão” é, nesse sentido, utilizado de forma recorrente na propaganda do governo e das empresas construtoras de usinas hidrelétricas como uma ameaça ao bem estar da população e ao desenvolvimento econômico do país. Como aponta Sevá Fº (2008, p.47):

Nos últimos anos, todas as inaugurações de hidrelétricas, mesmo pequenas, e até mesmo uma simples partida de mais um grupo turbo-gerador, costumam contar com a presença do presidente e ministros da República, governadores de estado, todos reafirmando a importância da eletricidade para o progresso, nos advertindo dos “riscos de outro racionamento de energia, se os investimentos não prosseguirem”, louvando os empregos ofertados pelas empreiteiras. Inaugurações de hidrelétricas há cento e vinte anos são eventos eleitoreiros, e têm sido cobertos pelos jornais, revistas, os boletins das empresas e dos sindicatos, rádios e TVs.

Evidências empíricas do processo de midiaticização na construção da usina hidrelétrica Belo Monte (PA)

Na tentativa de resistir ao assédio e aos desmandos do Governo brasileiro e da empresa construtora da obra, as populações da região atingidas pela usina hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, se organizaram em associações e movimentos em prol da luta por seus direitos.

Dentre os principais atores da resistência, o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) reúne mais de 250 entidades de dentro e de fora do Brasil, dentre as quais importantes ONGs como o ISA-Instituto Sócio Ambiental, a rede Greenpeace, a rede International Rivers, a rede Amazon Watch, a rede Friends of the Earth, todas elas com capacidade de ação nas diversas mídias nacionais e principalmente internacionais. As ações destas ONGs se junta o MAB-Movimento dos Atingidos por Barragens e adesões de importantes personalidades internacionais, como a do cantor Sting, do ator e ex-governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, do cineasta James Cameron e da atriz Sigourney Weaver, que, nas oportunidades que estiveram no país, chamaram a atenção da mídia nacional e internacional.

Esta capacidade midiática foi contraposta ao Governo brasileiro e à empresa NESA, responsável pela construção da usina Belo Monte, em diversas oportunidades. A seguir, a presente análise reúne seis momentos da disputa midiática no processo de construção da usina Belo Monte.

O projeto da usina Kararaô e o 1º Encontro dos Indígenas do Xingu em fevereiro de 1989

Em 1980, a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), subsidiária do Grupo Eletrobrás, iniciou os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira, com o projeto de construção das usinas de Babaquara (6,3 mil MW e reservatório com área estimada de 2.560-6.140 km²) e Kararaô (11 mil MW e reservatório com área de 1.230 km²) no rio Xingu (PA)¹².

Em 30 de agosto de 1988, a Portaria MME nº. 1077 autorizou a Eletronorte a realizar estudos de viabilidade para o AHE Kararaô, identificada como projeto prioritário para iniciar o aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu.

Ao longo destes oito anos, técnicos da empresa de consultoria CNEC, contratada para desenvolver os estudos de viabilidade e avaliação ambiental, percorreram a região de Altamira para o levantamento de dados de campo. As populações indígenas na região não haviam sido, até então, consultadas, bem como as populações tradicionais e ribeirinhas.

Em vista deste quadro, em janeiro de 1988, o pesquisador Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi do Pará, e os índios kaiapó Paulinho Paiakan e Kuben-I participaram de seminário na Universidade da Flórida, no qual denunciaram que o Banco Mundial (BIRD) iria financiar um projeto de hidrelétricas no

¹² O estudo de inventário hidrelétrico original, concluído pela empresa de consultoria CNEC e apresentado à Eletronorte em 1980, previa mais quatro centrais hidrelétricas no rio Xingu: Iriri (770 MW e reservatório com área estimada de 1;710-4.060 km²); Ipi-xuma (1.704 MW e reservatório com área estimada de 2.020-3.270 km²); Kokraimoro (1.490 MW e reservatório com área estimada de 940-1.770 km²); e Jarina (620 MW e reservatório com área estimada de 1.168-1.900 km²). As diferenças nas áreas estimadas em cada um dos reservatórios refletem as cotas mínimas e máximas consideradas nos estudos de inventário de 1980 para a definição das potências de cada usina hidrelétrica estudada (Fonte dos dados: Sevá Filho, A.O. (Org.). Tenotã-Mô: alertas sobre as consequências dos projetos no rio Xingu. São Paulo: IRN, 2005).

Xingu que inundaria sete milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas. Convidados por ambientalistas norte-americanos repetiram as denúncias em Washington, o que os levou a serem enquadrados na Lei dos Estrangeiros e, por isso, ameaçados de serem expulsos do país. Este fato iniciou um movimento de mobilização nacional que alcançou diversas mídias, nacionais e internacionais¹³.

Em novembro de 1988, lideranças Kaiapó se reuniram na aldeia Gorotire para discutir as barragens projetadas para o Rio Xingu, ocasião em que decidiram convidar autoridades brasileiras para um grande encontro com os povos indígenas que seriam afetados pelas usinas.

Realizado entre 20 e 25 de fevereiro de 1989, em Altamira (PA), o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu reuniu três mil pessoas, entre as quais 650 eram indígenas. No evento também estiveram outras lideranças indígenas, como o cacique Raoni, Ailton Krenak e Marcos Terena, além de políticos da oposição ao governo brasileiro e figuras de visibilidade internacional, como o cantor inglês Sting¹⁴.

Na ocasião, o fato midiático mais marcante foi o gesto de advertência da índia kaiapó Tuíra, que tocou com a lâmina de seu facão o rosto do então diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes. O gesto forte de Tuíra foi registrado pelas câmaras e ganhou o mundo em fotos estampadas nos principais jornais brasileiros e estrangeiros.

O projeto da usina Kararaô foi abandonado pelo Governo brasileiro, mas voltou à cena através da aprovação pelo Congresso Nacional em 13 de julho de 2005, do Decreto Legislativo nº 788, que autorizou a intenção do Governo de construir a usina hidrelétrica, agora com o novo nome de Belo Monte.

¹³ O histórico dos fatos que envolveram o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, bem como seus desdobramentos, encontra-se disponível no sítio do ISA na web: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>

¹⁴ O evento foi tema de um documentário intitulado “Kararaô — um grito de guerra”, produzido pela Fundação Padre Anchieta (TV Cultura de São Paulo), sob a direção de Delfino Araújo, e exibido na série Repórter Especial no dia 19 de abril de 1989, com duração de 45:33 minutos. (Nota dos autores: Infelizmente, o vídeo não se encontra disponível no sítio da emissora).

Cabe assinalar que o trâmite para a aprovação do decreto foi de apenas quatro dias, na época em que a mídia nacional se concentrava nas acusações da existência de “mensalão”, expediente que estaria sendo utilizado pelo Governo federal para assegurar apoio político a seus atos.

Em 2007, no segundo mandato do Presidente Lula, o Governo federal incluiu a usina Belo Monte como principal obra do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento.

A principal mudança do “novo” projeto em relação ao projeto original foi o artifício utilizado de reduzir a área de inundação inicialmente prevista do reservatório, dos 1.230 km² para 516 km², por meio da construção de dois canais de derivação, projeto posteriormente revisado para a construção de um único canal de derivação, a título de “otimização do projeto”. Com este artifício, o projeto logrou não inundar as duas áreas indígenas localizadas na região: a Terra Indígena Juruna do Paquichamba e a Terra Indígena Arara da Volta Grande¹⁵.

Ao não inundar diretamente os territórios indígenas, o projeto se adequa à concepção dos projetos hidrelétricos em voga, de desconsiderar as consequências sociais e ambientais das populações não inundadas ou “afogadas” pela formação dos reservatórios. Este artifício permitiu que o projeto não se sujeitasse ao disposto nos parágrafos 3º e 5º do Artigo 231 da Constituição Federal, que impede a remoção das populações indígenas sem consulta prévia e exige a aprovação pelo Congresso Nacional.

Se, por um lado, as duas comunidades indígenas não sejam diretamente atingidas pela formação do reservatório, por outro, a região da Volta Grande onde habitam, com uma extensão de 100 km, sofrerá uma redução da sua vazão que impossibilitará a manutenção das condições de reprodução social da população indígena, bem como da população ribeirinha da área, muito embora a empresa NESA e o IBAMA insistam em afirmar que a “vazão ecológica” de 700 m³/s estará assegurada no período da estiagem do rio Xingu nos meses de setembro e outubro¹⁶.

¹⁵ O canal de derivação foi concebido para “engulir” o mesmo volume de água do antigo projeto, de forma a reduzir a área que será inundada pela formação do reservatório.

¹⁶ Ver a respeito Molina, J. (2009, p.95-116).

Por fim, há que se ressaltar que as características principais do “novo” projeto não foram alteradas. Foi mantida a capacidade de geração, agora de precisos 11.233,1 MW, embora tenha sido estimada, operacionalmente, a média assegurada de apenas 39%, correspondente a 4.428 MW médios¹⁷.

A redução da capacidade de geração é explicada pelos documentos do Governo e pela empresa Norte Energia como resultante do apelo ambiental, que transformou Belo Monte numa usina a “fio-d’água”, sem um grande reservatório que seria necessário para o controle da vazão do rio Xingu através de uma maior capacidade de armazenamento de água¹⁸.

A Licença de Instalação provisória da usina Belo Monte em janeiro de 2011

As obras da usina Belo Monte foram iniciadas em 26 de janeiro de 2011, através da concessão, por parte do IBAMA, de uma Licença de Instalação em inédito caráter provisório, para possibilitar o início da instalação do canteiro de obras e os equipamentos de logística necessários. Tal contexto foi muito mal recebido pela opinião pública do país, que presenciou manifestações de reprovação de vários setores da sociedade veiculadas em diversas mídias.

Com o intuito de reduzir a má impressão causada na opinião pública, a empresa NESA veiculou durante o mês de abril de 2011 três vídeos de curta duração (14’’) para enaltecer os benefícios da obra de Belo Monte. Os vídeos sem sonorização percorreram os principais aeroportos do país.

- No primeiro vídeo, a questão indígena era o foco principal, com desenhos e imagens e os seguintes textos apresentados em sequência: Usina Belo Monte — Ne-

¹⁷ Valor encontrado no LinkedIn da empresa Norte Energia. (Disponível em: <http://www.linkedin.com/company/norte-energia-s.a.>). Oficialmente, a empresa indica o valor de 4.571 MW de garantia física. Cabe ressaltar que o fator de capacidade médio das usinas hidrelétricas no Brasil é de 50%.

¹⁸ A controvérsia entre usinas hidrelétricas à “fio-d’água” ou com “reservatórios de acumulação” na região amazônica tem marcado o debate recente. Para os apoiadores da segunda opção, não se deveria abrir mão de uma maior capacidade de geração por razões ambientais e sociais, mesmo porque estas questões são levantadas pelas populações locais e ONGs internacionais em detrimento da população brasileira e do desenvolvimento econômico do país.

nhuma terra indígena será alagada — Respeito à diversidade — Essa é a energia — Norte Energia-Usina Belo Monte é uma obra do PAC.

- No segundo, as atuais condições de vida da população eram o foco: Usina Belo Monte — Na cidade de Altamira-PA mais de 5 mil famílias vivem e palafitas — A usina Belo Monte vai levar saneamento, moradia, escola e hospital para essas comunidades — Respeito — Essa é a energia — Norte Energia-Usina Belo Monte é uma obra do PAC.
- No terceiro, a necessidade e destinação da energia era o foco: a energia produzida pela hidrelétrica de Belo Monte pode abastecer mais de 18 milhões de casas e 60 milhões de pessoas — Energia é o que o país precisa para crescer — Desenvolvimento — Essa é a energia — Norte Energia Usina Belo Monte é uma obra do PAC.

Com estes três vídeos, a intenção da empresa NESA foi o de sensibilizar os formadores de opinião. Os mesmos vídeos foram também veiculados com narração dos textos nas principais redes de televisão do país. Finalmente, em 01 de junho de 2011, a Licença de Instalação foi concedida. O início das obras propriamente ditas se deu em 23 de junho de 2011.

A reportagem especial sobre a usina Belo Monte no Jornal Nacional da Rede Globo em agosto de 2011

Nos dias 23, 25 e 26 de agosto de 2011 o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, o mais assistido telejornal no país, apresentou uma reportagem especial sobre a usina Belo Monte. A reportagem foi dividida em 3 partes. Conforme a emissora “Na primeira, a repórter Cristina Serra mostra as polêmicas envolvendo a maior obra em andamento no Brasil: as queixas de índios, de produtores rurais, de ambientalistas e de moradores de áreas que serão atingidas pelas barragens”¹⁹.

Muito embora a reportagem (duração de 7’:48’’) tenha aberto espaço para representantes do Governo e da empresa NESA chamarem a atenção para os benefícios da obra, acompanha-

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7tm83yGPNaw>

do de um texto narrativo construído de forma a sensibilizar, positivamente, o telespectador para a importância da usina²⁰, a reportagem também apresentou as controvérsias sociais de obra, com um espaço considerável para a fala de representantes das populações ribeirinhas e indígenas. Mostrando cantos de guerra de indígenas e lembrando que “esta briga não é de hoje”, ao mostrar em imagens de arquivo os acontecimentos do 1º Encontro dos Indígenas do Xingu em fevereiro de 1989, quando um diretor da empresa Eletronorte foi advertido por um facão pela indignação de uma indígena (ver item 3.1), e em maio de 2008, durante o Encontro Xingu Vivo para Sempre, quando um engenheiro da Eletrobrás foi ferido por indígenas, a questão indígena termina em tom de ameaça com a declaração do cacique Ireo, da etnia caiapó: “Quem sabe vai acontecer a guerra. Branco morre. Índio morre. Eu quero ver se até o final vai acontecer esse barramento!”.

É importante observar que a segunda parte da reportagem (duração de 5’21”), apresentada dois dias depois, não apresentou mais os conflitos sociais da obra. Conforme a emissora “Na segunda reportagem, vamos mostrar o trabalho de remoção de animais e de proteção de sítios arqueológicos antes do avanço das máquinas”²¹. Mas, na terceira parte da reportagem²², (duração de 5’01”) as dúvidas e incertezas estiveram presentes. Segundo a emissora: “Hoje você vai ver as transformações que a construção da usina está promovendo no coração do Pará”. Com referências ao aumento do custo de vida na cidade, e com depoimentos de moradores em palafitas do bairro Brasília, onde 6 mil famílias seriam removidos, manifestações de medo pelo futuro e pela vinda da “bandidagem que vai vir com a barragem” deram o tom. Conforme a reportagem, “a Norte Energia terá de dar novas ha-

²⁰ Ver a respeito a Tese de Doutorado de Roberto Lestinge, com o título “Belo Monte: um estudo crítico-discursivo e ecolinguístico de notícias veiculadas no Jornal Nacional”. O autor utiliza as ferramentas de análise de discurso para identificar intenções e interesses na desconstrução/reconstrução dos textos veiculados. A Tese foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da FFLCH/USP em 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-02072014-130929/pt-br.php>

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LVJQDi13SBU>

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0TdYj3ArV3M>

bitações a estes moradores”. A reportagem ainda lembrou que “a empresa responsável pela usina terá que adotar medidas para compensar o impacto da migração na região. Estimativas variam de 50 mil a 100 mil pessoas a mais, que vão precisar de escolas, saúde e saneamento básico”.

A reportagem também trouxe depoimentos de um representante do Governo, para quem “este custo ambiental é perfeitamente compatível e inferior aos benefícios que este empreendimento traz para a sociedade como um todo”. A reportagem termina indicando que o custo total da usina seria de 26 bilhões de reais e que 3,7 bilhões seriam gastos com as compensações dos impactos sociais e ambientais.

Em suma, a mensagem da reportagem especial foi clara: a usina é importante para o desenvolvimento do país; os problemas ambientais e sociais estão sendo “equacionados” e acompanhados pelo órgão licenciador (IBAMA); a empresa responsável NESA irá resolver todos os problemas e, com isso, respeitar todas as condicionantes ambientais estabelecidas na Licença de Instalação.

Mas ficaram também as dúvidas: “No ano em que Altamira comemora o seu centenário de fundação, Belo Monte é um presente carregado de polêmicas e um passo ainda incerto rumo ao futuro”.

A interrupção das obras da usina Belo Monte em agosto de 2012

Em 13 de agosto de 2012, os membros da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargadores Antonio Souza Prudente, João Batista Moreira e Selene Almeida, proferiram o acórdão determinando a paralisação imediata das obras de construção da usina de Belo Monte, e estipulando à NESA uma pena de multa diária de R\$ 500 mil no caso de não cumprimento da decisão.

A decisão atendia ao pedido do Ministério Público Federal no Pará e anulava o decreto legislativo nº 788 de 2005, e todas as licenças concedidas pelo Ibama para o empreendimento.

A interrupção das obras, no dia 23 de agosto, foi acompanhada, no dia seguinte, por manchetes nos principais jornais do país:

- “Belo Monte é suspensa e 14 mil operários param” (jornal OESP, 24/08/2012, p.B8)

- “Obra de Belo Monte para e pode atrasar” (jornal FSP, 24/08/2012, p.B7)

- “Obras da usina de Belo Monte estão paradas” (jornal O Globo, 24/08/2012)

Dessa forma, os principais jornais do país predispunham a opinião pública a considerar negativamente a ação do Ministério Público Federal do Pará e a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. No dia 24 de agosto, a AGU-Advocacia Geral da União e o Ibama entraram com recurso no STF, que o acolheu.

Ainda, nos dias que se seguiram à interrupção da obra de construção de Belo Monte, notícias davam conta de um alegado “Prejuízo diário com paralisação de Belo Monte é de R\$ 12 milhões, diz Norte Energia” (jornal O Globo, 27/08/2012) ou ainda que “Segundo a Norte Energia, responsável pelas obras de construção da usina, a suspensão das obras interrompia os investimentos de R\$ 3 bilhões previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA), o que implicaria no cancelamento de 117 programas” (jornal O Globo, 27/08/2012).

No dia 28 de agosto, o Ministro Ayres Britto, na época presidente do STF, suspendeu a liminar sob a alegação de que a interrupção da obra poderia gerar “grave lesão à economia pública”, fazendo referência ao art. 4º da Lei 8.437/92, utilizando o instituto da Suspensão de Segurança²³.

Verifica-se neste caso que o papel da mídia, enfatizando os problemas acarretados pela interrupção das obras, sem fazer alusão às razões que levaram o MPF a obter a paralisação das obras da usina Belo Monte, procurou sensibilizar de forma negativa a opinião pública quanto à oportunidade de se interromper uma obra que causa prejuízos à empresa construtora, aos seus trabalhadores e ao próprio país, que precisa da energia para seu crescimento.

O vídeo “É a Gota D’Água + 10” em novembro de 2012

Em novembro de 2011, o país testemunhou uma verdadeira “guerra de vídeos”. O debate sobre a usina Belo Monte passou a ganhar visibilidade nacional graças a um vídeo com a participação de vários atores e atrizes da Rede Globo, principal rede de

²³ Ver a respeito Bermann (2013, p.97-120)

televisão do país. O vídeo, *É a Gota D' Água + 10*²⁴, veiculado na Rede Globo e disponibilizado no Youtube, foi amplamente divulgado pelas redes sociais, resultando numa petição com mais de um milhão e trezentas e cinquenta mil assinaturas recolhidas em um mês, solicitando “a interrupção imediata das obras de Belo Monte e a abertura de um amplo debate que convoque os brasileiros para refletir e opinar sobre que tipo de progresso que estamos dispostos a seguir, conscientes das consequências das nossas decisões”, petição que foi posteriormente entregue no gabinete da Secretaria Geral da Presidente da República Dilma Rousseff. Na ocasião, a resposta foi negativa e definitiva: “As obras não serão suspensas, em nenhuma hipótese!”.

O vídeo dos atores globais desencadeou uma série de reações contrárias, na forma de resposta em vídeo produzido por apoiadores da construção da usina. O vídeo que teve maior repercussão foi *Tempestade em Copo D'água*?²⁵, que apresentou um grupo de estudantes sob a coordenação do professor de Estatística da Unicamp, Sebastião de Amorim, “respondendo” a cada uma das argumentações utilizadas pelos atores no primeiro vídeo.

A revista *Veja*, em sua edição de 07 de dezembro de 2012²⁶, publicou uma matéria de capa sob o título *O Nocaute das Estrelas* e como subtítulo: *Hidrelétricas na Amazônia: Os estudantes reagem aos artistas ecochatos e fazem o primeiro debate sério na internet*. A intenção foi de tomar a manifestação dos artistas como um documento técnico e acadêmico, passando a desacreditá-la. Na matéria (p.140-146) foram utilizados quadros explicativos na forma de HQ (história em quadrinhos) com citações do vídeo dos artistas e comentários do vídeo dos estudantes favoráveis à barragem, em que eles supostamente “nocauteariam” os atores. Conforme salienta o prof. Rodolfo Salm, “o curioso é que, com a exceção do equívoco de Ingrid Guimarães sobre a posição do Parque do Xingu em relação à barragem, não há o que se recriminar nas falas dos artistas”²⁷.

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DIPAbXsWH7U>

²⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gVC_Y9drhGo

²⁶ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

²⁷ Artigo sob o título “Belo Monte: a batalha dos vídeos”, 10/12/2012. Disponível em:

Observa-se que a ação midiática contrária à obra apresentada pelo Movimento Gota D'Água teve uma notável repercussão, apesar das tentativas de descrédito, conseguindo reunir um expressivo número de assinaturas que, entretanto, não foi suficiente para que o objetivo de interrupção das obras fosse alcançado.

O embate ISA X NESA na obtenção da Licença de Operação da usina Belo Monte em junho/julho de 2015

Interessa-nos ainda, para o desenvolvimento da análise, tomar como evidência empírica a disputa midiática que envolveu, e ainda envolve, o processo decisório para obtenção da última etapa do licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte – a Licença de Operação²⁸.

Na disputa que se estabelece entre populações atingidas e o Governo articulado com a empresa responsável pela construção da Usina Belo Monte, o importante é apresentar ao público, utilizando ferramentas midiáticas, se foi alcançado ou não o cumprimento das exigências legais que compõem todo o processo de estudos e avaliações de impactos ambientais e socioculturais da obra, pois somente após a efetivação de tais exigências é que a Licença de Operação da Usina é liberada.

Em face desse quadro, a empresa Norte Energia vem a público, com documentos que se propõem apresentar fatos referentes ao processo de construção da Usina e ao cumprimento favorável das questões legais exigidas pelo órgão ambiental responsável pelo licenciamento. Do outro lado, ONGs e movimentos sociais também elaboram documentos que são disponibilizados na mídia, procurando demonstrar que as questões legais não foram cumpridas e que o quadro sócioambiental da região sofreu um processo de vigorosa degradação.

Tais documentos justificam ou enfatizam motivos que afirmam ou negam a aprovação para a Licença de Operação. Os

http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6614:manchete101211&catid=34:manchete

²⁸ Nota dos autores: No momento da elaboração deste capítulo (outubro de 2015), a LO não havia sido concedida pelo IBAMA. O pleito foi formalizado pela empresa NESA em 11/02/2015.

documentos são apresentados pelos lados opostos da disputa, e, de certa forma, um responde ao outro na tentativa de anular as críticas e opiniões apresentadas pelos dois lados.

Neste sentido, comparamos dois destes documentos. Por um lado, o Dossiê elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA) sob o título *Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação* (junho de 2015)²⁹ e, por outro lado, o livro elaborado pela Norte Energia (NESA), empresa responsável pela construção da obra, sob o título *UHE Belo Monte: Usina de transformação social* (julho de 2015)³⁰.

O primeiro documento, de 56 páginas, apresenta uma síntese dos principais erros e omissões, tanto da Norte Energia como do governo federal, na condução das obrigações socioambientais relacionadas à Belo Monte. O material também traz um anexo com a coletânea de 24 artigos escritos por especialistas, técnicos e representantes de instituições que acompanharam de perto o descompasso entre a execução da obra e a realização das ações de mitigação e compensação de impactos na região afetada.

O segundo documento, de 77 páginas, apresenta um texto elaborado pela Diretoria de Assuntos Institucionais da NESA, que apresenta os benefícios que a obra trouxe para a região e as medidas que contemplam, na visão da empresa, todas as condicionantes ambientais e sociais.

Para a análise comparativa, foram considerados os seguintes temas e fatos, presentes nos dois documentos:

(I) as ações relativas às exigências estabelecidas pelo órgão licenciador (IBAMA) nos Estudos de Impactos Ambientais, no que tange a infraestrutura urbana e equipamentos a serem disponibilizados pelo empreendedor à população residente na região (escolas, postos de saúde, saneamento básico, entre outros);

(II) as ações referentes aos programas, planos e projetos estabelecidos para mitigar ou compensar os impactos para a população e o meio ambiente;

(III) as compensações que compõem os PBA (Planos Básicos Ambientais) e PBA-CI (Planos Básicos Ambientais Indígenas-Componente Indígena) que devem ser implantados antes da liberação da Licença de Instalação;

²⁹ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/dossie-belo-monte>

³⁰ Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/revista/#book5/page1>

(IV) as medidas para o reassentamento adequado da população, de forma a compatibilizar seus costumes com o novo espaço disponibilizado;

(V) as indenizações e seus procedimentos para as populações diretamente afetadas pelas obras.

Infraestrutura urbana e Equipamentos

As medidas que organizariam a infraestrutura da cidade de Altamira e das cidades do entorno da obra são descritas de modo bem distintos pelos dois documentos:

Saúde

A Norte Energia alega ter ampliado o atendimento para saúde com 30 novas unidades básicas de saúde, 4 hospitais, além de reformas feitas em unidades já existentes, afirmando que mais de “22,9 milhões foram repassados aos municípios para fortalecer a assistência à saúde e que 360 mil pessoas/mês é a capacidade de atendimento das 30 UBS construídas”, sendo as mesmas, entregues totalmente equipadas e com consultório odontológico completo, além de equipamentos para pequenas cirurgias (NESA, p.26-27).

Por sua vez, de acordo com o ISA, houve atrasos nas entregas dos equipamentos, sendo uma prova o Hospital Geral de Altamira, que foi concluído apenas em março de 2015 e não tinha sido inaugurado até junho de 2015, ou seja, não estava pronto durante toda a fase de pico da demanda (2011/2013), fazendo recair sobre o Hospital Municipal São Rafael todo atendimento, superlotando o mesmo na maior parte do tempo. “A percepção de gestores públicos, profissionais da saúde e da população, em geral, é de que a estrutura de saúde disponível em Altamira durante a obra tem sido insuficiente e que faltam itens básicos, como leitos para atendimento e internação” (ISA, p.26). O documento do ISA também alerta que a gestão da prefeitura não terá recursos para manter um bom funcionamento de tais equipamentos de saúde e que com o tempo poderá haver o sucateamento dos mesmos.

Educação

De acordo com a NESA, foram “378 salas de aula construídas reformadas e ampliadas, com 22 mil alunos beneficiados, e mais de 11,8 mil equipamentos doados às prefeituras, como carteiras escolares, cadeiras e ar condicionado” (NESA, p.20). O documento enfatiza a entrega das novas salas e a reforma das antigas, indicando que este processo já fez a diferença, pois os jovens e crianças, assim como os profissionais da educação, passaram a se sentir valorizados, fazendo melhorar a educação nas cidades da região.

O ISA, por outro lado, destaca que a quantidade de salas de aula ficou aquém das necessidades geradas pelo aumento da demanda, o que fez as salas se manterem superlotadas na maior parte do tempo desde o início das obras. Em relação ao bom andamento das aulas, o Dossiê do ISA indica que os professores não estavam preparados para a sazonalidade dos estudantes e do grande número de alunos por sala, o que por si só já faz a qualidade da aula cair. Diante de tal realidade, “as taxas de reprovação escolar nos cinco municípios da AID (Área de Influência Direta) cresceram 40,5% no ensino fundamental, entre 2011 e 2013, e 73,5% no ensino médio entre 2010 e 2013. As taxas de abandono também vêm aumentando.” (ISA, p.28). Outra questão levantada pelo ISA é que as mães trabalhadoras também enfrentaram problemas, pois o aumento de creches não fez parte das exigências, questão que não é, evidentemente, sequer mencionada pela NESA.

Saneamento Básico

Em relação ao saneamento básico, a NESA (p.34-35) afirma que “foram mais de 485 milhões investidos nos municípios na Área de Influência Direta, com 266,4 quilômetros de redes de esgoto e 194,4 de redes de água”. O documento da NESA também indica que “Hoje, os perímetros urbanos de Altamira e Vitória do Xingu contam com infraestrutura para a prestação destes serviços”, sem mencionar que as ligações destas redes aos domicílios não faziam parte das exigências legais. Ou seja, a sua responsabilidade foi cumprida.

Em relação a esta questão o ISA, (p.30) afirma que “Apesar dos investimentos, não há perspectiva de que esses sistemas entrem em funcionamento antes do barramento do rio, o que pode afetar substancialmente a qualidade da água dos aquíferos subterrâneos e do reservatório do Xingu, que servem à cidade e à população. As estações de tratamento estão prontas, mas as tubulações não estão conectadas aos domicílios e imóveis comerciais para receberem o esgoto, pois os ramais e ligações domiciliares não foram implantados pelo empreendedor”. O documento do ISA também indica que o órgão licenciador (Ibama) afirmou que “os ramais de ligação domiciliar de esgoto são parte integrante e fundamental para que o sistema de esgotamento sanitário projetado alcance seu objetivo, portanto o empreendedor deve prever articulação junto à prefeitura local visando a implantação de 100% dos ramais domiciliares”. Lamentando que a manifestação do Ibama não estabeleça claramente quem é responsável por essas ligações, o documento do ISA finaliza afirmando: “É inaceitável que a indefinição quanto às competências de cada ente comprometa a efetividade de uma condicionante dessa importância, podendo acarretar a não mitigação do impacto para o qual ela foi criada”.

Mitigação ou compensações: os impactos para a população e o meio ambiente

Os dois documentos apresentam as questões ambientais e possíveis impactos gerados pela obra da Usina. Enquanto o ISA apresenta o descumprimento tanto do empreendedor como do poder público com relação à preservação ambiental, a NESA apenas indica as benesses de programas e projetos de preservação.

O ISA frisa que ocorre um intenso desmatamento na região, por conta da venda ilegal da madeira, que só tem aumentado com o tempo por falta de fiscalização. A “degradação florestal, além de gerar sérios problemas ambientais — como o aumento da vulnerabilidade da floresta, as queimadas e a redução da biodiversidade, traz consigo intensa violência contra os moradores das áreas em que os madeireiros atuam, incluindo tentativas de intimidação e cooptação” (ISA, p.37).

Com relação às comunidades indígenas, o ISA (p.38-39) indica que estão sendo prejudicadas em sua organização de vida. De acordo com o ISA, o atraso do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) fez com que a Norte Energia implantasse um Plano Emergencial, para a realização de algumas ações de mitigação, que deveriam ocorrer antes da efetivação do projeto. Entretanto “seu desenvolvimento deflagrou um dos processos mais perversos de cooptação de lideranças indígenas e desestruturação social promovidos por Belo Monte”, o que, desde o início, a Funai procurou impedir sem ser bem-sucedida, tolhida que foi pelos interesses econômicos e políticos relacionados com a obra. Assim, vários foram os impactos sobre as comunidades indígenas, que perderam sua autonomia e organização, como exemplo, a “perda da capacidade de produzir alimentos de forma contínua (segurança alimentar), o que teve graves consequências na saúde e autonomia dos povos indígenas da região.” Conforme o ISA, houve aumento de desnutrição das crianças e a nova dieta industrializada que adentrou as aldeias trouxe sérios problemas de segurança alimentar, com aumento de mortalidade infantil indígena. Ainda, segundo o ISA, as Terras Indígenas (TIs) estão sendo sistematicamente tomadas ou invadidas pela exploração de caçadores, madeireiros, pescadores comerciais, entre outros impactos advindos das obras da Usina, indicando que “apesar de ser verdade que Belo Monte não alaga nenhuma TI, vale lembrar que a Usina praticamente seca o rio Xingu entre as TIs Arara da Volta Grande e Paquiçamba, desviando até 80% da vazão hídrica para o reservatório de geração de energia” (ISA, p.40).

O documento da NESA (p.52-63), por sua vez, faz questão de reafirmar o não alagamento das regiões onde se situam as TIs, não menciona o desmatamento e frisa em várias páginas os trabalhos de preservação ambiental que vem sendo feitos na região, apresentando projetos científicos, que são realizados com suporte da Norte Energia, estudos sobre a fauna e flora, sua melhor forma de preservação e o cuidado intenso que a Norte Energia tem tido para com a manutenção do ambiente original da área.

Em relação às TIs e à organização de vida do indígena, o documento da NESA (p.49) apresenta o melhor dos quadros, não

menção o Plano Emergencial, indicando que “o Plano Operativo do PBA-CI, aprovado pela Funai em abril de 2013, fortalece as características étnicas, culturais e atividades tradicionais dos povos indígenas da Região do Médio Xingu com a promoção de segurança territorial ambiental cultural e alimentar”. A NESA indica, inclusive, que, com algumas atividades educativas, tem proporcionado ao indígena um “novo” modo de vida.

O Processo de Remoção Compulsória das Famílias

Como indicado pelo ISA (p.32), “as famílias que deverão abandonar, compulsoriamente, suas casas e áreas produtivas para dar espaço à usina não foram devidamente compensadas, não tendo sido garantida a manutenção ou melhoria de suas condições de vida. Na contramão do estipulado pelo PBA, a execução dos projetos de reassentamento urbano e rural desrespeitou direitos fundamentais e a dignidade dos afetados”.

Com relação aos acordos de indenização, o ISA aponta que estes desconsideraram o verdadeiro valor das moradias ao se aproveitar da simplicidade e falta de informação da população local, que “submetidas a desinformação, constrangimento e pressão, essas populações têm sido levadas a aceitar baixas indenizações” (p.12).

Conforme o ISA, o reassentamento foi fracionado, com remoção aleatória de casas nos bairros antigos. Deste modo, as famílias não conseguiram escolher suas novas moradias e acabaram indo para longe de seus antigos vizinhos, “fragmentando relações sociais, familiares e afetivas, gerando um impacto imaterial irreparável e de difícil dimensionamento”. (p.35). As compensações para os que obrigatoriamente deixaram suas casas não garantiram a manutenção ou melhoria de suas condições de vida, nem mesmo em relação às suas atividades básicas de sobrevivência, a exemplo de pescadores, que foram removidos para longe do rio. Os cadastros iniciais sofreram ajustes posteriores, pois haviam excluído muitas famílias. O modo de vida das populações foi desconsiderado no processo de realocação. “O PBA não tratou os ribeirinhos como uma categoria socioeconômica e cultural específica, o que levou o órgão licenciador a se manifes-

tar recentemente no sentido de que o critério geral do PBA — a manutenção ou melhoria das condições de vida dos atingidos — não estaria sendo respeitado, uma vez que não eram oferecidas opções de reassentamento na beira do rio” (ISA, p.33).

Em particular, “os moradores de ilhas e margens, que vivem também na cidade de Altamira durante parte do tempo, possuindo duas moradias de fato, foram enquadrados na mesma categoria que os agricultores da área rural, tendo recebido apenas opções de indenização, carta de crédito (realocação assistida) e reassentamento longe do rio” (ISA, p.33). E ainda, “o empreendedor vem impelindo a população atingida a escolher se se considera urbana ou rural, o que implica abrir mão de uma parte de sua própria identidade. Não é assegurada dupla opção de reassentamento a quem possuía dupla moradia. Aqueles que optam por reassentamento urbano podem obter apenas indenização (em dinheiro) pela casa da ilha/margem, e os que optam pelo reassentamento rural — ainda uma ficção — podem obter apenas indenização pela casa na cidade. Tal processo de realocação impede que os pescadores continuem exercendo sua atividade (tornando-se “pescadores sem rio”), e pode ter como uma de suas consequências a extinção desse modo de vida tradicional e a pauperização dessa população, que não tem outro ofício além da pesca” (ISA, p.34).

Por seu turno, o documento elaborado pela Norte Energia apresenta os reassentamentos urbanos sob o título *Casas para a vida toda* com o texto indicando “5 novos bairros com infraestrutura completa, cerca de 4 mil casas com 63 m² em terrenos de 300 m², e bairros com água e esgotos tratados” (p.12). Acompanhados de falas dos novos moradores, enaltecendo a melhoria de suas vidas, os reassentamentos e as novas vilas são descritas como sendo muito melhores do que as antigas moradias, que, ficando nas margens do Xingu, estavam sempre sujeitas a alagamentos e de forma geral eram insalubres. Assim, a empresa ressalta que a nova estrutura de vida somente pode assegurar outra qualidade de vida, que antes o ribeirão não tinha. “O Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte está promovendo a modernização da infraestrutura urbana” (NESA, p.18). Ou

seja, para a NESA todas as mudanças beneficiam os moradores e modernizam sua forma de vida, o que no discurso estabelecido é necessariamente algo positivo, independente destes estarem perdendo sua relação com o espaço, sua vida tradicional e consequentemente sua identidade. Os conflitos no processo de reassentamento são evidentemente invisibilizados no documento.

Os documentos e sua estrutura midiática

Os dois materiais se utilizam de uma diagramação similar em sua apresentação, mas o documento da NESA é melhor elaborado, com imagens bastante chamativas em uma visível jogada de marketing. As casas, escolas e hospitais são apresentados como áreas perfeitas e muito bem estruturadas, sem nenhum problema aparente. O documento utiliza imagens de “Antes” e “Agora”, e em todas as imagens as pessoas aparecem sorrindo e com ar de satisfação e todo o material enaltece as benfeitorias da Norte Energia, sem sequer apresentar uma falha ou outra. A preocupação midiática é evidenciada com os dados apresentados no documento (p.64): “Mais de 120 mil visualizações de vídeos no Youtube; Mais de 19 mil curtidas no Facebook; Mais de 4 mil seguidores no Twitter”, o que revela a preocupação da empresa com sua penetração nas diversas mídias disponíveis.

O documento do ISA, por sua vez, apresenta imagens sem apelo chamativo, com as comunidades indígenas em seu cotidiano, imagens da obra, imagens do desmatamento, imagens da precariedade dos novos equipamentos urbanos e da infraestrutura, além de muitas imagens que relacionam a comunidade local e o rio Xingu, demonstrando o quanto importante é essa relação. As imagens apresentam uma visão mais real da região e dos conflitos estabelecidos pela construção da usina. Obviamente, o Dossiê do ISA assume um tom de denúncia diante das exigências não cumpridas pelo processo de Licenciamento Ambiental, contrapondo-se diretamente ao material da NESA e exigindo a não aprovação da Licença de Operação.

Estes dois documentos foram disponibilizados em diferentes mídias, sendo objeto de debates em rádios e TVs por todo o país. Sendo assim, são, efetivamente, materiais que evidenciam o processo de midiaticização da construção da usina Belo Monte e discutido ao longo deste texto.

Considerações finais

O processo decisório de grandes empreendimentos hidrelétricos não se apoia mais somente na lógica tecnológica e racionalidade econômica. O processo de midiaticização assume um papel central na decisão. A escolha pelas diversas instâncias governamentais com poder de decisão, seja no âmbito da definição da política energética, seja no licenciamento ambiental das obras que o primeiro âmbito impõe agora, se fundamenta muito mais no grau de aceitação ou de dúvidas que uma determinada obra suscita na opinião pública. Para os interesses em concretizar as obras não importa mostrar a realidade dos fatos, mas indicar com apelo aos recursos midiáticos “suas verdades”.

Não cabe aqui fazer juízo de valor de quem está com a verdade e quem diz mentiras. Se mentiras existirem, convêm aos órgãos públicos de licenciamento que as examinem, confirmem ou não sua veracidade. Entretanto, a debilidade destes órgãos se mantém presente.

A partir da análise do processo de midiaticização na decisão da intenção de construir a usina Belo Monte e da própria construção da obra, percebe-se que os interesses que se articularam para sua concretização encontraram na sociedade brasileira um terreno livre (a eletricidade é importante para nossas vidas, ela nos traz segurança e o desenvolvimento), mas também de dúvidas, desconfianças e incertezas, não restritas apenas às populações atingidas, mas estendidas a uma parte considerável da sociedade brasileira, sensível às questões sociais e ambientais.

A disputa midiática, foco deste estudo, bem como os demais campos de disputa (política, social, entre outros) incorporam um movimento dialético de construção e reconstrução de conteúdos e ampliação de acesso às mídias.

A presente reflexão não foi capaz de abranger todas as questões que envolvem a temática aqui identificada. Cabe a futuros esforços de investigação ampliar o conhecimento e fazer avançar a compreensão referente ao significado do poder simbólico conferido pelo processo de midiaticização em processos decisórios de grandes empreendimentos.

Referências

- BERMANN, C. (2012a). "O projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a autocracia energética como paradigma". *Novos Cadernos NAEA*, v.15, n.1. Belém: UFPa, p.5-23.
- BERMANN, C. (2012b). "A questão energética: impasses e desafios na Rio+20". In: Ribeiro, W.G. (org.). *Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social*. São Paulo: Annablume, p.115-142.
- BERMANN, C. (2012c). "O Setor de Eletro-intensivos". In: Milikan, B. e Moreira, P.F. (eds.) *O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21: Oportunidades e Desafios*. Brasília (DF): International Rivers, p. 28-32.
- BERMANN, C. (2013). "A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal". *Novos Cadernos NAEA*, v.16, n.2. Belém: UFPa, p.97-120.
- BOBBIO, N. (1987). *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- BOURDIER, P. (1984). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Ed. Fim do Século.
- BOURDIER, P. (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- DEBORD, G. (1987). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- GOMES, P.G. (2004). "Processos midiáticos como objeto de estudo". In: *Tópicos de teoria de comunicação*. São Leopoldo/RS: Ed. Unisinos.
- HARVEY, D. (2006). *O novo imperialismo*. São Paulo: Ed Loyola.
- HERNANDEZ, F.M. & MAGALHÃES, S.B. (2011). "Ciência, cientistas e democracia desfigurada: O caso de Belo Monte". *Novos Cadernos NAEA*, v.14, n.1. Belém: UFPa, p.79-96.
- IBGE (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD 2013*, 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE.
- IEA (2014). *Energy Supply Security: The emergency response of IEA countries*. Paris: OCDE/IEA-International Energy Agency.
- ISA (2015). *Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação*. Villas-Bôas, A. et al. (Orgs.). São Paulo: ISA-Instituto Socioambiental.

LESTINGE, R. (2013). "Belo Monte: um estudo crítico-discursivo e ecolinguístico de notícias veiculadas no *Jornal Nacional*". (Tese de Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da FFLCH/USP. São Paulo, 2014.

MARQUES, L. (2015). *Capitalismo e Colapso Ambiental*. Campinas/SP: Ed. Unicamp.

MME/EPE (2014a). *Balanço Energético Nacional-ano base 2013*. Brasília (DF): Ministério de Minas e Energia/Empresa de Pesquisa Energética.

MME/EPE (2014b). *Plano Decenal de Expansão de Energia 2023*. Brasília (DF): Ministério de Minas e Energia/Empresa de Pesquisa Energética.

MOLINA, J. (2009). "Questões hidrológicas no EIA Belo Monte". In: Hernandez, F.M. e Magalhães, S. B. (Orgs.). *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*.

NORTE ENERGIA (2015). *UHE Belo Monte: Usina de transformação social*. Brasília (DF): NESA.

RUBIM, A.A.C. (2000). *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker Editores.

SEVÁ Fº, A.O. (Org.) (2005). *Tenotã-Mô: alertas sobre as consequências dos projetos no rio Xingu*. São Paulo: IRN/CPI/ISA/FASE.

SEVÁ Fº, A.O. (2008). "Estranhas catedrais: notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade". *Revista Ciência e Cultura*, v.60, n.3. Campinas/SP: SBPC/UNICAMP.

SGORLA, F. (2009). "Discutindo o 'processo de mediação'". *Revista Mediação*, v. 9, n. 8. Belo Horizonte: Ed. FUMEC, p.60-68.

SODRÉ, M. (2002). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis/RJ: Vozes.

SOUZA, S.L.B.C. (2014). "Política Encenada: reflexões sobre mediação e poder". *Revista Temática*, ano X, n. 02. Belo Horizonte: Ed. FUMEC, p.1-17.

SZPACENKOPF, M.I.O. (2003). *O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

WATTS, J. (2014). "Belo Monte, Brazil: The tribes living in the shadow of a megadam". *The Guardian*, 16.12.2014.

Capítulo 9

Mobilização de Camponeses e Indígenas Ameaçados pela Uhe São Jerônimo, no Vale do Rio Tibagi, Região de Londrina-Pr: Memória de Lutas, Resistências e de Conquistas

Wagner Roberto do Amaral
Miguel Etinguer de Araujo Junior

Introdução

O presente trabalho intenciona publicizar e analisar o processo de mobilização social e popular realizado na região de Londrina-PR, no período de 1998 a 2001, com vistas à suspensão da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) São Jerônimo, projetada para o rio Tibagi. Ainda sem muita disseminação, a experiência de mobilização empreendida e ora apresentada pode se apresentar como uma referência de luta e de resistência para as demais organizações e movimentos sociais que também passam a questionar e se mobilizar contra a instalação de empreendimentos de médio e de grande porte (hidrelétricas, rodovias, ferrovias, dentre outros), principalmente para as populações diretamente ameaçadas ou impactadas por esses projetos.

O Rio Tibagi é um dos principais rios localizados integralmente no estado do Paraná, possuindo uma extensão de 550 km e uma área de 24.712 km², envolvendo 42 municípios paranaenses. Tem sua cabeceira localizada no município de Ponta Grossa e sua foz no rio Paranapanema, sendo deste o seu principal afluente, que demarca a divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. A Bacia do Rio Tibagi divide-se em duas regiões distintas historicamente, sendo uma conhecida como “Paraná Novo”, situada no trecho do Baixo e Médio Tibagi

e localizada na região de Londrina-PR, e a outra, como “Paraná Velho”, trecho do Alto Tibagi localizado na região de Ponta Grossa-PR. (BRANNSTROM, 2002).

A região banhada pelo rio Tibagi é componente de um amplo território indígena habitado historicamente por populações Kaingang, Guarani e, mais recentemente, de populações Xetá nessa região. Os povos Kaingang e Guarani habitantes dessa região tiveram seus territórios historicamente invadidos e apropriados pela expansão colonizadora, promovida pelas companhias de terras pactuadas pelo Estado brasileiro e que, no século XX, redefiniram as fronteiras configuradas por essas populações tradicionais, resultando na redução e na demarcação dos seus territórios (MOTA; NOELLI, TOMMASINO, 2000).

Desta forma, situam-se na região norte do Paraná oito terras indígenas (TI) demarcadas sendo: TI de Mococa, TI de Queimadas, TI de Apucarantina, TI de Barão de Antonina, TI de São Jerônimo, TI de Pinhalzinho e TI de Laranjinha; e uma em processo de reconhecimento sendo a TI de Yvyaporã-Posto Velho. A presença afirmativa desses grupos étnicos nessa região se apresenta por meio das redes de famílias extensas que se espalham por todo esse território, estabelecendo o contato permanente entre elas e a capacidade de articulação e de resistência sociocultural.

Ressalta-se que foram projetadas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) – empresa empreendedora responsável pela instalação de UHEs nos rios paranaenses – sete UHEs para o rio Tibagi. Os procedimentos administrativos para construção da UHE S. Jerônimo foram iniciados oficialmente pela Copel a partir de 14 de julho de 1998, período em que essa Companhia encaminhou a solicitação de implantação de quatro empreendimentos dessa natureza no rio Tibagi (Mauá, Cebolão, Jataizinho e São Jerônimo). Desses quatro empreendimentos, apenas a UHE de S. Jerônimo teve encaminhado o seu pedido de licenciamento pela Copel, que desistiu dos outros três¹.

¹ Destaca-se que foram identificadas alterações feitas pelos técnicos da Copel nos relatórios de pesquisa que vinham sendo realizados para o estudo dos impactos em torno da UH Jataizinho, sendo essas irregularidades denunciadas por pesquisadores da UEL e os procedimentos arquivados (DUARTE, 2004).

O processo de licenciamento da UHE S. Jerônimo começou a ser debatido pelas populações do Vale do Tibagi a partir do final do ano de 1998, culminando no seu arquivamento no ano de 2001, sendo esse o resultado de um intenso e inédito processo de mobilização nessa região, envolvendo instituições e grupos sociais de diferentes matizes e naturezas que vivenciaram essa experiência de afirmativa articulação.

A narrativa apresentada é resultado da sistematização dos registros de um dos autores que vivenciou diretamente essa experiência mobilizadora no período², enquanto coordenador de um projeto de alfabetização de jovens e adultos Kaingang e Guarani na região, por meio da Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (Apeart), e agente da Comissão Pastoral da Terra do Paraná (CPT Paraná), tendo esta última papel político estratégico nesse processo de mobilização.

Destaca-se que a experiência de mobilização vivenciada contra a construção da UHE São Jerônimo situa-se no ofensivo contexto de construção de empreendimentos hidrelétricos no Brasil, provocando a mobilidade de significativo número de pessoas que histórica e tradicionalmente habitam os territórios próximos aos rios impactados.

**Contexto ofensivo de implantação
de empreendimentos hidrelétricos no Brasil
e o caso das UHEs no Rio Tibagi:
aspectos teóricos, jurídicos e políticos**

A atividade empresarial, ao longo do planeta, tem se mostrado um fator determinante no estabelecimento de padrões de vida ao longo de toda sua cadeia produtiva, desde o processo de aquisição de matéria prima até a responsabilidade pós-consumo dos dias atuais.

² A experiência de elaboração desse texto possui, dessa forma, duas dimensões metodológicas fundamentais: a condição do autor enquanto sujeito ontológico – que vivenciou ativamente esse processo de mobilização – e enquanto sujeito gnosiológico, que assume a postura investigativa e analítica acerca do objeto em que ele próprio encontra-se implicado.

Se em épocas passadas estas atividades empresariais tinham como limite de atuação somente a questão técnica da produção do produto ou da realização do serviço, a preocupação atual passa pelo reconhecimento de que a atividade realizada se insere em um todo, trazendo daí a necessidade de fazer com que este todo possa manter um equilíbrio, gerando qualidade de vida para todos. Pauta-se, desta forma, o conceito de sustentabilidade, entendido aqui como o conjunto de atividades voltadas para proporcionar uma satisfação individual e coletiva de forma duradoura, e que toma contornos vinculantes com base constitucional (FREITAS, 2011).

Neste processo de desenvolvimento das atividades empresariais, passa-se da época da Revolução Industrial para a época da Sociedade de Risco a que se refere Ulrich Beck (2010). Nesta sociedade, em que vivemos atualmente, os riscos atuais são diferentes dos riscos do século XIX até metade do XX. Eles são globalizantes e surgem ameaças supranacionais e atravessados pelas classes sociais. Sob o viés ambiental, se antes a natureza era vista como um fator econômico para libertar as pessoas de sujeições tradicionais (fome), agora se trata de olhar os reflexos na natureza do processo atual de desenvolvimento técnico-econômico, surgindo daí uma constatação: se os riscos sempre foram pessoais, hoje eles são de ameaça global (lixo nuclear, mudança climática etc.).

O desafio das atividades empresariais do Século XXI apresenta-se no sentido de compreender que novas perspectivas foram acrescentadas àquelas tradicionais, baseadas na máxima obtenção do lucro. Para que sua atividade seja considerada legítima, impõe-se uma conduta social e ambientalmente adequada. A descontrolada escalada de produção em nível mundial trouxe enormes prejuízos às populações afetadas por estes empreendimentos e ao meio ambiente. Reverter este processo de degradação tem sido a preocupação de organismos internacionais e também das instituições internas de cada país.

Esta preocupação dos Estados tem sido apontada pela doutrina jurídica como um processo que se inicia com o modelo de Estado Liberal, passando pelo Estado Social e alcançando atualmente o Estado de Direito Ambiental, ou Estado

Socioambiental (AYALA; LEITE, 2011; CANOTILHO; LEITE, 2011). Neste sentido, o Estado de Direito Ambiental constitui um conceito de cunho teórico-abstrato que abrange elementos jurídicos, sociais e políticos na persecução de uma condição ambiental capaz de favorecer a harmonia entre os ecossistemas e, consequentemente, garantir a plena satisfação da dignidade para além do ser humano (AYALA; LEITE, 2011), ainda que em meio aos conflitos e contradições entre as classes sociais diante do avanço do modo de produção capitalista. Parte-se, então, do pressuposto da necessidade de regulamentar a utilização de recursos naturais em proveito econômico.

Desde a Convenção de Estocolmo de 1972 – documento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) – quando se afirmou o meio ambiente equilibrado como direito fundamental do homem, que diversos mecanismos vêm sendo utilizados na busca deste objetivo global. Os Estados, por sua vez, têm se comprometido, progressivamente, a aumentarem seus mecanismos de proteção ambiental. Na seara empresarial, toda a atividade que utilize recursos naturais ou que provoque impactos ao meio ambiente deverá seguir determinadas normas e diretrizes no sentido de causar o menor impacto possível. Deverá sempre ser analisada a seguinte equação: causaria A um dano? Precisamos de A? Segundo Derani (2008, p. 153-154), a resposta para tais perguntas que estão relacionadas às atividades empresariais encontram as seguintes considerações:

não é o risco que deve provocar alterações no desenvolvimento linear da atividade econômica. O esclarecimento da razão final do que se produz seria o ponto de partida de uma política que tenha em vista o bem-estar de uma comunidade. No questionamento sobre a própria razão de existir de determinada atividade, colocar-se-ia o início da prática do princípio da precaução. A realização do princípio da precaução envolve primeiramente a verificação da constitucionalidade das justificativas dos objetivos da realização de determinado empreendimento antes mesmo de se examinar a relação objetivo-risco, como forma de analisar seu potencial poluidor.

Dois princípios de ordem ambiental internacional devem ser considerados neste controle da atividade empresarial: o princípio da precaução e o princípio da prevenção. O primeiro toma como base o Princípio 15 da Declaração do Rio — Documento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental (ONU, 1992, p. 3).

O princípio da prevenção, por seu turno, diferentemente do princípio da precaução, que se refere a aspectos desconhecidos até então, trata de riscos ou impactos já conhecidos pela ciência. A prevenção se dá em relação ao perigo concreto e a precaução se dá quanto ao perigo abstrato (MARCHESAN et alii, 2005, p. 30). Aplica-se o princípio da prevenção “quando o perigo é certo e quando se tem elementos seguros para afirmar que uma determinada atividade é efetivamente perigosa” (MILARÉ, 2011, p. 1070).

Será neste momento, portanto, que a atividade estatal irá desempenhar seu papel de ente regular da atividade empresarial. Se há elementos suficientes de que determinada atividade irá causar um impacto significativo no meio ambiente, deve-se verificar se esta atividade é realmente relevante se considerada em relação ao bem ambiental que irá suportar esta externalidade negativa. Ultrapassada esta fase, e decidindo-se pela sua autorização, essa atividade deverá ser desenvolvida de acordo com as diretrizes traçadas pelo Poder Público, que tem o dever legal de tutelar o meio ambiente adequado para a coletividade. Entende-se que a atuação do Poder Público não pode se olvidar da responsabilidade da sociedade neste mister, como inclusive determina a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 225, caput: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder

Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

No Brasil, esta autorização leva o nome de licenciamento ambiental. Trata-se de ato do Poder Público que vai determinar, de forma relevante, o modo de produção de determinada atividade empresarial com potencial impacto no ambiente. Neste sentido, a obtenção de contornos bem delineados das diversas etapas deste procedimento de licenciamento ambiental tem se constituído em uma das maiores preocupações nas relações entre Estado, sociedade e empresa.

Como definição preliminar sobre licenciamento ambiental tome-se como base o artigo 1º da Resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que o define como:

procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (BRASIL, 1997, p. 1).

Compreender este processo de licenciamento necessita, no entanto, de um estudo com base interdisciplinar no qual serão levados em consideração aspectos econômicos, administrativos e jurídicos. Além do procedimento, faz-se necessária ainda a análise do próprio conteúdo do produto final do licenciamento, que são as licenças ambientais, para se alcançar um conteúdo adequado aos diversos interesses envolvidos na questão.

Esta abordagem sistêmica induz ainda a participação dos diversos segmentos da sociedade envolvidos na questão: as empresas, o Estado (na sua função regulatória de concessão de licenças ambientais) e a sociedade civil organizada.

Atualmente, encontra-se em curso uma política de governo, seguindo políticas de outros grupos políticos anteriores, no sentido de promover a infraestrutura para o setor produtivo instalado no Brasil. Dentre esta infraestrutura, está o fornecimento de energia para as atividades industriais e que, em função do enor-

me potencial hídrico do país, volta seus interesses na construção de usinas hidrelétricas nas mais diversas regiões do país.

Como se trata de atividade com grande impacto socioambiental, diversas normas jurídicas devem ser aplicadas no processo de licenciamento³. Como toda atividade que não tem a preocupação com os impactos além daqueles que podem lhe causar benefícios, não é raro que, durante o processo de discussão, construção e operação destas usinas, diversas cicatrizes sejam deixadas pelo caminho na relação com os diversos setores envolvidos, principalmente com aqueles com menor potencial econômico e, portanto, com menor poder de influência nas políticas de governo.

Tal fato pode ser exemplificado no processo de construção da UHE Mauá, no Estado do Paraná, iniciada no ano de 2008 e inaugurada no ano de 2012. Em função de diversos “equívocos” no processo de licenciamento, foi proposta uma Ação Civil Pública⁴, que tramitou perante a 1ª Vara Federal de Londrina/PR, que dentre outras condenações, declarou que “a bacia do Rio Tibagi é território Kaingang e Guarani, nos termos dos artigos 13 e 14 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, determinou que o Ibama “assuma o licenciamento ambiental da UHE Mauá, após o trânsito em julgado da decisão de mérito da ACP 1999.70.01.007514-6”, e condenou a “empreendedora CNEC ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), [...] devendo a metade deste valor ser revertida às oito comunidades indígenas impactadas (Mococa, Queimadas, Apucarantina, Barão de Antonina, São Jerônimo, Pinhalzinho, Laranjinha e Yvyaporã-Laranjinha).

Vale observar que a decisão final ainda não foi alcançada, tramitando alguns recursos junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Importante destacar que a UHE de Mauá é uma das sete unidades projetadas para o rio Tibagi, sendo encami-

³ Podemos citar como exemplo algumas delas: Resolução Conama 01/86; Resolução Conama 06/87; Resolução Conama 237/97; Resolução Conama 279/2001; Resolução Conama 302/2002 (app de reservatórios); Resolução Ana - 833/2011 - (Outorga da água); Lei 9433/97 - Política Nac. Rec. Hídricos; Resolução SEMA/IAP 09/2010 - Lic. UHEs no Paraná.

⁴ ACP nº 2006.70.01.004036-9/PR. Sentença disponível no site: http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=jfpr&documento=5444105&DocComposto=78988&Sequencia=7&hash=8132dec413f7b2e9a9856db9015f8e09

nhada e operacionalizada após o arquivamento do projeto de construção da UHE S. Jerônimo, objeto de reflexão desse texto. Essas duas UHEs são consideradas as maiores e mais estratégicas das sete hidrelétricas projetadas para o rio Tibagi, sendo fundamentais a sua construção para a viabilização das demais. A UHE S. Jerônimo foi o primeiro empreendimento proposto para construção de hidrelétricas no rio Tibagi, sendo, contudo, arquivado após significativo processo de organização e mobilização de várias organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e de organismos públicos comprometidos com a defesa das populações indígenas e não indígenas da região.

A narrativa desse processo de mobilização apresenta-se como objeto da reflexão desse trabalho, evidenciando a memória da articulação realizada e a possibilidade de disseminação de referências de resistência e de luta contra esses empreendimentos.

Narrativa de resistência das organizações e movimentos sociais contra a construção da UHE S. Jerônimo

As discussões e mobilizações políticas em torno da construção da UHE São Jerônimo se iniciaram a partir do mês de janeiro de 1999, quando a CPT Paraná, por meio da sua equipe regional de Londrina, realiza as primeiras atividades em torno dessa questão.

Importante destacar que a origem da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos demais movimentos sociais que lutam pela reforma agrária a partir da segunda metade da década de 1970, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, tem como uma de suas gêneses mais significativas o processo autoritário de instalação da UHE de Itaipu no rio Paraná. É justamente a instalação da UHE de Itaipu, em pleno contexto de Ditadura Militar no Brasil, que provoca a expulsão e o deslocamento de milhares de trabalhadores que perdem suas pequenas propriedades e/ou o seu trabalho nelas (muitos deles sem indenização adequada) mas, ao mesmo tempo, instiga a sua organização política, passando a se reconhecerem e a se identificarem por uma nova categoria de luta e de resistência – os trabalhadores sem terra.

A CPT, sendo um órgão ecumênico vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem sua origem ligada à defesa e ao apoio à organização dos trabalhadores posseiros na Amazônia (muitos deles desapropriados de suas propriedades por causa da UHE de Itaipu, não indenizados e deslocados pelo Incra para Rondônia e outras regiões amazônicas, sem nenhuma assistência técnica), como também às populações impactadas pelas barragens e os trabalhadores sem terra (CPT, 2010). Desta forma, os novos movimentos sociais que lutam pela terra têm sua gênese nos impactos sobre o cercamento dos rios pelas UHEs, desapropriando e expulsando milhares de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, tornando, muitos deles, trabalhadores sem terra (RAMPAZO, 2009).

No Paraná, apesar do ofensivo, intensivo e autoritário processo de construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Iguaçu⁵, iniciado durante o período da Ditadura Militar no Brasil, foi apenas na década de 1990 que a CPT Paraná passa a protagonizar diretamente a luta contra a construção de barragens a partir do processo de mobilização contra a UHE de Salto Caxias, principalmente por meio do apoio à constituição da Crabi - Comissão dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (DEROSSO; ICHIKAWA, 2012). A Crabi teve relevante atuação de defesa, articulação e representação dos trabalhadores rurais impactados pela Usina de Salto Caxias, nos anos de 1990 e nos anos 2000, tornando-se referência importante para o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB) no Paraná.

Constata-se que o percurso político feito pela CPT Paraná ao também pautar e se solidarizar com a luta dos atingidos pelas barragens, principalmente por meio das Romarias da Terra do Paraná⁶, potencializa sua fundamental atuação no processo

⁵ O Rio Iguaçu é marcado pela construção de cinco usinas hidrelétricas, sendo: a UHE de Salto Osório (inaugurada em 1975), a UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz da Areia) (inaugurada em 1980), a UHE de Salto Santiago (inaugurada em 1980), a UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga, mais conhecida como UHE de Salto Segredo (inaugurada em 1992) e a UHE de Salto Caxias (inaugurada em 1999). (RAMPAZO, 2009).

⁶ Destaca-se que, ao longo dos 40 anos da CPT no território paranaense, 28 Romarias da Terra do Paraná aconteceram, sendo que, quatro delas pautaram diretamente a questão das águas e do impacto das hidrelétricas como temática central dessas

de mobilização contra a construção das UHEs no rio Tibagi, em especial, a UHE São Jerônimo.

Um dos processos que também potencializou a atuação da CPT Paraná na região norte desse estado junto à questão das barragens, pautada no final da década de 1990, foi a sua significativa atuação e capilaridade nos municípios da região norte do Paraná por meio da Apeart. A Apeart foi uma organização não-governamental criada no ano de 1993 e atuante até o ano de 2004, inicialmente para desenvolver ações de alfabetização de jovens e adultos assalariados rurais temporários (bóias-frias), vindo posteriormente a ampliar sua atuação junto a outros segmentos, tais como: populações indígenas (Kaingang e Guarani), agricultores posseiros na região central do Paraná, agricultores atingidos por barragens, trabalhadoras do sexo, jovens residentes em periferias urbanas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, assim como junto à questão da educação ambiental. O percurso dessa Associação se baseava em princípios da educação popular, se constituindo e sendo reconhecida como uma referência importante na área da educação de jovens e adultos no Paraná e no país (AMARAL, 2003).

Constituída a partir de uma iniciativa da CPT Paraná, a Apeart compôs uma equipe de coordenações locais e regionais formadas por educadores populares e lideranças com experiências comunitárias, sindicais e de movimentos sociais de diversas regiões do estado (focada principalmente nas regiões norte, noroeste e centro), que também atuava em diferentes temáticas e questões sociais. A questão da construção das barragens no rio Tibagi passou a ser uma temática pautada nas reuniões de planejamento da Apeart no ano de 1999 e discutida nas suas

celebrações, a primeira delas realizada em 1985, em Guaíra, com o tema “Do Senhor é a terra e tudo que nela existe”, refletindo o desaparecimento das Sete Quedas na referida região, alagada com o impacto da UHE de Itaipu; em 1995, a 10ª Romaria da Terra realizada no município de Três Barras do Paraná, com o tema “Águas para vida, não para morte”, refletindo sobre os impactos da UHE de Salto Caxias; em 2001, a 16ª Romaria da Terra realizada no município de São Jerônimo da Serra, com o tema “Terra livre, água corrente, trazem vida pra gente!”, refletindo sobre a ameaça da construção da UHE de São Jerônimo; em 2003, a 18ª Romaria da Terra realizada novamente no município de Guaíra, com o tema “Bendita água que gera a luta do povo por terra”, fazendo memória da primeira Romaria da Terra do Paraná (realizada 20 anos atrás) e que refletiu, à época, os impactos provocados pela construção da UHE de Itaipu.

turmas de alfabetização, tendo em vista as especulações e expectativas que circulavam pelos municípios localizados no entorno do referido rio.

A CPT Paraná inicia o processo de discussão sobre a UHE São Jerônimo no final do ano de 1998, tendo a informação acerca do empreendimento conduzido pela Copel para construção de sete usinas hidrelétricas no rio Tibagi. Ao analisar o processo de mobilização realizado para contestação e luta contra a construção dessa UHE em específico, pode-se constatar quatro diferentes momentos a serem analisados nesse trabalho⁷, sendo:

Quadro 1 – Momentos de análise

Momentos	
1º Momento	A aproximação entre agentes da CPT Paraná, educadores populares da Apeart e pesquisadores da UEL junto aos agricultores e lideranças sindicais e comunitárias da região
2º Momento	A constituição da Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi e a disseminação dos impactos provocados por esse empreendimento
3º Momento	O enfrentamento direto da Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi na Audiência Pública para autorização (ou não) da construção da UHE S. Jerônimo
4º Momento	A disseminação simbólica e acadêmica da mobilização realizada

Fonte – elaborado pelos autores.

O primeiro momento foi constituído de dois significativos processos de articulação. Um primeiro refere-se à aproximação dos agentes da CPT Paraná e das equipes da Apeart com alguns pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em especial de uma Antropóloga que já atuava junto às populações indígenas do Vale do Tibagi. Pode-se considerar

⁷ Após levantamento bibliográfico e documental realizado, pode-se identificar apenas uma Dissertação de Mestrado voltada à análise da experiência de mobilização desenvolvida contra a construção da UHE S. Jerônimo. A referida obra (DUARTE, 2004) caracteriza o empreendimento em seus aspectos técnicos, legais, ambientais e políticos de forma clara e profunda, contudo, constata-se limites na apreensão do processo mobilizador do qual pretende analisar, não compreendendo o conjunto das instituições e segmentos sociais envolvidos nessa dinâmica e as estratégias estabelecidas e que levaram à suspensão da citada UHE. Outrossim, apresenta-se como uma referência importante para compreender o fenômeno mobilizador realizado no Vale do Tibagi e para disseminar essa experiência.

que esse foi o primeiro núcleo articulador do processo de mobilização contra a construção da UHE S. Jerônimo.

Um segundo processo refere-se à aproximação desse primeiro núcleo articulador junto aos agricultores e às lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais inicialmente dos municípios de Londrina, Ibiporã, Jataizinho, Assaí e São Jerônimo da Serra, bem junto às lideranças indígenas e dos educadores populares da Apeart dessa região. Essa aproximação ocorreu, inicialmente, com a realização de uma reunião no mês de abril de 1999 com dirigentes de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, assim como alguns padres, agentes pastorais, educadores populares e vereadores atuantes nesses municípios. Essa reunião ficou definida pelos participantes como o I Encontro das Populações do Vale do Tibagi⁸ por dar início ao processo de mobilização, ainda que nesse momento houvesse um reduzido número de participantes.

Uma estratégia definida nesse I Encontro foi a disseminação das reflexões em torno dos impactos advindos com a possível construção da UHE S. Jerônimo, diretamente junto às comunidades locais e às terras indígenas na região. No mês de abril e maio de 1999, foram realizadas visitas e reuniões com lideranças e agricultores de diversos distritos rurais nos municípios de Jataizinho e Assaí. Essas visitas e reuniões possibilitaram a constituição de uma primeira comissão de representantes de cada uma das comunidades rurais abordadas, ampliando o núcleo articulador desse processo de mobilização⁹.

Nesse mesmo período, foi realizada uma reunião na Terra Indígena de Barão de Antonina, município de S. Jerônimo

⁸ Destaca-se que a denominação “Populações do Vale do Tibagi”, que orientou os encontros e atividades realizadas nesse primeiro momento de mobilização, expressava a significativa expectativa dos agentes mobilizadores, projetando o envolvimento desse iniciante movimento às diferentes populações e segmentos sociais residentes nos municípios localizados à beira do rio Tibagi. Apesar desse processo mobilizador ter tido como foco apenas a construção de uma das UHEs projetadas para o rio Tibagi e, portanto, circunscrever-se na região denominada como “Baixo Tibagi” (BRANNSTROM, 2002), cabe ressaltar que a experiência de mobilização realizada já continha em sua gênese um olhar para toda a bacia do Rio Tibagi, denominando-a como um Vale.

⁹ Essa Comissão foi constituída por lideranças dos distritos rurais de Água do Pari, Cebolão e Tigrinho, além de um vereador do município de Assaí e representantes da UEL, da Apeart e da CPT Paraná.

da Serra, contando com a participação de um Promotor Público representante do Ministério Público do Paraná, para divulgar e discutir informações acerca dos impactos que a construção da UHE S. Jerônimo traria para as terras indígenas da região.

No dia 15 de maio de 1999, foi realizado o II Encontro das Populações do Vale do Tibagi¹⁰, no salão paroquial da Igreja Católica de Jataizinho, contando com a presença de aproximadamente 120 participantes. Esse Encontro, organizado para o período da manhã e da tarde, objetivou socializar informações e debater sobre o projeto de construção da UHE S. Jerônimo, bem como das demais seis UHEs projetadas para esse rio, e também definir estratégias para mobilização contra esse projeto. O Encontro contou com a presença de representantes da Crabi que apresentaram o processo de mobilização realizado pelas famílias atingidas pela UHE de Salto Caxias, naquele período, em processo de reassentamento indenizatório na região de Cascavel/PR.

Os representantes da Crabi narraram o processo de organização que realizaram junto às famílias impactadas pela UHE de Salto Caxias, iniciadas antes da construção dessa barragem, o que possibilitou maior tempo de articulação política entre eles e amadurecimento das negociações junto à Copel, responsável pela construção desse empreendimento. Apesar de não conseguirem conter a construção da barragem, a mobilização por eles realizada possibilitou ampliar as condições de negociação e de indenização pelas significativas perdas causadas pelo empreendimento.

A reflexão feita pelos representantes da Crabi em torno das perdas territoriais físicas (propriedades, vínculos de trabalho, etc.) e, principalmente, das perdas simbólicas, históricas e socioculturais (os vínculos e as pertencas culturais, religiosas, familiares, etc.) pelo alagamento das propriedades, provocou comoção e envolvimento dos participantes. Os relatos dos agricultores e lideranças dos municípios presentes no Encontro, principalmente dos participantes mais idosos, foram marcados

¹⁰ Ressalta-se que todos os Encontros realizados nesse processo de mobilização contaram com o apoio de padres e demais agentes de pastoral das paróquias que cederam os espaços físicos, bem como das organizações envolvidas, por meio da doação de alimentos para as refeições, concessão de ônibus para deslocamento dos participantes e demais materiais de consumo.

pela memória da chegada e resistência na região norte do Paraná, vivenciada por muitos deles e/ou por seus pais. Constatou-se, de forma unânime nos participantes, uma sintonia em torno da negativa pela construção da UHE S. Jerônimo, demandando a definição de estratégias para contestar esse processo junto aos órgãos ambientais envolvidos e à Copel.

Um saldo significativo observado nesse Encontro foi a discussão e a definição da categoria “ameaçados pelas barragens”, sinalizando a constituição de uma identidade para o grupo. A assunção do conceito de “ameaçados” e não necessariamente “atingidos” demarcaria, para o grupo, o fato do empreendimento não ter sido ainda autorizado, estando ainda na fase de diagnóstico e de estudo dos impactos ambientais e sociais, possibilitando um processo de maior tempo para compreensão desse processo e de resistência política. Os debates realizados no Encontro afirmaram que a ameaça da construção da UHE, por si, já indica um impacto real e emocional junto às famílias envolvidas, contudo, os participantes compreenderam que a assunção da identidade como ameaçados sinalizaria uma possibilidade de contenção desse empreendimento.

Outra reflexão debatida foi de que, das sete UHEs projetadas para o rio Tibagi, a UHE S. Jerônimo e a UHE de Mauá seriam as de maior porte, sendo sua construção estratégica para efetivação de todos os demais empreendimentos hidrelétricos previstos para o referido rio. Esse fato provocou, nos participantes maior responsabilidade e comprometimento no processo de resistência que poderia vir a se constituir. Dessa forma, um dos encaminhamentos do Encontro foi a criação do que se denominou como Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, com representação de lideranças de diferentes segmentos sociais e de instituições participantes.

Mesmo convidadas e mobilizadas para participarem desse Encontro, constatou-se a ausência da participação de lideranças indígenas das terras indígenas da região, assim como dos técnicos da Administração Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Londrina, sinalizando, desde esse momento,

um processo paralelo de discussão e de mobilização a favor e contrário à construção da UH S. Jerônimo.

O segundo momento do movimento contra a construção da UHE S. Jerônimo pode ser reconhecido com a constituição da Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi¹¹ e disseminação dos impactos provocados por esse empreendimento. Esse momento pode ser caracterizado pelas ações desenvolvidas no período de maio de 1999 a dezembro do ano de 2000, por meio de reuniões realizadas por essa Comissão, visitas a outras experiências de impacto de empreendimentos hidrelétricos e a organização do III Encontro Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi.

No período de maio a dezembro de 1999, foram realizadas quatro reuniões da Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, sendo duas delas na cidade de Assaí, uma em Londrina e outra na Ilha Bambu-açu, também conhecida como Ilha do Baiano, localizada no rio Tibagi, nas proximidades da cidade de Jataizinho. A pauta das discussões nessas reuniões centrou-se em questões como:

- a preocupação do envolvimento das lideranças indígenas nesse processo de mobilização, considerando o importante e estratégico papel das comunidades Kaingang e Guarani, também ameaçadas, em aceitarem ou não o empreendimento;
- a necessidade de socializar informações acerca dos impactos da UHE para as comunidades urbanas e rurais que ainda não tinham sido abordadas pela Comissão. Importante ressaltar a dimensão simbólica presente para os membros participantes da Comissão que se assumiam enquanto representantes regionais dos ameaçados pelas barragens do Tibagi (indicando a ameaça da

¹¹ Importante ressaltar as diferenças na compreensão acerca do processo de constituição dessa Comissão denominada por Duarte (2004) como “Comissão Regional dos Atingidos pelas Hidrelétricas do Tibagi (CRAHRT)” ao enfatizar que a mesma se caracteriza como “o MAB de São Jerônimo da Serra”. Ao denominar esse processo de mobilização como “movimentos combativos”, o autor relaciona apenas seis componentes desse processo (CPT, MAB, ONG Ambiental-NP, Apeart, CRAHRT e Crabi), não evidenciando outros atores locais fundamentais dessa mobilização e enfatizando, equivocadamente, o papel do MAB na condução desse processo.

construção dos sete empreendimentos), contudo, com significativas dificuldades para mobilizar todos os municípios ameaçados diretamente pela UHE S. Jerônimo, dada a significativa abrangência geográfica e os limites de disponibilidade dos envolvidos;

- a contraposição das informações que passavam a ser disseminadas por alguns prefeitos e lideranças políticas dos municípios da região de que a UHE S. Jerônimo traria significativos recursos e progressos financeiros para a região, possibilitando o enriquecimento dos agricultores impactados pelas indenizações previstas pelo empreendimento;
- a expectativa de finalização do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA) pelo IBAMA para avaliar a dimensão do laudo e dos impactos previstos. Havia já um debate presente para os participantes da Comissão de que os impactos deveriam ser previstos, avaliados e mensurados considerando toda a bacia do rio Tibagi e não apenas sua parcialidade localizada a partir do empreendimento da UHE S. Jerônimo. Esse aspecto passou a ser aprofundado pela Comissão, se desdobrando num dos seus maiores argumentos para o enfrentamento posterior contra o empreendimento.

Uma das ações indicadas pela Comissão foi a elaboração de uma cartilha que apresentasse conteúdos com linguagem clara e didatizada acerca dos impactos da construção das barragens no rio Tibagi, em especial a UHE S. Jerônimo, para divulgação junto às comunidades rurais e urbanas dessa região, principalmente junto às escolas públicas.

Destacam-se três ações desenvolvidas nesse período (maio a dezembro de 1999), as quais possibilitaram subsidiar o fortalecimento dessa Comissão. A primeira delas refere-se à realização da reunião da Comissão na Ilha do Baiano, no rio Tibagi, nas proximidades da ponte que liga os municípios de Jataizinho e Ibiporã. A escolha de um espaço alternativo para as discussões, banhado diretamente pelo rio, associado a um momento de confraternização para a Comissão, possibilitou a informalidade e a

proximidade entre sujeitos tão diferentes envolvidos nesse processo. Atravessar juntos o rio num pequeno bote, preparar e compartilhar os ingredientes para o almoço e relatar informalmente sobre as experiências pessoais e percursos políticos, possibilitou significativa proximidade entre os participantes, principalmente para superar as distâncias ainda existentes entre lideranças de movimentos populares e professores universitários.

A segunda ação refere-se à visita realizada por alguns membros da Comissão, principalmente da CPT Paraná, às populações impactadas pela UHE de Porto Primavera, no Mato Grosso do Sul. A visita realizou-se em dois dias, por meio de contatos prévios feitos pela equipe da CPT do Paraná com as lideranças impactadas por essa UHE. Foi visitada uma colônia de pescadores que ainda sofre com os impactos da UHE de Porto Primavera e a terra indígena Ofaiê-Xavante, uma vez que parte desse grupo étnico foi deslocado de seu território original para outro viabilizado como recurso indenizatório pelo impacto sofrido.

Os relatos emocionados dos pescadores impactados, e muitos deles ainda não indenizados, acerca do que denominaram como “ilusão da modernidade” pregada pelos empreendedores, bem como as narrativas dos Ofaiê-Xavante acerca da precariedade social vivenciada por eles e constatada pelo grupo visitante, amadureceram ainda mais a luta contra a barragens do rio Tibagi, a partir da socialização do que foi observado e registrado nessa visita.

Uma terceira ação foi a constituição de uma equipe de estudantes universitários dos cursos de Ciências Sociais, Biologia e de Serviço Social da UEL interessados nesse debate, contribuindo para seleção de conteúdos sobre os impactos de hidrelétricas no Brasil e no Paraná, subsidiando a elaboração de panfletos e contribuindo para a organização e sistematização das atividades da Comissão.

O ano de 2000 se iniciou com a divulgação do EIA/RIMA da UHE S. Jerônimo pela Copel, possibilitando maior intensidade para o processo de mobilização contra esse empreendimento. O referido EIA/RIMA foi elaborado de forma fragmentada, focando apenas os impactos previstos na região a ser alagada por esse empreendimento, desconsiderando os impactos em toda a

bacia do rio Tibagi, principalmente no que se refere aos cinco territórios Kaingang e Guarani localizados ao longo desse rio. O EIA/RIMA informou os impactos previstos apenas na Terra Indígena do Apucararinha, desconsiderando as relações socio-culturais e políticas existentes pelas relações de parentesco e uso do território físico e vivido para esse grupos étnicos, principalmente para o povo Kaingang dessa região.

No dia 29 de março de 2000, a Comissão dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi se reúne de forma ampliada no salão paroquial da Igreja Católica de Jataizinho para compreender e avaliar o conteúdo do EIA/RIMA. Agregam-se nesse momento à Comissão um número maior de lideranças sindicais e de lideranças rurais comunitárias da região, pesquisadores da UEL, padres, vereadores e lideranças indígenas das terras indígenas de S. Jerônimo e de Barão de Antonina. Nessa reunião, os participantes da Comissão explicitaram e refletiram sobre os interesses da Copel e do próprio IBAMA em fragmentar a análise dos impactos, com intenção de parcializar a compreensão dos prejuízos decorrentes do empreendimento, bem como de dividir o processo de mobilização e de resistência contra a UHE.

Foi informada, também, a posição contrária do Consórcio para Proteção Ambiental do Tibagi (Copati) à construção desse empreendimento. Essa posição pode ser constatada no Relatório do Projeto Marca D'Água, promovido pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da UnB sobre a Bacia do Rio Tibagi, elaborado por Christian Brannstrom (2002, p. 7) ao situar os interesses políticos locais em torno dos recursos indenizatórios da UHE S. Jerônimo:

Entre outros prefeitos do Tibagi, os recursos hídricos já se converteram em fonte significativa de recursos. A criação do Cibacap (Consórcio Intermunicipal da Bacia do Capivara), cuja finalidade é receber indenização pela inundação de terras com a formação do reservatório do Capivara, recebeu, em julho de 2001, da Duke Energy International, concessionária da UH Capivara, financiamento para projetos de educação ambiental e turismo rural. Talvez seguindo o exemplo do Cibacap, outros políticos da região das UHs projetadas para o Tibagi estão articulando um discurso de que a construção da Usina Hi-

drelétrica traria grandes benefícios financeiros ao município. Segundo um entrevistado, na última campanha municipal não faltou candidato à prefeitura que falasse de como os recursos da UH poderiam financiar novas iniciativas na saúde e na educação, além da especulação imobiliária para fazer chácaras na beira do futuro reservatório.

O posicionamento dos Prefeitos da região favorável à construção da UHE S. Jerônimo foi uma das questões que passaram a ser debatidas pela Comissão nesse contexto¹². Destaca-se a atuação do Deputado Federal Luciano Pizzatto (no período pelo PFL-PR) nesse processo, uma vez que ele se apresentava como o principal articulador das Audiências Públicas a serem realizadas, tendo em vista a obrigatoriedade do envolvimento do Congresso Nacional mediante o impacto da UHE em terras indígenas, sendo estas de responsabilidade federal (RAMOS, 2005).

Considerando que a reunião ampliada contou com a participação de lideranças de outros municípios, para além dos que já vinham participando, deliberou-se pela maior aproximação da Comissão junto às comunidades urbanas e rurais estendendo o envolvimento aos demais municípios da bacia do Tibagi. Definiu-se ainda pelo diálogo e envolvimento junto às lideranças do MST residentes nos assentamentos de reforma agrária localizados em S. Jerônimo da Serra e em Tamarana.

Vale destacar que na mesma semana que ocorreu essa reunião ampliada, realizou-se no dia 01 de abril, na Câmara de Vereadores do município de S. Jerônimo da Serra, a primeira Audiência Pública sobre os impactos da construção da UHE S. Jerônimo envolvendo as populações indígenas da região, coordenada pelo Deputado Pizzatto. Constata-se que a referida Audiência Pública deixa explicitada, por meio do citado

¹² Duarte (2004) caracteriza com clareza as expectativas, os interesses e os argumentos que prefeitos e lideranças políticas da região do Vale do Tibagi apresentavam com a construção da UHE S. Jerônimo. O autor destaca uma manifestação da Prefeita do município de S. Jerônimo da Serra que, ao ser indagada pelas mudanças climáticas na região com a construção do empreendimento manifesta o seguinte: “Para a prefeita, a natureza de São Jerônimo da Serra seria afetada em porcentagens insignificantes se comparado com os benefícios, como exemplo, [...] os ecologistas dizem que haverá muita proliferação de mosquitos na região por conta das águas paradas do reservatório, mas isso não é problema, pois a população daqui está acostumada com eles” (DUARTE, 2004, p. 95).

Deputado, o caráter fragmentado do EIA/RIMA da UHE S. Jerônimo, sinalizando que os impactos desse empreendimento caberiam apenas à comunidade Kaingang a ser afetada, diga-se os pertencentes à terra indígena do Apucarantina, desconsiderando a totalidade dos impactos para toda população indígena habitante da bacia do Tibagi – pertencentes à etnia Kaingang, Guarani e Xetá, habitantes de sete terras indígenas na região¹³.

Apesar disso, por motivos políticos, o referido Deputado agendou essa Audiência Pública na sede do município de S. Jerônimo da Serra, localizada na outra margem do rio Tibagi, distante da terra indígena do Apucarantina, que seria, portanto, população alvo da consulta. Ao analisar esse processo por meio de nota técnica do Ministério Público Federal – órgão que acompanhou todo esse processo mediante os impactos nas terras indígenas –, Luciana Ramos (2005, p. 3), Antropóloga desse órgão, informa a decisão tomada pelas lideranças Kaingang nessa Audiência:

O Deputado Luciano Pizzatto passou a palavra às lideranças indígenas citadas. Todas falaram que as terras a serem inundadas não poderiam ser substituídas por outras de mesma dimensão, tendo em vista o valor cultural das mesmas para eles". Na ocasião ficou acertada uma segunda reunião, pois os indígenas de Apucarantina queriam ouvir o posicionamento dos "parentes" situados nas outras áreas do Tibagi.

O posicionamento de estranhamento do empreendimento pelas lideranças Kaingang motivou o processo de mobilização conduzido pela Comissão de Ameaçados da região. No dia 21 de maio de 2000, foi realizado o III Encontro Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, no salão paroquial da Igreja Católica de S. Jerônimo da Serra, contando com cerca de 150 participantes de diversos municípios da região. A programação desse Encontro contou com dois momentos, sendo o primeiro para compreender os aspectos técnicos e políticos do projeto da UHE S. Jerônimo, seus impactos e os procedimentos a serem seguidos em Audiência Pública. Para esse momento, contou-se com a participação de uma técnica do Instituto Am-

¹³ Para maior aprofundamento sobre essa questão ver: RAMOS, Luciana. Nota Técnica n. 03 - Parecer/2005 Londrina, de abril de 2005, emitida por Luciana Ramos, Antropóloga do Ministério Público Federal, Londrina, 2005.

biental do Paraná (IAP), de um técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e do Promotor Público representante da Coordenadoria de Apoio Operacional área de Meio Ambiente do Ministério Público do Paraná. O aspecto que ficou mais evidente do debate nesse momento foi a incompreensão pelo EIA/RIMA da globalidade do impacto para toda a bacia do rio Tibagi, principalmente no que se refere aos impactos socioculturais para as populações indígenas da região.

Um segundo momento do Encontro contou com o relato de lideranças impactadas por barragens, tendo sido fundamental a participação de representantes da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB) e do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), bem como de impactados pelas UHEs de Porto Primavera e de Três Lagoas, ambos do Mato Grosso do Sul. Os relatos apresentados evidenciaram os profundos conflitos comunitários e familiares provocados pelos empreendimentos construídos nessas localidades, diante das promessas de indenização com fartos recursos com a construção das UHEs, feitos pelos empreendedores de forma individual junto às famílias impactadas e não de forma coletiva. Relataram, ainda, as dificuldades vivenciadas por não terem se organizado de forma coletiva contra o empreendimento e para as negociações da indenização, sendo ainda essa a luta pelos atingidos para recebimento dos mesmos até a presente data. Os relatos sensibilizaram os participantes que se organizaram em grupos para levantarem propostas para os passos seguintes da mobilização.

Dentre as propostas levantadas, foi sugerida a necessidade de realização desses encontros e das visitas nas comunidades locais, mas utilizando-se uma linguagem mais acessível diante das várias informações técnicas apresentadas, buscando alcançar a compreensão das populações indígenas e dos agricultores, reclamadas pelos presentes no Encontro. Sugerido ainda que as atividades a serem realizadas deveriam ter como foco a preparação dos diferentes segmentos, lideranças e instituições para participação nas Audiências Públicas a serem agendadas para debater o EIA/RIMA da UHE S. Jerônimo.

Após o III Encontro, a Comissão dos Ameaçados se reuniu em três outros momentos no período de junho à dezembro de

2000, para avaliar as ações desenvolvidas, planejar atividades junto às comunidades locais e refletir sobre os desdobramentos dos procedimentos técnicos pelo IBAMA e pela Copel. Uma ação importante nesse período foi a realização da “Celebração das Águas do Rio Tibagi”, organizada pela equipe da CPT Paraná de Londrina, se caracterizando como uma benção do rio Tibagi, na ponte que liga os municípios de Jataizinho e Ibiporã, sendo parte da rodovia BR-369, de alto fluxo de transporte rodoviário. Essa celebração foi realizada no dia 10 de setembro de 2000, envolvendo cerca de 200 participantes que suspenderam parte do tráfego da ponte e realizaram uma benção simbólica do rio. Essa celebração chamou a atenção da imprensa local e dos moradores da cidade de Jataizinho, que fica bem próxima da ponte, destacando o debate em torno da construção da UHE S. Jerônimo.

Outra questão que focou as discussões pela Comissão dos Ameaçados nesse período foram os posicionamentos da população Kaingang da terra indígena de Apucarantina, principal impactada pelo empreendimento hidrelétrico. Nesse período, foi realizada, nessa terra indígena, a segunda Audiência Pública conduzida pelo Deputado Pizzato para ouvir o posicionamento daquela comunidade. Mesmo com uma pressão significativa por parte dos técnicos e gestores da Copel, em parceria com alguns professores da UEL que atuavam junto à aquela comunidade no período e que apoiavam a construção da hidrelétrica, a comunidade Kaingang da TI do Apucarantina afirmou sua negativa à construção da UHE S. Jerônimo. Contudo, segundo relato de Ramos (2005), mesmo com essa negativa, após essa consulta pública, foi protocolado na Funai Londrina e no MPF um documento assinado por algumas lideranças Kaingang daquela comunidade aceitando o empreendimento e voltando atrás da decisão pública anunciada na Audiência. Segundo Ramos (2005), esse documento foi resultado de rumores disseminados nessa aldeia indígena de que os indígenas se enriqueceriam com as indenizações, provocando a substituição da decisão tomada em Audiência Pública por outra encaminhada por meio de um documento assinado por algumas lideranças indígenas.

O substitutivo apresentado pelo Deputado é externo ao contexto cultural dos Kaingang, Guarani e Xetá, mesmo tendo

sido “produzido” pelos índios. Isto porque, tudo leva a crer, que os índios o redigiram orientados por terceiros, em um momento de euforia e sob o impacto de boatos lançados pelos defensores dos interesses anti-índigenas. É também um substitutivo autoritário, na medida em que mesmo após um “Não” dos indígenas e distante da presença dos órgãos federais voltados para assegurar seus direitos, as investidas dos não índios persistiram, assumindo cada vez mais uma forma de mero assistencialismo. Obviamente que a intenção dessa empreitada foi desviar a atenção dos indígenas de um processo sério de discussão e reflexão sobre as perdas, os ganhos e os meios de assegurar, durante a instalação e funcionamento do empreendimento, uma igual ou melhor qualidade de vida, de acordo com as suas tradições culturais e conhecimento etno-ambiental. Em contatos mantidos com os Kaingang e Guarani que habitam as áreas sob risco de serem impactadas, eles demonstraram total desconhecimento de questões básicas sobre a Usina, tais como o local onde ela seria construída, qual seria a parte e extensão do território indígena alagada, que tipos de recursos naturais deixariam de existir às margens do rio, em que a barragem interferiria na sua forma de produção agrícola, artesanal, de caça e de pesca, quais espécies animais deixariam de existir e quais seriam inseridas, quais aspectos do seu universo simbólico e de suas práticas culturais seriam mais significativamente atingidos etc. (RAMOS, 2005, p. 4).

Esse processo provocou mais conflitos internos nas comunidades indígenas da região e intensificou a insegurança nos procedimentos técnicos encaminhados pelo Deputado representante do Congresso Nacional e pelo IBAMA. Ainda que esse processo tenha ocorrido paralelamente à dinâmica organizativa da Comissão Regional dos Ameaçados das Barragens do Tibagi, pela especificidade das consultas e também pela existência de um distanciamento das lideranças Kaingang da TI do Apucarantina dessa organização¹⁴, as mudanças no posicionamen-

¹⁴ A afirmação de um distanciamento de lideranças Kaingang da TI do Apucarantina das ações desenvolvidas pela Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi pode ser constatado na ausência de representantes desse grupo étnico-comunitário nas atividades realizadas, mesmo com os convites estendidos a essa comunidade. Observou-se, contudo, a participação de lideranças Kaingang e Guarani das outras terras indígenas da região. Sendo essa uma hipótese pelo autor desse artigo, faz-se importante destacar que não existem estudos ou pesquisas desenvolvidas e que ainda venham a comprovar tal afirmação.

to dessa comunidade indígena acabava sendo determinante para a autorização da construção ou não do empreendimento.

O terceiro momento de mobilização foi marcado pelo enfrentamento direto da Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi na Audiência Pública que autorizaria ou não a UHE S. Jerônimo. Esse momento pode ser caracterizado no período de janeiro à março de 2001, culminando com a realização da Audiência Pública organizada pelo IBAMA no dia 08 de março do referido ano. A Audiência Pública foi inicialmente agendada para o dia 10 de janeiro de 2001, sendo adiada para o dia 08 de março do mesmo ano. Essa fase se inicia com a profunda insegurança, consequente das indefinições e conflitos manifestados pela comunidade Kaingang da terra indígena do Apucararinha acerca do empreendimento.

Importante destacar ainda que os debates em torno da construção da UHE S. Jerônimo se situam no mesmo período em que o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner (PSDB-PR) sinaliza a ameaça de privatização da Copel. Todos os movimentos sociais e instituições paranaenses que se manifestavam contrárias a esse processo já se organizavam diante dessa possibilidade, vindo, posteriormente, a alcançar êxito após intensa mobilização que impediu a privatização dessa Companhia. Ao situar o processo de mobilização contra a construção da UHE S. Jerônimo nesse contexto, Duarte (2002, p. 90) afirma que:

De acordo com os representantes dos movimentos, para a Copel, era muito interessante que houvesse um EIA/RIMA feito de maneira rápida para que o início das concessões fosse “a toque de caixa”, pois o projeto, já em andamento, entraria no pacote energético com a venda da empresa, com o intuito de valorizar o seu patrimônio da empresa. Segundo os líderes dos movimentos, posteriormente soube-se que já haviam sido vendidas algumas ações da empresa onde já estavam incluídas, no pacote, as barragens projetadas.

As ações de preparação e mobilização estratégica dos diferentes segmentos e instituições contrários à UHE S. Jerônimo para participação na Audiência Pública se iniciaram com a realização do IV Encontro dos Ameaçados pelas Barragens do Ti-

bagi, ocorrido no dia 06 de janeiro de 2001, no salão paroquial da Igreja Católica de S. Jerônimo da Serra. Esse Encontro reuniu um numero menor de participantes mas com uma significativa representação dos segmentos e instituições contrários à construção do empreendimento. A pauta do Encontro foi basicamente a leitura e compreensão de aspectos do EIA/RIMA que se apresentavam frágeis, contraditórios e sem fundamentação adequada considerando os resultados de pesquisas já alcançados por pesquisadores da UEL e da UEM nas diversas áreas do conhecimento (botânica, arqueologia, antropologia, com espécies de peixes e outros animais, dentre outros). Estavam presentes representantes da CPT Paraná, da Apeart, da Crabi, do MST, do MPF, da Funai, de Câmeras de Vereadores de diversos municípios da região, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de Sindicatos Rurais patronais, de pesquisadores da UEL e da UEM e de três ONGs ambientalistas, sendo: a ONG Ambiental-Norte do Paraná, a Associação Brasileira de Defesa e Recuperação do Meio Ambiente (ADEMAVI) e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Os participantes discutiram e identificaram argumentações que explicitassem as contradições e fragilidades do documento e definindo a ordem de inscrição e manifestação na Audiência.

A partir desse Encontro, foram elaborados panfletos informativos e distribuídos pela Comissão dos Ameaçados, apresentando, didaticamente, os impactos a serem causados com a construção da UHE S. Jerônimo (DUARTE, 2004).

Dois dias seguintes a esse Encontro, foi realizada reunião com representantes de diversas instituições na sede do Ministério Público Federal em Londrina para aprimorar as estratégias e os argumentos a serem apresentados na Audiência Pública. Essa reunião realizou-se com um número menor de participantes, contando com a representação da CPT Paraná, da Apeart, do MST, do MPF, da Funai, do Ministério Público Estadual, de dois padres da região e de pesquisadores da UEL e da UEM. Foram novamente identificadas falhas nos estudos realizados, tais como: insuficiência de dados no laudo antropológico e arqueológico desenvolvido, ausência de estudos das comunidades

não indígenas previstas na área a ser alagada, as dificuldades da população indígena e não indígena em ter acesso e compreensão dos conteúdos do EIA/RIMA, a ausência dos dados sobre a alteração da qualidade da água na região (uma vez que o rio Tibagi abastece a região de Londrina), dentre outros.

A partir do debate realizado, ficaram definidas questões essenciais a serem pautadas e inscritas, sendo: o EIA/RIMA apresenta dados insuficientes ao tomar como parâmetro os resultados de pesquisas acadêmicas realizadas por longo tempo no rio Tibagi por pesquisadores das Universidades, não contribuindo para a efetiva compreensão do impacto; O EIA/RIMA não apresenta caracterização sociocultural e econômica das populações não indígenas que habitam a região (tais como ribeirinhos, assentados da reforma agrária, etc.); O EIA/RIMA não foi devidamente divulgado e debatido; de que há um pressuposto equivocado de consulta às comunidades, sendo essa Audiência Pública a primeira e única a ser realizada para tratar do estudo realizado pela empreendedora, envolvendo as populações não indígenas. Após os argumentos levantados e discutidos, cada um deles foi distribuído para os respectivos representantes que assumiram o compromisso de inscrever-se para manifestação na Audiência Pública.

No dia 15 de fevereiro de 2001, a Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi voltou a se reunir em S. Jerônimo da Serra para discutir e definir sua participação na Audiência Pública prevista. Como estratégia fundamental dessa Comissão ficou definida a realização de contatos com lideranças políticas de todos os municípios previstos para participar da Audiência Pública, possibilitando uma sintonia nas manifestações contrárias à construção do empreendimento. Dessa maneira, foram listados nominalmente os responsáveis pelos contatos em cada município da região, por meio de contatos telefônicos ou visitas. Nessa reunião, foi levantada a proposta de que a 16a Romaria da Terra do Paraná indicasse como tema a questão das barragens do Tibagi, entendendo ser este o momento da Igreja Católica do Paraná dar visibilidade à gravidade que implica esse empreendimento, vindo a propiciar ampla campanha e divulgação nacional à temática. Debatido

ainda que a assunção desse tema pela Romaria da Terra poderia conectar-se à temática prevista pela Campanha da Fraternidade “Fraternidade e Povos Indígenas”, a ser organizada pela CNBB, prevista para o ano de 2002.

Com o adiamento da Audiência Pública do dia 10 de janeiro para o dia 08 de março de 2001, foi convocada uma outra reunião na sede do MPF de Londrina no dia 07 de março do referido ano com os participantes da Comissão dos Ameaçados pelas barragens do Tibagi para retomar as questões debatidas anteriormente e reafirmar os argumentos ora levantados. Nessa reunião destacava-se um número maior de participantes e de representantes de organizações e movimentos sociais, além de maior número de pesquisadores da UEM e da UEL, e também da representação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UEL. Nessa reunião, foram reafirmados os argumentos e a sequência das inscrições dos participantes da Comissão dos Ameaçados. Uma das propostas levantadas nessa reunião foi a de protocolar a solicitação de realização de audiências públicas locais, ampliando as discussões junto às comunidades e municípios.

A Audiência Pública para consulta acerca dos impactos da UHE S. Jerônimo foi realizada no dia 08 de março de 2001, em S. Jerônimo da Serra, sendo coordenada por representantes do IBAMA e contou com a representação de prefeitos e de vereadores de todos os municípios da região do vale do Tibagi, bem como de todas as organizações e movimentos sociais que vinham debatendo a questão da ameaça e do impacto desse empreendimento, além dos pesquisadores da UEL e da UEM envolvidos nesse debate e as lideranças indígenas da região. Participaram também dessa Audiência alguns pesquisadores que elaboraram o EIA/RIMA, cujo conteúdo foi debatido.

Com um ambiente marcado pela tensão e ansiedade dos participantes, era possível visualizar no ambiente a presença de várias faixas afirmando a negativa do empreendimento. Após a abertura oficial da Audiência e a apresentação de uma síntese dos conteúdos do EIA/RIMA pela mesa coordenadora dos trabalhos, foram abertas as inscrições para manifestações dos participantes. Conforme definido nas reuniões realizadas

anteriormente pelas instituições e pelos membros da Comissão dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, as manifestações foram estrategicamente inscritas, gerando uma sequência de argumentações que explicitavam as fragilidades e inconsistências do EIA/RIMA, questionavam o processo de licenciamento do empreendimento e se posicionavam radicalmente contra a construção da UHE S. Jerônimo.

Somada a essas manifestações, tiveram destaque as declarações de algumas lideranças indígenas da região que evidenciaram a profunda ausência de informações sobre os impactos sociais, culturais e econômicos a serem gerados pela UHE S. Jerônimo e os significativos conflitos instaurados nas comunidades indígenas em decorrência do processo de consulta realizado. Ao final da Audiência Pública, podia-se perceber as fragilidades nos argumentos técnicos apresentados pela Mesa Coordenadora e pelos representantes da Copel acerca dos questionamentos levantados em torno do EIA/RIMA, tornando evidente a surpresa dos dirigentes e técnicos do nível de organização dos participantes.

No dia 31 de maio de 2001, a equipe técnica do IBAMA encaminhou à Copel uma solicitação de complementação de informações a partir dos pontos levantados pela Audiência Pública, no mesmo período em que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio do Leilão n. 002/2001, concede à Copel a Outorga de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de aproveitamento hidrelétrico, para implantação da UHE S. Jerônimo.

O quarto e último momento desse processo refere-se à disseminação simbólica e acadêmica da mobilização realizada. Esse momento pode ser caracterizado pelo período de março a agosto de 2001, tendo como culminância a realização da 16ª Romaria da Terra do Paraná, nos municípios de S. Jerônimo da Serra e Jataizinho, e tendo a CPT Paraná um papel protagonista e catalizador fundamental nesse momento.

Logo após a realização da Audiência Pública, foi organizada a “Benção das Águas do Tibagi” pela equipe de Londrina da CPT Paraná, sendo esta uma ação simbólica ocorrida no dia 14

de março de 2001, associada ao Dia Internacional da Água, comemorado no mês de março. Essa benção foi realizada na ponte do rio Tibagi, no trecho que divide os municípios de Ibiporã e Jataizinho, reunindo um significativo número de pessoas que chamavam a atenção contra a construção da UHE S. Jerônimo.

A benção realizada dava início a uma série de reuniões promovidas pela CPT Paraná para organização da 16ª Romaria da Terra do Paraná, que assumiu como tema *Terra livre, água corrente, trazem vida pra gente!*. Todo o foco dos debates em torno da UHE S. Jerônimo passou a ser canalizado para a organização da Romaria, agregando parte dos participantes da Comissão dos Ameaçados, principalmente os que estavam mais vinculados às questões pastorais. Apesar da CPT Paraná realizar cinco reuniões no período de março a julho de 2001 para organizar a Romaria da Terra, somente no dia 06 de julho do referido ano, a Comissão Regional dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi voltou a se reunir, participando apenas os membros que já estavam envolvidos na CPT Paraná e na Apeart. Constatase, nesse momento, a ausência e o afastamento dos demais participantes de outras organizações e movimentos sociais, principalmente dos pesquisadores até então envolvidos nessa temática, para com a organização da Romaria.

Considerando que o processo de licenciamento da UHE S. Jerônimo ainda se encontrava em curso, foi discutida nessa reunião da Comissão dos Ameaçados a necessidade de amadurecer os debates em torno de novas alternativas energéticas para além da construção de hidrelétricas de médio e grande porte, sendo esta a principal matriz de produção de energia no Brasil. Foi deliberada a organização de um Seminário sobre matriz energética a ser realizado na UEL na semana que antecederia a 16ª Romaria da Terra do Paraná, possibilitando o aprofundamento teórico e político sobre essa temática e sua disseminação na região. Deliberado ainda a proposta de organizar ação popular a partir da coleta de assinaturas durante a Romaria.

O Seminário Estadual “Matriz Energética e Privatização da Água” foi realizado nas dependências da UEL nos dias 14 e 15 de agosto de 2001, tendo na primeira atividade o debate acerca

da matriz energética no Brasil; e na segunda, um panorama acerca dos movimentos sociais dos atingidos por barragens no país. As discussões em torno da matriz energética no Brasil contou com a participação do Prof. Dr. José Walter Bautista Vidal, engenheiro e físico especialista em alternativas energéticas no país, que possibilitou o aprofundamento teórico acerca das possibilidades de outras formas de produção de energia principalmente a partir da biomassa. O debate acerca dos movimentos sociais dos atingidos por barragens foi realizado com a participação de lideranças do MAB e da Crabi, relatando os desafios em torno dos impactos produzidos pelas UHEs no Brasil. Pode-se constatar que o Seminário propiciou maior fundamentação acadêmica aos debates já conduzidos pela CPT Paraná e pela Comissão dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi, dando visibilidade pela imprensa local, principalmente com a presença do Prof. Bautista Vidal nesse processo, sendo ele renomado pesquisador e criador do Proalcool no Brasil.

Pode-se identificar que a culminância desse processo de mobilização ocorreu com a realização da 16a Romaria da Terra do Paraná, no dia 19 de agosto de 2001. Essa Romaria contou com a participação de cerca de 30 mil pessoas vindas de todas as regiões do Paraná, concentradas no período da manhã na sede do município de S. Jerônimo da Serra e deslocadas no período da tarde para a beira do rio Tibagi, num terreno próximo da ponte no trecho que divide os municípios de Ibiporã e Jataizinho. Destaca-se o significativo impacto provocado pela chegada de milhares de romeiros na cidade de S. Jerônimo da Serra desde a madrugada no dia 19 de agosto, vindos por meio de cerca de 200 ônibus fretados por eles para essa celebração. Todos os romeiros foram recebidos com café, leite e pães preparados pela equipe da CPT Paraná e pela equipe local da Romaria, sendo todos esses alimentos doados pelas paróquias católicas locais e da região.

A Romaria foi marcada pelo simbolismo em toda a sua linguagem celebrativa, fazendo referência à defesa dos rios do Paraná, às históricas e negativas experiências de impactos vividos pelas populações afetadas pelas barragens nos rios paranaenses e brasileiros, ao processo de mobilização e contestação à

construção das UHEs no rio Tibagi, e às alternativas energéticas no Brasil. Após o deslocamento dos romeiros por cerca de 50 km do município de S. Jerônimo da Serra ao município de Jataizinho, num comboio envolvendo cerca de 200 ônibus e dezenas de automóveis, a Romaria da Terra foi encerrada com a benção do rio Tibagi, na beira desse rio, com a partilha de pães e peixes para todos os participantes. Destaca-se que a 16a Romaria da Terra do Paraná conseguiu pautar e disseminar os debates em torno dos impactos da construção de hidrelétricas no país e, principalmente, no Paraná, com foco na defesa do rio Tibagi.

Ao identificar o processo de mobilização realizada contra a UHE S. Jerônimo, Brannstrom (2002, p. 7) constata a importância da Romaria da Terra ao afirmar que:

Foi difícil, durante a pesquisa, identificar os movimentos sociais mais fortes na região. Atualmente, a articulação política contra a UH São Jerônimo da Serra está sendo feita pela Comissão Pastoral da Terra e uma ONG regional (seção F), culminando na realização da Romaria das Terras e das Águas em São Jerônimo em agosto de 2001.

O processo de mobilização compreendido nesse texto pelos momentos identificados contribuiu decisivamente no arquivamento do projeto de construção da UHE São Jerônimo (DUARTE, 2004). Essa experiência colocou em evidência e denunciou as fragilidades dos estudos de impacto elaborados pelas agências responsáveis por esse empreendimento, assim como visibilizou a capacidade de organização e de resistência dos movimentos sociais associados à articulação dos pesquisadores das universidades públicas.

Consonante a esse processo de mobilização, pode-se observar um “congelamento” dos procedimentos técnicos a serem viabilizados pela Copel para responder às fragilidades e insuficiências do EIA/RIMA indicados pela Audiência Pública, a partir de solicitação formal de complementação das informações encaminhadas pelo IBAMA no final do mês de maio de 2001. Cabe ressaltar que a Copel respondeu oficialmente ao IBAMA somente em 12 de junho de 2002, ou seja, após decorridos mais de 12 meses da solicitação feita por esse Instituto Ambiental,

pedindo agendamento de reunião e prorrogação dos prazos relativos à apresentação de estudos complementares (previsto para quatro meses), sem sequer apresentar justificativas pela demora para cumprimento das complementações solicitadas.

Considerando o descaso da Copel pelo referido descumprimento, no dia 01 de julho de 2002, a então Advogada da Procuradoria do IBAMA Sra. Débora Cristina Muller emite parecer sugerindo o arquivamento dos procedimentos para licenciamento da UHE S. Jerônimo, fundamentada pelo descumprimento do disposto no artigo 15 da Resolução do Conama n. 237/97. Para tal, no seu parecer, a Procuradora afirma que:

Constata-se a falta de zelo por parte da interessada, uma vez que, em momento algum, se dignou a justificar o descumprimento do prazo para complementar os estudos por ele apresentados, que frise-se encontram-se incompletos, pois até a presente data não foram apresentados. O que é de se admirar, pois, conforme argumenta a empreendedora, o desenvolvimento da atividade pretendida seria imprescindível para o futuro abastecimento de energia elétrica não apenas do Estado do Paraná mas também para outros Estados da Federação. Diante disso, pergunta-se, qual a importância da implantação da UHE de São Jerônimo, se a interessada, Copel, descumpra as exigências do órgão ambiental licenciador e sequer os prazos estabelecidos nas normas ambientais? (IBAMA, 2002, p. 2)

Ressalta-se que o arquivamento desse processo foi publicizado durante a realização da 17ª Romaria da Terra do Paraná, realizada em agosto de 2002, no município de Palmeira-PR, ao informar que “representa uma vitória das famílias impactadas e das entidades que denunciaram as irregularidades que envolvem o processo de construção da Hidrelétrica”. Segundo nota de divulgação publicada pelo Boletim Adital (2002, p. 1) no período:

A Comissão Pastoral da Terra recebeu com euforia a notícia e reitera seu compromisso com a luta contra a construção das hidrelétricas, questionando o modelo energético brasileiro e insistindo nas alternativas, ao tempo em que reafirma sua luta a favor dos direitos dos povos atingidos por barragens, em defesa da água como um bem público, dom de Deus e patrimônio da humanidade.

Cabe ressaltar, contudo, que, após a realização dessa experiência mobilizadora culminada com o arquivamento do projeto da construção da UHE S. Jerônimo, a Comissão dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi não voltou a se reunir, indicando uma dinâmica de conclusão desse processo de mobilização iniciado no ano de 1999. É possível que o reconhecimento pelo alcance de sua principal reivindicação tenha contribuído para exaurir esse processo de mobilização, que pode ressurgir novamente a partir de outras bases políticas e com novos sujeitos.

Considerações finais

A experiência de mobilização, narrada com ineditismo nesse trabalho, situa-se no contexto internacional de avanço e aprofundamento do modo de produção capitalista, exigindo este, para a sua reprodução e funcionamento, a significativa capacidade de produção energética, por meio da combinação de várias matrizes de energia nos diferentes países. No Brasil, constata-se a consolidação da centralidade hidrelétrica enquanto matriz energética fundamental, ainda que se observe o significativo avanço da produção de combustível etanol no país.

Relatada a partir da conexão entre a experiência militante e o olhar pesquisador, a narrativa ora apresentada busca revelar as particularidades de um processo mobilizador vivenciado por diferentes atores institucionais e sujeitos que passam a se encontrar, se re-conhecer e se articular a partir de uma pauta política que também torna-se objeto de estudo e de aprofundamento por eles próprios.

Nesse processo, a luta contra a construção da UHE São Jerônimo passa a se conectar com a gênese e a história das demais experiências de resistência travadas historicamente pelos diferentes movimentos sociais no país e que lutam pela conquista e permanência na terra, pelo respeito e preservação do ambiente, assim como, pela afirmação da presença de povos e comunidades que habitam territórios tradicionais, muitos deles banhados pelos rios ameaçados pelas barragens.

Encharcada pelas águas do rio Tibagi, que a experiência vivenciada pela Comissão dos Ameaçados pelas Barragens do Tibagi e objeto dessa análise possa somar-se e tornar-se referência junto a outras iniciativas de resistência contra barragens no Brasil e em outras partes do planeta.

Referências

- ADITAL. IBAMA arquiva processo de construção de Usina Hidrelétrica no Paraná. Publicada em 29 de Agosto de 2002. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=3534>. Acesso em: 10 junho de 2015.
- AMARAL. Wagner R.. A Política de educação de jovens e adultos desenvolvida pela Apeart no Paraná: recontando sua história e seus princípios, seus passos e (des)compassos. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília. 2003.
- AYALA, Patryck de Araújo; LEITE, José Rubens Morato. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. São Paulo: Editora RT, 2011.
- BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BRANNSTROM, Christian. Relatório do Projeto Marca D'Água. Relatórios preliminares 2001. A Bacia do Rio Tibagi, Paraná - 2001. Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da UnB sobre a Bacia do Rio Tibagi. Brasília, 2002.
- BRASIL, Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº001/1986. Diário Oficial da União. DOU, de 17/02/1986, págs. 2.548-2.549
- _____. Resolução nº 237/1997. Diário Oficial da União - DOU nº 247, de 22/12/1997, págs. 30.841-30.843.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CPT. O nascimento da CPT. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>. Acesso em 19 Maio de 2015.
- DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. São Paulo. Editora Saraiva. 2008.
- DUARTE. Amauri. Projeto da Usina Hidrelétrica São Jerônimo: conflitos e contrastes. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.
- FREITAS, Juarez. Sustentabilidade. Direito ao futuro. Fórum: Belo Horizonte, 2011.

IBAMA. Parecer n. 2150/2002/SUBP/IBAMA/PR. Processo n. 02017.001178/98-10, Licenciamento Ambiental – UHE São Jerônimo. Curitiba, 2002.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira et alii. Direito ambiental. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2005.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em toco. Doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MOTA, Lúcio T.; NOELLI, Francisco S.; TOMMASINO, Kimiye (org.). Uri e wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: EDUEL, 2000.

ONU. Declaração do Rio. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.

RAMOS, Luciana. Nota Técnica n. 03. Parecer/2005. Ministério Público Federal, Londrina, 2005.

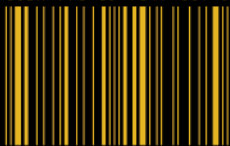
RAMPAZO. Adriana V. O simbolismo das identidades naufragadas no Território Cantuquiriguaçu. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

RIBEIRO, M. F. B. Memórias do Concreto. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002

VEIGA, José Eli da. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

Esta edição foi composta nas fontes Tahoma
e Palatino Linotype com miolo sobre papel Offset 90 g/m²
e capa em papel Supremo 250 g/m²,
impressa pela Gráfica Texgraf Editora Ltda – EPP,
para a Editora Massangana, em 2017.

ISBN 978-85-7019-667-5



“Essa lógica cartesiana, perfeitamente aceitável se concebida e discutida em escritórios de empresas e governos em grandes cidades, é amplamente insuficiente, irresponsavelmente econômica e francamente não humana, pois desconsidera a riqueza e as particularidades da dinâmica social e simbólica presentes em qualquer lugar, mesmo que ele pareça ‘desabitado’ ou ‘desimportante’ aos olhos do capitalista e de seus representantes.”

É com essa preocupação que nasceu a ideia deste livro. Nesta obra nos propomos a debater a confluência entre energia, organizações e sociedade de uma forma interdisciplinar e, necessariamente, crítica. Para isso, convidamos especialistas de diversas áreas do conhecimento para propor problematizações em torno da questão energética, tão associada ao modelo hegemônico de vida ocidental, e tão pouco examinada de perto, particularmente quanto às suas relações entre organizações e sociedade.